Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Direitos maternos: uma perspectiva possível dos direitos
humanos para o suporte social à maternidade

Laura Davis Mattar

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção do
título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde, Ciclos de Vida e
Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Simone Grilo
Diniz

São Paulo
2011

Direitos maternos: uma perspectiva possível dos direitos humanos para o suporte social à maternidade

Laura Davis Mattar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Simone Grilo Diniz

**São Paulo
2011**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação da autora, título, instituição e ano da tese/dissertação.

Para minha *vó I*, mãe de minha mãe, ainda tão viva em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Dizem que as pessoas não escolhem os temas de seus estudos impunemente. Eu acredito. Não optei por estudar a maternidade e o trabalho do cuidado à toa. Pela lista de agradecimentos pessoais a seguir, talvez seja possível entender como me relaciono com as pessoas ao meu redor, como cuido e sou cuidada. Como era de se esperar, a maioria delas é mulher.

Agradeço primeiro a Simone, minha orientadora, pelo conhecimento sobre mulheres e gênero compartilhado, pelo despertar do interesse sobre maternidade, e talvez mais ainda, pela leveza, otimismo e competência com que me acompanhou na realização desta tese. Agradeço a Wendy Chavkin, pelo acolhimento na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e pelas valiosas contribuições para este estudo.

Agradeço a minha mãe por ser, sem dúvida alguma, a melhor mãe do mundo, a minha mãe; a melhor mãe que ela poderia ser e a melhor mãe que eu poderia ter. Obrigada de coração, mã.

Agradeço ao meu pai, por toda a generosidade comigo, que me é oferecida junto com tanto amor e prazer, e que recebo de coração em meu coração. Meu sincero muito obrigada, papito.

Agradeço a Teiêta, minha segunda mãe, e ao Beto, meu ‘papagaio’, por terem, tão bem, por tanto tempo – e até hoje - cuidado de mim. Agradeço à tia Dó e ao tio Mário, por ser a filha loira. Agradeço ao Fê, Riri e Brunão, por serem meus irmãos queridos. Agradeço também a Cris e às minhas tias, pelo cuidado e carinho de sempre.

Agradeço a Ni, a irmã que escolhi e que me escolheu. A Gica querida, minha dupla. A Bia, por ser a minha amiga do coração. A Syl, pelos abraços sempre apertados. A Lolô, pelas boas risadas. A Michelle, Ana Flavia e Lulu, pela amizade tão gostosa.

Agradeço a Dixo, minha comadre; a Mikinha, por sempre me acolher com o coração, e por seu exemplo; a Lica, pela doçura e brigadeiros; a Lua, pela deliciosa companhia para o cigarrinho. A Quel e Gi que, mesmo na ausência, conseguem se manter presentes.

Agradeço a Bú, por todo, todo o amor. A Julinha, Lola, Fezinha, Fé Papa e Aline, por serem as amigas militantes, que comigo defendem os direitos humanos. Ao Rafa, pelas sempre tão boas conversas e risadas juntos. A Drica e ao Fabinho, amigos tão queridos. A tia Amélia, pela sabedoria doada com amor e pelos colos. A Dani e ao Conras, companhias preferidas na *Big Apple*, com quem compartilhei a angústia de escrever a tese e as idéias nela contida, meu muito obrigada: o apoio e as conversas com vocês foram fundamentais para este trabalho. A Renata U. C. por me ajudar a entender que a tese é a possível, e não a ideal. A Carol, pela companhia sempre tão gostosa e por descomplicar minha vida. Aos *mex*, Robert e Cyn, pelas baladas e diversão sempre garantida. A Laurita, pelo contato afetuoso freqüente, ainda que por e-mail, e também, pelas ajudas com o espanhol. A Beli, Leti, Kurt, Cameron, Tati, Dani, Mari, Osvaldo, Seergio, Zeca, que tornaram NY uma cidade mais *quentinha*. Ao Thomaz e, também, a Lais, pelas visitas em NY, que tanto nos aproximaram. A Krishna, por estar sempre por perto. A Roseli, Noêmia, Jandira, Santinha, Cleide e Vânia pelo trabalho feito sempre com carinho. A Maia, por ser minha fiel depositária de amor.

Agradeço a Albertina, que me inseriu no mundo feminista e nas questões de gênero, por acompanhar minha trajetória acadêmica.

Agradeço muito sinceramente às jovens-mães, sem as quais esta tese não existiria, por compartilharem comigo suas histórias de vida. A toda a equipe da Virada da Vida, especialmente sua diretora-executiva, pela abertura e receptividade ao meu trabalho.

Agradeço às professoras Vera Paiva e Neia Schor, que participaram da banca de qualificação, pela leitura atenta do projeto e contribuições importantes para o meu entendimento sobre o tema.

Na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, agradeço especialmente à professora Ana Cristina Tanaka e ao professor Ivan França Junior pelos ensinamentos. Agradeço ao Leandro, Yara, Renilda e Vânia, pela ajuda sempre sorridente e afetuosa com os trâmites burocráticos. Agradeço a Claudia, pela companhia, conversas, trocas ‘acadêmicas’ e, claro, pelas muitas e boas risadas. E a Eliana, que apesar de ver pouco, gosto muito.

Durante minha estadia em Nova Iorque, tive inúmeras conversas importantes que certamente contribuíram para o resultado final desta tese: Carmen Barroso, da

International Planned Parenthood Foundation; Denise Hirao, da *International Women's Health Coalition*; professora Katherine Franke, da *Law School of Columbia University*; professora Joanne Csete, da *Mailman School of Public Health of Columbia University*; Lia Machado Zanotta, da Universidade de Brasília; LÍlian Sepúlveda e Luisa Cabal, do *Center for Reproductive Rights*; Lynn Paltrow e sua equipe, *National Advocates for Pregnant Women*. Aos amigos deste período, agradecimento especial a Letizia Palumbo e Silvia de Zordo pelo debates e trocas sobre feminismo e questões de gênero. Agradeço também ao Sergio e a Brisa pelas discussões jurídicas acaloradas sobre direitos humanos.

Por fim, e notadamente, agradeço a CAPES, pela bolsa de doutorado-sanduiche PDEE 4504/08-9, que ajudou a financiar a minha estadia em Nova Iorque, entre março de 2009 a março de 2010.

RESUMO

Introdução – Historicamente, em razão da reprodução ocorrer nos corpos das mulheres, elas ficaram restritas à esfera doméstica. Apesar das mudanças ocorridas, especialmente em razão da entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, a dimensão social da reprodução, ou seja, o trabalho do cuidado, é ainda hoje realizado majoritariamente por elas, fazendo com que sejam discriminadas tendo, assim, restrito o exercício de seus direitos humanos. **Objetivo** – O objetivo principal deste estudo foi verificar a pertinência de se propor o reconhecimento de uma nova categoria de direitos para mulheres que são mães, que quando garantidos, oferecem o suporte social necessário para o exercício da maternidade. **Método** - Trata-se de estudo empírico de natureza qualitativa, realizado com jovens mães acolhidas juntamente com seus filhos em uma instituição privada, sem fins lucrativos, cuja missão é resgatar a cidadania e desenvolver a auto-estima de jovens mães em situação de vulnerabilidade. Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, foi feita uma observação etnográfica da instituição. Posteriormente, foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com as jovens mães residentes e analisados documentos institucionais. Os dados foram analisados a partir da construção de categorias *a priori* bem como *a posteriori* e interpretados à luz do referencial teórico adotado. **Resultados** - A análise documental do Direito descreve os direitos humanos das mulheres previstos na normativa nacional e internacional, bem como as teorias críticas feministas do Direito. Os resultados da pesquisa empírica, por sua vez, indicam que a instituição, apesar de algumas limitações, é capaz de, por um lado, oferecer às jovens mães o suporte social necessário ao exercício da maternidade e, de outro, romper o ciclo vicioso de miséria, vulnerabilidade e violência a que as jovens estavam submetidas antes do acolhimento. **Conclusões** – A análise dos resultados permite que se proponha uma nova categoria de direitos humanos denominada ‘direitos maternos’ que são compostos pelos direitos reprodutivos, direito à habitação, direito ao trabalho e à renda, e por fim, direitos sexuais que, em articulação, asseguram o exercício da maternidade de forma digna, promovendo assim a igualdade de gênero e não-discriminação das mulheres.

Descritores: Maternidade; Jovens; Vulnerabilidade; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Introduction – Historically, the fact that reproduction occurs in the body of women justified their restriction in the domestic sphere. Despite the changes in recent decades, especially due to the massive entry of women into the labor market, they are still responsible for the work of care, which is the social dimension of reproduction. They are, for that reason, discriminated and have the exercise of their human rights limited.

Objectives - The main objective of this study was to assess the pertinence of proposing the recognition of a new category of rights for women who are mothers, able to provide the social support necessary for motherhood.

Methods - This is a qualitative empirical study, conducted with young mothers with their children, who live in a private, nonprofit institution, whose mission is to recover the citizenship and to rebuild the self-esteem of young mothers living in extremely vulnerable situations. After the approval of the research project by the Commission for Ethical Research, an ethnographic observation was conducted in the institution. Eight semi-structured interviews were done with the young women and institutional documents were verified. Data were analyzed in view of a set of *a priori* and *a posteriori* categories, which were interpreted in the light of the theoretical framework adopted.

Results – The documental analysis of the Law describe the human rights of women established in national and international regulations, as well as feminist critical theories of law. The results of the empirical research, by its turn, indicate that the institution, despite some limitations, offers the necessary social support for motherhood and is capable of breaking the vicious cycle of poverty, vulnerability and violence that young women experienced in their lives.

Conclusions - The analysis of results allows the proposition of a new category of human rights, hereby called 'maternal rights', which are composed of reproductive rights, housing rights, right to work and to income and, finally, sexual rights. Together, once guaranteed, they can ensure that the experience of motherhood will be lived with dignity, thereby promoting gender equality and non-discrimination against women.

Keywords: Motherhood, Young, Vulnerability, Human Rights.

INDICE

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	13
1.1 OBJETIVO DO ESTUDO	13
1.2. MATERNIDADE E DESIGUALDADE DE GÊNERO	14
1.3. A MULHER, O TRABALHO E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE	21
1.4. PÚBLICO-ALVO DESTE ESTUDO: JOVENS MÃES NA BASE DA PIRÂMIDE DE ‘HIERARQUIAS REPRODUTIVAS’	26
1.5. SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: O USO DO CONCEITO DE VULNERABILIDADE	30
1.6. RELEVÂNCIA DA PESQUISA	34
1.7. PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS AO LONGO DESTE TRABALHO	35
1.8. LIMITES DESTE ESTUDO	35
1.9. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	36
2. OBJETIVOS	37
2.1. OBJETIVO GERAL	37
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	37
3. MÉTODO	39
3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO	39
3.1.1. Recursos Metodológicos e seu Ajuste	39
3.1.2. Referencial Teórico Adotado	41
3.1.3. Coleta de Dados: Documentos, Observação Etnográfica e Aplicação de Questionários	42
3.1.4. Análise do Material	43
3.1.5. Pré-seleção das Participantes	43
3.1.5.1. Grupo Selecionado	44
3.1.5.2. Entrevistas em Profundidade	45
3.1.6. Local de Estudo	46
3.2. ASPECTOS ÉTICOS	47
4. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL	49
4.1. O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	49
4.1.1. A Constituição Federal e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	49
4.1.2. Concepção Contemporânea de Direitos Humanos	51
4.1.2.1. Direito à Igualdade e Princípio da Não-Discriminação	57
4.1.2.2. Indivisibilidade, Interdependência e Inter-relação dos Direitos Humanos	60
4.1.2.3. Obrigações dos Estados de Respeitar, Proteger e Implementar os Direitos Humanos	61
4.1.2.4. Validade e Legitimidade do Direito Internacional dos Direitos Humanos: a Perspectiva Universalista	61
4.2. DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	64
4.2.1. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	65
4.2.1.1. O Comitê CEDAW	68
4.2.1.2. O Comprometimento dos Estados-partes em	71

	Promover a Igualdade: a Questão das Reservas à CEDAW	
4.2.1.3.	Possíveis Críticas a CEDAW	72
4.2.1.3.1.	A Perspectiva da Igualdade na CEDAW	73
4.2.1.3.2.	Marginalização dos Direitos Humanos das Mulheres	74
4.2.1.3.3.	Essencialismo	75
4.2.2.	Os Direitos das Mulheres na Constituição Federal do Brasil	76
4.3.	CRÍTICA FEMINISTA AO DIREITO	78
4.3.1.	Invisibilidade das Mulheres e a Supostas Neutralidade e Objetividade do Direito Internacional dos Direitos Humanos	79
4.3.2.	A Distinção Público/Privado	81
4.3.3.	Teorias Feministas Críticas do Direito	84
4.3.3.1.	Estágio da Igualdade	85
4.3.3.2.	Estágio da Diferença	86
4.3.3.3.	Estágio da Diversidade	89
4.3.3.4.	Reprodução e Maternidade na Crítica Feminista ao Direito	89
	4.3.3.4.1. Construção Ideológica da Maternidade	90
	4.3.3.4.2. Maternidades Desviantes	91
	4.3.3.4.3. Direito de Escolha Acerca do Exercício da Maternidade: o Direito ao Aborto	93
5.	O SUPORTE SOCIAL A MATERNIDADE OFERECIDO PELO PROGRAMA DA VIRADA DA VIDA	96
5.1.	A VULNERABILIDADE DAS JOVENS MAES	99
5.1.1.	Uso de Drogas	99
5.1.2.	Exposição a Situações de Violência e Transgeracionalidade	105
5.1.3.	O Programa da Virada da Vida	108
5.2.	DIREITOS REPRODUTIVOS	112
5.2.1.	Os Direitos Reprodutivos das Mulheres	113
5.2.2.	A Gravidez e o Exercício da Maternidade na Juventude	118
5.2.3.	Ambivalência em Relação à Gravidez e Uso de Métodos Contraceptivos por Adolescentes	122
5.2.4.	Grau de Escolaridade, Gravidez e Educação Sexual	124
5.2.5.	Entre a Prática do Aborto para Terminar a Gravidez Indesejada e as Razões para Levar a Termo uma Gravidez Não Planejada	126
5.2.6.	O Programa da Virada da Vida	128
	5.2.6.1. Manutenção do Vínculo entre Mãe e Filhos	128
	5.2.6.2. A Rotina e a ‘Circulação de Crianças’ na Instituição	133
	5.2.6.3. “ <i>Consegui uma Vida Livre para Viver Presa</i> ”: o Abrigo como uma Instituição Totalitária	134
	5.2.6.4. Onde estão os homens?	135
5.3.	DIREITO A HABITACAO	137
5.3.1.	A Efetivação do Direito à Habitação no Brasil	139
5.3.2.	Direito à Habitação e Gênero	140
5.3.3.	Jovens Grávidas ou Mães e a Vivência de Rua	141

5.3.4.	O Programa da Virada da Vida	143
5.4.	DIREITO AO TRABALHO E A RENDA	147
5.4.1.	O Direito ao Trabalho nas Normativas Nacional e Internacional	149
5.4.1.1.	Normativa Nacional: a CF e a Consolidação das Leis do Trabalho	149
5.4.1.2.	Normativa Internacional	151
5.4.1.2.1.	O Direito ao Trabalho no Direito Internacional dos Direitos Humanos	151
5.4.1.2.2.	A Proteção do Direito ao Trabalho pela OIT	153
5.4.2.	A Divisão Sexual do Trabalho	157
5.4.3.	Creche e Educação Infantil de Zero a Seis Anos de Idade	159
5.4.4.	Violações ao Direito ao trabalho e à Renda de Mulheres no Brasil	162
5.4.5.	Breve Menção à Presença dos Jovens no Mercado de Trabalho e às Famílias Chefiadas por Mulheres	164
5.4.6.	O Programa da Virada da Vida	165
5.5.	DIREITOS SEXUAIS	172
5.5.1.	Formulação Atual dos Direitos Sexuais	173
5.5.2.	Críticas à Formulação Atual dos Direitos Sexuais	177
5.5.3.	O Programa da Virada da Vida e o Exercício da Sexualidade pelas Jovens Mães lá Acolhidas	180
5.5.3.1.	A Violência Sexual como Violação aos Direitos Sexuais das Jovens	180
5.5.3.2.	O Direito à Igualdade e Não Discriminação no Exercício da Sexualidade na Virada da Vida	185
5.6.	DIREITOS MATERNOS	188
5.6.1.	Maternidade Voluntária, Segura, Socialmente Amparada e Prazerosa	189
5.6.2.	Teoria Bidimensional de Justiça	190
5.6.3.	Fundamento dos ‘Direitos Maternos’: a Falta de Suporte Social para o Exercício da Maternidade	192
5.6.4.	‘Direitos Maternos’: o Núcleo de Direitos Humanos das Mulheres-Mães	195
5.6.5.	‘Direitos Parentais’: um Possível Desdobramento a Partir do Reconhecimento dos ‘Direitos Maternos’	196
5.6.5.1.	Desformatando o Trabalho do Cuidado do Ponto de Vista de Gênero: o Caso da Suécia	197
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
ANEXOS		
Anexo 1 - Questionário para Pré-Seleção das Participantes		227
Anexo 2 - Roteiro da Entrevista em Profundidade		229
Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido		232

SIGLAS UTILIZADAS

ADCT -	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPS-	Centro de Atenção Psicossocial
CARASA -	<i>Committee for Abortion Rights and Against Sterilization Abuse</i> (Comitê pelo Direito ao Aborto e contra o Abuso da Esterilização)
CDH -	Conselho de Direitos Humanos
CID -	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.
CIPD -	Conferência Internacional de População e Desenvolvimento
CEDAW –	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEPAL -	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF -	Constituição Federal
CLAM -	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CLT -	Consolidação das Leis do Trabalho
COHRE -	<i>Centre on Housing Right and Evictions</i> (Centro sobre Direito à Moradia e Evições)
CRR -	<i>Center for Reproductive Rights</i> (Centro para os Direitos Reprodutivos)
DNA -	Ácido Desoxirribonucleico
DST -	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DUDH -	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM -	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FIGO -	<i>International Federation of Gynecology and Obstetrics</i> (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia)
FSP/USP -	Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Fundação CASA	Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente
GRAVAD -	Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil
HABITAT -	Centro das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos
HIV -	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM -	<i>International Confederation of Midwives</i> (Confederação Internacional de Parteiras)
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OMS –	Organização Mundial da Saúde
ONGs -	Organizações Não-Governamentais
ONU –	Organização das Nações Unidas
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
PAISM -	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PEA -	População Economicamente Ativa
PIDCP -	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PIDESC -	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDS -	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STF -	Supremo Tribunal Federal
TFT -	Taxa de Fecundidade Total
UNFPA –	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM -	Fundo das Nações Unidas para as Mulheres

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 -	Questionário para Pré-Seleção das Participantes	227
Anexo 2 -	Roteiro da Entrevista em Profundidade	229
Anexo 3 -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	232

1. INTRODUCAO E CONTEXTUALIZACAO DO TEMA

A reprodução foi, e de alguma forma segue sendo, entendida como uma função das mulheres, que realizam um duplo trabalho: o corporal de gerar a vida humana, e aquele de cuidar e socializar as crianças, por meio da criação e educação dos filhos. Há, pois, duas dimensões da reprodução: uma física-biológica (concepção, gravidez, parto e amamentação) que ocorre no corpo da mulher, e outra, eminentemente social, que é o trabalho do cuidado. Este estudo, ainda que em alguns momentos se refira à dimensão corporal da reprodução, foca sua dimensão social, a qual será aqui referida como ‘maternidade’ ou ‘exercício da maternidade’.

Ressalte-se que o exercício da maternidade em sua dimensão social, ou seja, do cuidado, pode ser realizado por todos, independentemente do sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Há homens, gays, travestis, transgêneros e intersexos que também assumem o papel de mãe, no sentido de serem ‘cuidadores’. Não só; há também casos de transgêneros (de mulher para homem) que, por terem um útero, engravidam mesmo tendo sua identidade de gênero associada ao masculino, algo que lhes faz ser socialmente percebidos como ‘homens grávidos’. Contudo, ambos os casos – de outras pessoas, que não mulheres, realizando o trabalho do cuidado, e de transgêneros que, por terem um útero, engravidam – são, respectivamente, em menor número e exceções à regra: a dimensão corporal da reprodução ainda hoje ocorre única e exclusivamente no corpo biológico de uma mulher e a dimensão social é majoritariamente realizada por mulheres-mães, o que justifica restringir o foco desta pesquisa a este grupo.

1.1. OBJETIVO DO ESTUDO

Tendo como referência estudos de gênero e a concepção contemporânea de direitos humanos, este trabalho descreve e analisa o programa desenvolvido por uma instituição não-governamental que acolhe, conjuntamente, jovens mães e seus filhos, vivendo em situação de acentuada vulnerabilidade social. O programa busca oferecer a essas jovens o suporte social para o exercício da maternidade, por meio da garantia de direitos humanos, de modo a romper o ciclo de miséria, vulnerabilidade e violência a que estavam submetidas. Ao implementá-los, a instituição busca contribuir para a promoção da igualdade de gênero, uma vez que incentiva a autonomia e a

independência dessas mães, que passam a ser efetivamente sujeitos de direitos e a exercer sua cidadania.

1.2. MATERNIDADE E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Há muito as feministas apontam a contribuição do exercício da maternidade para a desigualdade de gênero e para a relação de submissão-dominação existente entre mulheres e homens, respectivamente. Desde 1960, muitas delas defendem que “a maternidade seria uma condição da qual toda mulher deveria tentar escapar. Isto porque seria exatamente nesta condição que a mulher seria submetida a uma maior opressão por parte do homem” (SZAPIRO e FÉRES-CARNEIRO, 2002:180). Apresenta-se, seguir, uma perspectiva histórica da dominação masculina e da submissão das mulheres, que se explica, em grande parte, pelo fato de a reprodução ocorrer em seu corpo.

Até o século XVII, o ser humano era representado somente pelos homens. As mulheres eram “modos de corporeidade e existência intermediárias entre a humanidade e a animalidade”, sendo seus corpos vistos como corpos de homens não desenvolvidos. (VILLELA e ARILHA, 2003: 95; 102). Foi somente a partir do século XVIII, com o Renascimento e, posteriormente, com a Revolução Francesa, que a existência de dois sexos biológicos distintos foi reconhecida (ROHDEN, 2003). A partir desta distinção, e com base nela, determinaram-se quais os lugares e funções que mulheres e homens teriam e exerceriam na sociedade. VILLELA e ARILHA (2003:103) explicam que, de acordo com o entendimento da época, as mulheres “seriam dotadas, pela natureza, de corpos e sentimentos adequados à tarefa de gestar, aleitar, cuidar do frágil bebê humano (...) – tarefa tão importante que as tornava quase que incapazes de desempenhar qualquer outra função social”. Os homens, por sua vez, “estariam incumbidos de todas as demais funções necessárias à reprodução humana, ou seja, atividades sociais, políticas, culturais e econômicas” (VILLELA e ARILHA, 2003:103).

A mulher devia fazer jus a sua suposta essência, localizada em um órgão específico - o útero - e ter filhos (RAGO, 2009:32; GIFFIN, 1991:191). O exercício da maternidade era percebido, assim, como função social essencialmente feminina, determinada pela medicina que “fixou as características supostamente típicas de cada

sexo e apresentou-as como imperativos da natureza” (COSTA, 2004: 234). Neste sentido, as mulheres sofreram – e, em alguma medida, sofrem até o presente – pressões para se validarem por meio da maternidade: ser mãe tornou-se o grande fato de suas vidas, sendo-lhes negada qualquer outra identidade¹ (RICH, 1986).

À época, concebia-se que a mulher deveria viver em função de seus filhos, destinando-lhes toda sua energia, sem questionamento. O amor materno, da mãe em relação aos filhos, era visto como instintivo, natural, intrínseco a todas as mulheres e, por isso, vivido sem ambivalência². Paralelamente, a amamentação passou a ser entendida como um dever da mulher, tornando-se mais um importante instrumento para sua domesticação. Para os higienistas, “sem amamentação, (...), não havia amor. A mãe que não amamentava era uma mãe desnaturada”³ (COSTA, 2004:258). A pressão em favor da amamentação tinha como objetivo, afora proteger a vida dos filhos, regular a vida da mulher⁴ (COSTA, 2004:258).

Como afirma RAGO (1997:65), o ideal de mulher passou a ser simbolizado pela mãe devota, que se sacrifica pelos filhos, o que acabou por implicar sua desvalorização profissional, política e intelectual. A verdadeira missão das mulheres era, pois, “o bem-estar dos homens e das crianças” (RICH, 1986:49). Mas o trabalho relativo ao exercício da maternidade, definido social e cientificamente como uma vocação natural, supostamente “não requer[ia] habilidades especiais e não merec[ia] compensação além do prazer intrínseco: o trabalho doméstico, portanto, não é considerado trabalho; não é apenas inferior, mas invisível” (GIFFIN, 1991:193-194). Por ser o afazer da mulher, era considerado “passivo, de baixa carga, um não-trabalho; ou ainda divertido” (RICH, 1986:216). Contudo, o papel da mulher era, ao menos no discurso social, altamente valorizado: seu trabalho na manutenção da família, núcleo básico da sociedade, era reconhecido como imprescindível para o seu

¹ Todas as traduções feitas ao longo deste trabalho, cumpre ressaltar, são traduções livres e foram feitas pela autora.

² Tudo indica que o amor materno é apenas um mito. A maternidade é evidentemente “conquistada, primeiro pela intensidade física e psíquica de seu rito de passagem – gravidez e parto - e, depois, por meio do aprendizado da criação dos filhos, que não vem instintivamente” (RICH, 1986:12). As mulheres precisam aprender, “frequentemente por meio de dolorosa autodisciplina, as qualidades que lhes são supostamente inatas: paciência, auto-sacrifício, boa vontade para repetir infinitamente o pequeno, [ou seja,] a rotina de socializar um ser humano” (RICH, 1986:37).

³ De acordo com pesquisa realizada acerca dos sentidos da amamentação, a “produção láctea é de significativo valor social na confirmação da mulher como mãe” (NAKANO, 2003:S360), sendo que para muitas delas “[a]mamentar é condição emblemática de *ser uma boa mãe*” (NAKANO, 2003:S358).

⁴ Assim, “a amamentação não se esgota apenas em fatos biológicos, mas abrange dimensões construídas cultural, social e historicamente” (NAKANO, 2003:S356).

adequado funcionamento. Por essa razão, a mulher deveria compreender a importância de sua missão como mãe e aceitar seu campo de atuação: “as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1997:75). Em outras palavras, a mulher nascera para a família e para a maternidade e devia, por isso, suportar alegremente sacrifícios em favor de seus filhos (COSTA, 2004:239). A maternidade, assim, era destino e obrigação.

Não é por outra razão que o exercício da maternidade, principalmente o cuidado com os filhos, foi - e em alguma medida continua sendo - uma atribuição principalmente da mulher, com pouco ou nenhum envolvimento do homem, pai da(s) criança(s), cuja obrigação era somente prover o sustento da família, por meio de suas funções públicas. Criada estava a dicotomia entre o espaço público e o privado: o primeiro associado ao homem e o último vinculado à mulher. Esses conceitos de esfera pública e de esfera privada propiciaram “a estrutura necessária para (...) a divisão sexual do trabalho em todas as sociedades, havendo universalmente ‘uma identificação muito geral (...) das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a pública (...)’” (ROSALDO, 1979 *apud* GIFFIN, 1991:191).

A presença paralela de um discurso e de uma moralidade em torno de como deveria ser o exercício da sexualidade pelas mulheres contribuíram para a domesticação da mulher e, também, para a desigualdade de gênero. Além de serem consideradas “incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo, portanto, submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela, [as mulheres] eram também excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual, sob pena de serem olhadas como anormalidades ou monstruosidades” (RAGO, 2009:34). Essa era, aliás, uma regra válida para todos, uma vez que, de um modo geral, “qualquer expressão sexual ligada à obtenção de prazer, e não à reprodução, [era] rechaçada” (VILLELA, 1992 *apud* VILLELA e ARILHA, 2003:104). O exercício da sexualidade tinha que ter como finalidade a reprodução. Por essa razão, a forma vista como natural de se relacionar sexualmente era a heterossexual, única capaz de viabilizar a gestação de filhos.

Historicamente, a sexualidade feminina “não era um assunto privado, de emoções individuais”, mas sim um “tipo de patrimônio familiar” (FONSECA, 2009:529-530), que devia ser preservado a qualquer custo. A manutenção deste patrimônio era representada pelo hímen da mulher, por sua virgindade, que estava, por sua vez, atrelada à honra do pai. FONSECA (2009:528) afirma que “[p]ara a mulher ser

‘honesta’, devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem”. Uma vez casada, o patrimônio, agora representado pela exclusividade da vagina, dos desejos e do exercício da sexualidade voltado à reprodução era passado ao marido, que deveria ter controle sobre o corpo e a sexualidade da esposa para garantir a sua ‘honestidade’.

Havia, então, uma receita que definia a mulher ideal como uma mistura de imagens relacionadas à reprodução e à sexualidade. Essa mulher reunia “a mãe piedosa da Igreja, a mãe-educadora do Estado positivista, a esposa-companheira do aparato médico-higienista” que convergiam todas para a pureza sexual – a virgindade da moça e, posteriormente, a castidade da mulher (FONSECA, 2009:528). Essa mulher ideal mostra, claramente, como a sociedade patriarcal ocidental dissociava – e ainda dissocia - a maternidade da sexualidade: ambas as experiências “foram direcionadas para servir aos interesses dos homens” (RICH, 1986:42), sendo-lhes vantajoso “restringirem a gratificação sexual da mulher ao coito heterossexual” (RICH, 1986:183). Na dessexualização das mulheres como mães é que a separação das mulheres de seus corpos é mais nítida. Nas palavras de RICH (1986:13), “na mais profunda e desconcertante das contradições, [a maternidade] alienou as mulheres de seus corpos ao neles as encarcerar”. As mães são vistas como seres assexuais, que não sentem ou não devem sentir prazer.

Mas a limitação imposta ao exercício da sexualidade pelas mulheres devia-se também, e principalmente, à implicação entre sexo e reprodução, que por muito tempo vigorou. Manter relação sexual significou, por séculos, que a mulher estava sujeita a engravidar. O controle sobre a decisão reprodutiva, nas palavras de PETCHESKY (1984:13), tem a ver “fundamentalmente, com a sexualidade e com os corpos das mulheres. As análises que enfatizam as relações sociais da reprodução tendem a ignorar, ou negar, a realidade imediata da mulher enquanto indivíduo: é em seu corpo que a gravidez ocorre”. Ademais, são as mulheres as principais responsáveis pelas crianças⁵. Nesse sentido, “as condições da reprodução e contracepção afetam-nas diretamente e em todos os aspectos de suas vidas. São,

⁵ É evidente que “a situação reprodutiva da mulher nunca é resultado somente da biologia, mas, sim, da biologia mediada pela organização social e cultural. Isto quer dizer que não é inevitável que as mulheres - e não os homens - sofram as consequências de uma gravidez indesejada e que, em razão disso, tenham sua expressão sexual inibida. Ao contrario, isso se deve à imposição social da primazia da maternidade na vida das mulheres. A biologia, sendo mediada socialmente por instituições predominantemente masculinas, afeta a todas as mulheres” (PETCHESKY, 1984:6).

portanto, principalmente as mulheres que devem ter controle sobre se, quando e sob quais condições desejam ter filhos” (PETCHESKY, 1984:12-13).

Esses três fatos – (i) é no corpo da mulher que ocorre a gravidez; (ii) são as mulheres as principais responsáveis pelas crianças; e, por essa razão, (iii) são elas que devem ter controle sobre a reprodução - acabou significando, na prática, que a mulher é a responsável pela contracepção⁶ (BARROSO, 1984; PETCHESKY, 1984). Cabe ressaltar, aqui, que mesmo com a existência de métodos efetivos de contracepção, “as mulheres continuaram a contar com o aborto. Entre todos os métodos de controle da fertilidade, o aborto tem sido o mais persistente e prevalente”. (PETCHESKY, 1984:28). Mas, porque a persistência do aborto diante da existência de outros métodos efetivos? De acordo com PETCHESKY (1984:29), isso tem a ver com a natureza do aborto: “ele intervém depois do fato, para terminar uma gravidez específica; seu foco é na gravidez por si só, não na sexualidade, nem na capacidade ou ciclo reprodutivo da mulher”. Mais do que qualquer outra coisa, a persistência do aborto deve-se ao fato dele ter sido, “ao longo do tempo e em diferentes lugares, acessível às mulheres, constituindo ‘uma prática unicamente feminina, que os homens não podem controlar, nem prevenir’” (MOHR, 1978:103 *apud* PETCHESKY, 1984:29). É, portanto, um método que “não requer a cooperação masculina, sendo tecnicamente simples e completamente efetivo, respondendo ao problema de pronto” (PETCHESKY, 1984:29).

Do ponto de vista histórico, as mulheres viam o aborto como uma prática aceitável. Isso não quer dizer, entretanto, que a decisão de realizá-lo tenha sido - ou seja - fácil. As mulheres optam pelo aborto “sob uma variedade enorme de condições, algumas das quais opressivas, desesperadas, ou mesmo desumanas. Contudo, na maioria dos casos, o fazem conscientemente, como agentes ativos de sua fertilidade e não como meras vítimas de sua biologia (...)” (PETCHESKY, 1984:27). As mulheres abortam apesar de sua violência estar sendo praticada contra o seu próprio corpo e mente (RICH, 1986:267): em muitos casos, a mulher quer ter o filho, mas sabe que sua

⁶ A afirmação de que o controle sobre a reprodução é um direito absoluto ou exclusivo das mulheres é, de acordo com PETCHESKY (1984:7) potencialmente perigosa justamente por poder reforçar a visão de que as atividades reprodutivas constituem a província biológica e natural das mulheres.

situação torna seu desejo impossível e, por isso, vive genuinamente o luto da perda (RICH, 1986:269), frequentemente não reconhecido⁷.

Desde o fim do século XVIII e início do XIX, na França, Estados Unidos e Inglaterra, o aborto passou a ser foco de escrutínio e ataques por uma crescente classe médica dominante masculina, que o considerou crime. Criminalizar o aborto significa valorizar mais a vida potencial do feto do que o direito da mulher de decidir sobre o que se passa em seu corpo, em uma nítida violação a sua integridade corporal, bem como ao seu direito à autonomia e à privacidade. Essa criminalização desconsidera a falta de definição científica sobre o início da vida, bem como o fato de que a suposta vida do feto é dependente - e não autônoma - da vida da mulher. O movimento anti-aborto, como aponta RICH (1986: xvi-xvii), “torna trivial os impulsos das mulheres para a educação, independência, autodeterminação e os considera simples auto-indulgência. O que realmente está em discussão não é o direito à vida, mas o direito de as mulheres serem sexuais, de separarem a sexualidade da reprodução, de terem controle sobre suas capacidades de procriação”. Ademais, as leis que “criminalizam o aborto – um procedimento buscado por dezenas de milhares de mulheres, e somente mulheres, todos os anos – constituem discriminação baseada em gênero e devem ser reformadas” (IPAS, 2009:2)⁸.

Apesar de aproximadamente 70 países, representando mais de 60% da população mundial, permitirem, em 2007, o aborto sem restrição (CRR, 2007:1), muitos são, ainda, aqueles em que essa prática é criminalizada, entre eles o Brasil⁹. Não obstante, ela continua a ser realizada todos os dias, por mulheres que não querem levar a gravidez a termo. Estima-se que, em 2003, houve 205 milhões de gestações, das quais 20% terminaram mediante aborto induzido, quase metade deles inseguros (SEDGH *et al*, 2007:1343). Aponta-se como a principal razão para sua alta incidência “a baixa qualidade dos serviços de saúde reprodutiva e a falta de acesso - particularmente para

⁷ Como aponta GESTEIRA (2006:465), o aborto - juntamente com a entrega de um filho para adoção, mortes perinatais, morte de animal de estimação, entre outros eventos - é visto socialmente como circunstâncias que não implicam perdas e, portanto, não provocam a vivência do luto. Esse não reconhecimento da perda e do luto, sobretudo em casos de aborto, faz com que as mulheres vivenciem ambos, na maioria dos casos, sozinhas.

⁸ Tanto isso é verdade que o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, vinculado à CEDAW, emitiu, em julho de 2008, Observações Finais ao relatório da Eslováquia afirmando que “é discriminatório negligenciar serviços de saúde que somente as mulheres requerem, como é o caso do aborto (...)” (COOK e DICKENS, 2009:107).

⁹ O aborto é previsto como crime no artigo 124 e seguintes do Código Penal brasileiro, de 1940. Entretanto, não se pune o aborto em casos de risco de vida da gestante e quando a gravidez é resultante de estupro, considerados ‘aborto legal’, devendo ser provido pelo Estado.

mulheres pobres - a métodos seguros e não-permanentes de contracepção, através do sistema público de saúde” (SINGH e SEDGH, 1997 *apud* DINIZ *et al.*, 2005:60).

Note-se que as mesmas condições sociais¹⁰ que motivam o recurso freqüente ao aborto são “as que impelem as mulheres para a esterilização e solapam a utilização de métodos contraceptivos não-definitivos” (DINIZ *et al.*, 2005:87). A necessidade de controle das mulheres sobre sua vida reprodutiva, “dentro de um conjunto de alternativas cujos limites foram socialmente estabelecidos e que elas, individualmente, são impotentes para alterar” (BARROSO, 1984:172)¹¹¹², fez com que, como explica BERQUÓ (1982:47), a esterilização, a partir da segunda metade do século XX, tenha ganhado posição de destaque como anticoncepcional. Devido a sua alta eficiência, de praticamente cem por cento, passou a ser vista como o mais importante recurso inibidor da fertilidade.

Entre os principais motivos para a realização da esterilização, está o desejo das mulheres de não terem mais filhos (MINELLA, 1998:73). De acordo com MARCOLINO e SCHOR (1995:89 *apud* PIROTTA e SCHOR, 1999:41), a esterilização cirúrgica elimina a insegurança de uma gestação indesejada e a necessidade de se preocupar com a contracepção no dia-a-dia, caso da pílula anticoncepcional. Essa motivação está claramente ligada ao fato de que as mulheres não somente são responsáveis pela contracepção¹³, como devem arcar, também, com as conseqüências de uma gravidez indesejada: a necessidade de recorrer a um aborto inseguro ou responsabilizar-se, sozinha, pelos cuidados com o filho. Considerando seu caráter definitivo, o recurso freqüente à esterilização como método contraceptivo indica a importância, para as mulheres, de ter controle sobre seus corpos e função

¹⁰ Essas condições sociais são traduzidas, pelas autoras, como sendo “o contexto mais amplo de pobreza: trabalho precário, falta de creche; inadequações e distorções dos atuais serviços de saúde reprodutiva e as atitudes recalcitrantes dos homens” (DINIZ *et al.*, 2005:86).

¹¹ PETCHESKY (1984:11) chama atenção para o fato de que “(...) a questão crítica para as feministas não é tão somente o conteúdo das escolhas das mulheres, ou mesmo o ‘direito à escolha’, senão as condições sociais e materiais sob as quais as escolhas são feitas. O ‘direito à escolha’ significa pouco quando as mulheres não têm poder”. Daí ela afirmar que é preciso “focar menos na escolha em si e mais em como transformar as condições sociais da escolha, do trabalho e da reprodução”.

¹² No caso brasileiro, esses limites são, de um lado, serviços de planejamento familiar bastante precários (PIROTTA e SCHOR, 1999:48; VILLELA e BARBOSA, 1996:453) e, de outro, uma cultura sexual que desresponsabiliza os homens quanto à anticoncepção (VILLELA e BARBOSA, 1996:453), deixando todo o encargo da regulação da fecundidade e do controle definitivo da reprodução para as mulheres (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2003:S449).

¹³ Interessante a sugestão de VILLELA e BARBOSA (1996:457) de que a mulher arcar sozinha com o ônus da contracepção é o preço a ser pago pelo seu direito ao prazer.

reprodutiva¹⁴.

Em vista do acima discutido, é possível afirmar que as mulheres acabaram, do ponto de vista histórico, em situação de extrema desigualdade com os homens, tendo tido limitado o exercício de muitos de seus direitos humanos, entre outros, o direito ao trabalho e à renda, garantido por meio de um trabalho remunerado, na esfera pública. A seguir, apresentam-se, brevemente, as mudanças ocorridas nas últimas décadas, especialmente em razão da luta dos movimentos feministas e das mulheres, com a entrada de grande contingente delas na esfera do trabalho produtivo, ainda que, muitas vezes, concomitantemente ao trabalho doméstico, de natureza reprodutiva.

1.3. A MULHER, O TRABALHO E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE

Como visto, do ponto de vista histórico, em razão do exercício da maternidade, muitas mulheres tiveram sua participação na esfera pública limitada. A dicotomia entre público e privado, que separava respectivamente homens e mulheres, era algo dado, inquestionável, e, como tal, respeitado. Entretanto, sabe-se, atualmente, que este era “um estereótipo calcado nos valores da elite colonial” e que as mulheres pobres “sempre trabalharam fora de casa” (FONSECA, 2009:517). Havia uma nítida divisão de classes (e de grupos étnico-raciais¹⁵) entre as mulheres, que as levava a viver vidas muito distintas. Ao trabalharem, as mulheres deixavam de lado sua principal atribuição social - ser mãe especialmente, mas esposa e dona de casa também – e rompiam, portanto, a norma oficial vigente. Esse rompimento implicava estigma que, por sua vez, significava constantes questionamentos acerca do dito ‘adequado’ exercício da maternidade.

Mesmo desvalorizado e sujeito à estigmatização, o trabalho das mulheres das classes mais baixas contribuía para o sustento da casa; adicionalmente, ele as sobrecarregava: há muito, essas mulheres realizavam uma dupla jornada de trabalho, fora e dentro de casa, sendo esse último invisível e, mais grave, nem mesmo entendido como trabalho. Ao tratar do trabalho doméstico, SORJ (2009:107-108) aponta que os estudos de

¹⁴ Ainda que, como apontam PIROTTA e SCHOR (1999:44), a necessidade de controle da mulher sobre sua função reprodutiva, representada pelo uso freqüente da esterilização, indique o permanente conflito que a mulher vive em relação a seu corpo, que engravida quando ela não quer, fazendo, no limite, com que recorra à esterilização que ainda que a liberte, mutila seu corpo, punindo-o.

¹⁵ Basta pensar que até o final do século XIX o Brasil era um país escravocrata, em que as mulheres negras eram propriedade dos brancos, a quem deviam servir e trabalhar sete dias por semana, vinte quatro horas por dia.

gênero e os estudos feministas contribuíram para a compreensão de que

“[o] trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado, realizado comumente por mulheres na esfera privada, são duas dimensões do trabalho social que se encontram intimamente ligadas (...). [A]té então prevalecia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seria regida por diferentes princípios, isto é, as regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca de seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível”,

e, acredita-se, em alguma medida, assim permanece.

Na segunda metade do século XX – e, mais especialmente, no início deste século - “as mulheres de todas as classes, etnias e gerações invadiram o mundo público, mesmo que, na maior parte das vezes, não ocupem postos de comando” (RAGO, 2009:32-33). Nesse sentido, ser mulher “deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade” (RAGO, 2009:33)¹⁶. No Brasil atual, “cerca de um terço dos domicílios (32%) [excluindo-se aqueles em que não há mulheres] tem uma mulher como principal responsável pelo sustento da casa” (VENTURI e RECAMÁN, 2009:22), ou seja, como chefe de família. Isso acontece apesar de realizarem “os trabalhos de menor remuneração e de menor prestígio e o maior contingente de trabalhadoras urbanas se ocup[ar] em serviços domésticos” (DINIZ *et al.*, 2005:56).

No entanto, à maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho não correspondeu uma maior, ou suficiente, presença masculina na esfera privada¹⁷. De um modo geral, os homens ainda “estão em uma situação privilegiada, porque o contrato de casamento os libera das responsabilidades domésticas. Seu contrato de trabalho, com as atividades e atribuições, pressupõe um ‘contrato sexual’ (PATEMAN, 1988 *apud* SORJ, 2009:112), que inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar” (SORJ, 2009:112). É neste sentido que

¹⁶ É curioso notar, nesse sentido que, de acordo com PIROTTA e SCHOR (1999:45), “[a]s mulheres [ao realizarem a esterilização] almejavam superar, através da opção pelo método definitivo, as barreiras que prejudicavam sua inserção no mundo do trabalho e que advêm da sua capacidade reprodutiva e da maternidade”.

¹⁷ SORJ (2009:115) defende a idéia de que a inserção feminina na esfera do trabalho remunerado (somada ao incremento de seu nível educacional) tem “impactos positivos sobre representações e práticas mais igualitárias da divisão sexual do trabalho. (...) [Sugere-se] que quanto melhor for a inserção feminina no mercado de trabalho e mais elevado o seu nível educacional, menos desvantajosa será sua posição na divisão do trabalho doméstico. Por sua vez, as mulheres que se inserem mais precariamente no mercado de trabalho estão em pior condição para negociar a repartição das tarefas domésticas com os parceiros”.

DEVREUX (2009:23) afirma que a dominação masculina “se apóia, ainda e sempre, na exploração da disponibilidade e do engajamento das mulheres em relação às crianças e no sentido agudo que elas têm de suas responsabilidades familiares e sociais”.

Nas últimas décadas, contudo, torna-se mais claro o quanto as normas de gênero também recaem sobre os homens, fazendo-os ocupar e desenvolver papéis também construídos socialmente, muitas vezes limitados ao lugar de ‘provedor’¹⁸. A categoria de gênero é relacional e, por essa razão, permite “compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino” (LYRA DA FONSECA, 1998:190). Nessa perspectiva, desde a década de 90, surgiram inúmeros estudos sobre a construção social da masculinidade e, a partir deles, outros tantos sobre a paternidade como “um campo particular de ações e investigações” (ARILHA *et al.*, 1998:20). A participação mais efetiva dos homens na vida familiar aparece, então, “sob a égide da expressão ‘nova paternidade’”, fazendo com que mudanças nas relações parentais se tornem possíveis (ARILHA *et al.*, 1998:20). Acredita-se que “[a] maior participação das mulheres na vida pública (...) deveria corresponder maior participação dos homens na vida privada: responsabilidade pela vida sexual e reprodutiva do casal, pela criação dos filhos, pela partilha das atividades domésticas” (LYRA DA FONSECA, 1998:192).

De fato, observa-se, como descreve UNBEHAUM (1998:167), “uma resignificação da paternidade, operada tanto por homens-pais que se atribuem competência para assumir plenamente o cuidado de sua prole (...), como por estudiosos, homens e mulheres, que vêem o envolvimento masculino nas atribuições domésticas e nas questões de saúde reprodutiva e sexualidade como necessário para garantir a igualdade entre os sexos”¹⁹. Talvez por essa razão, a realidade é que a contribuição masculina, ainda que não seja suficiente ou igual à das mulheres no âmbito do cuidado, é bem maior do que em gerações anteriores. Entretanto,

¹⁸ Consoante KAUFMAN (1995:131 *apud* LYRA DA FONSECA, 1998:191), “os homens chegam a suprimir toda a gama de emoções, necessidades e possibilidades, tais como o prazer de cuidar dos outros, a receptividade, a empatia e a compaixão, experimentados como inconsistentes com o poder masculino”. Paralelamente, pode-se dizer, de acordo com UNBEHAUM (1998:170), que é a “dimensão econômica da paternagem [que] é socialmente reconhecida e valorizada”.

¹⁹ Contudo, esse movimento, ainda que possa ser considerado uma tendência, refere-se “especialmente a indivíduos de camadas médias e a um estilo metropolitano de vida” (UNBEHAUM, 1998:167). De acordo com a autora, estes “apresentariam uma maior predisposição – em função de um nível mais alto de escolaridade, maior acesso às informações, inclusive às teorias psicanalíticas e pedagógicas – para relações mais igualitárias” (UNBEHAUM, 1998:168).

“o ritmo da mudança é extremamente lento. (...) As razões que explicam por que a esfera doméstica é uma das mais resistentes à igualdade de gênero devem ser pesquisadas. Podemos apenas especular que esta esfera, mais do que qualquer outra, realiza o valor cultural de que o principal compromisso das mulheres é com a família, ou talvez o que esteja em jogo (...) seja o fato de que os homens não têm nenhum interesse em mudar sua posição na esfera doméstica, pois, simplesmente, não teriam nada a ganhar” (SORJ, 2009:108).

Pode-se dizer que, de um modo geral, a participação dos homens na esfera doméstica limita-se “a uma ajuda pontual dada às mulheres”, ajuda esta que é “seletiva e corresponde às tarefas socialmente mais valorizadas”. As mulheres “permanecem, assim, as responsáveis principais pela gestão da organização doméstica” (SORJ, 2009:113): basta dizer que, no Brasil, “[e]m 96% dos domicílios em que residem mulheres, uma mulher é a principal responsável pela execução ou orientação do afazeres domésticos” (VENTURI e RECAMÁN, 2009:22), mesmo que ela faça parte do mercado de trabalho - formal ou informal. É lógica, portanto, a conclusão de que muitas mulheres ainda hoje realizam uma dupla jornada de trabalho: o remunerado e o doméstico²⁰.

Ressalte-se que parte significativa do trabalho doméstico realizado pelas mulheres refere-se ao cuidado e criação dos filhos, que ocorre, genericamente falando, sem o apoio do pai. Essa ausência paterna deve-se, em parte, à “externalidade da gravidez do corpo masculino” que, de certa forma, permite “aos homens a alternativa de se excluir fisicamente da decisão e das conseqüências desta”, levando-os a “supor que essa exclusão é total” (MENEZES e AQUINO, 2009:137). Mas, como se sabe, sem os homens não há gravidez e, tampouco, filhos; e, já que também responsáveis por gerá-los, deveriam também responsabilizar-se por sua criação, não sendo, como pretendem ser, “meros coadjuvantes” (MENEZES e AQUINO, 2009:137) na criação e educação das crianças.

Note-se que, apesar de todas as transformações que ocorreram nos últimos tempos, o Brasil ainda pode ser representado como um país de ‘filhos de mães’, marcado pela deserção paterna (THURLER, 2009): não é só que os homens não ajudam - ou ajudam pouco - a criar seus próprios filhos: muitos deles, especialmente quando as

²⁰ Isto explica, ao menos em parte, os resultados de pesquisa realizada com mulheres brasileiras indicando uma “ambigüidade da valorização/rejeição da família”, a qual denuncia a exploração vivida pelas mulheres no âmbito doméstico e reflete “a contradição [na mulher] de ter o olhar voltado para o mundo público e, ao mesmo tempo, ter de assumir as responsabilidades e cumprir os papéis marcados por uma divisão sexual do trabalho ainda acentuadamente desigual” (VENTURI e RECAMÁN, 2009:20).

crianças são nascidas fora de uma relação estável ou de um casamento, simplesmente não os registram. Nestes casos, os homens estão se auto-excluindo, com a anuência governamental²¹, de toda e qualquer responsabilidade em relação às crianças por eles geradas. Mesmo havendo a possibilidade de realização de exame de DNA (ácido desoxirribonucléico) para comprovação da paternidade, “o reconhecimento paterno tem sido negado a uma em cada quatro crianças brasileiras, o que pode representar em torno de 750 mil crianças – e de mulheres-mães – anualmente sofrendo este tipo de rejeição” (THURLER, 2009:311-312). Há, assim, uma diferença gritante, socialmente produzida, nas respostas de homens e mulheres diante de nascimentos fora do casamento e frutos de relações eventuais desprotegidas: a mulher-mãe, mesmo em um contexto de adversidades, engaja-se na criação e educação dos filhos, enquanto o homem-pai resiste bravamente a assumir essa responsabilidade (THURLER, 2009:274). Nesse sentido, THURLER (2009:302) afirma ser necessário “reduzir o grau de arbitrariedade masculina ainda existente nas relações parentais marcadas pela precariedade tanto na solidariedade de homens-pais com mulheres-mães, quanto no compromisso de homens-pais com crianças engendradas fora do casamento” (THURLER, 2009:302).

Há, assim, ainda um longo caminho a percorrer: “[a] concentração de obrigações e responsabilidades [das mulheres] no mundo privado, repostas a cada dia, certamente dificulta a que se aventurem por outros caminhos públicos” (VENTURI e RECAMÁN, 2009:29). Ademais, com a pouca ajuda dos homens no trabalho doméstico em geral, e no cuidado com os filhos em particular, “as obrigações domésticas [impuseram e] impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial” (SORJ, 2009:107-108). Isso sem falar no impacto que tem “os empregos de menor qualidade reservados às mulheres [aos quais correspondem salários menores], na manutenção de sua identidade doméstica” (SORJ, 2009:107-108).

Como afirma PETCHESKY (1984:13), “[e]m grande parte da história, as ‘escolhas’ das mulheres, no que concerne à reprodução, foram feitas em um contexto em que a

²¹ THURLER (2009:257) afirma que “a normatização legal da paternidade e da parentalidade não pode ser secundarizada no processo político de construção de uma ordem patriarcal. Relações parentais tem sido normatizadas de forma a reafirmar e concentrar poderes, viabilizando aos homens ampla e livre movimentação nos espaços públicos – da economia, da política, da profissão –, com as mulheres cuidando de sua progeneritura”.

própria reprodução e a maternidade determinavam a relação mantida com a sociedade”. A maternidade, consequentemente, contribuiu para a não-inserção feminina no mercado de trabalho (tornando as mulheres dependentes do homem – pai ou marido – e limitando-as em sua autonomia e autodeterminação). Adicionalmente, quando inseridas no mercado de trabalho (em razão da divisão sexual dos afazeres domésticos, da desobrigação de muitos pais de suas responsabilidades na criação e educação dos filhos e da dupla jornada de trabalho), colaborou para a acusação de as mulheres não serem nem tão boas profissionais quanto os homens (já que não tão dedicadas ao trabalho), nem boas mães (por não dedicarem a integralidade de seu tempo aos filhos, conforme prescrito pela maternidade como instituição). A participação plena das mulheres na sociedade, ou seja, o exercício total e irrestrito de sua cidadania, consoante seus direitos humanos, depende, pois, “de uma transformação total de os homens e da própria sociedade, no sentido de passarem a ter igual responsabilidade no cuidado e na educação das crianças” (PETCHESKY, 1984:13). Só desta forma homens e mulheres poderão ser, como mencionado, pais e profissionais igualmente competentes e satisfeitos em ambas as esferas da vida.

Pode-se concluir, pois, que com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, houve um “re-equilíbrio da desigualdade” (GODINHO, 2009:154), com uma parcial conquista das mulheres do direito de participar dos espaços públicos e limitada alteração da divisão sexual do trabalho, na esfera da vida privada.

1.4. PÚBLICO-ALVO DESTE ESTUDO: JOVENS MAES NA BASE DA PIRAMIDE DE ‘HIERARQUIAS REPRODUTIVAS’

Ao tratar do público-alvo deste estudo, deve-se mencionar, antes de tudo, o fato de que muitas das jovens pesquisadas não tem seus filhos registrados, não contam com parceiros(as) que as auxiliem no trabalho do cuidado, não tem suporte da família, tampouco de políticas pública de bem estar providas pelo Estado. São meninas basicamente desamparadas, que experimentam o exercício da maternidade de forma absolutamente solitária. Assim, este estudo não examina o exercício da maternidade de forma ampla a irrestrita, mas sim aquele de jovens mães que, ao longo de suas trajetórias afetivo-sexuais, acabaram não só engravidando como, também, levando a gravidez adiante, fazendo uma ‘opção’ pelo exercício da maternidade em um contexto

de acentuada vulnerabilidade e marcado por injustiças sociais e desigualdades de gênero.

A ausência de todo e qualquer suporte social para o exercício da maternidade está ligada à idéia desenvolvida por RICH (1986) de “maternidade como instituição”: um conjunto de rígidas expectativas sociais prescritas às mulheres sobre como deve ser o exercício da maternidade, e que vê a criação e a educação de seus filhos como sua principal função social e, portanto, de sua exclusiva responsabilidade. A maternidade como instituição pressupõe a existência de uma relação estável entre um homem e uma mulher - logo heterossexuais - monogâmicos, brancos, adultos, casados e saudáveis, que contam com recursos financeiros e culturais suficientes para criar “bem” os filhos. Tudo isso configura claramente um construto social.

Este modelo generificado sobre como deve ser o contexto em que se dá o exercício da maternidade e/ou do cuidado com os filhos está relacionado ao conceito de ‘hierarquias reprodutivas’, desenvolvido por MATTAR e DINIZ (2011). As autoras, tendo em vista que o exercício da reprodução e da sexualidade são ambos mediados por relações de poder, fazem um paralelo à hierarquia de atos sexuais proposta por (RUBIN, 1999) com a reprodução. Neste sentido, defendem que a somatória e a interação de diferentes aspectos da mulher determinam o grau de aceitação social de uma determinada maternidade. Quanto maior o número de aspectos ditos ‘negativos’ presentes na mulher ou no casal ao exercitarem a maternidade e/ou a reprodução e cuidado com os filhos, mais próximos estarão da base da pirâmide hierárquica e, ainda, menor será o exercício de direitos humanos, fato que revela a exclusão social a que estão submetidos. O mesmo vale no sentido oposto: quanto maior o número de aspectos vistos como ‘positivos’ em uma mulher e/ou em um casal, mais a maternidade e/ou a reprodução e cuidado com os filhos tenderão a ser valorizadas, bem como mais freqüente tende a ser o exercício de direitos humanos. Assim, são inúmeras as possibilidades analíticas para se pensar as hierarquias reprodutivas, em que existem maternidades (e paternidades) mais prestigiadas e respeitadas ao lado de outras consideradas ilegítimas, subalternas ou marginais, fontes de preconceito e discriminação.

Os principais aspectos envolvidos nas hierarquias reprodutivas - que não são fixos nem imutáveis e perpassam transversalmente a pirâmide da hierarquia reprodutiva - são: raça, classe, geração/idade e parceria sexual. O papel da raça nas hierarquias

reprodutivas advém do fato óbvio, mas que, às vezes, passa imperceptível, de que vivemos em uma sociedade racista. De fato,

“o racismo não é uma escolha, uma vontade ou uma opinião pessoal. Mais que um reflexo, é a justificação, um projeto, uma programação social, uma ideologia. Como fenômeno ideológico, o racismo submete a todos e a todas, sem distinção, revitaliza e mantém sua dinâmica com a evolução da sociedade, das conjunturas históricas e dos interesses dos grupos dominantes. Autoriza e naturaliza o tratamento diferencial e desigual de um grupo sobre o outro. O racismo é condição histórica e traz consigo o preconceito e a discriminação, afetando a qualidade de vida e de saúde da população negra nas diferentes fases do ciclo da vida, pertencente a todas as camadas sociais, residente na área urbana ou rural de qualquer uma das macro-regiões do país. Reafirma-se no dia-a-dia pela linguagem comum, se mantém e se alimenta pela tradição e pela cultura; influencia a vida, o funcionamento das instituições, das organizações e também as relações entre as pessoas” (LOPES e QUINTILIANO, 2007:9).

De acordo com o Dossiê sobre a Situação das Mulheres Negras Brasileiras, de 2007, elas “estão entre os contingentes de maior pobreza e indigência do país. Possuem menor escolaridade, com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que as mulheres brancas, além de uma menor expectativa de vida. São trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres e responsáveis pelo cuidado e sustento do grupo familiar” (AMNB, 2007:11-12). Nesse sentido, são múltiplas as violações de direitos humanos que vitimam mulheres negras e não-brancas indistintamente, em todas as esferas e fases de suas vidas, inclusive no exercício da reprodução e da maternidade.

No que diz respeito ao segundo fator transversal - a classe social - o problema, no caso brasileiro, está na concentração da renda, ou seja, na enorme desigualdade de acesso a bens e serviços, que gera, inequivocamente, desigualdade social. Muito embora, de acordo com dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o coeficiente Gini, parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda, venha diminuindo no Brasil (de 2001 para 2007 passou de 0,593 para 0,552, sendo que quanto mais perto de zero for coeficiente, menor será a desigualdade), “a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres é apenas ligeiramente maior que a parcela apropriada pelo 1% mais rico” (IPEA, 2008:s./p.). Essa desigualdade social estrutural, crônica, acabou por criar um grave e arraigado preconceito contra os pobres. As classes com maior poder econômico e financeiro da sociedade ainda acreditam que a pobreza é fruto do inchaço populacional e que, portanto, os pobres

não devem se reproduzir, não devem ter filhos, sob pena de estarem gerando ‘futuros bandidos’, configurando uma clara e injusta criminalização da pobreza.

O terceiro aspecto transversal é a geração/idade. Há um senso comum de que criança tem que brincar e estudar e que jovens não devem ter filhos antes de certa idade. Apesar de reconhecido em documentos internacionais, o direito à autonomia das crianças e dos jovens não é respeitado, de modo que, freqüentemente, elas não tomam as decisões sobre os assuntos que afetam seus corpos e sua saúde, como é o caso da reprodução. Quando o fazem, é preciso enfrentar uma série de barreiras em distintas esferas da vida, como discriminação no acesso à educação e aos serviços de saúde.

Por fim, a parceria sexual ou a sua inexistência constitui o quarto fator transversal a ser considerado nas hierarquias reprodutivas. As mulheres que optam ou acabam por exercer a maternidade sozinha, sem qualquer parceria sexual (as chamadas mães-solteiras), são estigmatizadas por sua opção e/ou situação, em especial pela falta de vinculação da criança a um pai legal. Como dito, o Brasil tem uma elevada parcela de pessoas que não tem sequer o nome do pai em seu registro de nascimento. O não-reconhecimento paterno é um fenômeno social complexo e coloca demandas pela universalização dos direitos reprodutivos, pela descriminalização do aborto, pela redistribuição de poder entre mulheres-mães e homens-pais (THURLER, 2009). Paralelamente, no Brasil, como em muitos outros lugares do mundo, a homofobia e a heteronormatividade precisam, ainda, ser combatidas, tendo em vista a discriminação e inúmeras violações de direitos humanos, vivenciadas cotidiana e sistematicamente por gays, lésbicas, transgêneros, travestis e bissexuais, sendo sua principal expressão a violência letal que sofrem. Ainda que avanços sejam observados, como a adoção de crianças por homossexuais, concedida pelo Poder Judiciário, este grupo, assim como seus filhos(as), são discriminados em razão do não-reconhecimento, social ou legal, deste novo tipo de família.

Tendo estes quatro fatores em vista, pode-se pensar em suas combinações com outros, as quais tendem a tornar mais difícil - ou mais fácil - o exercício da maternidade: presença de doenças (como AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida ou sífilis, por exemplo), hábitos promíscuos, deficiência física ou doenças mentais, ser moradora de rua, usuária de drogas, prostitutas e infratoras. Se os fatores acima somarem-se aos transversais - raça, classe, idade e parceria sexual – a aceitação social da maternidade pode ficar muito comprometida. E, justamente, são estas as mães que

compõem o grupo de mulheres estudadas: todas exercem a maternidade sem o pai da criança, todas são jovens, a maioria é não-branca, certamente são pobres e sem parcerias sexuais estabelecidas. Muitas, ainda, viveram nas ruas e foram usuárias de drogas; uma se prostituiu e outras tantas podem ter sido consideradas promíscuas. Destarte, antes de serem acolhidas pela Virada da Vida, como se verá neste trabalho, eram mães situadas base da pirâmide de hierarquias reprodutivas o que significa dizer que tinham muitos, para não dizer quase todos os seus direitos humanos violados, configurando um quadro de extrema vulnerabilidade social.

1.5. SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: O USO DO CONCEITO DE VULNERABILIDADE

Neste trabalho, a discussão acerca do exercício da maternidade situa-se entre dois campos: o da saúde e o dos direitos humanos. Muito raramente, discussões sobre saúde consideram e incluem as questões relativas aos direitos humanos. O inverso também é verdadeiro, isto é, a saúde somente é incluída no discurso dos direitos humanos quando sua violação leva a claros danos à saúde (MANN *et al.*, 1995:7). Contudo, tendo em vista que “a saúde e os direitos humanos são, ambas, formas poderosas, abordagens modernas para definir e avançar o bem-estar humano” (MANN *et al.*, 1995:8), passou-se, mais recentemente, a dar atenção à esta intersecção, pois essa perspectiva pode beneficiar tanto aqueles engajados na área da saúde quanto na dos direitos humanos: de fato, ela “ajuda a revitalizar o campo da saúde, bem como contribui para a ampliação da prática e pensamento dos direitos humanos” (MANN *et al.*, 1995:22). Ademais, consoante FRANÇA JUNIOR e AYRES (2003:68), “a perspectiva dos direitos humanos pode dar visibilidade à vulnerabilidade de certas populações à saúde e/ou violações de direitos, inapreensíveis por meio de instrumentos conceituais restritos à tradição médico-sanitária”. Resta clara, pois, a contribuição deste enfoque: ao se trabalhar com a perspectiva combinada da saúde e dos direitos humanos, abrem-se “novas avenidas para o entendimento e avanço do bem-estar humano no mundo moderno” (MANN *et al.*, 1995:22)²².

²² Sendo jovens mães o público-alvo deste trabalho, é curioso notar que o moderno movimento de saúde e direitos humanos “foi avançado e expandido pelos *insights*, análises e ações transformadoras em torno da saúde, dos direitos e da dignidade das mulheres” (MANN e GRUSKIN, 1995:310).

Um dos conceitos mais importantes nessa área é o de ‘vulnerabilidade’. Originalmente, este conceito designava “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania” (ALVES, 1994 *apud* AYRES *et al.*, 2003:118). Sua aplicação ao campo da saúde surge a partir de estudos sobre o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e a AIDS desenvolvidos, inicialmente, por Jonathan Mann, na Faculdade de Saúde Pública de Harvard, nos Estados Unidos.

Na fase de descoberta do HIV, no começo da década de 80, utilizava-se a categoria ‘grupos de risco’²³, que se tornou “a base das poucas e toscas estratégias de prevenção preconizadas pelas políticas de saúde da época, mostrando-se tão equivocadas e ineficazes do ponto de vista epidemiológico, quanto incitantes de profundos preconceitos e iniquidades”. Atribui-se a esta idéia grande parte do estigma e da discriminação que os portadores de HIV sofriam no começo da epidemia (AYRES *et al.*, 2003:120). Deste conceito, passou-se para uma concepção ‘comportamentalista’, em que havia “de um lado os comportamentos de risco, e de outro, as práticas seguras (entre elas o sexo seguro e o uso de seringas descartáveis)”, que culminavam com a idéia de ‘práticas arriscadas’ (PAIVA, 2000:33), isto é, de ‘comportamento de risco’. Ainda que retire o peso do estigma dos ‘grupos de risco’, universalizando a preocupação com o problema e estimulando a participação ativa do ponto de vista individual com a prevenção, o ‘comportamento de risco’ mantém o viés culpabilizante que penaliza o indivíduo que falha em se prevenir da contaminação do vírus (AYRES *et al.*, 2003:121). Ademais, de acordo com PAIVA (2000:35), este conceito “eliminou a idéia de contexto social presente na tradição da saúde coletiva (ainda que perigosamente manipulável)” e de que “existem populações mais vulneráveis à infecção, resultado de condições socioeconômicas ou da falta de direitos que as transformam num grupo mais exposto ao HIV”. Paralelamente, pelos aportes dos movimentos feministas, que propunham o empoderamento das mulheres, restou claro que “a mudança para um comportamento protetor na prevenção da AIDS não é a resultante necessária de ‘informação + vontade’, mas passa por coerções e recursos de natureza cultural, econômica, política, jurídica e até policial, desigualmente distribuídas” (GUPTA, 1996 *apud* AYRES *et al.*, 2003:121).

²³ De acordo com PAIVA (2000:33), a idéia original de ‘grupos de risco’ referia-se a prostitutas, drogados, hemofílicos, homossexuais e promíscuos.

Às críticas à abordagem de ‘comportamento de risco’ soma-se o fato de a epidemia ter explodido geograficamente – em especial para África e Ásia – e, também, para setores socialmente enfraquecidos, entre eles mulheres, pobres e jovens, sugerindo que aproximações teóricas e intervenções não restritas ao HIV eram necessárias, até porque mais sustentáveis. É neste momento, pois, que surge “a compreensão da dimensão sociocultural do risco e da sexualidade” (PAIVA, 2000:37), junto com o conceito de vulnerabilidade que considera “a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos” (AYRES *et al.*, 2003:122-123).

De acordo com AYRES *et al.* (2003:123), são três as dimensões de análise de vulnerabilidade: há um componente individual, que “diz respeito ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; à capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las aos seus repertórios cotidianos de preocupações; e, finalmente, ao interesse e às possibilidades efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas e protetoras”; existe, também, um componente social, que se refere à “obtenção de informações, às possibilidades de metabolizá-las e ao poder de incorporá-las a mudanças práticas”, que não dependem só dos indivíduos, mas de outros aspectos, como escolarização, barreiras culturais, estar livre de coerções ou violência etc.; e, por fim, há um componente programático, que se relaciona ao quanto “os recursos sociais que os indivíduos necessitam para não se expor ao HIV e se proteger de seus danos [são] disponibilizados de modo efetivo e democrático”. Traduzindo para a linguagem de direitos humanos, tem-se que a vulnerabilidade individual refere-se ao quanto as pessoas são reconhecidas como sujeitos de direitos; a vulnerabilidade social relaciona-se à análise das relações sociais, dos marcos da organização e da cidadania; e, finalmente, a vulnerabilidade programática requer uma análise de quanto e como os governos respeitam, protegem e promovem o direito à saúde mais amplamente (AYRES *et al.*, 2010:14).

Neste sentido, o conceito de vulnerabilidade ajuda a compreender a relação entre discriminação social e processo saúde-doença (PAIVA, 2000:41), e portanto bem-estar, estando, assim, intimamente ligado ao quadro de direitos humanos. De fato, analisar as discriminações a que determinadas pessoas estão sujeitas implica

apreender distinções, exclusões ou restrições que tenham como objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos humanos. A discriminação que as pessoas sofrem aumenta a sua vulnerabilidade individual, social e programática a determinados eventos de saúde fazendo com que passem a ter, assim, piores perfis de saúde, sofrimento, doença e morte (AYRES *et al.*, 2010:10), reduzindo o seu bem estar ao longo das diferentes fases da vida.

A partir desta constatação é que se faz relevante o uso do conceito de vulnerabilidade neste trabalho. Ao analisar um programa desenvolvido por uma instituição que acolhe jovens mães em situação de vulnerabilidade social, busca-se verificar em que medida esse programa é capaz de melhorar, de um modo geral, a saúde e o bem-estar dessas jovens que foram, e em alguns casos ainda são, discriminadas. As jovens mães da Virada da Vida, que se encontram na base da pirâmide das hierarquias reprodutivas, estiveram vulneráveis diante das três dimensões de análise: do ponto de vista individual, tiveram inúmeros direitos violados ao longo de suas vidas, não tendo sido consideradas ‘sujeitos de direitos’; do ponto de vista social, constituem um grupo excluído não só por serem mulheres, jovens e também mães, como pelo baixo nível de escolaridade, pelas experiências de violência dentro e fora do âmbito familiar, pela vivência nas ruas e uso abusivo de drogas, indicando a existência de um *déficit* de cidadania; por fim, do ponto de vista programático, não tiveram nenhuma política pública social sólida especificamente destinada a elas. Vale dizer ainda, que a despeito de as três dimensões da vulnerabilidade dessas jovens serem tratadas ao longo deste trabalho, a dimensão programática tem especial relevância, uma vez que se buscará analisar se - e como - o programa da instituição Virada da Vida reduz, reproduz ou aumenta a condição de vulnerabilidade das jovens em seus contextos (AYRES *et al.*, 2010:15).

Ressalte-se que há mais uma vantagem, do ponto de vista prático e teórico, em se trabalhar com este conceito: analisar a vulnerabilidade social destas jovens – ou de qualquer outro grupo - sob o ponto de vista da violação de direitos humanos permite o uso da estrutura do sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Isto significa oferecer às pessoas ou aos grupos que as representam a possibilidade de utilizar mecanismos procedimentais, institucionais e de monitoramento dos direitos humanos, para cobrar dos Estados sua responsabilidade e *accountability* em respeitar,

proteger e implementar direitos, o que engloba tanto ações preventivas como restaurativas, no caso, às discriminações sofridas.

1.6. RELEVANCIA DA PESQUISA

A relevância teórica desta pesquisa está em descrever e analisar um programa que oferece o suporte social necessário ao exercício da maternidade por mulheres-mães, na perspectiva da saúde e dos direitos humanos. Este programa pode, possivelmente, quebrar o círculo vicioso de miséria, vulnerabilidade e violência experimentado por muitas mães jovens, sem parceiros e pobres – especialmente não-brancas. Além disso, não se encontrou, na literatura disponível, estudos que pretendessem sugerir um núcleo de direitos humanos das mães, chamados aqui de ‘direitos maternos’. Essa faceta inovadora contribui para o estudo ser relevante do ponto de vista teórico.

Cumpramos ressaltar que esta pesquisa trata as mulheres como fins em si mesmas, não as vendo como instrumentos sociais cuja finalidade básica é a obtenção de futuros cidadãos para a manutenção da vida em sociedade. Pretende-se, antes, defender o suporte social para mães em situação de vulnerabilidade, de modo a permitir, justamente, que elas possam fazer escolhas, serem seres autônomos e independentes, capazes de auto-regular seus corpos e suas vidas. A meta é, assim, evitar que as mulheres continuem sendo, como foram por séculos, definidas pela reprodução e, ainda por cima, discriminadas.

No entanto, como explica PETCHESKY (1984:17), há um risco: “como a divisão sexual do trabalho prevalece na criação das crianças e, dessa forma, define a posição da mulher, uma política [tal como a que o reconhecimento de direitos maternos pode vir a resultar] que dê ênfase a benefícios e serviços que facilitem a criação das crianças pode diminuir o peso material (e outros) da maternidade, mas também perpetuar a atual divisão sexual do trabalho e a subordinação social da mulher”. Sendo o público-alvo estudado composto por jovens que não tem contato algum com os pais das crianças, justifica-se a existência da proposição de um núcleo de direitos humanos *das mães*. Ainda assim, considera-se, ao final, possível, a partir do exemplo de políticas públicas relativas à família na Suécia, a sugestão de que, na medida em que se for alcançando maior igualdade de gênero, haja uma desformatação de gênero e os ‘direitos maternos’ tornem-se ‘direitos parentais’, de titularidade de homens,

mulheres e de todos aqueles que realizam o trabalho do cuidado e socialização das crianças pequenas.

A relevância social desta pesquisa, por sua vez, centra-se na análise da promoção e garantia dos direitos humanos de mulheres desamparadas que, sem suporte social para o exercício da maternidade, mantêm-se presas ao círculo da miséria, vulnerabilidade e violência, não sendo capazes de ter condições minimamente dignas de vida nem para si mesmas e nem, tampouco, para seus filhos.

1.7. PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS AO LONGO DESTE TRABALHO

Em seu desenrolar, este estudo pretende responder as seguintes perguntas: como é experimentada a maternidade das mulheres pobres, marginalizadas, ditas ‘irresponsáveis’? Qual o impacto da ausência de suporte social para o exercício da maternidade na vida destas mulheres? Quais são as restrições de direitos mais comumente experimentadas pelas mães que se situam na base da pirâmide das ‘hierarquias reprodutivas’? Qual o suporte social necessário para o exercício destas maternidades, que seja capaz de quebrar o círculo vicioso de miséria, violência e vulnerabilidade e promover um novo projeto de vida em que mães e filhos permaneçam juntos? Como o suporte social oferecido pela instituição pode ser traduzido em termos de direitos humanos? É possível a sugestão, ainda que incipiente, de uma nova categoria de direitos, ditos ‘maternos’, que reflitam o suporte social necessário para o exercício da maternidade? Em caso afirmativo, sua efetivação é capaz de ampliar a cidadania dessas jovens mães de modo a transformá-las em sujeitos de direitos, promovendo a igualdade de gênero? E, por fim, em caso afirmativo, diante de uma maior igualdade de gênero, é possível cogitar uma categoria de ‘direitos parentais’, que ofereça suporte social para todos aqueles que realizam o trabalho do cuidado?

1.8. LIMITES DESTE ESTUDO

Este trabalho, como era de se esperar, apresenta o estágio atual de reflexão da pesquisadora acerca do tema do acolhimento de mães (juntamente com seus filhos) em situação de vulnerabilidade social e daquele relativo ao suporte social necessário

para que exercitem a maternidade em condições dignas e saudáveis. Especialmente no que diz respeito à sugestão de uma nova categoria de direitos ‘maternos’, a autora reconhece a necessidade de um maior e melhor desenvolvimento teórico e conceitual, que só é possível com o passar do tempo e na interlocução com outros pesquisadores da área. Como acima mencionado, outro possível limite (e risco) do atual trabalho foi a escolha, intencional, de estudar mães que estiveram, por diversas razões, em situação de acentuada vulnerabilidade social e que exercem a maternidade solitariamente. O tema eleito implicou, assim, a ausência dos homens e de suas perspectivas, o que acabou por fazer com que a perspectiva relacional de gênero fosse prejudicada.

1.9. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo encontra-se organizado em cinco capítulos, além deste primeiro, que buscou introduzir e contextualizar o leitor acerca da temática tratada. O segundo deles apresenta e detalha os objetivos da pesquisa, enquanto o terceiro descreve e justifica o método seguido e os procedimentos de coleta de dados empregados, bem como as questões éticas pertinentes. No quarto capítulo são descritos os resultados de pesquisa documental relativa aos direitos humanos das mulheres e, o quinto, finalmente, apresenta e analisa os resultados obtidos em pesquisa empírica, conduzida na instituição Virada da Vida. Essa análise, feita a partir de um referencial teórico de gênero e de direitos humanos, tem início com uma reflexão acerca da vulnerabilidade social das jovens, tal como se encontravam antes do acolhimento institucional. Posteriormente apresenta-se o programa desenvolvido pela instituição no sentido de remediar violações de direitos humanos sofridas pelas jovens e garantir seus direitos reprodutivos, direito à habitação, direito ao trabalho e à renda, e os direitos sexuais. Conclui-se este capítulo propondo uma nova categoria de direitos, ditos ‘maternos’ que, quando efetivados, são capazes, ainda que com certas limitações, de oferecer o suporte necessário para o exercício da maternidade e de romper com o ciclo vicioso de miséria, vulnerabilidade e violência a que jovens estavam submetidas. Ao final, sugere-se que sejam desenvolvidas pesquisas no sentido de verificar a pertinência de se reconhecer, no futuro, uma categoria de ‘direitos parentais’, a serem assegurados a todos aqueles que realizam o trabalho do cuidado, e não só às mães, por meio da desformatação do ponto de vista de gênero do trabalho do cuidado.

2. OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1. OBJETIVO GERAL

Tendo como referência os estudos de gênero e a concepção contemporânea de direitos humanos, este estudo descreve e analisa o trabalho desenvolvido por uma instituição não governamental que acolhe, conjuntamente, jovens mães e seus filhos vivendo em situação de acentuada vulnerabilidade social. O objetivo principal foi verificar, a partir dos resultados encontrados, a pertinência de se propor o reconhecimento de um núcleo de ‘direitos maternos’ entre os direitos humanos que seja capaz, de um lado, de oferecer o suporte social necessário para que as mães possam experimentar, com dignidade, o exercício da maternidade e, de outro, de romper o ciclo vicioso de miséria, vulnerabilidade e violência a que estavam submetidas.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

São objetivos específicos deste projeto:

- 2.2.1. Apreender as trajetórias afetivo-sexuais de jovens mães em situação de vulnerabilidade social situadas na base da pirâmide hierárquica reprodutiva;
- 2.2.2. Descrever como se configura o impacto da ausência de suporte social à maternidade na vida dessas jovens mães;
- 2.2.3. Identificar as restrições de direitos humanos mais comumente experimentadas por tais mulheres ao exercerem a maternidade;
- 2.2.4. Descrever e analisar o acolhimento e suporte social à maternidade oferecido pela instituição Virada da Vida;
- 2.2.5. Verificar a viabilidade de se propor um núcleo de direitos humanos relativos ao exercício da maternidade.

Assim como todos os estudos acadêmicos, espera-se que a consecução desses objetivos contribua para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa relativa à maternidade na área dos direitos humanos e, ainda, que os resultados aqui alcançados constituam subsídios para o delineamento de políticas públicas voltadas para o

suporte social ao exercício da maternidade, centrais sempre, mas notadamente importantes no caso de mães em situação de acentuada vulnerabilidade social.

3. METODO

3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO

3.1.1. Recursos metodológicos e seu ajuste

Este estudo foi realizado utilizando uma combinação de metodologias qualitativas. De acordo com MINAYO (2007:21), a metodologia qualitativa fundamenta-se no trabalho “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e busca apreender a realidade social a partir de fenômenos humanos como as relações e as representações, cuja quantificação em números e indicadores é bastante difícil. Trata-se, neste sentido, da metodologia mais adequada para alcançar o objetivo proposto: descrever e analisar a partir de uma perspectiva de gênero e de direitos humanos o acolhimento oferecido pela instituição Virada da Vida a jovens mães que se encontravam, juntamente com seus filhos, em situação de extrema vulnerabilidade social. Para tanto, buscou-se entender, a partir dos relatos das jovens mães, como a experiência de se descobrir e se tornar mãe em condições muito precárias e, posteriormente, em um ambiente de acolhimento era vivida, pensada, sentida e atuada pelas jovens, para, então, compreender se e como o acolhimento oferecido possibilita uma vida digna e o rompimento do ciclo de miséria, vulnerabilidade e violência a que estavam submetidas.

Foi obtida uma grande quantidade de dados recorrendo-se apenas a um número reduzido de mulheres (N=8). De um lado, foram observadas as jovens mães na rotina da instituição, quando realizavam atividades corriqueiras do cotidiano, cuidavam de seus filhos, interagiam com outras mães, outras crianças, com a direção da instituição e, inclusive, com a pesquisadora. De outro, foram realizadas entrevistas em profundidade sobre a experiência da maternidade, com as quais se tentou apreender as percepções, sentimentos, opiniões e conhecimentos das jovens mães. Além disso, foram colhidos e analisados documentos oficiais relativos à instituição, ou seja, sua razão social, missão e objetivos, e, ainda, publicações em que a metodologia de acolhimento de mães em situação de vulnerabilidade e seus filhos fora sistematizada. Por último, pessoas, também mulheres, ligadas à equipe gestora da instituição foram entrevistadas com o intuito de se ter uma visão mais clara acerca do que a instituição

pretende com o trabalho desenvolvido, além de quais são as principais dificuldades encontradas no cotidiano da instituição.

Em termos de ajustes metodológicos com relação ao projeto original, após constatar que as mulheres atendidas na instituição tinham idade entre 14 e 35 anos, optou-se por não restringir a pesquisa às mães adolescentes – com idade entre 12 a 18 anos –, mas ampliar o universo estudado para incluir ‘jovens’ mães.

A definição sobre quem é ‘jovem’ é difícil: não há um entendimento padrão ou uniforme. Em vista da multiplicidade de comportamentos e atitudes dos jovens, não é possível falar de uma juventude única, geral e abstrata: há “adolescências e juventudes” (VENTURA e CHAVES JUNIOR, 2003:12) que variam, entre outros fatores, de acordo com o lugar, a raça e a classe da pessoa. Ainda assim, o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA e a Organização Mundial da Saúde – OMS definiram que a população jovem é aquela com idade entre 10 e 24 anos (VENTURA e CHAVES JUNIOR, 2003:12), e a Assembleia Geral da ONU a definiu como sendo “o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos” (UNESCO, 2004:25). O critério etário rígido, no entanto, é de pouca utilidade. Em razão de “diversas circunstâncias particulares, identifica-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos” (UNESCO, 2004:25). A juventude pode ser, assim, definida como “o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social” (UNESCO, 2004:25). No caso em tela, as mulheres estudadas são jovens porque estão vivendo justamente essa fase transitória, de passagem da infância para a vida adulta – sendo que o exercício da maternidade com as responsabilidades dele derivadas pode, em muitos casos, ser considerado um catalisador deste processo. A peculiaridade e a importância desta etapa devem-se ao fato de que as escolhas feitas neste período influenciam o futuro, ampliando ou a limitando a vida adulta (VENTURA e CHAVES JUNIOR, 2003:12). Ao não restringir a pesquisa às mães adolescentes, perde-se no detalhamento da discussão acerca dos direitos específicos deste grupo; contudo, acredita-se, ao incorporar a fala de mães abrigadas fora da faixa etária inicialmente proposta, há um enorme ganho na compreensão do programa de acolhimento desenvolvido pela instituição.

3.1.2. Referencial teórico adotado

O referencial teórico adotado para a análise do material empírico será duplo: de um lado, tem-se gênero como uma categoria útil de análise. De acordo com SCOTT (1990:14), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Há quatro elementos que operam conjuntamente sobre o gênero: primeiro, “os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias)” (SCOTT, 1990:14); segundo, “os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1990:14); depois, “uma noção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social” (SCOTT, 1990:15); e, por fim, “a identidade subjetiva” da pessoa (SCOTT, 1990:15). Todos os quatro, de alguma forma, contribuem para o contexto de discriminações a que as mulheres estão submetidas por e ao exercitarem a maternidade sem suporte social.

De outro lado, o referencial teórico de análise a partir do qual serão feitas recomendações é a concepção contemporânea de direitos humanos, em especial os direitos reprodutivos e os direitos sexuais tal como formulados e previstos na Declaração e Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo, Egito, em 1994. Os direitos humanos reconhecidos pelos Estados em convenções e tratados internacionais da ONU são obrigações por eles assumidas no sentido de oferecer um ‘ piso mínimo ’ de condições que garantam às pessoas uma vida com dignidade. Destarte, os direitos humanos trarão subsídios para se pensar sobre o suporte social à maternidade por meio do reconhecimento, se pertinente, de ‘ direitos maternos ’ que minimizem a contribuição da maternidade para a desigualdade de gênero e promovam uma vida digna para as jovens mães, quebrando o ciclo de miséria, vulnerabilidade e violência.

3.1.3. Coleta de dados: documentos, observação etnográfica e aplicação de questionários

A maior parte dos dados coletados é proveniente da coleta de documentos institucionais e do trabalho de campo realizado por meio de duas metodologias qualitativas combinadas: a observação etnográfica e a aplicação de questionários.

A análise documental foi utilizada como recurso metodológico para auxiliar na compreensão do programa desenvolvido pela instituição estudada. Esta parte da pesquisa refere-se principalmente à análise detalhada de uma coleção de publicações, composta por quatro livros, que sistematiza a metodologia de trabalho da instituição Virada da Vida.

Paralelamente, no último trimestre do ano de 2008, a pesquisadora conduziu uma observação etnográfica da instituição, ou seja, observou a rotina da instituição buscando captar situações e significados, registrados em caderno de campo, que não seriam possíveis de serem obtidos em entrevistas com as jovens. A cada (re)encontro com as mulheres, a pesquisadora imergia novamente no mundo das pesquisadas e de sua pesquisa. Nesse momento de observação e contato com as jovens e a equipe, a pesquisadora esteve sempre atenta, procurando primeiramente explorar o seu entorno, para somente depois buscar confirmações.

Esse período inicial foi essencial para o momento seguinte, de aplicação dos questionários: quando realizadas as entrevistas em profundidade, no início de 2009, todas as jovens mães sabiam quem era a pesquisadora e o que lá fazia. Assim, ela acabou se tornando uma pessoa relativamente familiar, em quem as jovens e a equipe podiam confiar. Essas entrevistas, ainda que seguissem um roteiro, foram, de fato, um convite às informantes para falarem livremente sobre o exercício da maternidade e seus projetos de vida a partir do acolhimento na instituição. Vale dizer que muitas das jovens, ainda que não pré-selecionadas para a entrevista em profundidade, pediram à pesquisadora enfaticamente para serem entrevistadas, demonstrando o interesse na pesquisa que estava sendo realizada. Em razão disso, acredita-se, foram obtidos relatos muito francos de suas histórias de vida; as participantes compreenderam que a pesquisadora estava ali realmente presente, agindo e reagindo honestamente ao que lhe era apresentado. Contudo, uma ressalva é necessária: tendo sido as entrevistas realizadas dentro da instituição estudada, existe a possibilidade das jovens não terem

se sentido à vontade para criticar o programa do qual faziam parte e se beneficiavam, sendo este um possível limite da pesquisa de campo. Vale dizer que a estes dados, ditos primários, somaram-se os secundários, que se referem aos acima mencionados documentos e materiais institucionais.

3.1.4. Análise do material

A leitura compreensiva do material buscou oferecer uma visão de conjunto e apreender as particularidades do material. Foram identificados, em cada fonte de dados, os principais subtemas – previamente determinados (categorias *a priori*) e inesperados (categorias *a posteriore*) –, que foram agrupados em temas que, por sua vez, se converteram em categorias analíticas (no caso, como se verá adiante, o contexto de vulnerabilidade e os direitos humanos que compõem o núcleo de ‘direitos maternos’). Tomou-se especial cuidado para não excluir aspectos contraditórios dos subtemas e temas, por se entender que eles permitiriam captar melhor o significado alocado pelas participantes à vivência e ao exercício da maternidade num contexto de vulnerabilidade, bem como ao acolhimento e suporte social oferecido pela instituição.

Ao organizar as informações foi possível uma melhor apreensão de seu significado, que conduziu a *insights* e intuições preciosos que, para serem efetivamente compreendidos, demandaram articulações de conhecimentos teóricos e empíricos, isto é, entre os dados disponíveis, provenientes das diferentes fontes, e o referencial teórico adotado, no caso de gênero e direitos humanos. É o que MINAYO (2007:101) chama de “elaboração de síntese interpretativa, em que se articulam os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos”.

3.1.5. Pré-seleção das participantes

Quando teve início a pesquisa, a instituição abrigava 22 mães e 25 crianças. A mãe de uma criança de poucos meses tinha fugido; outra mãe, embora tivesse tido quatro filhos, não tinha nenhum deles com ela – dois faleceram e com outros dois ela não tinha contato.

Inicialmente, foi aplicado um questionário (Anexo 1) a 17 mães. Não foi aplicado à totalidade das jovens porque (mais) uma delas fugiu do abrigo, uma havia ido embora

e outras três estavam trabalhando em programas de geração de renda da instituição. Neste questionário lhes foi perguntado a respeito de: (i) filhos (quantos, sexo, idade, com quem estava(m), o tipo de parto e quem era o pai); (ii) cor; (iii) orientação sexual; (iv) grau de escolaridade; (v) tempo de instituição; (vi) inserção em programas de geração de renda oferecidos pela instituição; e, por fim, (vii) vivência de situações que acentuam a vulnerabilidade, como uso de drogas, prostituição, criminalidade ou violência, física e/ou sexual. O objetivo era ter um panorama geral de quem eram as jovens que lá estavam abrigadas e fazer uma pré-seleção das que seriam entrevistadas em profundidade.

As características das 17 jovens entrevistadas encontram-se descritas a seguir:

- com relação à idade: duas de 14 anos, duas de 15, três de dezessete, duas de 18, uma de 19, outra de 22, outra de 23 anos, duas de 24 anos, uma de 28 anos, outra de 29 e, por fim, uma de 35 anos de idade;
- quanto ao número de filhos: uma, como mencionado acima, não tinha filhos, 12 tinham um único filho ou filha, uma tinha dois filhos e três tinham quatro filhos (sendo que uma não tinha nenhum com ela – dois morreram e de dois ela não tinha a guarda – e outra só tinha dois com ela, pois os outros dois foram entregues para adoção);
- com relação à cor de pele, de acordo com a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): seis consideravam-se pardas, cinco brancas e seis pretas;
- quanto à escolaridade: dez estavam cursando o ensino fundamental e outras quatro delas estavam no supletivo correspondente, três estavam cursando o primeiro ano do ensino médio; e, por fim,
- quanto à sexualidade: 11 declararam-se heterossexuais e seis, bissexuais.

3.1.5.1. Grupo selecionado

A partir das informações conseguidas com a aplicação do questionário acima mencionado, foram selecionadas jovens para participar das entrevistas em profundidade. Esta seleção utilizou dois critérios: de um lado, a busca por heterogeneidade, de modo a abarcar a maior variedade de experiências e vivências

possível (idades diferentes, número de filhos variados, distintas religiões, alta e baixa escolaridade dentre o grupo etc.); de outro, a expressividade do grupo (conter meninas maiores de idade e adolescentes, negras e brancas, estudando e fora do sistema educacional, com e sem experiências homossexuais etc.).

O grupo final selecionado é, pois, composto por oito jovens mães acolhidas cujas características estão descritas a seguir:

- com relação à idade: três de 17 anos, outra de 18 anos, uma de 22, outra de 23, outra de 28 anos e, ainda, uma de 35 anos de idade¹;
- quanto ao número de filhos: quatro tinham um único filho ou filha, uma tinha dois filhos e três tinham quatro filhos (com as peculiaridades acima mencionadas);
- com relação à cor de pele, de acordo com a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): duas consideravam-se pardas, três brancas e três pretas;
- quanto à escolaridade: quatro estavam cursando o ensino fundamental, duas estavam no supletivo correspondente e duas estavam cursando o primeiro ano do ensino médio; e
- quanto à sexualidade: seis declararam-se heterossexuais e duas, bissexuais.

Vale dizer que, em razão da grande quantidade de dados coletados nas entrevistas, nem todos puderam ser analisados ao longo do trabalho. Especial menção deve ser feita à não utilização de dados sobre gravidez e parto e também sobre religião.

3.1.5.2. Entrevistas em profundidade

Como acima mencionado, foram realizadas entrevistas em profundidade, cujo roteiro encontra-se no Anexo 2. Previamente à sua realização, foram informados os objetivos da pesquisa e solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver item 3.2. abaixo). Ainda, foi pedido às entrevistadas autorização para gravar as entrevistas, que deveriam ser transcritas e digitalizadas posteriormente – o que foi

¹ Como é possível notar, todas as jovens adolescentes selecionadas tinham 17 anos. Isso ocorreu por haver pouca ou nenhuma diferença do ponto de vista jurídico entre jovens menores de 18 anos – são todas consideradas adolescentes – e em razão de a seleção ter levado em conta outros aspectos além do critério etário para formar o grupo.

autorizado em todos os casos. As entrevistas duraram de 35 minutos a duas horas e foram feitas em lugar reservado, dentro da própria instituição, que proporcionasse a privacidade necessária.

Entre os temas abordados ao longo da entrevista estão: (i) o início da vida sexual; (ii) a intencionalidade da gravidez e a parceria sexual; (iii) a gravidez em si; (iv) o parto e o pós-parto; (v) a maternidade e sua relação com o projeto de vida das jovens; (vi) o impacto em suas vidas do suporte social à maternidade oferecido pela instituição; e, por fim, (vii) a geração de renda.

3.1.6. Local de Estudo

O estudo foi realizado em uma instituição sem fins lucrativos, fundada em janeiro de 2000 no interior do estado de São Paulo, visando acolher mães e filhos em situação de vulnerabilidade social. Sua missão é “resgatar e desenvolver a auto-estima, a cidadania, o espaço social e a auto-sustentabilidade de jovens mães vulneráveis, facilitando sua inserção como multiplicadoras de um processo de transformação de comunidade em risco” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:09).

A instituição, para alcançar seu objetivo, compõe-se de quatro principais estratégias de ação, integradas e complementares, que serão detalhadas abaixo. Há um abrigo, onde foi realizada esta pesquisa, que é o espaço de acolhida, residência e inserção social das jovens mães e seus filhos em busca da construção de um novo projeto de vida conjunto. Nesta etapa inicial do programa, que visa recuperar a autoestima das jovens mães, elas têm direito a moradia, alimentação e assistência médica, psicológica e educacional. Outra estratégia é a geração de renda e trabalho como condição essencial para desenvolver a autonomia das jovens. Elas podem escolher entre três programas de formação. Com isso, dá-se início ao planejamento da futura ‘vida em família’ e encorajam-se os primeiros passos para a independência socioeconômica. A terceira estratégia é a formação de redes comunitárias, que buscam ao mesmo tempo o desenvolvimento local e a inclusão social das jovens. Há núcleos comunitários de geração de renda em que as mulheres atendidas pela instituição e inseridas socialmente auxiliam outras jovens e mulheres em situação de risco. Há também, em paralelo, um projeto de prevenção de uso abusivo de drogas, de violência sexual e de gravidez indesejada nas comunidades carentes desenvolvido pelas próprias jovens,

que, como multiplicadoras, transformam suas experiências de vida em ações preventivas. Por fim, há um núcleo de formação e pesquisa que faz a sistematização e a difusão da metodologia da instituição (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:24-25).

A proposta metodológica da instituição como um todo, nas palavras de sua diretora-executiva, não é “normatizar a vida da jovem em risco social, mas sim possibilitar a ela estabelecer comparações, hierarquizar riscos e, então, ter liberdade de fazer suas opções”. O respeito pela escolha e desejos das jovens impõe-se como valor fundamental. Ela ainda relata que parte da motivação do trabalho era fazer que as “mães passassem de assistidas a formadoras e multiplicadoras de idéias e tecnologias, aumentando sua renda mensal e sua auto-estima” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:13).

Note-se que a situação de risco – ou seja, de vulnerabilidade - das jovens mães é entendida como consequência de violações de direitos (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:09). Elas têm em comum uma história de exclusão em relação à família, à escola, ao mercado de trabalho, tendo muitas delas vivido em situação de violência, de rua, uso de drogas ou prostituição (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:17).

3.2. ASPECTOS ETICOS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foram respeitadas as formalidades de praxe impostas pela ética em pesquisa com seres humanos. O projeto de doutorado foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) em fevereiro de 2007, tendo sido aprovado no mesmo ano após esclarecimentos (Protocolo n. 1643, de 9 de outubro de 2007). A pesquisadora assinou um termo de responsabilidade que a obrigou a comunicar imediatamente à instituição toda e qualquer complicação ocorrida durante a realização do projeto, especialmente no caso de risco às voluntárias, o que felizmente não ocorreu.

Após explicar os objetivos da pesquisa, as entrevistadas foram informadas sobre o caráter voluntário da participação, ou seja, de que não receberiam nada em troca pela entrevista concedida e que poderiam, a qualquer tempo e sem nenhum tipo de

prejuízo, dizer que não queriam mais participar da pesquisa, mesmo que as entrevistas estivessem no meio ou concluídas. Foi-lhes informado também que poderiam se recusar a responder a perguntas que causassem a elas algum constrangimento ou que simplesmente não se sentissem à vontade para responder. Por fim, foi enfatizado o caráter sigiloso das entrevistas. Uma vez apresentados e esclarecidos todos estes pontos, elas assinaram individualmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3), concordando em participar da pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, para resguardar a confidencialidade e o sigilo das entrevistas, bem como a identidade das entrevistadas, a pesquisadora trocou os nomes reais das jovens por nomes fictícios por nomes de autoras feministas da tradição anglo-saxão. Com o mesmo intuito, o nome da instituição estudada também foi trocado – ainda que, dada a sua visibilidade e o tipo de trabalho que realiza, alguns leitores possam eventualmente identificá-la ou reconhecê-la.

Uma última menção faz-se necessária: visando ser fiel aos textos de outros autores e autoras citados ou, ainda, às falas das jovens entrevistadas, a pesquisadora utilizou colchetes ([]) todas as vezes que deliberadamente alterou o texto da citação ou da fala. Os colchetes logo no início da citação indicam que o texto começava com letra maiúscula e agora, por estar no meio do parágrafo, teve a inicial alterada; no meio das citações indicam inclusões da pesquisadora que visam adequar ou esclarecer o sentido da citação ou da fala. Em resumo, tais sinais gráficos são um recurso de escrita utilizado para indicar uma inclusão ou alteração no texto da citação ou da fala feita pela pesquisadora.

4. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Este trabalho, como dito, tem como referencial teórico os estudos de gênero e a concepção contemporânea de direitos humanos. Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa documental realizada no campo do Direito. Será dado um panorama do Direito Internacional dos Direitos Humanos (inclusive na sua interlocução com o ordenamento jurídico nacional), com ênfase nos direitos humanos das mulheres. Este panorama, espera-se, servirá de base e informará a análise realizada no capítulo seguinte acerca do núcleo de direitos humanos das mulheres que compõe o suporte social necessário para o exercício da maternidade.

4.1. O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

4.1.1. A Constituição Federal e o Direito Internacional dos Direitos Humanos

Estabelece o artigo 1º. da Constituição Federal (doravante “CF”), promulgada em outubro de 1988, que a República Federativa do Brasil constitui-se um Estado Democrático de Direito - ou seja, organiza-se e limita-se pelo Direito, cuja norma maior e que o orienta é a CF - e tem como fundamentos, entre outros, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Entre seus objetivos fundamentais, consoante o artigo 3º da CF, estão construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Adotada após 20 anos de ditadura militar, ou seja, de um regime autoritário, criou uma nova ordem constitucional, que representa um “indiscutível avanço na consolidação legislativa das garantias e direitos fundamentais e na proteção de setores vulneráveis da sociedade brasileira” (PIOVESAN, 2006:24). A dignidade humana, ou seja, o valor intrínseco de cada pessoa, de acordo com PIOVESAN (2006:27-28), “impõe-se como núcleo básico e informador de todo o ordenamento jurídico” brasileiro. Visando preservá-la, a CF traz amplo leque de direitos fundamentais, de direitos civis e políticos (dispostos no artigo 5º.) a direitos sociais (artigos 6º. ao 11º.). Neste sentido, conjuga o valor da liberdade com aquele da igualdade (PIOVESAN, 2006:34). A importância dos direitos fundamentais para o constituinte brasileiro pode ser percebida pela previsão, no

parágrafo 1º. do artigo 1º. da CF, de que suas normas definidoras têm aplicação imediata, isto é, um regime jurídico específico. Cabe, assim, aos poderes públicos “conferir eficácia máxima e imediata a todo e qualquer preceito definidor de direito e garantia fundamental” (PIOVESAN, 2006:35-36), ou seja, elas “são normas diretamente reguladoras de relações jurídico-materiais” (CANOTILHO, 1993 *apud* PIOVESAN, 2006:36).

A CF estabelece também, de um lado, que o Brasil rege-se-á nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos (artigo 4º., inciso II) e, de outro, que os direitos e garantias fundamentais nela expressos não excluem outros decorrentes de tratados internacionais de que o Brasil seja parte (artigo 5º., parágrafo 2º.). Conjuntamente, estas previsões indicam “a abertura da ordem jurídica interna ao sistema internacional de proteção aos direitos humanos”, ou seja, não apenas o engajamento do Brasil na elaboração de normas vinculadas ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, mas também a total integração destas normas à ordem jurídica interna do país (PIOVESAN, 2006:40).

O Direito Internacional dos Direitos Humanos é um ramo do Direito Internacional Público. Trata-se de “um sistema legal conceitualmente próprio e distinto, independente dos sistemas nacionais com os quais ele interage”. Constitui o Direito de uma ordem política internacional e possui procedimentos próprios relativos à elaboração e aplicação normativa (HENKIN *et al*, 1999 *apud* PIOVESAN, 2006:43). A principal fonte de obrigações deste ramo do Direito são os tratados internacionais¹ - acordos escritos entre sujeitos de Direito Internacional de caráter vinculante que, regulados pelo Direito Internacional, podem tanto reconhecer “novos” direitos, como também codificar uma prática reiterada dos Estados - que substituíram o papel desempenhado anteriormente pelo costume internacional². Além deles, são fontes do Direito Internacional as decisões judiciais, a doutrina e os princípios gerais do Direito reconhecidos pelas nações (PIOVESAN, 2006:120).

Cabe também mencionar, ainda que brevemente, qual a hierarquia dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico nacional. Para os defensores dos direitos

¹ Entre outras nomenclaturas dadas aos tratados, estão: convenção, pacto e carta. Protocolos são também tratados, mas estão vinculados a um tratado principal e a ele adicionam conteúdo ou procedimentos.

² De acordo com o artigo 38(b) do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, o costume internacional é a prática geral e comum aceita como lei. Neste sentido, o costume representa a expectativa de que o Estado aja de determinada forma.

humanos, a interpretação *contrario sensu* do parágrafo 2º. do artigo 5º. da CF, anteriormente mencionado, autoriza o entendimento de que os tratados internacionais de direitos humanos têm hierarquia constitucional, ou seja, que “[o]s direitos enunciados nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte integram (...) o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados” (PIOVESAN, 2006:52)³. Esta interpretação está de acordo com a “racionalidade e principiologia” da CF, uma vez que está “em harmonia com os valores prestigiados pelo sistema jurídico [adotado] em 1988, em especial com o valor da dignidade humana – que é o valor fundante do sistema constitucional” (PIOVESAN, 2006:64). Entretanto, é preciso notar que a opinião majoritária do Supremo Tribunal Federal (STF) alinha-se no sentido de que os tratados internacionais, relativos aos direitos humanos ou outros, equiparam-se às leis federais, revelando indiferença da Corte frente às consequências do descumprimento de tratados no plano internacional (PIOVESAN, 2006:60-64).

4.1.2. Concepção contemporânea de direitos humanos⁴

O fim da Segunda Guerra Mundial marca o início de uma nova ordem internacional. Em 1945, com a adoção da Carta das Nações Unidas foi criada a ONU, cujos objetivos principais, de acordo com o seu artigo 1º., são: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações e tomar medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução

³ Paralelamente, de acordo o artigo 102, III, *b* da CF, outros tratados internacionais têm hierarquia infraconstitucional, o que revela a distinção evidente entre tratados ditos tradicionais entre Estados (por exemplo, comércio de frutas ou automóveis) e aqueles de direitos humanos, que regulam valores fundamentais (como direito à vida ou à educação). Neste sentido, pode-se dizer que “o direito brasileiro faz opção por um sistema misto disciplinador dos tratados, sistema que se caracteriza por combinar regimes jurídicos diferenciados: um regime aplicável aos tratados de direitos humanos e outro aplicável aos tratados tradicionais” (PIOVESAN, 2006:67-68).

⁴ O enfoque adotado neste trabalho será no sistema universal de proteção aos direitos humanos vinculado à ONU. Os sistemas regionais – europeu da União Europeia, americano da Organização dos Estados Americanos e africano da União Africana -, ainda que relevantes para a proteção aos direitos humanos, só serão mencionados pontualmente. A ideia aqui é a de que “os diversos sistemas de proteção de direitos humanos interagem em benefício dos indivíduos protegidos. Ao adotar o valor da primazia da pessoa humana, estes sistemas [regionais e global] se complementam, somando-se ao sistema nacional de proteção, a fim de proporcionar a maior efetividade possível na tutela e proteção aos direitos” (PIOVESAN, 2008:53).

desses objetivos comuns. A Carta da ONU estabelece, ainda, em seu artigo 55, que os Estados-partes devem promover a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Destarte, ela “‘internacionalizou’ os direitos humanos. Ao aderir à Carta, que é um tratado multilateral, os Estados-partes reconhecem que os ‘direitos humanos’, a que ela faz menção, são objeto de legítima preocupação internacional e, nesta medida, não mais de sua exclusiva jurisdição doméstica” (BUERGENTHAL, 1988 *apud* PIOVESAN, 2006:129). Com a internacionalização dos direitos humanos, houve uma redefinição do “âmbito e alcance do tradicional conceito de soberania estatal, a fim de permitir o advento dos direitos humanos como questão de legítimo interesse internacional⁵. Foi ainda necessário redefinir o *status* do indivíduo no cenário internacional, para que se tornasse verdadeiro sujeito de direito internacional” (PIOVESAN, 2006:108-109).

A ONU é formada por vários órgãos, sendo necessário aqui fazer menção a dois deles: a Assembleia Geral, da qual fazem parte todos os membros da Nações Unidas e que tem como função discutir e fazer recomendações sobre temas relacionados à Carta, e ao o Conselho Econômico e Social, composto por 27 membros, cuja responsabilidade é promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais, o que inclui os direitos humanos. Em 1946, o Conselho Econômico e Social criou a Comissão de Direitos Humanos – que, após a reforma da ONU em 2006, tornou-se o Conselho de Direitos Humanos (CDH)⁶ –, cuja função era fazer “propostas, recomendações e relatórios relativos aos instrumentos internacionais de direitos humanos, à proteção das minorias, à prevenção da discriminação e demais questões relacionadas aos direitos humanos” (BUERGENTHAL, 1988 *apud* PIOVESAN, 2006:127). É importante notar que com o passar do tempo a Assembleia Geral passou a assumir um papel cada vez mais importante como um órgão legislativo

⁵ Essa redefinição da soberania, vale lembrar, ocorreu mesmo havendo previsão, no artigo 2º, item (7) da Carta das Nações Unidas, de que é proibida a intervenção em assuntos domésticos dos Estados.

⁶ Criado pela Resolução 60/251, de 3 de abril de 2006, adotada pela Assembleia Geral da ONU, o Conselho de Direitos Humanos substituiu a Comissão de Direitos Humanos que, de acordo com NADER (2007:8), “sofria, então, de forte crise de credibilidade, sendo acusada por Organizações Não-Governamentais e Estados de seletividade e excessiva politização no enfrentamento às violações de direitos humanos no mundo”. Conforme a resolução que o criou, o CDH, sendo o principal órgão internacional de promoção e proteção dos direitos humanos, é “responsável por ‘promover o respeito universal pela proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos sem distinção de qualquer tipo e de maneira justa e igualitária’”.

da ONU, e por ela são adotados documentos internacionais, inclusive de proteção aos direitos humanos.

Ressalte-se que a ONU, em razão de seu mandato tão amplo, conta com agências especializadas em temas específicos, como é o caso da Organização Internacional de Trabalho (OIT), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras, as quais também têm função legislativa e responsabilidade na proteção e promoção dos direitos humanos.

Foi a extinta Comissão de Direitos Humanos que, em 1948, submeteu para aprovação pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada unanimemente em 10 de dezembro daquele ano, dando início ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao sistema global de proteção aos direitos humanos. Este sistema reflete “uma consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invoca o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos, na busca da salvaguarda de parâmetros protetivos mínimos – do ‘mínimo ético irreduzível’” (PIOVESAN, 2008:53), que tem como finalidade última resguardar a dignidade humana.

Para a DUDH basta ser humano para ser titular dos direitos nela previstos. Tendo em vista que os direitos humanos são, em grande medida, históricos, ou seja, reconhecidos de modo “gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 1992:5), é possível dizer que a DUDH é a representação do que à época era entendido como “valores de cunho universal a serem seguidos pelos Estados” (PIOVESAN, 2006:130-131): à universalidade dos direitos humanos soma-se sua indivisibilidade, traduzida pela combinação de direitos civis e políticos (artigos 3º a 21) com direitos econômicos sociais e culturais (artigos 22 a 28).

Contudo, a DUDH, como diz seu próprio nome, é uma declaração de consenso e, para alguns, por essa razão, não tem caráter jurídico vinculante, ainda que promova “o reconhecimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a que faz menção a Carta da ONU” (PIOVESAN, 2006:137). Há quem entenda que a Declaração tem, sim, força jurídica vinculante, uma vez que integra o Direito costumeiro internacional e/ou os princípios gerais de Direito (PIOVESAN, 2006:138).

Visando a observância por todos os Estados membros da ONU dos princípios e direitos enunciados na DUDH, em 1966 foram adotados o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966a) - PIDCP e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966b) - PIDESC, que, além de ampliar o leque de direitos garantidos pela Declaração, transformaram seus dispositivos em previsões juridicamente vinculantes e obrigatórias para todos os Estados-partes que os ratificassem. A DUDH, juntamente com o PIDCP e o PIDESC, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos, que “representa o amplo consenso alcançado acerca dos requisitos minimamente necessários para uma vida com dignidade” (DONNELLY, 2003 *apud* PIOVESAN, 2006:152). O sistema global de proteção aos direitos humanos inicia-se, assim, tendo como destinatários todos os seres humanos, em sua abstração e generalidade⁷ (PIOVESAN, 2003: 205-206).

Contudo, para que fosse possível assegurar a todos integral e igualmente o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais, percebeu-se que, de um lado, havia temas que precisavam de atenção específica – como é o caso do genocídio e da tortura – e que, de outro, havia particularidades e especificidades de pessoas ou grupos de pessoas que deviam ser levadas em conta, sob pena de não terem garantida a dignidade humana. Este último processo denomina-se especificação dos sujeitos de direito e significou “o distanciamento cada vez maior da figura abstrata do homem e a redefinição do conceito de humanidade a partir da acentuação de diferenças por critérios de sexo, raça, etnia etc. (...). Ao mesmo tempo em que se especificam os sujeitos de direitos, também se incluem novas temáticas na esfera destes direitos” (PITANGUY, 1999:37).

A partir deste momento, determinados grupos, em vista de suas vulnerabilidades, passaram a ser titulares de direitos exclusivos - entre outros, as mulheres, as crianças e os adolescentes, as minorias étnico-raciais etc. -, dando origem ao sistema especial de proteção aos direitos humanos que coexiste com e complementa o sistema global. De acordo com PIOVESAN (2006:178), o sistema global, ao tratar os indivíduos em sua abstração e generalidade, busca lhes garantir o direito à igualdade, enquanto o sistema especial, ao especificar o sujeito dando-lhe concretude, reconhece o direito à

⁷ Essa abstração e generalidade pode ser notada pelo uso de termos como “todos devem” e “ninguém pode”.

diferença. Desta forma, concebe-se uma proteção que ao mesmo tempo assegura a igualdade e respeita a diversidade.

Afora os dois Pactos acima mencionados, há outras seis Convenções que compõem o sistema especial: Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, de 1965; Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979 (CEDAW); Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984; Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1990; Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, de 1990; e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006. Todas elas, destaque-se, estabelecem um nível mínimo de proteção a direitos que os Estados devem cumprir, o que não deve restringir a adoção de medidas que vão além da proteção nelas previstas.

Cada uma das Convenções prevê a existência de um comitê (composto por *experts* que atuam de forma independente) cuja principal função é monitorar a efetivação e o respeito às obrigações contraídas pelos Estados-partes com a ratificação do tratado. Para tanto, podem dispor de quatro mecanismos⁸: análise de relatórios periódicos encaminhados pelos Estados-partes informando sobre o cumprimento das obrigações; comunicações interestatais, pela qual um Estado alega que o outro violou determinado direito; visitas *in loco* para investigar a existência de grave e sistemática violação a direitos; e, por fim, petições individuais em que indivíduos, por si sós ou representados por organizações não governamentais (ONGs), denunciam ao comitê violações a direitos humanos assegurados pela Convenção para que seja, após verificação de cumprimento de requisitos formais, recebida e investigada a denúncia, e, então, tomada uma decisão. Ressalte-se que além deste monitoramento das obrigações assumidas pelos Estados-partes, os comitês também têm a importante função de elaborar ‘recomendações ou comentários gerais’ que, embora não tenham caráter obrigatório, podem atualizar o texto das Convenções (entre outras razões, por

⁸ É importante frisar que não são todos os comitês que contam com os quatro mecanismos. São exemplos: o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial examina relatórios e recebe petições individuais e comunicações interestatais; o Comitê da CEDAW, como se verá em detalhes mais adiante, inicialmente tinha competência somente para apreciar relatórios encaminhados pelos Estados-partes e, com a adoção de um protocolo facultativo, passou a receber petições individuais e a realizar visitas *in loco*. O Comitê contra a Tortura, por sua vez, recebe petições individuais, relatórios dos Estados-partes e comunicações interestatais, mas não tem competência para realizar visitas *in loco*.

novas demandas sociais), explicitar o conteúdo de direitos e princípios previstos na Convenção a que estão vinculados e/ou, ainda, suprir possíveis lacunas e obscuridades do texto.

Por fim, mas não menos importante, é relevante fazer referência, ainda que brevemente, a outros mecanismos estabelecidos pela ONU - chamados não convencionais, porque criados por resoluções do Conselho de Direitos Humanos, e não por Convenções - para a promoção e proteção dos direitos humanos. São os grupos de trabalho sobre temas específicos, os relatores temáticos ou por países, e o mecanismo de revisão periódica universal.

De acordo com o *website* do Alto Comissariado para Direitos Humanos, atualmente há 31 mecanismos temáticos⁹ (entre eles, relatores especiais sobre habitação adequada, execuções sumárias e violência contra a mulher e grupos de trabalho sobre afrodescendentes, detenção arbitrária, desaparecimentos forçados) e, ainda, oito mandatos relativos a países (como Burundi, Haiti, Mianmar). O papel dos relatores e dos grupos de trabalho é investigar temas e situações específicas, oferecer um panorama atual acerca do assunto, fazer proposições e dar subsídios para o Conselho de Direitos Humanos da ONU a respeito de como conduzir determinado tema ou situação.

Já o mecanismo de revisão periódica universal, criado pela Resolução 60/251 da Assembleia Geral, prevê “que todos os Estados integrantes da ONU (...) passarão periodicamente por um processo de revisão. O objetivo da revisão é averiguar o cumprimento pelos Estados de suas obrigações e seus comprometimentos internacionais em matéria de direitos humanos”. Trata-se de instrumento inovador estabelecido pelo CDH, uma vez que tem abrangência universal e busca “combater a seletividade e o duplo-standard no tratamento de situações de violações aos direitos humanos” que caracterizavam a antiga Comissão de Direitos Humanos. Os países passam pela revisão durante seus mandatos no CDH, em ciclos de quatro anos, o que significa que 48 países são revisados por ano (NADER, 2007:16).

⁹ A lista completa dos mecanismos especiais relativos a países pode ser encontrada em <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/chr/special/countries.htm>> e a dos mecanismos temáticos em <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/chr/special/themes.htm>>. Acesso em 6 de novembro de 2010.

Após breve introdução sobre a concepção contemporânea de direitos humanos destacam-se, abaixo, os princípios que a orientam e alguns aspectos importantes para sua completa e adequada compreensão.

4.1.2.1. Direito à igualdade e princípio da não discriminação

Os princípios da igualdade e da não discriminação são complementares e informam todo o sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Sua importância para o estudo aqui realizado deve-se ao fato de que “a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade” (PIOVESAN, 2008:58).

No que diz respeito à não discriminação, a DUDH, logo em seu artigo 2º., estabelece que “[t]oda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”. O PIDCP, em seu artigo 2º., item (1), prevê que os Estados-partes “comprometem-se a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e que estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação”. Já o PIDESC, paralelamente, prevê, de forma semelhante ao PIDCP, a não discriminação em seu artigo 2º., item (2). Estas previsões restringem-se aos direitos previstos nos Pactos e não se aplicam aos outros direitos do sistema de proteção aos direitos humanos.

É interessante mencionar, ainda que brevemente, que a lista de características cuja discriminação é proibida não é exaustiva, mas meramente exemplificativa, o que pode ser apreendido pelo uso do termo ‘outra situação’. O que pode ser considerado ‘outra situação’ é decidido caso a caso pelos Comitês responsáveis pelo monitoramento da implementação dos Pactos pelos Estados-partes. Com base em decisões de petições individuais e em conteúdos das recomendações gerais, pode-se dizer que não pode haver discriminação em razão de idade, gravidez, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, estado civil, HIV/AIDS, deficiência, nanismo, participação em

serviço militar, filhos adotivos ou naturais e, por fim, lugar de residência. Vale dizer que outras situações podem, com o passar do tempo, ser reconhecidas como proibitivas de discriminação – eventualmente, inclusive, o exercício da maternidade.

A igualdade perante a lei e a igual proteção da lei¹⁰ estão previstas no artigo 26 do PIDCP, que dispõe que “[t]odas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação”. Esta é uma previsão autônoma, ou seja, aplicável a todos os direitos protegidos no âmbito do sistema internacional de direitos humanos, e não somente aos previstos no Pacto.

Por fim, a igualdade substantiva, ou seja, a igualdade de fato, está prevista no artigo 1º. da DUDH, que dispõe que “[t]odas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, e nos artigos 3º. tanto do PIDCP, como do PIDESC, que estabelecem que os Estados-partes comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais, respectivamente.

A leitura conjunta de todos os artigos acima mencionados da Carta Internacional de Direitos Humanos consagra o princípio da não discriminação e os direitos à igualdade *de facto* (ou seja, substantiva, no exercício de direitos) e *de jure* (isto é, formal perante a lei e de igual proteção da lei), integralmente relacionados, como fundamentais e transversais a todo o sistema global de proteção de direitos humanos¹¹.

É interessante notar que tanto o Comitê de Direitos Humanos, vinculado ao PIDCP, quanto o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, vinculado ao PIDESC,

¹⁰ A distinção entre a igualdade perante a lei e a igual proteção da lei é explicada no parágrafo 9º. do Comentário Geral 16 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: “[o] princípio da igual proteção da lei deve ser respeitado pelos legisladores quando aprovam leis (...) [e] o princípio da igualdade perante a lei deve ser respeitado por agências administrativas, cortes e tribunais e implicam que autoridades devem aplicar a lei igualmente (...)”.

¹¹ Vale recordar que “[a] igualdade *de jure* (formal) e igualdade *de facto* (ou substantiva) são conceitos diferentes, mas interconectados. A igualdade formal assume que a igualdade é atingida quando uma lei ou política trata os homens e as mulheres de uma maneira neutra. A igualdade substantiva está preocupada, adicionalmente, com os efeitos das leis, políticas e práticas e em assegurar que elas não mantenham, mas sim aliviem, a desvantagem inerente que grupos específicos experimentam” (parágrafo 7º. do Comentário Geral 16 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).

adotaram Comentários Gerais sobre não discriminação e igualdade. Ambos os Comitês – o primeiro nos parágrafos 6 e 7 do Comentário Geral 18 e o segundo no parágrafo 7 do Comentário Geral 20 – adotaram a definição de discriminação constante da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, da CEDAW e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dando a esta definição um caráter universal.

O Comitê de Direitos Humanos adotou dois Comentários Gerais sobre a igualdade entre os sexos no gozo dos direitos civis e políticos. O primeiro deles, o Comentário Geral 4, adotado em 30 de julho de 1981, prevê em seu parágrafo 2º. que os artigos 2(1) e 26 “requerem não só medidas de proteção, mas também ações afirmativas voltadas para assegurar o exercício positivo de direitos”. Neste sentido, a promoção e a proteção da igualdade e do princípio da não discriminação requerem a adoção de medidas positivas, e não somente negativas, de abstenção estatal. Já o Comentário Geral 28, de 29 de março de 2000, uma revisão do Comentário anterior, reforça em seus parágrafos 2, 3 e 4 a ideia de que é preciso adotar medidas positivas para proteção e promoção da igualdade e da não discriminação. Além disso, comenta sobre a discriminação e a igualdade em diferentes aspectos da vida das mulheres. Em vista do objeto de estudo desta tese, qual seja, a maternidade, destacam-se alguns trechos:

- o parágrafo 5º., ao notar que “a desigualdade no exercício de direitos pelas mulheres em todo o mundo está profundamente enraizada na tradição, história e cultura, incluindo atitudes religiosas”, estabelece que “os Estados-partes devem assegurar que práticas tradicionais, históricas, religiosas ou culturais não sejam usadas para justificar violações aos direitos das mulheres à igualdade perante a lei e ao igual exercício de todos os direitos previstos no Pacto”;

- o parágrafo 25 prevê que, no que se refere ao artigo 23¹², item 4, do PIDCP, “os Estados-partes devem assegurar que o regime matrimonial contenha direitos e obrigações iguais para ambos os esposos no que diz respeito à custódia e cuidado com os filhos (...);

¹² Dispõe o artigo 23 do PIDCP: “1. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e terá o direito de ser protegida pela sociedade e pelo Estado. 2. Será reconhecido o direito do homem e da mulher de, em idade núbil, contrair casamento e constituir família. 3. Casamento algum será celebrado sem o consentimento livre e pleno dos futuros esposos. 4. Os Estados-partes no presente Pacto deverão adotar as medidas apropriadas para assegurar a igualdade de direitos e responsabilidades dos esposos quanto ao casamento, durante o mesmo e por ocasião de sua dissolução. Em caso de dissolução, deverão adotar-se as disposições que assegurem a proteção necessária aos filhos”.

- o parágrafo 27, por sua vez, estabelece que para colocar em prática o reconhecimento da família no contexto do artigo 23 do PIDCP é necessário “aceitar o conceito de várias formas de família, incluindo os casais não casados formalmente e seus filhos, assim como os homens e mulheres solteiros e com filhos”. Ressalte-se que neste mesmo parágrafo o Comitê de Direitos Humanos reconhece que “as famílias monoparentais frequentemente são uma mulher solteira cuidando de uma ou mais crianças” e solicita aos Estados-partes que descrevam em seus relatórios “quais as medidas de suporte adotadas para assegurar que elas realizem sua função parental em condição de igualdade com homens em posição similar”; e
- no parágrafo 30, o Comitê de Direitos Humanos reconhece o quanto as discriminações contra as mulheres estão entrelaçadas às discriminações por raça, cor, linguagem, religião, opinião política ou outra, nascimento e outras, solicitando aos Estados-partes que combatam as formas pelas quais essas outras discriminações afetam as mulheres.

Por sua vez, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotou, em 11 de agosto de 2005, o Comentário Geral 16 sobre o gozo de direitos econômicos, sociais e culturais em igualdade de condições entre homens e mulheres, cujas determinações relevantes a esta pesquisa encontram-se esparsas ao longo do trabalho.

4.1.2.2. Indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos

A Resolução n. 32/120 da Assembleia Geral da ONU, como nos recorda PIOVESAN (2006:136-137), determina que “[t]odos os direitos humanos, qualquer que seja o tipo a que pertencem, se inter-relacionam necessariamente entre si, e são indivisíveis e interdependentes”, concepção esta “reiterada na Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, que afirma, em seu parágrafo 5º., que os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados”. Isso quer dizer que não deve haver prioridade na implementação de um direito em relação a outro: a efetivação de um direito, na realidade, facilita a de outro da mesma forma que a privação e/ou violação de um direito afeta o exercício de outro. Assim, somente ao implementar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais é que se garante a dignidade humana. Mas a reafirmação da indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos também é necessária em razão de os direitos civis e

políticos terem autoaplicabilidade, ou seja, deverem ser assegurados pelos Estados sem demora, enquanto os direitos econômicos, sociais e culturais têm previsão de realização progressiva, de acordo com o máximo dos recursos disponíveis – ainda que, nas palavras de PIOVESAN (2006:169), “tanto os direitos sociais como os direitos civis e políticos demandam do Estado prestações positivas e negativas, sendo equivocada e simplista a visão de que os direitos sociais só demandariam prestações positivas [o que, supostamente em razão dos custos, justificaria a realização progressiva], enquanto os civis e políticos demandariam prestações negativas, ou mera abstenção estatal”, o que equivocadamente supõe não haver custos envolvidos, impondo, assim, sua realização imediata.

4.1.2.3. Obrigação dos Estados de respeitar, proteger e implementar os direitos humanos

Os Estados têm obrigações positivas e negativas para implementar os direitos humanos previstos em tratados internacionais de que são partes. Essas obrigações podem ser entendidas em três níveis: os Estados devem respeitar, proteger e implementar os direitos humanos. A obrigação de respeitar direitos significa que o Estado e seus representantes não devem interferir no exercício de direitos, no sentido de não poderem direta ou indiretamente os violar. A obrigação de proteger direitos requer que o Estado tome as medidas necessárias para prevenir violações de direitos por terceiros – indivíduos, corporações ou outros. Por fim, a obrigação de implementar direitos impõe aos Estados que tomem todas as medidas legislativas, administrativas, orçamentárias, judiciais, educativas e outras visando assegurar a completa efetivação de direitos. Vale dizer que esses três níveis de obrigações aplicam-se, sem exceção, a todos os direitos humanos.

4.1.2.4. Validade e legitimidade do Direito Internacional dos Direitos Humanos: a perspectiva universalista

O debate em torno da legitimidade e validade do sistema de proteção internacional de direitos humanos é complexo: de um lado, há aqueles chamados ‘universalistas’, que defendem a ideia de que “a comunidade internacional tem o direito de julgar, com base em padrões internacionais, a forma como os Estados tratam seus próprios

cidadãos e como devem reformar suas constituições e leis quando necessário para conformá-las às normas internacionais” (MAYER, 2005:176); de outro, há os chamados ‘relativistas culturais’, argumentando que “o Direito Internacional dos Direitos Humanos é de fato uma construção ocidental. É pretensamente universal, críticos afirmam, mas, de fato, reflete os valores da cultural liberal ocidental (...)” (CHARLESWORTH, 2004:403).

O ponto crucial é, pois, a legitimidade cultural de padrões internacionais reconhecidos de direitos humanos. Como afirma AN-NAIM (1994:170), a questão é “em que medida esses padrões são aceitos como legítimos e obrigatórios entre as principais tradições culturais do mundo?”. De fato, estes padrões podem não ser legítimos e aceitos em muitas tradições culturais, mas os Estados os adotam no exercício livre de sua soberania e devem, como consequência, respeitá-los e colocá-los em prática. A Convenção de Viena, de 1969, que disciplina e regula o processo de formação dos tratados internacionais, prevê, inclusive, que os tratados são obrigatórios em relação às partes e devem ser cumpridos de boa-fé. De acordo com o princípio da boa-fé, “cabe ao Estado conferir plena observância ao tratado de que é parte, na medida em que, no livre exercício de sua soberania, o Estado contraiu obrigações jurídicas no plano internacional” (PIOVESAN, 2006:45).

Consoante definição da Enciclopédia de Filosofia de Stanford, o núcleo de significado de ‘soberania’ é a “*a autoridade suprema dentro de um território*. É a noção moderna de autoridade política” (PHILPOTT, 2009:s/p). Se essa autoridade é absoluta ou não é o que é relevante para o universalismo dos direitos humanos. Como descrito na Enciclopédia, “[s]oberania pode ser absoluta ou não-absoluta. (...) O quanto ela é absoluta refere-se não à extensão ou caráter da soberania, que é sempre suprema, mas sim ao escopo das matérias sobre as quais o detentor da autoridade é soberano” (PHILPOTT, 2009:s/p). Ao assinar e ratificar tratados de direitos humanos da ONU (bem como, vale dizer, regionais), os Estados outorgam à Organização, livremente, um pouco de sua autoridade em relação à proteção dos direitos humanos de seus cidadãos, o que lhes impõe padrões que devem ser seguidos¹³. Ademais, com a

¹³ No caso brasileiro, explica PIOVESAN (2006:40-41) que “[a] partir do momento em que o Brasil se propõe a fundamentar suas relações com base na prevalência dos direitos humanos [e, pode-se dizer, ratifica tratados internacionais de direitos humanos], está ao mesmo tempo reconhecendo a existência de limites e condicionamentos à noção de soberania estatal. (...) Rompe-se com a concepção tradicional de soberania estatal absoluta, reforçando o processo de sua flexibilização e relativização, em prol da

ratificação destes documentos internacionais, os Estados dão à ONU – ou, em outras palavras, aos seus mecanismos de proteção – o poder de julgar a legislação, as políticas e as práticas domésticas que falham em cumprir as obrigações a que aderiram por meio do legítimo e livre exercício de sua soberania. Neste sentido, a forma como os Estados tratam seus cidadãos é de interesse não somente nacional, mas também internacional.

Entender o sistema internacional de proteção dos direitos humanos como legítimo e válido para aqueles que livremente escolheram fazer parte dele não significa que este sistema não tenha falhas (CHARLESWORTH, 2004:410). É possível, de fato, constatar problemas que acabam dando respaldo aos argumentos relativistas: entre eles, “a natureza e o contexto do processo de elaboração das normas, as limitações dos estudos que se propõem a cobrir uma variedade de perspectivas culturais sobre matérias e a qualidade da representação do ponto de vista não-ocidental” (AN-NAIM, 1994:171), bem como “a falta de representação das perspectivas feministas na atual formulação de padrões de direitos humanos reconhecidos internacionalmente” (AN-NAIM, 1994:171-172), o que confere ao direito internacional um viés ou uma perspectiva claramente masculina (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000).

Ainda que estas críticas sejam pertinentes, o sistema internacional de proteção aos direitos humanos

oferece um vocabulário e uma estrutura na qual demandas de grupos marginalizados podem ser formuladas. Admite um diálogo acerca de difíceis questões da existência humana. Como Peter Van Ness argumentou, o direito dos direitos humanos permite ‘a continuidade da mudança, a negociação de entendimentos sobre o que é mais essencial proteger de modo a defender e aprimorar a nossa humanidade comum. Os padrões não são perfeitos: eles são os melhores identificados e acordados até o momento. Nada mais’ (CHARLESWORTH, 2004:410-411).

Assim, em vista do fato de que: (i) os Estados assinam e ratificam convenções internacionais de direitos humanos no livre exercício de sua soberania, e não por meio de coerção ou imposição de outros Estados; (ii) os Estados, com isso, dão um pouco de sua soberania para a ONU no que diz respeito à proteção dos direitos humanos de seus cidadãos; (iii) os Estados, consoante o princípio da boa-fé, devem respeitar e efetivar as obrigações contraídas com a ratificação de tratados internacionais; (iv) o

proteção dos direitos humanos. Esse processo é condizente com as exigências do Estado Democrático de Direito constitucionalmente pretendido”.

sistema, ainda que não seja perfeito, é o que foi acordado e assegura um nível de proteção aos direitos humanos; adota-se, no âmbito deste estudo, uma perspectiva universalista em que se presume o sistema internacional de proteção aos direitos humanos da ONU como legítimo e válido – ainda que sujeito a críticas, como as que serão feitas adiante – para os Estados que dele fazem parte.

4.2. DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Os direitos humanos e as liberdades fundamentais das mulheres compõem um braço do Direito Internacional dos Direitos Humanos e estão previstos, como se verá ao longo desta parte, em convenções gerais de direitos humanos e em uma convenção específica, a CEDAW. No âmbito nacional, os direitos e as liberdades das mulheres constam de Constituições Federais e do ordenamento jurídico interno. Ainda que representem metade da população mundial, as mulheres são discriminadas – ou seja, têm restrito o exercício de seus direitos e liberdades - e vivem em desigualdade com os homens.

Em que medida, então, o Direito, regulador da vida em sociedade, leva em conta as experiências e vivências das mulheres em suas normas? Como ele é usado para promover a igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação das mulheres? Quais são os direitos humanos específicos das mulheres e por que há tanta resistência por parte dos Estados em reconhecê-los e efetivá-los? Essas são algumas das questões que serão respondidas nesta parte, que tem como objetivo oferecer um panorama dos direitos humanos das mulheres principalmente no âmbito internacional, embora também sejam apresentadas previsões do ordenamento jurídico nacional. Inicialmente, apresenta-se a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulher e seu Comitê, bem como o Protocolo Facultativo da Convenção. Brevemente é analisada a questão das reservas feitas pelos Estados a artigos da CEDAW. A seguir, são descritas algumas das críticas existentes e, ainda, a previsão dos direitos das mulheres em outros documentos internacionais, para posteriormente serem trazidos à luz os direitos das mulheres na CF e em leis esparsas.

4.2.1. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher

Além dos direitos gerais e abstratos de que as mulheres são titulares, especificados na Carta Internacional de Direitos Humanos, e de outros constantes em convenções internacionais adotadas por agências da ONU¹⁴, há direitos específicos previstos na CEDAW. Redigida pela Comissão do Status da Mulher e adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, ela está em vigor desde 3 de setembro de 1981. Atualmente conta com 186 Estados-partes¹⁵ e é, depois da Convenção sobre os Direitos da Criança, o segundo instrumento de proteção aos direitos humanos mais ratificado. Entretanto, paradoxalmente, ela é o instrumento que recebeu o maior número de reservas formuladas pelos Estados dentre os tratados internacionais de direitos humanos.

A CEDAW fundamenta-se na “dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade” entre homens e mulheres, aliando, desta forma, a “vertente repressivo-punitiva à vertente positivo-promocional” (PIOVESAN, 2006:188). Ela reflete uma visão de que as mulheres são titulares de todos os direitos dos homens além daqueles que, adicionalmente, têm em razão de suas diferenças biológicas.

No preâmbulo da CEDAW, os Estados-partes manifestam estar convencidos de que “a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz”. Reconhecem também “a grande contribuição da mulher ao bem-estar da família e ao desenvolvimento da sociedade, até agora não plenamente reconhecida, [e] a importância social da maternidade e a função dos pais na família e na educação dos filhos”. Informam estar “conscientes de que o papel da mulher na procriação não deve ser causa de discriminação, mas sim que a educação dos filhos exige a responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres e a sociedade em conjunto”. Mas, também, se preocupam com o fato de que, apesar da existência de inúmeros instrumentos internacionais promovendo a igualdade

¹⁴ É o caso, por exemplo, das Convenções da Organização Internacional do Trabalho que regulam: a jornada de trabalho noturno por mulheres (n. 41, de 1934, e n. 89, de 1948) e o trabalho em tempo parcial (n. 175, de 1994, não assinada pelo Brasil); a necessidade de igual remuneração no trabalho (n. 100, de 1951) e de não discriminação no emprego (n. 111, de 1958); a proteção à maternidade (n. 3, de 1919, n. 103, de 1952, e n. 183, de 2000); as responsabilidades familiares (n. 156, de 1981); e, por fim, o trabalho domiciliar (n. 177, de 1996).

¹⁵ Entre os Estados que não ratificaram a CEDAW estão Estados Unidos, Irã e Sudão.

de direitos entre homens e mulheres, a mulher continua sendo objeto de grandes discriminações – inclusive, vale dizer, em razão do exercício da maternidade. Por essa razão, os Estados-partes, também no preâmbulo da CEDAW, afirmam que “para alcançar a plena igualdade entre o homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem como da mulher na sociedade e na família”. Adotam, assim, a CEDAW com o objetivo de suprimir todas as formas de discriminação contra a mulher.

A CEDAW está organizada em cinco partes: a primeira define discriminação contra a mulher e estabelece obrigações gerais; a segunda estabelece a igualdade nas vidas política e pública; a terceira garante a igualdade nos campos econômico e social; a quarta prevê a igualdade perante a lei e a igualdade no casamento e na vida familiar; e, por fim, a quinta cria um mecanismo de monitoramento internacional.

De acordo com o artigo 1º., a discriminação contra a mulher é “toda distinção, exclusão, restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”. Consoante esta definição, a discriminação da mulher ocorre em comparação ao homem no sentido de ter ele como referência; pode ser ou não intencional (discriminação direta ou indireta¹⁶); pela ausência de menção, pode ocorrer tanto na esfera privada, quanto na esfera pública; e, ainda, restringe o exercício de direitos humanos pelas mulheres. A maternidade sem suporte social, tal como exercitada por muitas mulheres atualmente, constitui uma discriminação baseada no sexo – seja em razão das características biológicas da maternidade, seja em razão da maternidade como instituição – que limita o exercício de muitos direitos e o gozo de liberdades pelas mulheres.

É interessante notar que o artigo 4º. da CEDAW prevê a adoção pelos Estados-partes de ações afirmativas para mulheres, que são, medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade *de facto* entre o homem e a mulher. Em seu item (2),

¹⁶ De acordo com os parágrafos 12 e 13 do Comentário Geral 16 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais “[d]iscriminação direta ocorre quando a diferença de tratamento se apóia direta e explicitamente em distinções baseadas exclusivamente no sexo e em características de homens e mulheres, que não podem ser justificadas objetivamente” e “[d]iscriminação indireta ocorre quando uma lei, política ou programa não aparenta ser discriminatório, mas tem um efeito discriminatório quando implementado”.

a CEDAW estabelece que as medidas especiais destinadas a proteger a maternidade, inclusive as presentes na própria Convenção, não são discriminatórias. Com esta previsão, a CEDAW implicitamente reconhece: (i) que o exercício da maternidade pelas mulheres contribui para a desigualdade de gênero; (ii) que a maternidade deve ser protegida (não sendo possível saber se a proteção tem como fulcro as mulheres ou as crianças); e (iii) que há a necessidade de se adotar medidas ‘compensatórias’ relativas à maternidade para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

É ainda necessário mencionar, tendo em vista a defesa, neste trabalho, do suporte social ao exercício da maternidade, que o artigo 5º. prevê que o Estado-parte deve tomar as medidas necessárias para alterar padrões sociais e culturais, de modo a eliminar práticas estereotipadas e preconceituosas relativas às mulheres. Seu item “b”, mais especificamente, estabelece que os Estados-partes devem adotar medidas apropriadas para “garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres (...)”. Esta previsão é bastante importante para este trabalho, uma vez que o Brasil é parte da CEDAW e, ao ratificá-la, reconheceu perante a comunidade internacional e também no plano nacional que a maternidade não deve ser de responsabilidade somente das mulheres, mas sim de toda a sociedade, o que inclui o Estado e os homens.

Mesmo sendo todos os direitos previstos na CEDAW relevantes para a promoção da igualdade e proteção da dignidade humana - inclusive pela já mencionada interdependência, inter-relação e indivisibilidade dos direitos humanos -, cabe aqui destacar os mais relevantes para o objeto deste estudo.

O artigo 11 prevê a igualdade da mulher e do homem na esfera do emprego e do trabalho. Essa previsão refere-se não ao trabalho doméstico, mas àquele na esfera pública. Com a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, esse artigo é de significativa importância. Mas a ausência de menção ao trabalho doméstico demonstra o quanto este é invisível e não entendido, do ponto de vista social, como trabalho que deveria ser regulado e remunerado, de modo a pôr fim à dependência das mulheres em relação ao marido ou companheiro. Sem falar na mulher que realiza a dupla jornada, do trabalho doméstico e público, e que não vê reconhecimento do quanto sua vida é sobrecarregada pelas exigências de ser uma profissional competente e também uma excelente mãe - esposa - dona de casa.

O artigo 12 da CEDAW prevê a eliminação da discriminação contra a mulher na área da saúde, e menciona explicitamente o acesso aos serviços de planejamento familiar. Dispõe, ademais, que “os Estados-partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e lactância”, demonstrando, assim, a importância da garantia do direito à saúde durante o ciclo reprodutivo das mulheres.

Por fim, o artigo 16 trata dos direitos das mulheres no casamento e nas relações familiares. Em seu item (c), prevê “os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e por ocasião da sua dissolução” e no item (d), “os mesmos direitos e responsabilidades como pais, qualquer que seja o estado civil, em matérias pertinentes aos filhos”, lembrando neste último que “os interesses dos filhos serão a consideração primordial”. Relevante para esta pesquisa é o reconhecimento no item (e) de que as mulheres e os homens têm “os mesmos direitos de decidir livre e responsavelmente sobre o número de filhos e sobre o intervalo entre os nascimentos e a ter acesso à informação, à educação e aos meios que lhes permitam exercer esses direitos”, definição essa bastante próxima, como se verá a seguir, à dos direitos reprodutivos. Neste sentido, é possível afirmar que a CEDAW, a seu tempo, reconhece o direitos reprodutivos das mulheres e a necessidade de assegurá-los para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

4.2.1.1. O Comitê CEDAW

Como mencionado, quando a CEDAW foi aberta para assinatura pela ONU, muitos outros documentos e tratados internacionais de direitos humanos já tinham “repetidamente afirmado o direito à igualdade perante a lei sem qualquer tipo de discriminação baseada no sexo” (NEUWIRTH, 2005:21); contudo, a discriminação contra as mulheres persistia. Em vista disso, e levando em conta a estrutura do sistema internacional de proteção aos direitos humanos da ONU, a Convenção CEDAW estabeleceu em seu artigo 17 um Comitê com o objetivo, já explicado anteriormente, de monitorar o progresso dos Estados-partes na implementação da Convenção, ou seja, na realização da igualdade entre homens e mulheres.

Para tanto, inicialmente o Comitê CEDAW dispunha de dois mecanismos: o primeiro, comunicações interestatais, nunca foi invocado por Estado-parte algum¹⁷. O segundo mecanismo, estabelecido pelo artigo 18 da Convenção CEDAW, são os relatórios periódicos que os Estados devem submeter a cada quatro anos descrevendo as medidas legislativas, judiciais, administrativas e outras adotadas para efetivar os direitos das mulheres, bem como relatando os fatores e dificuldades encontrados que comprometam a realização de tais direitos.

Desde o início de seu funcionamento, o Comitê CEDAW “esteve profundamente dividido sobre o objetivo da submissão de relatórios, especialmente por questionar-se se por meio deles seria possível efetivamente avaliar o progresso de Estados na realização da Convenção” (EVATT, 2002:530). A ideia por trás da submissão de relatórios era ter um ‘diálogo construtivo’ entre os Estados-partes e o Comitê CEDAW, com o objetivo de “atingir uma progressiva implementação dos termos da Convenção com base nas limitações e capacidades de cada Estado” (HOQ, 2001:686). Entretanto, os Estados-partes com frequência reportam “de forma imprecisa, tardia ou ambas” (HOQ, 2001:687)¹⁸. Adicionalmente, o Comitê CEDAW, assim como os outros comitês que monitoram tratados internacionais de direitos humanos, não pode aplicar sanções aos Estados-partes por seu desrespeito e violação aos termos da Convenção. Não há procedimentos de *follow-up* nem mesmo para acompanhar a implementação das recomendações finais feitas pelo Comitê aos Estados-partes. O único recurso que o Comitê CEDAW tem é poder recorrer à constrangimento e ao embaraço do Estado-parte violador frente à comunidade internacional, o que não é exatamente uma sanção, uma vez que raros os Estados que cumprem todas as suas obrigações em direitos humanos.

Com o passar do tempo, entretanto, tornou-se claro que “nenhum dos mecanismos originais previstos na Convenção [CEDAW] eram suficientes para se ter uma efetiva vigilância sobre as violações de direitos da Convenção” (HOQ, 2001:686). Os Estados, com isso, conseguiam ter os benefícios associados ao reconhecimento da vontade política de ser parte da Convenção (RIDDLE, 2002:638) sem assegurar o seu principal objetivo: eliminar a discriminação e superar a persistente desigualdade (*de*

¹⁷ De acordo com HOQ, seu não uso se deve provavelmente ao princípio do direito internacional de não intervenção e, também, ao possível efeito de retaliação que uma intervenção como esta, na aplicação interna da Convenção em outro Estado, poderia ter (2001:684-685).

¹⁸ Explica-se, assim, a relevância das ONGs que apresentam relatórios-sombra, ou seja, alternativos ao relatório oficial, que são, de um modo geral, mais precisos, detalhados e confiáveis.

jure e de facto) entre homens e mulheres. Argumentava-se, assim, que o problema central na efetivação da Convenção CEDAW era “o mandato limitado dado ao Comitê CEDAW para lidar com os desafios da implementação”. Na realidade, o Comitê não tinha, de fato, autoridade suficiente para assegurar a realização da Convenção” (HOQ, 2001:687)¹⁹.

Em 6 de outubro de 1999 foi adotado o Protocolo Facultativo à CEDAW, que entrou em vigor em 22 de dezembro de 2000 e atualmente conta com cem Estados-partes. Este protocolo reafirma, em seu preâmbulo, a “determinação de assegurar o pleno e equitativo gozo pelas mulheres de todos os direitos e liberdades fundamentais e de agir de forma efetiva para evitar violações destes direitos e liberdade”. Nele são previstos mais dois mecanismos visando ao cumprimento das obrigações pelos Estados-partes: as comunicações individuais (artigos 2º. a 7º.), com as quais indivíduos ou grupos de indivíduos alegam ser vítimas de violações de quaisquer dos direitos estabelecidos na Convenção²⁰, e, ainda, um procedimento investigativo (artigos 8º. e 9º.), que dá ao Comitê o direito de verificar graves e sistemáticas violações por um Estado-parte de direitos das mulheres previstos na Convenção²¹. Desta forma, o Protocolo Facultativo imediatamente fortalece os mecanismos de monitoramento da CEDAW e, ao dar às mulheres um conjunto de direitos procedimentais, as “empodera (...) para fazerem valer os direitos previstos na Convenção de forma substantiva e integral” (HOQ, 2001:678).

Ainda que o incremento destes mecanismos de monitoramento no Comitê CEDAW seja entendido como um avanço, como de fato o é, o direito de petição individual nos órgãos convencionais de direitos humanos é subutilizado. Não bastasse, quando

¹⁹ Adicionalmente aos desafios mencionados, deve-se notar que o Comitê CEDAW não tem tempo suficiente de trabalho (nas sessões), nem informações confiáveis sobre as quais basear suas opiniões. Ainda, à época havia uma desvantagem geográfica por sua localização ter sido por mais de duas décadas em Genebra, enquanto a principal sede da ONU fica em Nova Iorque. Para outras informações sobre essas limitações, vide RIDDLE, 2002.

²⁰ Em 30 de novembro de 2007, o *Center for Reproductive Rights*, juntamente com a ONG ADVOCACI, entrou com uma petição individual no Comitê CEDAW contra o Estado brasileiro em nome da família de Alyne da Silva Pimentel, que morreu por complicações de gravidez no Rio de Janeiro. Além de indenização à família e à filha de Alyne, pede-se ao Estado brasileiro priorizar a redução da mortalidade materna por meio de treinamento de pessoal, criação de protocolos de atendimento e melhoria dos serviços de saúde em comunidades vulneráveis. Este é o primeiro caso de mortalidade materna levado ao Comitê CEDAW – que apesar de aceito, não teve decisão proferida. Para mais informações, acesse <<http://reproductiverights.org/en/case/alyne-da-silva-pimentel-v-brazil-committee-on-the-elimination-of-discrimination-against-women>>. Acesso em 13 de outubro de 2010.

²¹ O Comitê CEDAW utilizou este mecanismo em 2005 para verificar desaparecimentos, estupros e assassinatos de mulheres em Cidade Juarez, no México.

utilizado, nem sempre os Estados cumprem as decisões (O'HARE, 1997). De todo modo, um dos principais problemas de efetivação da CEDAW permanece: a falta de poder sancionador do Comitê CEDAW, o que significa que somente o constrangimento e o embaraço internacionais compelem, no sentido de obrigar, à ação do Estado (RIDDLE, 2002:635), o que, como dito, não parece ser suficiente.

4.2.1.2. O comprometimento dos Estados-partes em promover a igualdade: a questão das reservas à CEDAW

Como em qualquer outro campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a implementação da CEDAW depende de muitos fatores interligados, sendo “o mais importante deles o comprometimento dos Estados em pôr em prática as obrigações que assumiram [no âmbito internacional] em sua legislação e políticas domésticas”. Este comprometimento é especialmente relevante em vista do fato de que, “ainda que os tratados [internacionais de direitos humanos] sejam juridicamente vinculantes, não há [como acima mencionado] a previsão de sanções efetivas” (EVATT, 2002:519) diante do não cumprimento dos termos da Convenção por um de seus Estados-partes.

Após mais de 30 anos de sua adoção, os Estados ainda não foram capazes de provar seu comprometimento com o principal objetivo da CEDAW: ainda não houve a tradução integral das obrigações de promover a igualdade e condenar a discriminação contra a mulher em ações efetivas. Essa falta de comprometimento pode ser atestada pelo fato de a CEDAW ser a Convenção ratificada pelos Estados com mais reservas – inclusive aos seus artigos 2, 5 e 16 - se comparada às outras convenções de direitos humanos, o que claramente compromete sua efetividade.

Seu artigo 28 estabelece que não são permitidas reservas incompatíveis com o objetivo e o propósito da Convenção. A grande maioria das reservas feitas à CEDAW, entretanto, contradiz tal determinação. Ainda assim, são consideradas válidas, uma vez que “os poderes do Comitê [CEDAW] tanto de investigar como de determinar a compatibilidade [da reserva com o objetivo e o propósito da Convenção] é limitado, ou possivelmente não existe” (RIDDLE, 2002:618)²². Trata-se, assim, de um problema de integridade *versus* universalidade: “quando poucos Estados ratificam

²² Note-se, contudo, que o Comitê CEDAW tem lidado com as reservas tanto na discussão dos relatórios submetidos pelos Estados, quanto por meio de suas Recomendações Gerais (as de número 4 e 20), buscando incentivar, frequentemente sem sucesso, a retirada das reservas.

uma convenção, sua capacidade de estabelecer direitos fica comprometida. Por outro lado, um tratado amplamente assinado [e ratificado] tem pouco valor quando às adesões juntam-se tantas reservas que fazem com que as previsões do tratado passem a ter pouco ou nenhum efeito nas políticas nacionais dos Estados-partes” (RIDDLE, 2002:623).

No caso da CEDAW, torna-se evidente que as reservas acabam por minimizar a abrangência das obrigações, o que compromete seus objetivos e propósitos e, portanto, seu impacto na promoção da igualdade de gênero.

O Brasil, vale dizer, ao ratificar a CEDAW em 1984, fez reservas ao artigo 15, parágrafo 4º. - relativo à liberdade de escolha de residência e domicílio -, e ao artigo 16, parágrafo 1º., (a), (c), (g) e (h) – que se referem, respectivamente, ao direito de contrair matrimônio, aos mesmos direitos durante o casamento e sua dissolução, aos mesmos direitos pessoais como marido e mulher, como escolher sobrenome, profissão e ocupação e, por fim, aos mesmos direitos quanto a propriedade e bens. Essas reservas, de acordo com PIOVESAN (2006:187), foram feitas em virtude de o Código Civil de 1916, vigente à época, consagrar a família patriarcal. Em 20 de dezembro de 1994, o Secretário-Geral da ONU foi notificado quanto à retirada dessas reservas, o que significa que todo o conteúdo da Convenção deve ser respeitado pelo Estado brasileiro.

4.2.1.3. Possíveis críticas à CEDAW

São três as principais críticas à CEDAW: a perspectiva de igualdade adotada em muitos artigos do texto tem como referência os homens; a marginalização dos direitos humanos das mulheres no âmbito do sistema internacional de direitos humanos gerada por sua adoção; e, por fim, o essencialismo, isto é, a utilização da categoria mulheres como se constituíssem um grupo homogêneo e não marcado por diferenças de raça, classe, idade, orientação sexual etc. Abaixo, uma descrição mais detalhada destas críticas.

4.2.1.3.1. A perspectiva de igualdade na CEDAW

Os direitos humanos são, como dito, históricos. A CEDAW, principal carta de direitos das mulheres, adotada no final da década de 1970, não é diferente: ela reflete o consenso possível à época, de acordo com as demandas então existentes. Repetidamente, a CEDAW menciona que os direitos humanos das mulheres devem ser garantidos ‘em igualdade de condições com os homens’; não apenas a própria definição de discriminação contra a mulher, em seu artigo 1º., inclui essa previsão.

Este é, como se verá adiante, o enfoque das feministas liberais, atualmente entendido por alguns como limitado. Isto porque sendo o homem a referência para a igualdade, não há proteção das necessidades e questões específicas das mulheres, sem paralelo no mundo masculino. Ainda que seja importante para e na efetivação de alguns direitos, esse enfoque não é suficiente. Nas palavras de CHARLESWORTH e CHINKIN (2000:39), “[e]ssa abordagem (...) falha quando a mulher e o homem não estão na mesma posição, seja porque há diferenças físicas [e biológicas] seja porque há uma desvantagem estrutural”. Exemplo da insuficiência desse enfoque é o exercício da maternidade, uma vez que a reprodução, em sua dimensão físico-biológica, ocorre no corpo da mulher – sem equivalente na vida e existência masculinas - e enseja inúmeras discriminações que a mulher sofre por ser mãe²³.

Nesse sentido, cabe aqui uma crítica à perspectiva de igualdade adotada pela CEDAW. Ainda que pontualmente sejam reconhecidos direitos específicos das mulheres (por exemplo, no parágrafo 2º. do artigo 4º. ou no parágrafo 2º. do artigo 12), ela, de um modo geral, adota o homem como parâmetro para igualdade e valoriza direitos exercidos na esfera pública – como trabalho, educação, habitação – em detrimento de outros da esfera privada²⁴ – como privacidade, integridade corporal, trabalho doméstico, sexualidade.

Ressalte-se, entretanto, que esta crítica não é unânime. COOK (1994a:19) entende que a CEDAW vai além desta igualdade com os homens, e que sua intenção é efetivamente liberar as mulheres para realizarem seus potenciais individuais e

²³ Ao fazer uma crítica ao uso da linguagem neutra na CEDAW, KAUFMAN e LINDQUIST defendem que, em casos como o acima mencionado, seja usada uma ‘linguagem corretiva’, apresentando três vantagens sobre a linguagem supostamente neutra: “(i) abrange situações que não vitimizam os homens tanto quanto as mulheres; (ii) permite uma solução centrada na mulher sem referência às ações dos homens; e (iii) podem ser prescritas políticas públicas ‘ativas’ voltadas para o alcance da justiça ao invés da passiva eliminação da discriminação constante em leis e normas” (1995:114-115).

²⁴ Veja item 5.2.3.2. sobre o uso da distinção público e privado no Direito.

coletivos, e não somente permitir que as mulheres sejam trazidas para o mesmo nível de proteção de direitos que os homens gozam.

4.2.1.3.2. Marginalização dos direitos humanos das mulheres

A CEDAW representa, no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, juntamente com outras convenções de proteção aos direitos das mulheres, um braço especializado dos direitos humanos. É essa especialização que muitos entendem dar espaço à marginalização dos direitos das mulheres no sistema internacional de direitos humanos: havendo um braço especializado e responsável por tais questões, outros órgãos de direitos humanos tendem a não fazer o chamado ‘recorte de gênero’ necessário para a devida proteção dos direitos das mulheres em um mundo permeado pela desigualdade de gênero. Ademais, esta marginalização pode ser constatada pelo fato de a estrutura e as instituições de Direito Internacional dos Direitos Humanos das mulheres serem, de um modo geral, mais frágeis do que as de seus pares: “os instrumentos internacionais que lidam com as mulheres têm obrigações e procedimentos de implementação mais fracos; as instituições desenhadas para elaborar e aplicar suas leis têm menos recursos e seus papéis são frequentemente limitados comparativamente a outros órgãos de direitos humanos”. Não bastasse, “a prática generalizada dos Estados de fazer reservas a previsões fundamentais de instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres é [como afirmado anteriormente] aparentemente tolerada; assim como o fracasso dos Estados de um modo geral em cumprir as obrigações contraídas nestes instrumentos” (CHARLESWORTH, 1994:59), em razão de os órgãos de proteção aos direitos humanos convencionais não terem mecanismos coercitivos.

Essa marginalização, que já foi mais acentuada, tem sido combatida pela tentativa de se adotar a perspectiva de gênero em toda a estrutura e funcionamento da ONU (conceitualmente chamado de *gender mainstreaming*). Trata-se, na realidade, de uma estratégia para promoção da igualdade de gênero que envolve “assegurar que a perspectiva de gênero e o objetivo da igualdade de gênero sejam centrais em todas as atividades [da ONU] – isto é, no desenvolvimento de políticas, pesquisa,

advocacy/diálogo, legislação, alocação de recursos e planejamento, implementação e monitoramento de programas e projetos”²⁵.

Vale dizer que o a tarefa de dar apoio e implementar essa estratégia de *gender mainstreaming*, desde 1997 delegada pelo Secretário-Geral da ONU para o Escritório do Consultor Especial do Secretário-Geral em Questões de Gênero e sobre o Avanço da Mulher, passou para a ONU Mulheres²⁶ – criada pelo parágrafo 49 da Resolução A/64/L.56, aprovada pela Assembleia Geral em 2 de julho de 2010 e que deu início às suas atividades em 1º. de janeiro de 2011 –, entidade que reúne todas as ações da ONU para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

4.2.1.3.3. Essencialismo

O Direito Internacional dos Direitos Humanos busca estabelecer padrões aplicáveis universalmente para uma vasta gama de situações e circunstâncias. Por essa razão, o braço do Direito Internacional dos Direitos Humanos das mulheres enfrenta o problema conceitual de ‘essencializar’, ou seja, “assumir que todas as mulheres têm atributos e vivem experiências similares, ignorando assim o impacto de outras variáveis como raça, classe, [religião, geração,] recursos e preferência sexual na posição da mulher” (CHARLESWORTH, 1994:62). O uso de uma classificação indiferenciada como ‘mulheres’ “aparenta uma homogeneidade que esconde as reais diferenças das vidas das mulheres” (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:2). Neste sentido, é preciso que todas – ativistas feministas, defensoras dos direitos das mulheres, representantes dos Estados na ONU ou *experts* de algum Comitê, entre outras – estejam atentas ao perigo do essencialismo e generalizações das normas internacionais de proteção aos direitos humanos, inclusive na CEDAW. Mas devem também lembrar que o que as justifica é o *status* das mulheres, sua desvalorização e sua subordinação em relação aos homens, que se configuram como um problema

²⁵ Definição retirada do sítio: <www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm>. Acesso em 10 jan. 2011.

²⁶ A ONU Mulher é fruto da consolidação e transferência de mandatos e funções de quatro entidades: o Escritório do Consultor Especial do Secretário-Geral sobre Questões de Gênero e Avanço das Mulheres, a Divisão do Secretariado para o Avanço das Mulheres, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres e o Instituto de Pesquisa e Treinamento Internacional da ONU para o Avanço das Mulheres. A primeira Subsecretária-Geral da ONU Mulher, indicada por Ban Ki-moon em 14 de setembro de 2010, será a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet.

comum a todas, ainda que se manifestem de diferentes formas nas distintas culturas (CHARLESWORTH, 1994:63).

4.2.2. Os direitos das mulheres na Constituição Federal do Brasil

A Constituição Federal de 1988 está em absoluta harmonia com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e com a CEDAW, especificamente, tendo adotado “tanto a vertente repressivo-punitiva (voltada à proibição da discriminação) como a positivo-promocional (voltada à promoção da igualdade). O texto [constitucional] incorporou a maioria significativa das reivindicações formuladas pelo movimento de mulheres ao longo dos trabalhos constituintes” (PIOVESAN, 2006:189). Enquanto no âmbito internacional há o reconhecimento dos direitos humanos, no âmbito nacional reconhecem-se os direitos fundamentais. A identificação de princípios e dispositivos legais nacionais é fundamental para, nas palavras de VENTURA (2009:30), “dar consistência normativa e aplicação adequada aos documentos internacionais de direitos humanos” no âmbito doméstico. Com isso em mente, serão apresentados aqui, mesmo que brevemente, os direitos específicos das mulheres previstos na Constituição Federal, especialmente aqueles relativos ao exercício da maternidade.

O direito à igualdade formal é reconhecido no artigo 5º. da CF, que estabelece em seu *caput* que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Já a igualdade material, ou substantiva, está prevista ao longo dos incisos do mesmo artigo – como na previsão de que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (inciso I) e na de que à mulher presa deverá ser assegurado o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (inciso L).

Entre os direitos sociais, a Constituição garante especificamente às mulheres a proteção à maternidade (*caput* do artigo 6º.). Ademais, no âmbito do direito ao trabalho, prevê entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o salário-família pago ao dependente do trabalhador de baixa renda, muitas vezes as mulheres (artigo 7º., inciso XII); a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias, mais conhecida como licença-maternidade (artigo 7º., inciso XVIII); a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos

específicos (artigo 7º., inciso XX²⁷); a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os cinco anos de idade em creches e pré-escolas (artigo 7º., inciso XXV); e a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo (artigo 7º., inciso XXX²⁸). Vale mencionar também que o artigo 7º., em seu inciso XIX, prevê a licença-paternidade, a ser fixada por lei infraconstitucional, que, independentemente de seu tempo, revela a preocupação do constituinte com a participação dos pais nos cuidados dos primeiros dias de vida das crianças²⁹.

A proteção à maternidade e à gestante também está prevista na seguridade social, passando a ser assim um direito previdenciário das mulheres (artigo 201, inciso III, da CF). A assistência social, que, como diz o próprio texto constitucional, será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, também deve proteger a família e a maternidade (artigo 203, inciso I, da CF) e amparar as crianças e os adolescentes carentes (artigo 203, inciso II, da CF).

O título VIII da CF, relativo à ordem social, tem um capítulo (o VII) voltado à família, à criança, ao adolescente e ao idoso. O *caput* do artigo 226 estabelece que “[a] família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. O parágrafo 4º. deste mesmo artigo determina que deve ser entendida “como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. O parágrafo seguinte estabelece a igualdade no âmbito da família ao prever que “[o]s direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. Há, ainda, a previsão no parágrafo 7º. do planejamento familiar³⁰ como um direito fundamental: “[f]undado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”. Por

²⁷ Regulamentado pela Lei n. 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho dispositivos de proteção ao acesso da mulher ao mercado de trabalho.

²⁸ Regulamentado pela Lei n. 9.029, de 13 de abril de 1995, que veda a exigência de atestados de gravidez e esterilização para admissão ou permanência em relação jurídica empregatícia.

²⁹ Ainda que possa ser considerada um avanço, essa licença-paternidade é de caráter simbólico, hoje estabelecida em cinco dias a partir da data do nascimento para os homens com vínculo empregatício formal.

³⁰ Regulamentado pela Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, dispõe que o planejamento familiar é direito de todo cidadão (e cidadã) e consiste, consoante disposto artigo 2º., no “conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”.

fim, o parágrafo 8º. estabelece ser dever do Estado assegurar “a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”³¹.

4.3. CRÍTICA FEMINISTA AO DIREITO

Ser feminista é ser crítica quanto ao *status quo* das mulheres (CHAMALLAS, 2003:1) em todas as esferas de suas vidas e em relação a todas as políticas, leis e ações que as afetem. Nesta parte será apresentada a crítica feminista ao Direito, o qual, enquanto regulador da vida em sociedade, pode e deve ser um instrumento de mudança social. Destarte, acredita-se, pode promover a igualdade de gênero e a não discriminação das mulheres, assegurando a elas uma vida digna.

De acordo com CHARLESWORTH e CHINKIN (2000:21), a teoria feminista, de um modo geral, tem um compromisso duplo: primeiro, descobrir o gênero escondido em áreas de conhecimento com o rigor intelectual (em termos masculinos); depois, dedicar-se à mudança política³². Mais especificamente no campo do Direito Internacional, a teoria feminista busca “desconstruir os valores explícitos e implícitos do sistema legal internacional, desafiando sua presunção de objetividade e racionalidade” e “investigar os silêncios” e as lacunas de regulação existentes (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:61). Apontar seus vieses, entretanto, não significa desqualificá-lo por inteiro ou entender que não seja útil no avanço das causas das mulheres: a crítica feminista tem também o papel de “reconstruir o Direito Internacional para que não sirva de base nem reforce a dominação das mulheres pelos homens” (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:61).

É interessante notar que, consoante entendimento de DALTON (1988-1989 *apud* CHAMALLAS 2003:2-3), a teoria feminista crítica do Direito é uma atividade ou questionamento dedicado a três tarefas: (i) descrever a subordinação das mulheres (a natureza e a extensão de determinado fenômeno, como por exemplo a discriminação das mulheres no exercício da maternidade); (ii) perguntar-se como tal fenômeno

³¹ Adicionalmente, o Estado brasileiro aprovou em 7 de agosto de 2006 a Lei n. 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

³² Elas explicam que, em razão disso, as feministas acadêmicas são criticadas, de um lado, pela academia masculinizada por sua suposta ausência de pesquisa ‘desinteressada’ e análise ‘objetiva’ e, de outro, pela feministas ativistas em razão da participação em debates privilegiados com estrutura masculina (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:21).

contribui para essa subordinação (ou, no caso do presente estudo, por meio de quais mecanismos o exercício da maternidade mantém a mulher nesta posição) e o por quê (as razões que fazem com que haja a subordinação das mulheres que são mães); e, ainda – talvez como resultado da apreensão do conteúdo das duas primeiras –, (iii) propiciar a mudança no Direito, especificamente, e na sociedade em geral. Assim, a reconstrução do Direito, no caso Internacional dos Direitos Humanos, para que de fato promova mudanças efetivas no *status quo* das mulheres não é tarefa fácil, mas certamente possível.

4.3.1. Invisibilidade das mulheres e supostas neutralidade e objetividade do Direito Internacional dos Direitos Humanos

Apesar de sua evolução, o Direito Internacional dos Direitos Humanos ainda não foi capaz de dar a atenção devida e necessária aos direitos humanos das mulheres. Como defendem STEINER e ALSTON (2000:158), os direitos humanos das mulheres formam um dos “pontos cegos” do movimento dos direitos humanos.

A expressão ‘ponto cego’ é emblemática da situação e dos direitos das mulheres no âmbito do sistema internacional de proteção aos direitos humanos: as mulheres não são vistas; são, em realidade, muitas vezes invisíveis (em razão de sua ausência³³); foram por muito tempo totalmente excluídas dos órgãos que têm a função de criar e (progressivamente) desenvolver, monitorar e implementar o Direito Internacional (CHARLESWORTH, 1995:105 e CHARLESWORTH, 1994:63), fazendo com que tanto a estrutura, como as instituições do sistema jurídico internacional da ONU - *locus* de elaboração e aplicação do Direito Internacional dos Direitos Humanos - reflitam e assegurem a continuidade da dominação da perspectiva masculina neste campo (CHARLESWORTH, 1995:104).

De acordo com CHARLESWORTH e CHINKIN (2000), a esmagadora maioria, tanto dos representantes dos Estados membros, como dos componentes da burocracia da ONU, é homem – o que pode ser considerado um reflexo da limitada participação

³³ De acordo com CHARLESWORTH (1995:104), “[a]s mulheres ou não estão representadas ou são sub-representadas nos processos de tomada de decisão nacional e global: a média global de representação das mulheres nos parlamentos é menos de dez por cento. As organizações internacionais têm o mesmo problema: sua estrutura replica a dos Estados, com as mulheres restritas a papéis insignificantes ou subordinados”.

política feminina em muitos governos nacionais³⁴. Isso apesar da previsão do artigo 8º. da Carta da ONU³⁵ de que deve ser promovida a igualdade entre os sexos na eleição e participação em seus órgãos e, também, da adoção de inúmeras resoluções pela Comissão sobre o Status da Mulher instando os Secretários-Gerais – lembrando que nunca uma mulher ocupou este cargo na história da organização – a apontar mulheres para cargos de tomada de decisão. Para as autoras, a invisibilidade das mulheres nos altos níveis de tomada de decisão claramente afetou a forma como as questões relativas às próprias são decididas e também como todas as preocupações de ordem internacional são compreendidas. A responsabilidade quanto à sub-representação das mulheres na ONU e sua consequente invisibilidade pode ser atribuída aos Estados membros que não indicam mulheres para cargos na ONU e, ainda, à própria liderança da instituição, que tolera o desequilíbrio da representatividade, não o desaprovando, nem promovendo a igualdade de representação³⁶.

A contínua dominação masculina nos órgãos com poder político internacional, como a ONU - e, também, nos de poder nacional -, significa que o Direito Internacional foi construído sobre presunções e experiências de vida somente masculinas. O homem foi entendido como o representante dos humanos, enquanto as ‘questões femininas’, paralelamente, foram e são entendidas como uma categoria distinta e limitada (CHARLESWORTH, 1995:105 e CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:17). Assim, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao ter no homem seu referencial, não pode ser considerado neutro, objetivo, muito menos universal. Sua efetividade e autoridade são, na realidade, parciais (CHARLESWORTH, 1995 e CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000) por não refletirem as experiências e

³⁴ As autoras afirmam que as poucas mulheres que estão nos níveis superiores da estrutura estão concentradas na área de política social, que tem menor prestígio e poder. Mas é preciso reconhecer que há um número expressivo de mulheres ocupando cargos em níveis inferiores, em que não há, ou há pouca, tomada de decisão.

³⁵ O texto literal do artigo dispõe que “[a]s Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres para participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários”.

³⁶ É no mínimo curiosa e emblemática da situação das mulheres no mundo a constatação de que a própria organização responsável pela elaboração e aplicação de normas que promovem seus direitos as viole. Notavelmente, “a única ocasião em que o desequilíbrio na representação de gênero foi criticado oficialmente [na ONU] foi quando o Conselho Econômico e Social solicitou aos Estados-partes elegerem homens e mulheres para o Comitê sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres” (CHARLESWORTH, 1995:105).

preocupações das mulheres. A legislação, neste sentido, ao tomar o homem como padrão, reflete e reforça a subordinação das mulheres (CHAMALLAS, 2003:1).

Destarte, as análises das leis sob a ótica feminina examinam o quanto elas falham em levar em conta as experiências e os valores que aparentam ser mais da mulher do que do homem ou, ainda, como os padrões e os conceitos legais existentes prejudicam as mulheres (BARTLETT, 1993). Desta forma, as feministas têm dado ênfase à indeterminação da lei e à extensão pela qual ela, apesar de se dizer neutra e objetiva, mascara hierarquias e as distribuições de poder (COOK, 1993:76). O olhar feminista para o Direito demonstra, assim, sua tendência de refletir as relações de poder inerentes à sociedade e, desta forma, os interesses de seu grupo dominante - composto por homens, com recursos, brancos e heterossexuais -, configurando um obstáculo ao avanço das mulheres.

4.3.2. A distinção público/privado

Soma-se à invisibilidade da mulher e de suas experiências no Direito Internacional dos Direitos Humanos – ou seja, à falta de proteção do Direito de um modo geral às questões específicas das mulheres - a primazia no que tange à regulação e aplicação do Direito da esfera pública em relação à privada. Essa divisão ideológica entre a esfera pública e a privada também contribui para o caráter patriarcal do Direito, que reflete e reforça a dominação masculina, fazendo com que as mulheres fiquem desprotegidas (em geral, e em termos de direitos) em aspectos cruciais de sua vida (SCHULER, 1995).

Como defende SULLIVAN (1995:128), “[a] demarcação entre a vida pública e privada no âmbito de uma sociedade é um processo inerentemente político que tanto reflete como reforça relações de poder, especialmente aquelas de gênero, raça e classe”. Não é por outra razão que “[a] distinção público/privado em diferentes contextos [e culturas] tem em comum a atribuição de menor valor econômico, social ou político às atividades das mulheres dentro do que é definido como vida privada”. Destarte, o que é público em uma sociedade pode ser considerado privado em outra, mas “independentemente da matéria ser considerada pública ou privada, é o domínio das mulheres que é sempre desvalorizado” (COOK, 1994b:6).

Mas quem tem o poder de definir o que é público e o que é privado? Ou, ainda, de definir em quais áreas o Estado deve ou não intervir? Quais são as questões de direitos humanos que são legítimas para regulação pelo Direito? Para responder a estas perguntas, deve-se ter em mente a invisibilidade das mulheres nos fóruns de elaboração e aplicação do Direito Internacional, como a ONU. Nas palavras de BUNCH (1995:15), “[a] ausência da voz das mulheres destas decisões é de longa data. Uma boa governança exige que mulheres de diferentes grupos participem do desenvolvimento destas políticas” e, também, das tomadas destas decisões. Somente por meio de sua participação é que a definição do que é público e do que é privado refletirá os interesses, experiências e necessidades das mulheres.

Não tendo havido, como foi visto, a devida participação das mulheres, essa dicotomia público/privado no pensamento jurídico ocidental passou a ser foco da preocupação feminista. Como aponta CHARLESWORTH (1994:70), há dois aspectos distintos a serem destacados: “a forma como o Direito foi usado para excluir as mulheres da esfera pública – de profissões, do mercado, do voto [etc.]; e uma forma mais básica de dicotomia, entre o que é considerado do âmbito de regulação pelo Direito e o que é deixado sem regulação”. Para ela, analisar este segundo ponto é particularmente proveitoso na área do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente dos direitos das mulheres, por ter o potencial de contribuir para seu avanço.

ENGLE (2000:218-219) refere-se a dois pontos de vista críticos, na perspectiva feminista, sobre a distinção entre o público e o privado no Direito Internacional dos Direitos Humanos. O primeiro, endossado por alguns dos defensores dos direitos das mulheres, adiciona mais um argumento à crítica (anteriormente mencionada) de que o Direito Internacional Público é falho por não ser realmente universal – neste caso, por excluir de seu âmbito o privado, a esfera doméstica, espaço ao qual a mulher ficou por muito tempo restrita. Para que elas sejam incluídas, deve haver uma reconceitualização do Direito Internacional de forma a incluir o privado. O segundo ponto de vista defende a ideia de que o Direito Internacional Público não exclui realmente o privado, mas usa a divisão entre público e privado de forma conveniente para evitar questões relativas às mulheres. Alega-se, como demonstrado nos parágrafos anteriores, que a distinção entre o público e o privado é irracional e aplicada de forma inconsistente. Neste sentido, os instrumentos doutrinários necessários para a acomodação das mulheres já existem no Direito Internacional dos

Direitos Humanos e só precisam ser usados de modo racional e consistente com as demandas específicas das mulheres.

O fato é que a distinção público/privado é generificada e “opera tanto para obscurecer quanto para legitimar a dominação dos homens sobre as mulheres” (CHARLESWORTH, 1994:69), sendo amplamente utilizada para “excluir abusos de direitos humanos na casa do escrutínio público” (BUNCH, 1995:14). Prova disto é a ideia de família adotada pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, apresentada como a unidade, o núcleo natural e fundamental da sociedade, que deve, portanto, ser protegida pelo Estado e pela própria sociedade. Esse entendimento sugere, de acordo com CHARLESWORTH e CHINKIN (2000:232), que a família é uma esfera de não interferência estatal em que os direitos humanos não se aplicam. Ou seja, reforça-se a distinção entre a esfera pública e a privada e deixa sem regulação, nem proteção, os abusos e as violações de direitos humanos na esfera privada, no âmbito familiar, no cotidiano da casa e da família³⁷. O alto número de reservas dos Estados-partes aos artigos da CEDAW relativos à igualdade entre homens e mulheres na família reforça a noção do quanto “a implementação dos direitos humanos das mulheres está condicionada à dicotomia entre os espaços público e privado, que, em muitas sociedades, confina a mulher ao espaço exclusivamente doméstico da casa e da família” (PIOVESAN, 2006:188).

O melhor exemplo de uma questão específica das mulheres até pouco tempo atrás ausente do discurso de direitos humanos e sem regulamentação pelo Direito é a violência contra as mulheres - aquela dirigida à mulher porque ela é mulher ou que a afeta desproporcionalmente. Nenhum documento internacional de direitos humanos mencionava, até 1993, quando foi adotada pela ONU uma Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher³⁸, a violência contra a mulher como um problema de direitos humanos. Nem mesmo a CEDAW, como visto, o principal

³⁷ Ressalte-se, contudo, que “a fronteira entre a vida pública e privada é, há muito, permeável quando o Estado busca exercer controle sobre comunidades desempoderadas. (...) Raça, classe, etnicidade e orientação sexual moldam a definição do que constitui uma família a ser protegida contra a interferência estatal e as condições e extensão pelas quais essa proteção está disponível” (SULLIVAN, 1995:128).

³⁸ Tendo em vista que Declaração não tem força jurídico-vinculante, cabe aqui a menção à adoção pelo sistema interamericano de direitos humanos, em 1994, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a reconhecer a violência contra a mulher como uma grave violação aos direitos humanos.

documento sobre os direitos das mulheres, o faz³⁹. De acordo com PIOVESAN (2006:190), a conceituação deste tipo específico de violência “rompe com a equivocada dicotomia entre os espaço público e privado no tocante à proteção dos direitos humanos, reconhecendo que a violação desses direitos não se reduz à esfera pública, mas também alcança o domínio privado”. Assim, a violência contra as mulheres é um exemplo emblemático do tipo de mudanças que são necessárias no Direito Internacional dos Direitos Humanos para que ele passe a realmente incorporar as experiências das mulheres” (FRIEDMAN, 1995:20). No mesmo sentido, supõe-se que a sugestão neste trabalho de se reconhecer uma nova categoria de direitos - ditos maternos - neste ramo do Direito seja uma forma de nele incorporar parte importante da vida e das experiências das mulheres, possivelmente promovendo mudanças na esfera privada, mais especificamente no trabalho relativo ao cuidado.

4.3.3. Teorias feministas críticas do Direito

Passados mais de 40 anos desde que as feministas norte-americanas começaram a criticar o Direito, são muitas as teorias críticas feministas por elas desenvolvidas. Cada uma delas, a seu tempo, ilumina diferentes aspectos e argumentos que devem ser usados para a promoção dos direitos das mulheres. A seguir, elas são apresentadas em estágios propostos para fins didáticos por Martha CHAMALLAS (2003). Ademais, há menção à perspectiva crítica do tratamento dada ao tema da reprodução e da maternidade. Ainda que estas teorias tenham sido desenvolvidas nos Estados Unidos da América, ou seja, em um contexto distinto do aqui estudado, acredita-se que, em grande parte, elas se apliquem à realidade jurídica brasileira. Ao final, espera-se que seja possível oferecer ao leitor os subsídios necessários para a formulação conceitual dos ‘direitos maternos’ no capítulo subsequente.

³⁹ O Comitê CEDAW, entretanto, adotou duas Recomendações Gerais sobre a violência contra as mulheres: a primeira, de n. 12, adotada em 1989, com conteúdo mais formal, solicita aos Estados-partes que incluam em seus relatórios informações sobre todas as medidas adotadas para lidar com a violência contra as mulheres; a segunda, de n. 19, adotada em 1992, dispõe substancialmente sobre a violência contra as mulheres e estabelece, categoricamente, em seu parágrafo 6º., que a definição de discriminação inclui a violência contra as mulheres, uma vez que prejudica ou anula o gozo e/ou o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Vale dizer também que a ONU apontou em 1994 um Relator Especial sobre a Violência contra as Mulheres, suas Causas e Consequências, cargo desde 2008 ocupado pela sul-africana Rashida Manjoo. Mais informações sobre esta relatoria podem ser encontradas em: <<http://www2.ohchr.org/english/issues/women/rapporteur/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

4.3.3.1. Estágio da igualdade

O estágio inicial da crítica feminista ao Direito, que ocorreu aproximadamente na década de 1970, é comumente associado ao feminismo ‘liberal’. Este identifica igualdade entre os sexos com tratamento igual, rejeitando, assim, qualquer noção de que o Direito deveria tolerar ou reconhecer as diferenças intrínsecas entre os homens e as mulheres. A ideia é de que “o gênero deveria ser irrelevante na distribuição de benefícios e ônus jurídicos e [que] as pessoas deveriam simplesmente serem tratadas como indivíduos, e não como membros de uma classe” (CHAMALLAS, 2003:16).

Mas, como mencionado anteriormente, essa abordagem que insiste que as mulheres e os homens devam ser tratados exatamente da mesma forma - isto é, ‘igualmente’ - falha quando mulheres e homens - principalmente em razão de diferenças físicas e biológicas, mas também porque há desigualdades estruturais - não são iguais, ou seja, nas questões específicas das mulheres. A realidade é que “[a] promessa de igualdade como ‘uniformidade’ com os homens somente oferece às mulheres acesso a um mundo já constituído pelos homens e com parâmetros determinados por eles” (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:39). Em razão disso, as feministas liberais são também chamadas de ‘assimilacionistas’: seus argumentos “tendem a não questionar padrões, regras ou estruturas, mas a focar no acesso igualitário a eles” (CHAMALLAS, 2003:17).

Ademais, ao buscar esta igualdade está-se, de um lado, a reforçar “a forma substantiva pela qual o homem tornou-se a medida de tudo” (MACKINNON, 1991 *apud* KAUFMAN e LINDQUIST, 1995:115) e, de outro, a obscurecer este viés da sociedade, fazendo com que haja a presunção de que existe igualdade e de que, esporádica ou pontualmente, indivíduos são discriminados, o que prejudica as mulheres (COOK, 1994b:11-12).

Diante deste enfoque, às mulheres era dificultada a reivindicação de direitos que não tinham paralelos masculinos (BUTEGWA, 1995:31): claramente não havia “espaço para [, por exemplo, direitos reprodutivos e] licença-maternidade em uma sociedade centrada no homem” (KAUFMAN e LINDQUIST, 1995:121). Por essa razão, para as feministas liberais, a proteção do Direito às características exclusivamente femininas era entendida como danosa às mulheres, servindo basicamente para mantê-las presas à esfera doméstica, isto é, na casa e para a família (CHAMALLAS, 2003:16).

Assim, frente a este vácuo legal, e tendo em vista que as mulheres têm características que são muito diferentes das dos homens e que requerem um *framework* de direitos específico (SCHULER, 1995:10), à época inexistente, parte do movimento feminista passou a reinterpretar os direitos que não foram conceitualmente desenvolvidos, nem aplicados para as mulheres⁴⁰. Esta reinterpretação acabou influenciando o entendimento acerca de direitos pelos Comitês que monitoram a implementação de direitos humanos pelos Estados-partes de tratados, o que alargou o grau de responsabilidade dos Estados e de cobrança da implementação.

4.3.3.2. Estágio da Diferença

O segundo estágio da teoria feminista do Direito, desenvolvido na década de 1980, é o ‘estágio da diferença’, que tem início com a constatação de que “em muitos aspectos importantes, homens e mulheres são diferentes”, diferenças estas não apenas naturais, nem inerentes, mas socialmente construídas. Questiona, assim, a ideia de que “o gênero é irrelevante e que o ideal seria uma sociedade cega quanto ao gênero (*gender-blind*)”. Em termos práticos, isso significa que “para serem tratadas iguais, as mulheres, cujas vidas são distintas das dos homens, devem, paradoxalmente, serem tratadas diferentemente” (CHAMALLAS, 2003:17-18). O principal exemplo é (novamente) a proteção à maternidade, pela gravidez, que não permite o tratamento igual pela razão óbvia de não ser no corpo dos homens que ocorre a gravidez.

Entre as correntes deste estágio estão o feminismo cultural e o feminismo radical, ou a teoria da dominação. Abaixo, breve descrição sobre como cada uma destas teorias é crítica do Direito.

⁴⁰ O exemplo mais comum utilizado é o direito à vida previsto no artigo 6 (1) do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Tradicionalmente, ele foi entendido como a obrigação dos Estados-partes em assegurar que suas Cortes observem o devido processo legal antes de impor uma pena de morte. A reinterpretação feminista deste artigo, por sua vez, entende que é obrigação do Estado adotar todas as medidas cabíveis para a redução da mortalidade infantil, da mortalidade materna e o aumento da expectativa de vida. O Comitê de Direitos Humanos da ONU, ligado ao mencionado Pacto, afirmou posteriormente esse entendimento no parágrafo 10 do Comentário Geral 28, determinando que os Estados-partes incluíssem em seus relatórios, no âmbito do artigo 6º., informações sobre mortalidade infantil, taxas de nascimento e gravidez, mortes maternas, medidas adotadas para prevenir a gravidez indesejada e recurso a abortos inseguros, feminicídio, queima de viúvas, assassinatos em razão de dotes e, por fim, o impacto específico da pobreza e da privação sobre a vida das mulheres.

O feminismo cultural

está preocupado com a identificação e reabilitação das qualidades e perspectivas identificadas como particulares das mulheres. Epistemologicamente, o ponto de partida da teoria enfatiza a importância do conhecimento baseado na experiência e dispõe que a posição subjugada das mulheres permite que elas formulem uma mais completa e precisa perspectiva da natureza e da vida social (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:40).

Nesse sentido, a essência do feminismo cultural é a identificação da voz das mulheres no meio jurídico-legal que, acredita-se, pode contribuir para a reconstrução do Direito em geral e do Internacional dos Direitos Humanos especificamente.

Essa abordagem crítica foi muito influenciada pelo trabalho da psicóloga infantil Carol Gilligan. De acordo com CHARLESWORTH (1994:65),

[a] hipótese das teóricas feministas do Direito a partir da pesquisa de Gilligan (...) é que tanto quanto as teorias da psicologia tradicionais privilegiaram a perspectiva masculina e marginalizaram as vozes das mulheres, a lei, também, privilegia uma visão masculina do universo. Muitas feministas, [inclusive,] apontam para o fato de que o Direito é parte da estrutura da dominação masculina. Sua organização hierárquica, seu formato adversarial, e seu objetivo de resolver abstratamente o conflito entre direitos torna o Direito uma instituição intensamente patriarcal. (...) Assim, o valor dessa abordagem está em destacar a quase total exclusão das experiências das mulheres do desenvolvimento do Direito, desafiando, assim, sua [anteriormente mencionada] presunção de neutralidade e objetividade⁴¹.

O melhor exemplo de um direito humano das mulheres representativo de suas experiências e vidas é o direito à escolha reprodutiva, uma vez que toda a reprodução, como já enfatizado anteriormente, ocorre no corpo da mulher, e esta deve ter controle sobre ele.

O feminismo cultural, entretanto, é polêmico porque, de um lado, “implica [implicitamente assumir] que a mulher tem ‘naturalmente’ algumas características” e, de outro, não garante “que a voz das mulheres seria igualmente valorizada e respeitada” (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:41-42) caso presente no discurso de direitos.

⁴¹ Entre as alternativas sugeridas e utilizadas pelas feministas culturais em contraposição ao litígio e formato patriarcal do Direito estão a mediação e a conciliação (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:41).

Já o feminismo radical, criado quase que em oposição ao feminismo cultural, tem como sua maior defensora a polêmica Catharine MacKinnon, que argumenta que o feminino é definido por uma cultura patriarcal. Em suas palavras: “a afirmação da diferença pelas mulheres, quando a diferença significa dominação, como é no caso de gênero, significa afirmar as qualidades e as características de falta de poder. Quando não se tem poder, não se fala diferentemente. Muitas coisas, simplesmente não são ditas” (MACKINNON, 1987 *apud* CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:39).

O foco da preocupação do feminismo radical está, pois, nas diferenças de poder entre homens e mulheres e na subordinação das mulheres e dominação dos homens – razão pela qual é também chamado de ‘teoria da dominação’. De acordo com CHARLESWORTH (1994:66), esta teoria crítica busca “corrigir a posição subordinada das mulheres (...) [o que significa] entendê-la como um produto da dominação das mulheres pelos homens: é entender a desigualdade como sexual por natureza”. Para MacKinnon, “a falha comum das teorias que associam a igualdade com tratamento igual ou com tratamento diferente é que implicitamente elas aceitam o padrão masculino como norma: as mulheres são ou igual ou diferentes da norma masculina”. Ao descrever uma análise jurídica alternativa da igualdade, MacKinnon propõe que sempre se pense e se busque responder “se a política ou a prática em questão contribui integralmente [ou não] para a manutenção de uma sub-classe ou de uma posição de privação em razão do gênero” (MACKINNON, 1987 *apud* CHARLESWORTH, 1994:67).

O Direito, desta forma, “deve sustentar a liberdade [das mulheres] contra uma sistemática subordinação em razão do sexo e não [, como se defende,] a liberdade de ser tratada sem distinção de sexo” (CHARLESWORTH, 1994:67). Somente assim, por meio do reconhecimento pelo Direito dos reais danos que as mulheres sofrem, o projeto feminista de mudança social das relações entre homens e mulheres será alcançado (CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:43).

Contudo, consoante entendimento de CHARLESWORTH e CHINKIN (2000:43), essa abordagem da teoria da dominação não é facilmente aplicada porque muitas das relações de subordinação, sancionadas pelo Direito, estão tão arraigadas culturalmente que aparentam ser quase naturais. Destarte, envolve “olhar para o que fomos treinados para não ver (...) [e realmente identificar] o invisível” (SCALES, 1986 *apud* CHARLESWORTH e CHINKIN, 2000:43).

4.3.3.3. Estágio da diversidade

O terceiro estágio da teoria feminista, desenvolvido a partir da década de 1990 até o presente, é aquele que enfatiza as diferenças das mulheres entre si e foi iniciado pelas duras críticas das mulheres não brancas e lésbicas. Elas afirmam que “embora falassem em nome ‘das mulheres’, muitas feministas falharam em entender que o seu trabalho tinha pouca relevância para as mulheres que não eram brancas, de classe média e heterossexuais”, trazendo à tona os problemas do já mencionado essencialismo (CHAMALLAS, 2003:19). A partir desta crítica contundente inicial, foram criadas inúmeras novas teorias sobre a interação de diversos tipos de opressão, sendo especialmente relevantes para este estudo (i) as que demonstram como diferentes formas de discriminação podem se reforçar mutuamente – como ocorre nas hierarquias reprodutivas – e (ii) aquelas atentas à “complexa natureza da identidade pessoal, e que buscam entender as mulheres tanto como vítimas da opressão quanto como agentes de seus próprios destinos” (CHAMALLAS, 2003:20).

4.3.3.4. Reprodução e maternidade na crítica feminista ao Direito

Por fim, mas não menos importante, para se ter uma visão mais completa acerca da teoria feminista crítica do Direito, faz-se necessária uma breve menção ao tratamento dado pelo campo jurídico (norte-americano) à reprodução e à maternidade. É preciso atentar ao fato de que em razão da contribuição do exercício da maternidade para a desigualdade de gênero as teóricas feministas do Direito têm, como aponta FINEMAN (1995a:ix), certa relutância e ambivalência quanto ao tópico. A autora entende ter havido uma negligência do tema da família na teoria crítica feminista, apesar de ser esta “a mais generificada das instituições sociais” (FINEMAN, 1995 *apud* CHAMALLAS, 2003:284). Ademais, muitas feministas não tiveram filhos a fim de (ao menos supostamente) evitar a submissão aos estereótipos de gênero vigentes. Por esse motivo, houve, por muito tempo, um prejuízo teórico conceitual acerca dos direitos relativos à maternidade. Tal como sugere o estágio da diferença, o conhecimento é frequentemente baseado na experiência própria das investigadoras. Não sendo muitas das teóricas feministas mães, e sendo outras tantas avessas ao tema, o desenvolvimento deste arcabouço teórico restou ao menos parcialmente prejudicado.

Como descrito por CHAMALLAS (2003), os estudos sobre o exercício da maternidade no campo da teoria crítica do Direito podem ser divididos em: (i) construção ideológica da maternidade; (ii) construção da ideia das maternidades desviantes, com especial enfoque para a maternidade exercida pelas mulheres não brancas e solteiras; e, por fim, (iii) limitações impostas ao direito de escolha acerca do exercício da maternidade, tal como se verá a seguir.

4.3.3.4.1. Construção ideológica da maternidade

A maternidade não é um termo meramente descritivo de uma atividade comum às mulheres. De acordo com CHAMALLAS (2003:286), o termo “é carregado de conteúdo normativo”. Para FINEMAN (1995a:x), enquanto instituição social e cultural, a maternidade é uma “das ‘categorias colonizadas’ – inicialmente definida, controlada e com conteúdo jurídico dado pelos homens”.

Na teoria feminista do Direito, “a maternidade foi apresentada principalmente como uma questão problemática para as mulheres” (FINEMAN, 1995a:xi). Isto porque a “[m]aternidade é central para a definição social e legal da mulher. Aquela que não tem filhos, no contexto do Direito e das instituições legais, será tratada como se fosse (ou viesse a ser) mãe. [Nesse sentido, a] construção social e as ramificações legais tendem a operar independentemente das circunstâncias individuais” (FINEMAN, 1995a:xii).

Na realidade, apesar “do aumento significativo no número de mães de crianças pequenas que participam do mercado de trabalho, a categoria ‘mãe’ provavelmente ainda tem a conotação de ‘esposa-dona de casa’ (...)” (CHAMALLAS, 2003:287), e não da mulher que tem que conciliar as suas atribuições domésticas e de cuidado com aquelas do trabalho remunerado. Isso justifica, então, as análises feministas sobre a família terem frequentemente criticado as diferenciações dos papéis de gênero no âmbito familiar. A partir dessa crítica, criou-se um novo ideal, ao menos para algumas feministas, no qual a família deve ser regida pelo princípio da igualdade, “em que a mãe e o pai dividem igualmente o cuidado com as crianças e o trabalho doméstico, tendo ambos carreiras no espaço público” (CHAMALLAS, 2003:283).

Contudo, SLAUGHTER (1995:73) atenta para o fato de que “as reformas legais [relativas aos direitos das mulheres] foram inefetivas em grande parte porque

falharam em lidar com a multidimensionalidade da marginalização econômica das mulheres”, relacionada, segundo a autora, ao papel social a elas atribuído de principais responsáveis pelo cuidado com os filhos. Ela afirma que o trabalhador ideal é aquele sem obrigações relativas ao cuidado das crianças, que assume um compromisso total e exclusivo com o empregador. Sendo a mulher muito mais frequentemente que o homem a responsável pelo cuidado, não importando o quanto trabalhe, dificilmente trabalhará no nível máximo de comprometimento requerido pela norma do trabalhador ideal (SLAUGHTER, 1995:73-75).

Mas, de fato, tal como as mulheres podem se tornar provedoras – como, em muitos casos, o são –, os homens podem se tornar ‘mães’ (no sentido de cuidar dos filhos). Segundo SLAUGHTER (1995:75), diante dessa constatação, faz-se necessário “desafiar a natureza generificada dos papéis sociais” (1995:75) e alterar as relações de dependência para acabar com a regra do trabalhador ideal, ou seja, fazer com que o homem e a mulher se tornem ambos trabalhadores e pais ao mesmo tempo.

Cabe, entretanto, uma crítica a este entendimento: de acordo com FINEMAN (1995a:xi), sendo o mecanismo legal (e ideal socialmente) para se contrapor às deficiências e desvantagens da maternidade a ‘parentalidade compartilhada’, as teóricas feministas “inadvertidamente romantizam a primazia da filiação (hetero)sexual e, conseqüente e inevitavelmente, privilegiam a família patriarcal”.

De todo modo, até que essa transformação desejada por muitos seja possível, há quem sugira a existência de um “direito a um salário mínimo para o trabalho doméstico”⁴² (CHARLESWORTH, 1994:66), que poderia ser não somente para as mulheres que têm o trabalho do cuidado, mas também para todos os cuidadores - de crianças, doentes ou anciões.

4.3.3.4.2. Maternidades desviantes

As feministas críticas do Direito vêm demonstrando em seus estudos como “alguns tipos de família são rotulados como ‘normais’, e por essa razão recebem privilégios e subsídios, enquanto outras famílias não tradicionais são ditas ‘desviantes’ e ‘dependentes’” (CHAMALLAS, 2003:284). Como mencionado anteriormente, as

⁴² Essa ideia, ainda que soe absurda para muitos, seria uma forma de incentivar os homens a realizar este trabalho, até agora majoritariamente exercido pelas mulheres.

famílias ‘normais’ são aquelas em que há uma mãe - que cumpre a função de esposa e dona de casa concomitantemente à realização do trabalho do cuidado com os filhos -, um pai provedor e a prole. Por essa razão, “[a] imagem dominante da ‘mãe’ é aquela da mulher casada (...) carregando a pressuposição tácita de que a mãe é heterossexual” (CHAMALLAS, 2003:287). Para FINEMAN (1999), há uma ideologia que diz que os pais (homens) são economicamente responsáveis por suas famílias, idealizando a visão convencional de um homem e uma mulher formando uma família nuclear heterossexual. Essa ideologia esteve por muito tempo refletida na lei e, para a autora, continua a moldá-la, mesmo havendo atualmente a expectativa de que as mulheres sejam independentes economicamente e, ao mesmo tempo, as principais cuidadoras dos dependentes.

É a partir dessa ideologia que surgem as mães com adjetivos, os quais buscam explicar o desvio da norma: a mãe solteira, a mãe lésbica, a mãe trabalhadora, entre outras. A expressão sem adendos, isto é, ‘mãe’, está de acordo com a ideologia que impõe uma imagem social dominante e idealizada do que é ser mãe e “funciona como uma norma masculina implícita (...): define o padrão pelo qual as mães são julgadas, independentemente de a maioria ser capaz ou desejar atingir esse padrão” (CHAMALLAS, 2003:288).

Tendo em vista a ideologia acima mencionada, ganha especial atenção das feministas críticas do Direito a mãe solteira, especialmente se pobre e negra, por não estar acompanhada de um homem provedor. Ao

rejeitar a primazia da conexão sexual enquanto núcleo organizador do conceito de família (...), o rótulo de ‘mãe solteira’ separa algumas práticas de maternidade da instituição da Mãe que tem como referência o seu estado civil de casada. A mãe, tal como construída e definida pelo discurso, é transformada por sua relação (formal e legal) com o pai. (FINEMAN, 1995b:219).

As mães solteiras são, em realidade, vistas como “a fonte e a origem de fenômenos sociais como a criminalidade e a pobreza. (...) Elas representam tanto a causa como são caracterizadas como o resultado da desintegração da família e da sociedade; trata-se de uma categoria demográfica recheada de significados políticos e morais” (FINEMAN, 1995b:216). A lei frequentemente as trata “como se fossem qualitativamente diferente de outras mães, e portanto requeressem coerção legal para assegurar que vão agir como ‘boas mães’” (CHAMALLAS, 2003:292).

É o caso, por exemplo, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, de programas governamentais de bem-estar social que impõem condições, como frequência escolar ou registro da criança no nome do pai, para recebimento de benefícios monetários. Na análise de WILLIAMS (1992 *apud* CHAMALLAS, 2003:292), esses programas que visam alterar o comportamento não são feitos para ajudar a mulher a fazer a transição para um emprego pago, mas têm como objetivo “influenciar decisões pessoais das mulheres e alterar a forma como se relacionam com seus filhos e/ou parceiros sexuais”. Nesse sentido, esses programas, de acordo com a autora, “operam como um substituto da autoridade tradicional do pai e do marido” (CHAMALLAS, 2003:293).

Não há, assim, como negar que “[o] imaginário do discurso de bem-estar social [inscrito no Direito, regulador das relações sociais] continua permeado por julgamentos morais e normativos centrados em prerrogativas estereotipadas sobre as mães solteiras que vivem em um contexto de pobreza” (FINEMAN, 1995b:211). No imaginário social, o protótipo das mães que recebem benefícios governamentais é a mulher “negra, adolescente, não-casada e com muitos filhos” (CHAMALLAS, 2003:297), ainda que a partir de pesquisas nos Estados Unidos seja possível afirmar que menos de 40% das recebedoras de benefícios são negras e que a maioria delas é adulta (CHAMALLAS, 2003:297).

Conclui-se, pois, na perspectiva crítica feminista relativa às mães solteiras, que

o estigma imposto pelo atual sistema de bem-estar social que recai sobre as mães que recebem benefícios governamentais não se destina somente a influenciar as atitudes e comportamentos deste pequeno grupo de mulheres. Ele reflete a aprovação social ao casamento tradicional, ao privilégio da raça branca e do ambiente de trabalho dominado pelos homens (CHAMALLAS, 2003:297).

4.3.3.4.3. Direito de escolha acerca do exercício da maternidade: o direito ao aborto

Um dos temas mais caros às feministas críticas do Direito na área da reprodução e maternidade é o direito ao aborto e à escolha voluntária pelo exercício da maternidade. As discussões feministas “sobre o aborto e tópicos relacionados normalmente rejeitam a tendência cada vez mais comum de discutir o feto como um ser físico separado da mãe, com interesses frequentemente distintos dos delas” (CHAMALLAS, 2003:285).

Desde o século XIX, a reprodução foi regulada pelo Direito. Por trás de tal regulamentação estava o entendimento de que “regular o ato físico da reprodução era necessário para assegurar a reprodução da ordem social” (SIEGEL, 1995:49), na qual a mulher, restrita ao papel de mãe – esposa – dona de casa, era submissa e o homem, o dominador.

As leis que criminalizam o aborto e a contracepção impõem como consequência o exercício da maternidade. Isto apesar de os debates sobre a ‘escolha’ muitas vezes focarem quase que exclusivamente “[o] momento do parto: deve a mulher terminar sua gravidez ou parir a criança? A discussão descontextualizada faz parecer que a mulher pode, então, livremente escolher se quer criar a criança ou a entregar para adoção” (CHAMALLAS, 2003:305). As restrições sobre a prática do aborto, comumente vistas como forçando a mulher a manter-se grávida, raramente são entendidas como algo que force a mulher a, de fato, tornar-se mãe.

Nesse mesmo sentido, SIEGEL (1995:58) defende a ideia de que a partir de uma perspectiva histórica tais leis “podem ser entendidas como uma forma de regulação [e manutenção] do *status de gênero* (...), um método para assegurar que as mulheres cumpram suas obrigações como esposas e mães”, ou seja, que as força “a assumirem um papel e a realizarem um trabalho que durante muito tempo as subordinaram enquanto uma classe, sem alterar as condições que continuam a fazer deste trabalho a principal causa de sua subordinação” (SIEGEL, 1995:63). Tais leis, assim, segundo a autora, “não advêm somente do desejo de proteção à vida do feto; elas refletem – e colocam em prática – julgamentos sobre o papel das mulheres” na sociedade (SIEGEL, 1995:67), qual seja, o de cumprir o dever moral e social de se tornarem mães. Ainda, para a autora, tais leis são profundamente contrárias aos valores e compromissos do princípio da igualdade que informam a ordem constitucional, no caso norte-americana, mas também a brasileira (SIEGEL, 1995:63).

Outro aspecto tratado pelas feministas críticas do Direito no que diz respeito à maternidade e à reprodução refere-se ao quanto o “Estado e outras forças sociais fazem julgamentos a respeito das mulheres que ‘merecem’ ter e criar filhos” (CHAMALLAS, 2003:311). O trabalho de WILLIAMS (1991 *apud* CHAMALLAS, 2003:311-313) é emblemático: ela trata eloquentemente dos obstáculos encontrados por mulheres negras para fazerem valer a sua liberdade reprodutiva. De um lado, foram objeto, ao longo da história norte-americana, de práticas discriminatórias de

esterilização compulsória, realizada muitas vezes sem consentimento; de outro, na ausência de financiamento governamental para a realização do aborto, muitas se veem obrigadas a levar adiante gestações indesejadas.

A situação brasileira, ressalte-se, não é muito distinta: as mulheres pobres e negras, ou não brancas, ainda que não esterilizadas sem o seu consentimento, sofrem o estigma associado ao exercício de suas maternidades na base da pirâmide das hierarquias reprodutivas. Pode-se, assim, afirmar que o poder da lei e do Direito, combinado com a pobreza e o racismo, limita o exercício de direitos relativos à maternidade tanto na sua dimensão corporal, como na do cuidado. É possível, então, concluir este tópico afirmando que “a maternidade como uma construção cultural e uma instituição social pode ser facilitada ou limitada pela lei”, que, muitas vezes, “desencoraja as mulheres não-brancas de serem mães e as torna particularmente vulneráveis a perderem a guarda de seus filhos” (CHAMALLAS, 2003:311), como defendido por SOUZA MARTINS (2009).

5. O SUPORTE SOCIAL A MATERNIDADE OFERECIDO PELA INSTITUIÇÃO VIRADA DA VIDA

No capítulo anterior, foi apresentada a concepção contemporânea dos direitos humanos, a qual servirá de base e informará a análise realizada neste capítulo acerca do núcleo de direitos humanos das mulheres que compõe o suporte social necessário para o exercício da maternidade. Este capítulo está dividido em sete seções: (i) a situação de vulnerabilidade social em que as jovens mães se encontravam juntamente com seus filhos antes do acolhimento, com ênfase no uso abusivo de drogas e na exposição a situações de violência; (ii) os direitos reprodutivos; (iii) o direito à habitação; (iv) o direito ao trabalho e à renda, que inclui o direito à creche e à educação infantil; (v) os direitos sexuais; e, por fim, (vi) os direitos maternos. Cada uma delas inclui uma discussão teórica sobre o tema e outra relativa ao trabalho desenvolvido na Virada da Vida, ambas entrelaçadas pelas falas das jovens mães sobre suas experiências e histórias de vida.

Contudo, previamente à apresentação dos resultados e da discussão acerca do suporte social oferecido pela Virada da Vida, apresenta-se um breve resumo da vida de cada uma das jovens entrevistadas que buscará, de um lado, contextualizar os trechos das entrevistas destacados, e de outro, facilitar a compreensão por parte dos leitores:

- **Adrienne (Rich):**

36 anos, branca, estudou até a quinta série. A mãe trabalhava como funcionária pública e o pai era ‘banqueiro do jogo do bicho’. Saiu da casa dos pais aos 15 anos quando eles se separaram (por conta de uma traição do pai que ela teve que ser cúmplice) e foi morar na rua, onde se envolveu com drogas, mais especificamente crack, e começou a roubar. Teve quatro filhos, de dois homens diferentes. Primeiro um menino, que vive com o pai, com quem teve também uma menina, que morreu aos seis anos ao cair em um poço de água. Depois, teve outra menina que nasceu com uma síndrome rara e também faleceu. Com o mesmo parceiro teve outra menina, que vive com a família dele, por conta do envolvimento dela com as drogas. Viveu bastante tempo na cracolândia no centro da cidade de São Paulo e chegou a ser presa por tráfico de drogas.

- **Alice (Miller)**

23 anos, branca, estudou somente até a primeira série. A mãe morreu quando ela tinha 12 anos e o pai se casou com a irmã de criação, com quem brigou. Com isso, foi colocada para fora de casa e passou a viver nas ruas e usar drogas. Começou usando cola e terminou no crack. Relata ter passado fome e roubado para conseguir sobreviver em seus anos na praça da Sé. Nas ruas, foi estuprada com 16 anos de idade. Chegou a ter emprego formal, com carteira assinada, mas voltou para as drogas. Com outro morador de rua, com quem foi presa em razão do consumo de drogas, teve uma filha, à época da entrevista com quase três anos mas ainda mamando no peito. Foi vítima de violência física por parte do pai da filha, razão pela qual perdeu o contato com ele. Foi a única jovem que ao longo da entrevista relatou explicitamente viver uma relação homossexual.

- **Angela (Davis)**

18 anos, preta, estudou até a quinta série. Seus pais foram assassinados quando tinha 15 anos em razão da dívida de drogas de seu irmão. Morou com a avó, período em que trabalhou como costureira. Conheceu o pai da única filha (à época da entrevista com oito meses) na escola e foram morar juntos. Ele, que usava drogas, a violentava e, com isso, ela foi encaminhada para a Virada da Vida e perdeu o contato com ele.

- **Betty (Friedman)**

17 anos, negra, estudou até o primeiro colegial. Seus pais perderam a guarda dela e de sua irmã após denúncia de maus-tratos por um vizinho ao Conselho Tutelar. Passou a vida inteira em abrigos e só voltou a ver seus pais quando tinha 15 anos e estava grávida de sua única filha, à época da entrevista com um ano e dois meses. Morou com o pai da criança por um tempo, mas em razão de episódios de violência praticadas pelo parceiro foi para um abrigo que posteriormente a encaminhou para o Virada da Vida.

- **Joana (Scott)**

18 anos, preta, estudou até o primeiro colegial. Vivia com a mãe quando, aos sete anos, foi estuprada, segundo ela, ao mesmo tempo pela mãe, pelo padrasto e um maconheiro. Foi para um abrigo onde ficou até os 15 anos. De lá foi para casa da tia, começou a usar drogas e engravidou do namorado, com quem não tem mais contato.

A tia, diante da notícia da gravidez, a colocou para fora de casa, quando foi morar em uma boate. Teve uma única filha, à época da entrevista com seis meses.

- **Nancy (Fraser)**

18 anos, branca, estudou até a oitava série. Ambos os pais eram alcoólatras razão pela qual morou em um abrigo por sete anos, devido a mal-tratos em sua infância. Morou com a tia e depois foi para as ruas, pedir esmolas para pagar pelo seu consumo de drogas. Conheceu um namorado e foi morar com ele quando tinha doze anos. Engravidou deste jovem, mas abortou aos cinco meses de gravidez. Foi estuprada pelo tio – embora a expressão que use seja ‘chantageada’ – que é o pai de seu primeiro filho. Relata ter conhecido uma mulher, que a ajudou a sair das drogas e cuidou dela, com quem morou por cinco anos. Conheceu outro homem de quem engravidou de seu segundo filho, mas de quem se separou em razão de ser por ele violentada. É a única jovem que relata não querer permanecer na Virada da Vida, segundo ela porque não consegue juntar dinheiro com o salário oferecido.

- **Rosalinda (Petchesky)**

28 anos, preta, estudou somente até a quarta série. Aos oito anos fugiu de casa. Foi violentada sexualmente aos nove. Em razão do trauma sofrido, permaneceu anos em um ‘quarto escuro’ em um abrigo. Saiu de lá e foi morar na rua, quando começou a usar drogas. Acabou sendo presa na FEBEM, onde teve sua primeira relação sexual aos 15 anos, a partir da qual resultou seu primeiro filho, entregue pela família, com quem voltou a ter contato, para adoção. Engravidou de sua segunda filha, mas a deixou no abrigo, segundo ela por que as “drogas falaram mais alto”. Conheceu o pai de sua terceira filha nas ruas aos 18 anos, com quem também teve o quarto filho. Morou com este homem por cinco anos mas se separou por conta de sofrer violência doméstica. Teve mais duas meninas de outro pai, que foi preso – uma delas com “problemas”. Durante um tempo se manteve com as quatro crianças, mas por “passarem necessidade” acabou colocando-as em um abrigo, que visitava semanalmente. Foi pressionada por assistentes sociais e psicólogas para entregar todos para adoção, mas recusou. Com a ajuda de um assistente social do Fórum, chegou a Virada da Vida com quatro filhos onde estava, à época da entrevista, há mais de três anos abrigada.

- **Sheila (Kitzinger)**

22 anos, parda, cursando a quinta série do ensino fundamental. Sua mãe era alcoólatra e batia nela e em seu irmão. Começou a usar drogas desde muito cedo – relata ter começado a beber aos sete anos de idade – e depois de um tempo passou a traficar, razão pela qual foi presa, e a se prostituir. Perdeu sua virgindade aos dez anos com um primo. Teve quatro filhos de três pais diferentes, mas mantém a guarda somente de dois deles – um está com sua avó e outro foi entregue para adoção. Ao perder a guarda do que foi entregue para adoção, por conta de denúncia de maus-tratos por uma vizinha, tentou suicídio tomando remédios, o que a levou a um coma profundo por dois meses. Ao se recuperar, foi encaminhada para a Virada da Vida com duas crianças.

5.1. A VULNERABILIDADE DAS JOVENS MAES

São dois os principais eixos da vulnerabilidade individual destas jovens mães presentes nos relatos colhidos: muitas delas fizeram uso abusivo de drogas e a maioria sofreu diferentes tipos de violências. Essas são vivências, muitas vezes, complementares e interligadas, que as fizeram experimentar discriminações e, portanto, violações a seus direitos humanos. Por ocorrerem no corpo físico de cada uma das mães, o impacto desta vulnerabilidade na saúde das jovens é evidente. A seguir, cada um destes eixos é apresentado.

5.1.1. Uso de drogas

O uso de drogas em geral e pelos jovens especialmente é um problema que tem recebido atenção de estudiosos de diferentes áreas em todo o mundo, o que evidentemente inclui o campo da saúde pública e também o dos direitos humanos. Mais recentemente, ainda que não tão comumente, o recorte de gênero nos estudos acerca do uso abusivo de drogas tem sido feito, uma vez que “as mulheres têm padrões distintos de consumo das drogas e de riscos de danos a ele atrelados” (CSETE, 2007:6). Não é necessário, contudo, discorrer em detalhes sobre todos os achados acadêmicos. Será feita, assim, somente uma contextualização do tema, com ênfase em aspectos-chave do uso de drogas por mulheres, especialmente aquelas que são jovens e mães, como as abrigadas na Virada da Vida.

As mulheres “com mais frequência usam drogas para lidar com a dor física e emocional ou com situações de abuso” (CSETE, 2007:2). No caso das adolescentes, existe a possibilidade de que o uso de drogas seja um mecanismo de fuga, empregado quando elas são confrontadas com um ambiente abusivo e de falta de apoio (QUINLIVAN e EVANS, 2002 *apud* SCAPPATICCI e BLAY, 2010:14). Isso pode ser notado pelas falas de algumas das jovens residentes na Virada da Vida que experimentaram situações de abuso e violência, inclusive sexual, na infância, muitas vezes em virtude do uso de drogas pelos pais:

“[S]ofri maus-tratos, minha mãe bebia e meu pai também, eram alcoólatras os dois. E eu fiquei no abrigo sete anos, depois eu voltei para a minha casa, fiquei com a minha tia. Aí minha tia não me quis mais, aí eu comecei a morar na rua, comecei a usar droga”. A mesma jovem diz: “Aí, passava assim o efeito da droga, bacana. Sentia aquela tristeza de novo, entendeu? (...) [Tristeza] Ah... nos problemas a gente não pensa, quando a gente está usando”. (Nancy)

“A minha mãe era alcoólatra, vivia bêbada, espancava eu e o meu irmão mais velho. Aí, parti para o mundo errado, usava droga, fazia aviãozinho e depois fui embora de casa, fui morar embaixo da ponte (...)”. Essa mesma jovem relata ter perdido a virgindade com um primo, aos nove anos, ocasião da qual não se lembra com detalhes: “Eu não lembro, eu estava bêbada”. Afirmou que começou a beber com sete anos, “com as meninas da favela onde eu morava”. (Sheila).

“[C]om nove anos, ser violentada é a pior coisa que tem!” (Rosalinda).

Além disso, estudo realizado sobre padrões de uso de drogas injetáveis com mulheres na Escócia relata ser esta prática fortemente influenciada pela natureza e pelo tipo de parceria sexual que as mulheres têm. Mais comumente que os homens, elas fazem uso de drogas juntamente com seus parceiros ou estão em uma relação sexual com homens que usam drogas (MACRAE e AALTO, 2000).

Joana, perguntada sobre como se sustentava até ir para a Virada da Vida, relatou que se virava na rua. Disse: *“Eu não comia nada, só droga mesmo”,* paga pelo pai da filha dela.

Em alguns casos, como o abaixo relatado, os encontros amorosos ocorriam na vivência de rua, em razão do uso de droga:

“Aí foi quando eu saí de casa, quando eu fiz 15 anos, eu morava na rua. (...) Comecei a participar do pessoal de rua, a fazer tudo que não prestava, que nem: aprendi a roubar, aprendi. Aprendi a roubar, usei muita droga. Aí parti para vender drogas. Foi quando conheci o meu primeiro marido, que foi o João, o pai do meu menino mais velho. E ele me batia muito (...)” (Adrienne).

Por essa razão, estudos indicam que as mulheres acabam sendo afetadas mais diretamente pelo consumo dos parceiros do que o oposto¹. Ademais, as mulheres que usam drogas correm, sabidamente, maior risco de contrair HIV e doenças sexualmente transmissíveis, especialmente em razão do uso inconsistente de camisinha (GOLLUB, 2008:107). Ainda que de um modo geral todos os usuários de drogas sofram o estigma associado ao seu uso, que leva, como visto, a discriminações, “[a]s mulheres, especialmente as grávidas ou as que são mães, experimentam o estigma associado ao uso de drogas de forma mais profunda que os homens², uma vez que em muitas sociedades espera-se que elas sejam cuidadoras, responsáveis e virtuosas”, o que acaba por contribuir para a vergonha e culpa que sentem ao não satisfazerem o ideal social de ‘boa mulher’ (CSETE, 2007:2). Ainda que não se refira ao fato de ser mulher e consumir drogas, uma das jovens relata agressões verbais ou, em suas palavras, ‘humilhações’ que sofreu em razão de uso de drogas, que estão associadas ao estigma deste grupo:

“[A]gora mexe com droga e vem assim, depois vem assim... É bem pior entendeu? Vê as pessoas te humilhando por causa da droga “é drogueira, é noia”, então aí fica mais assim, sabe?” (Nancy).

Esses sentimentos muitas vezes isolam as mulheres e as afastam dos serviços de saúde. Mas não só: muitos dos tratamentos voltados aos usuários de drogas não levam em conta questões específicas das mulheres, tampouco daquelas que são mães. Por essa razão, OLIVEIRA *et al.* (2007:248) sugerem que especificidades, como a “gravidez, responsabilidade no cuidado das crianças, traumas derivados do abuso físico e sexual na infância e/ou adolescência, maiores níveis de problemas mentais em comparação com os homens e a questão do trabalho sexual”, sejam integralmente incorporadas aos tratamentos e ações de saúde voltados aos usuários de drogas. A Virada da Vida, ainda que não seja um espaço para tratamento da dependência de drogas, inclui esta abordagem no acolhimento que oferece às jovens mães.

¹ Vale dizer que, de acordo com CSETE (2007:9), muitos estudos encontraram evidências de que as mulheres são ‘as segundas na agulha’, ou seja, que os homens injetam primeiramente neles mesmos e depois injetam nas mulheres usando o mesmo equipamento, especialmente nos casos em que o parceiro de consumo de drogas é também o parceiro sexual.

² O melhor exemplo disso são os casos nos Estados Unidos da América de tentativas de criminalização de mulheres usuárias de drogas grávidas ou que acabaram de parir sob a justificativa de se estar protegendo a vida do feto. Veja Guttmacher Institute, “State policies in brief: substance abuse during pregnancy”. Disponível em: <http://maternalhealthtaskforce.org/discover/library/cat_view/51-guttmacher-institute?limit=5&limitstart=0&order=date&dir=DESC>. Acesso em: 10 jan. 2011.

No que diz respeito às consequências do uso abusivo de drogas, estudos descritos por SCHENKER e MINAYO (2005:709) demonstram que particularmente aqueles que são jovens correm o risco de “comprometer a realização de tarefas normais do desenvolvimento; o cumprimento dos papéis sociais esperados; a aquisição de habilidades essenciais; a realização de um sentido de adequação e competência e a preparação apropriada para a transição ao próximo estágio na trajetória da vida: o adulto jovem”. O uso de drogas pode, portanto, ameaçar o desenvolvimento do adolescente. Paralelamente, SANTOS CRIVES e DIMENSTEIN (2003:33), em estudo realizado com o objetivo de desvendar o sentido do uso de substâncias psicoativas por jovens, indicam que “na concepção dos [seus] entrevistados, o uso de drogas, apresenta, contraditoriamente, duas faces. Por um lado, ele parece ‘ajudar a suportar’ os problemas da vida, além de proporcionar certa compensação, que se manifesta através do prazer; por outro lado, o uso de drogas pode levar à destruição da vida”. Como se pode perceber nas falas descritas a seguir, as jovens da Virada da Vida enfatizam o aspecto destrutivo e não prazeroso do uso das drogas:

“[O] crack acabou com a minha vida, acabou, sabe? Assim, a metade da minha vida toda eu agradeço ao crack ter destruído isso e a fraqueza de ter ido buscar o crack, não ter força para dizer ‘não quero’”. Em outro momento da entrevista, a mesma jovem relata: “[E]u não estava vivendo, eu estava me matando. Porque a droga é pra otário, eu digo droga é pra pessoa que já tá sem opção de vida, já não quer saber de nada, a droga é pra essas pessoas. A pessoa que realmente quer, não precisa ser rica, não precisa ter tudo na vida, ela precisa é ter uma vida e viver, viver” (Adrienne).

“[U]sar droga é o fim da picada, acaba tudo. Assim, a pessoa que usa droga é assim. Eu era assim, nunca faltou dinheiro, nunca faltou, mas... também nunca tinha felicidade, entendeu? Ficava ali, fumava, passava a noite fumando, duas, três noites, uma semana fumando” (Nancy).

Esses relatos revelam a necessidade de proteção dos jovens quanto ao uso abusivo de drogas, proteção esta que “[s]ignifica, sobretudo, oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento da pessoa em formação” (SCHENKER e MINAYO, 2005:711).

Mais especificamente, no caso das jovens mães atendidas pela Virada da Vida, é preciso ter em mente que, de acordo com SCHENKER e MINAYO (2005:708), “[a] família, pelo papel de inserir seus membros na cultura e ser instituidora das relações primárias, influencia a forma como o adolescente reage à ampla oferta de droga na sociedade atual. Relações familiares saudáveis desde o nascimento da criança servem

como fator de proteção para toda a vida e, de forma muito particular, para o adolescente”. Além disso, um estudo aponta que, entre os fatores parentais de risco para o uso de drogas por adolescentes, está a ausência de investimento nos vínculos que unem pais [os genitores] e os filhos, e um envolvimento materno insuficiente (SCHENKER e MINAYO, 2005:709-710)³. Abrigadas com seus filhos em uma instituição, algumas delas tendo passado a vida institucionalizadas, essas jovens, na maioria das vezes, claramente não tiveram relações familiares, para usar o termo dos autores acima mencionados, ‘saúdáveis’, podendo ser este um dos fatores que explicam a frequência do uso abusivo de drogas entre a população atendida pela instituição:

“[É] difícil. Porque a sua própria mãe vira pra você e fala que te odeia, é muito difícil. Eu acho que foi isso, porque eu comecei a usar droga, entendeu? Porque quando fui pedir apoio pra ela, ela me mandou embora” (Nancy).

“Depois que eu fugi [aos nove anos de idade], antes de ela perder a guarda, ela fez a escolha. Ela me entregou pro juiz e eu fui criada pelo juiz até os doze anos. Mesmo sabendo, depois de tudo o que aconteceu [referindo-se ao estupro que sofreu], ela não me visitava. O meu padrasto se arrependeu, mas ela... E aí que eu fui pra rua, eu comecei a usar droga (...)” (Rosalinda).

O quadro de vulnerabilidade social em que se encontravam muitas das jovens mães antes de serem abrigadas na Virada da Vida era composto, entre outros aspectos, pela vivência de rua. A mera existência de crianças e jovens nas ruas é um forte indicativo da desigualdade social estrutural que afeta a sociedade brasileira e mantém parte dela excluída, invisível, sem exercer os direitos de cidadania, nem ter a elas destinadas políticas públicas de suporte social. Essa exclusão social, invisibilidade, que impede o exercício da cidadania é ainda mais acentuada no caso de jovens mães que estiveram nas ruas grávidas ou com seus filhos pequenos.

A vivência de rua e o uso de drogas estão, muitas vezes, atrelados. Basta notar que “em cada categoria de droga, de drogas intravenosas a cigarros, jovens grávidas sem-teto relataram mais uso de drogas do que as adolescentes que viviam em suas casas” (SCAPPATICCI e BLAY, 2010:12). A vulnerabilidade dessas jovens mães é aumentada, assim, não somente pelos danos causados à sua saúde física e mental e à de seus filhos, mas também, e inclusive, no que tange à permanência delas junto às

³ Note-se, aqui, a alta responsabilização das mães por parte das autoras, refletindo estereótipos sociais de gênero, uma vez que não há menção ao impacto da ausência paterna no uso abusivo de drogas por adolescentes.

crianças. Considerando o impacto do uso de substâncias sobre a vida das mães que vivem na rua, ZLOTNICK *et al.* (2003 *apud* SCAPPATICCI e BLAY, 2010:11) notaram que “a utilização apenas nos últimos 30 dias contribuiu para a perda da custódia dos filhos” e que “as mães que não perderam a guarda dos filhos permaneceram sem-teto por períodos mais curtos”. Uma das jovens entrevistadas perdeu seu filho, de um dia para o outro, o qual foi entregue à adoção, devido a uma denúncia sobre seu uso de drogas quando vivia nas ruas:

“Foi assim, eu comecei (...) a usar um monte de droga, usar, usar e aí uma senhora ligou pro conselho tutelar e levaram o meu nenê embora e, aí, eu peguei um monte de calmante e tomei tudo”, ou seja, tentou o suicídio, o que a deixou em coma por dois meses **(Sheila)**.

Outra jovem relata que, em razão das drogas e do desejo de voltar para a rua, abandonou seu filho com familiares:

“Aí eu tive ele. Aí eu tive apoio dos meus pais, mais do meu padrasto do que da minha mãe. Só que, como se diz, eu deixei a droga falar mais alto. Porque eu larguei ele na casa da minha mãe e fui pras drogas”. Posteriormente, na entrevista, ela afirma que, como consequência do uso de drogas, abandonou seus filhos, o que resultou em adoção: “Os outros dois foram adotados. Os outros dois eu abandonei por causa da droga. Deixei a droga falar mais alto. Quer dizer, o meu filho não, o meu filho foi adotado com um ano e seis meses. Mas a minha filha não, abandonei ela no abrigo. Não sei o destino dela e nem pretendo saber”. (Rosalinda)

Ressalte-se que a pesquisa com as jovens mães da Virada da Vida indica uma forte associação entre vivência de rua, uso de drogas e encarceramento. Muitas delas relataram terem sido presas em razão do uso ou tráfico de drogas:

“Voltei a usar droga. Eu já estava com vinte e cinco, vinte e seis anos. Voltei pra droga de novo, aí comecei tudo de novo! Aí comecei pior. (...) [C]omecei a traficar drogas. Aí foi que eu comecei a fumar o dobro. Aí fui presa” (Adrienne).

“Aí ele me botou pra fora de casa; isso eu tinha 13 anos. Aí eu fui morar na rua. Aí fiquei vivendo na rua, tendo que usar droga. (...) [A] minha primeira droga foi cola. Aí, daí por diante, comecei a fumar pedra, tudo que você imaginar (...) Já roubei demais, já roubei, já fiz de tudo na vida. E, quando fui presa, descobri que estava grávida” (Alice).

“[A]í, que eu fui pra rua, eu comecei a usar droga, a me envolver, a ficar no meio de pessoas que usavam muita droga. Eu usava muita droga, fiquei 45 dias presa na FEBEM” (Rosalinda).

Relatando sobre como foi presa: *“eu estava com uma mochila cheia de drogas. Porque depois que eu fiz quatorze anos, eu não vendia mais um papelzinho ou dois, igual eu vendia quando eu era menor de idade, na boca; eu já estava envolvida em coisa mais alta (...)” (Sheila).*

5.1.2. Exposição a situações de violência e transgeracionalidade

Outro aspecto importante que descreve a situação de vulnerabilidade das jovens acolhidas pela Virada da Vida e que pode ser claramente verificado em suas entrevistas é a violência que sofreram. Diferentes formas de violência estão presentes nas relações sociais destas jovens: ao longo de suas vidas, elas sofreram não somente violência física e sexual, como também institucional.

A violência contra a mulher, como se pode ler no parágrafo 118 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, “é uma manifestação das relações de poder desiguais entre homens e mulheres, que levaram à dominação sobre e discriminação contra as mulheres por parte dos homens e à prevenção do completo avanço das mulheres. A violência contra as mulheres ao longo do ciclo da vida deriva essencialmente de padrões culturais (...)”.

Sem exceção, todas as jovens relataram vivências de violência em suas vidas, especialmente no ambiente familiar ou cometidas por seus parceiros e/ou pais de seus filhos:

“A minha mãe era alcoólatra, vivia bêbada, espancava eu e o meu irmão mais velho” (Sheila).

“[E]le me estuprou, depois minha mãe me estuprou (...), bateu em mim e me levou para o cafezal. (...) E o outro maconheiro me estuprou” (Joana).

“[U]m homem denunciou a minha mãe e meu pai pro Conselho Tutelar e pro Juizado de Menores dizendo que a minha mãe não cuidava da gente, deixava a gente na rua, sem ter o que comer, sem ter o que vestir... e quando falaram isso, o Juizado foi lá e fez ‘busca e apreensão’. (...) [U]m carro chega lá e pega os filhos da mãe e do pai querendo ou não, tipo à força” (Betty).

“Ele me batia, me fazia dormir no chão, ele me judiava, tacava água gelada em mim, tudo. Aí, foi aí que eu não aguentei e ele me mandava embora, ele sabia que eu não tinha para onde ir, sempre me mandava embora e foi até que eu não aguentei e fui para a casa da minha tia” (Angela).

“E ele batia mesmo, era aquele tipo de pessoa maldosa, muito maldosa. Não prestava, sabe? Ele me espancava, jogava paralelepípedo em mim, eu grávida dela, quase me matou” (Alice).

“Aí começou a rotina da vida, aí ele [pai do segundo filho] começou a [me] espancar, a abusar de mim” (Nancy).

“Ah, como se diz, fora da droga e da bebida ele é um amor de pessoa (risos)”. A jovem ainda relata: “Aí... Ele me agredia e eu larguei dele” (Rosalinda).

“Eu me separei dele de vez, do pai do meu nenê, porque ele me batia muito, aí na última vez eu falei ‘chega, não vou mais morar com ele’” (Adrienne).

“Quando eu engravidei do pai da minha filha, eu fui morar junto com ele, mas isso não deu certo, porque ele começou a me judiar, me bater na frente da minha filha, da mãe dele, do irmão dele” (Betty).

O relato das jovens também indica que sofreram violência por parte das instituições de atendimento por onde passaram em um momento ou outro de suas vidas. De acordo com D’OLIVEIRA *et al.* (2002:1681), há quatro tipos de violência institucional: “negligência; violência verbal, que inclui tratamento duro, ameaças, xingamentos, gritos e humilhação intencional; violência física (...); e violência sexual”. As autoras referem-se à violência institucional no âmbito dos serviços de saúde, mas é de se supor que o mesmo tipo de violência seja experimentado em outros ambientes institucionais, como as instituições de acolhimento a crianças e adolescentes e o Poder Judiciário. O relato de uma das jovens demonstra a violência institucional cometida por uma assistente social do Poder Judiciário, principalmente por meio de negligência e ameaças:

“A assistente social do Fórum só me pressionava e nunca me apoiava”. Ela ameaçava a jovem de retirar sua guarda das crianças, dizendo: “Eu rezo pro processo não voltar às minhas mãos mais, porque senão você nunca mais vê seus filhos”. A jovem ainda informa: “[E]la tirava o maior barato de mim ‘É... você tá dando a mesma vida pro seus filhos que você teve, de abrigo em abrigo’. Eu dizia pra ela ‘É? Se você não me conta, eu não sabia’, tirando um barato dela” (Rosalinda).

Outra jovem, por sua vez, relata a humilhação que sofreu no abrigo onde foi acolhida após vivência de abuso sexual:

“[O] ruim é que lá eles jogavam na cara ‘sua mãe te estuprou’, ‘sua mãe é isso, aquilo’, entendeu?” (Joana)

Por fim, um caso de clara violência institucional praticada pelos serviços de saúde: uma das jovens relata ter feito o parto de sua filha algemada, em total contradição com o estipulado pela Súmula Vinculante n. 11 do STF⁴. É evidente que uma mulher parindo, especialmente por procedimento de cesárea, não oferece resistência e tampouco tem condições de fugir da sala de operação:

⁴ A Súmula Vinculante n. 11, do STF, adotada na sessão plenária da Corte em 11 de agosto de 2008 e publicada na página 1 do Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2008, estabelece que: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=11.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

Sobre o parto da sua filha que nasceu com uma síndrome genética rara: *“Tiraram ela muito rápido de mim e eu algemada. Tive ela algemada e fiquei algemada. E depois do soro me levaram pra delegacia, pra ficar lá algemada, com ponto, e eu não vi ela” (Adrienne).*

SOUZA MARTINS (2009) reflete acerca das ambiguidades existentes nas instituições que, voltadas para o cuidado de mulheres grávidas ou mães, acabam por violentá-las, com graves consequências para a saúde mental, verificadas, inclusive, por tentativas de suicídio. A autora conclui que a violência praticada pelas instituições de atendimento, englobando-se aquelas destinadas às mulheres, perpetuam a discriminação e a violência de gênero, entendimento aqui compartilhado.

Vale ressaltar, entretanto, que ainda que as mulheres sofram inúmeros tipos de violência em diferentes espaços e praticadas por distintas pessoas ou instituições, sua condição pode ser considerada um fator protetivo em muitos aspectos para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Recentes pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atestam que, no Brasil, entre 1998 e 2008, para cada morte violenta de uma mulher, ocorreram cerca de nove mortes violentas de homens⁵, sendo que a ocorrência de mortes violentas no ano de 2009 foi maior entre jovens e adultos com idade entre 15 e 24 anos: enquanto 68% das mortes violentas dos homens estiveram nessa faixa de idade, o percentual das mulheres foi de aproximadamente 33%⁶. Esses dados podem ser explicados em parte à luz da constatação de que os homens estão mais envolvidos com o tráfico e o crime organizado e são maioria no sistema penitenciário, estando, assim, mais expostos a episódios de violência letal.

Por fim, os relatos das jovens sugerem que há padrões que são transgeracionais, isto é, passados de uma geração para outra. Esses padrões, no caso em tela, referem-se às gestações indesejadas, às experiências de violência, ao uso abusivo de drogas e, ainda, à incapacidade de cuidar dos e de dar carinho aos filhos:

“Ela [a mãe] falava mesmo que eu era a ovelha negra da casa, que eu nunca devia ter nascido” (Nancy).

⁵ Conforme publicado no *website* do IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1507&id_pagina=1>. Acesso em: 28 nov. 2010.

⁶ Conforme publicado no *website* do IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1753&id_pagina=1>. Acesso em 28 de novembro de 2010.

Uma jovem, que largou o pai de dois de seus filhos porque ele a agredia, diz: *“É, porque a minha mãe sofreu também. Ela apanhou muito de meu padrasto”* **(Rosalinda)**.

“Ah, pra mim... eu gosto, é difícil um pouco, assim, dar carinho, (...) igual eu: nunca recebi carinho de ninguém, nunca. (...) [C]omo é que eu vou conseguir tratar com carinho os dois, sendo que eu nunca tive? Sabe, eu fico me perguntando isso, muitas vezes. Como? Eu não consigo. Eu não entendo, às vezes... porque, esses dias, eu tava nervosa (...), descontando muito no Manoel, batendo nele direto” **(Nancy)**.

“É difícil. Eu sou uma pessoa que não sei [dar carinho]. Eu nunca tive mãe, eu nunca tive nada, e pra mim foi muito difícil aprender a dar carinho pra eles” **(Rosalinda)**.

A diretora-executiva da instituição corrobora esse entendimento acerca da transgeracionalidade da falta de afeto:

“Então, eu acho que o trabalho da Virada da Vida é o tempo inteiro trabalhar (...) e tentar mostrar que esse afeto vale a pena, que esse afeto é um processo de crescimento, não só da criança, como da mãe também. Porque ela não teve [afeto], porque a mãe dela não teve, não sei quem não teve; então temos que apostar em alguma coisa” **(Wendy)**.

5.1.3. O programa da Virada da Vida

Buscando remediar a situação de vulnerabilidade dessas jovens, a Virada da Vida as acolhe, juntamente com seus filhos, em uma residência durante um período médio de nove meses. Pela pesquisa de campo, entretanto, descobriu-se que esse período é simbólico e que o tempo de permanência das jovens na instituição varia muito. Em situações excepcionais, pode exceder, e muito, o tempo inicialmente proposto:

“Vai fazer... eu vim pra cá dia 20/06/2005. (...) Tem quase quatro anos” **(Rosalinda)**.

Por essa razão, a diretora-executiva da instituição afirma que:

“[É] preciso ser realista: não adianta chegar e falar: ‘É nove meses e a menina sai. Com nove meses ela já conviveu com o filho dela e, aí, ela sai’. Tá... mas ela sai e vai para onde? Vai morar onde? Vai trabalhar onde? Vai morar onde? Quem vai querer?” **(Wendy)**.

O objetivo principal do acolhimento parece ser, assim, o de tirar essas mulheres da situação de vulnerabilidade extrema e proporcionar sua inclusão social juntamente com seus filhos. Busca-se fazer com que a jovem construa uma relação de parceria com outras mulheres, com a equipe gestora e com a comunidade, visando à

redescoberta de “seus valores morais e éticos” e a retomada de sua cidadania (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:09). Contudo, há que ser feita uma ressalva: as jovens não são consideradas assistidas, e sim parceiras essenciais do trabalho realizado (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:17).

As jovens mães chegam à instituição indicadas por Conselhos Tutelares, Varas da Infância e Juventude, igrejas e outras instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:27). É o caso de Adrienne, que, ao relatar como chegou à Virada da Vida, diz:

“Foi o CAPS lá em São Paulo, é um pessoal que toma conta do pessoal de rua, pessoas do albergue... Eles encaminham, entendeu? Tipo ação social. Eles trabalham na rua, entendeu? Eles estavam [há] dois anos batalhando pra eu sair: ‘Adrienne, você não vai largar as drogas?’’. Eu falei: ‘não, não vou largar enquanto... eu quero um lugar pra me recuperar, não adianta eu ficar aqui e não ter lugar pra ficar. Não vou ficar em albergue, porque albergue geralmente não tem lugar e vou ter vontade de [ir de] novo pra rua’” (Adrienne).

As jovens chegam de várias regiões do estado de São Paulo e até mesmo de outros estados. Ao chegar, são avaliadas⁷, mas também - e principalmente - avaliam a instituição, no sentido de pensar se, de fato, querem nela ingressar. A decisão é tomada conjuntamente entre a equipe e a jovem, de modo a configurar uma escolha recíproca (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:15). Uma vez na casa, as quatro primeiras semanas são de ‘acolhimento’. Um(a) educador(a) da equipe é escolhido(a) como pessoa de referência que, juntamente com duas jovens residentes, acompanha todo o processo de chegada da nova moradora. Juntos formam a chamada ‘comissão de acolhimento’, responsável por apresentar os objetivos e programas da instituição, a equipe gestora e as funções de cada uma, as outras moradoras e suas crianças e, por fim, as regras a que estarão submetidas (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:16). Ao longo deste período, o(a) educador(a) certifica-se de que a residente compreendeu o funcionamento geral da instituição, tirando suas dúvidas e auxiliando-a em potenciais dificuldades. Ao mesmo tempo, busca desfazer fantasias, como o medo de perder o filho, a ideia de que vai trabalhar de graça, passar

⁷ São três os critérios iniciais utilizados para identificar se a jovem tem o perfil adequado para estar na instituição: “(i) ter 13 ou mais anos, pois a proposta pressupõe a atenção a todas as jovens que são mães e estão em um contexto de risco para que exerçam sua maternidade; (ii) de preferência, serem residentes do estado de São Paulo, pois existe uma previsão de visitas domiciliares e finais de semana na casa de parentes ou amigos; e (iii) não terem problemas psiquiátricos graves, pois o projeto não conta com educadores para as crianças e as mães têm que ter condições mínimas de cuidar de seus filhos” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:15).

fome etc., além de pensamentos equivocados como, por exemplo, o de que a instituição é um ‘hotel cinco estrelas’ ou um lugar onde se possa ficar sem ter um projeto futuro (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:18;20). Após este primeiro mês, a comissão avalia, juntamente com a coordenação da instituição, como foi a inserção da jovem no programa e decide sobre sua permanência. Uma vez que a instituição é aberta, sem muros ou vigias, na tomada de decisão é dada extrema importância à manifestação do desejo da própria jovem em permanecer e dar continuidade ao trabalho lá desenvolvido (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:21). Justifica-se, assim, o *slogan* da Virada da Vida, que é justamente “dar forças para quem tem vontade”.

Durante a estadia, a jovem é cogestora da residência, ou seja, corresponsável pelo funcionamento cotidiano: arrumação, limpeza, alimentação, jardinagem e cuidado com as crianças são, entre outras, tarefas compartilhadas. Há assembleias semanais, momento em que os problemas da residência são discutidos para que se possa chegar a uma melhor solução. Esse processo dá voz à jovem e, portanto, poder, na medida em que possibilita sua participação na tomada de decisões e lhe proporciona um senso de pertencimento ao grupo (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:28-29). A participação ativa e o empoderamento das jovens em relação à instituição são dois pontos importantes do trabalho desenvolvido: acredita-se que somente por meio do protagonismo e da gestão participativa institucional elas poderão exercer a capacidade de fazer escolhas e de tomar decisões que auxiliem seu desenvolvimento pessoal e social, minimizando os riscos e aumentando os fatores de proteção em sua vida. Por meio desta prática espera-se, ainda, que as jovens se tornem agentes transformadoras da própria vida e sejam incluídas socialmente, passando a exercer de fato sua cidadania.

Parte importante do trabalho realizado junto às jovens é a construção de vínculos com o objetivo de viabilizar sua inclusão social. A “relação com a casa – lugar de comer, dormir, descansar, conviver com os filhos – estabelece-se a partir de uma rotina que ajuda a organizar o tempo e as responsabilidades. O cumprimento da rotina, com o apoio do educador, tem um papel pedagógico importante quanto ao conhecer e respeitar as regras” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:24).

Paralelamente, a construção de vínculo com educadores, técnicos e demais profissionais é considerada “a base de todo o trabalho pedagógico-terapêutico desenvolvido junto com a jovem. Ao experimentar uma relação de confiança, respeito e apoio mútuo com a equipe, a jovem poderá conquistar uma nova postura diante de si, dos outros e do mundo. Esse vínculo se constrói num processo, que – apesar de ter fases comuns – evolui de forma única em cada história” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:25). Uma das jovens conta como vê o apoio que recebe de um educador no cuidado com sua filha, que tem problemas:

“[Q]uando ela está em crise ele me ajuda muito, porque eu perco muito a paciência quando ela entra em crise, porque eu não tenho paciência com a 'manha' dela. Eles estão tentando trabalhar isso, pouco a pouco eles estão conseguindo trabalhar isso. É difícil. Eu sou uma pessoa que não sei” (Rosalinda).

Como se nota, a fala da jovem reconhece tanto os esforços do educador, quanto sua própria dificuldade em atuar de forma diferente.

A relação de parceria com as outras jovens também é incentivada. Elas “compartilham entre si espaços, rotinas, regras, dificuldades, experiências e projetos. Construir esse convívio é um desafio concreto”, uma vez que “além das relações de amizade, busca-se criar um senso de grupo”. Nesse sentido, a gestão participativa torna-se essencial para o trabalho da instituição, por favorecer um espaço coletivo de negociação, tomada de decisões e elaboração de projetos comuns (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:31). Uma das jovens, contudo, relata ser difícil essa convivência:

“Porque é assim, não é uma cadeia, mas aqui é muita mulher, nem na cadeia é tanta mulher assim, junta. Cansa um pouco. Aqui é muito, aqui não tem união, sabe, assim? Aqui nenhuma respeita a outra” (Alice).

De acordo com o entendimento da própria instituição, na medida em que ela não consegue garantir todos os direitos e oportunidades necessárias para o desenvolvimento das mães e crianças, e que elas devem um dia se desligar da residência, outros recursos precisam estar disponíveis. Dentre eles a articulação com “a comunidade, com os serviços públicos locais, outras organizações sociais, bem como empresas e instituições, em busca de alternativas de renda, trabalho, saúde, educação, moradia e, especialmente, de apoio e proteção social”. No mesmo sentido, trabalha-se a comunidade para que inclua as jovens e seus filhos no momento de saída

da residência. Isto porque há um enorme estigma e preconceito social em relação às jovens que são mães, usuárias de drogas, profissionais do sexo (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:41) e ex-infratoras com passagens pela Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), atualmente Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

Por fim, ao longo da estadia na instituição, a relação da jovem com ela mesma também se reconstrói e se transforma, na medida em que ela olha com distanciamento para sua história, entende quem é, e pode perceber seus talentos e possibilidades de futuro (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:32). Há, ainda, o incentivo à construção de vínculos por parte da jovem com seu(s) filho(s), assunto que será apresentado na próxima seção, que trata dos direitos reprodutivos.

5.2. DIREITOS REPRODUTIVOS

Historicamente, como visto, foi em razão de a reprodução ocorrer em seus corpos que as mulheres foram, por séculos, mantidas na esfera privada, reduzidas ao papel social de mães, esposas e donas de casa. Elas assumiram, por muito tempo, a responsabilidade quase total pelos cuidados e socialização dos filhos e também se incumbiram de cuidar de seus maridos e do funcionamento de suas casas. Por causa de todos esses afazeres domésticos, as mulheres enfrentaram (e ainda enfrentam) dificuldades para se inserir no mercado de trabalho remunerado. Ainda que esta realidade tenha mudado bastante no final do século XX com a entrada maciça das mulheres no mundo público, elas ainda hoje cumprem, em sua grande maioria, uma dupla jornada de trabalho – a do trabalho remunerado e a do trabalho doméstico, invisível e não reconhecido como tal. De acordo com SOARES (2009:177), apesar dos deslocamentos e da movimentação nas fronteiras do masculino e do feminino, ainda há uma hierarquia social “que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual se assenta a divisão sexual do trabalho”.

Contribuíram para esta situação – de falta de autonomia e desigualdade em relação aos homens – os ditames religiosos e a moralidade sexual que recaía e, ainda que em menor intensidade, continua a recair sobre as mulheres. Nas palavras de BUNCH, “[a] subordinação feminina é tão profunda que ainda é vista como inevitável ou natural e não uma realidade construída politicamente e mantida por interesses, ideologia e

instituições patriarcais. O território físico desta luta política é os corpos das mulheres” (1995:14-15). Foi à luz deste uso político do corpo das mulheres, que frequentemente as discrimina e restringe o exercício de seus direitos humanos, que as mulheres passaram a reivindicar o controle sobre seus corpos.

5.2.1. Os direitos reprodutivos das mulheres

Tendo em vista que “[a] concepção e o exercício da maternidade eram possibilidades que, do ponto de vista moral, já estavam dadas, inclusive como prerrogativas fundamentais ou essenciais da existência das mulheres” (ÁVILA, 1993:382), a reivindicação dos direitos reprodutivos teve início com a luta pelo direito ao aborto e contracepção em países desenvolvidos, em um marco não institucional de desconstrução da maternidade como um dever (CORREA: 1999a:41). O termo surgiu no I Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em Amsterdã, Holanda, em 1984, sendo considerado uma denominação mais completa e adequada do que ‘saúde da mulher’ para traduzir a ampla pauta de autodeterminação reprodutiva das mulheres (CORREA e ÁVILA, 2003:20). O reconhecimento internacional destes direitos, contudo, só ocorreu depois de muitos esforços e negociações por parte dos movimentos feministas na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), que aconteceu no Cairo, Egito, em 1994. Segundo o parágrafo 7.3 do Programa de Ação do Cairo:

os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos..

Ressalte-se que essa definição foi reafirmada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, China, no ano de 1995, nos parágrafos 94 e 95 de sua Declaração e Plataforma de Ação. Vale notar que as duas Declarações e Programas de Ação foram assinados pelo Brasil. Por outro lado, ainda que no âmbito nacional os direitos reprodutivos estivessem presentes implicitamente na agenda das políticas públicas desde 1983, com a criação do Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher –

PAISM -, alguns deles somente foram regulamentados pela Lei de Planejamento Familiar (n. 9263) de 1996, que os definiu como sendo “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. Desse modo, se esses direitos foram assegurados como um direito fundamental de todo cidadão e cidadã brasileiro e, portanto, objeto de políticas públicas, outros permanecem até hoje sem regulamentação ou com uma regulamentação restritiva, como é o caso do aborto⁸.

As Declarações e os Programas e as Plataformas de Ação de Conferências Internacionais, tais como as de Cairo e Pequim, são considerados *soft-law*, isto é, não apresentam caráter obrigatório, que vincula os Estados da mesma maneira que os tratados e convenções de direitos humanos. Constituem, na realidade, compromissos morais dos Estados, que discutiram seus conteúdos e deles se tornaram signatários sem coerção, sob o princípio da boa-fé. A assinatura representa a anuência dos Estados ao que está disposto no texto do documento, o que gera, necessariamente, compromissos que, pelo menos formalmente, devem ser cumpridos. Desse modo, há pressão internacional para que os Estados o façam e, em caso de descumprimento, pode haver constrangimento político no âmbito das relações internacionais entre os Estados⁹. Contudo, relativiza-se a ideia de que estes são compromissos ‘fracos’ do ponto de vista da implementação quando se tem claro, inclusive como afirma a própria definição constante das Declarações de Cairo e Pequim, que os direitos reprodutivos são compostos por direitos reconhecidos internacional e nacionalmente¹⁰ - vale dizer, podem ser interpretados no sentido de serem aplicados especificamente às mães, como será feito a seguir.

⁸ Note-se, como alerta VENTURA (2009:195-196), que apesar da importância jurídica do reconhecimento dos ‘direitos reprodutivos’ no âmbito internacional, seu uso mais comum não ocorre no campo jurídico ou como doutrina jurídica. Seu *status* “é ainda o de uma nova proposta hermenêutica, advinda da saúde e dos direitos humanos, capaz de estabelecer uma melhor conjugação dos direitos e liberdades individuais e responsabilidades (ou mesmo deveres) no âmbito reprodutivo”. Neste sentido, explica-se por que há uma lei que dispõe meramente acerca do direito ao planejamento familiar e que não regulamenta os direitos reprodutivos mais amplamente.

⁹ O caráter não obrigatório destes documentos talvez explique as dificuldades de transpor e efetivar tais consensos para a arena doméstica dos Estados signatários.

¹⁰ Até por isso houve grande impacto destes documentos na ONU: “pela primeira vez todos os mecanismos de direitos humanos convencionais começaram a pensar, embora em diferentes níveis, sobre como integrar direitos reprodutivos e sexuais em seus trabalhos, e agências como o Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) estão prestando maior atenção não só para a retórica mas para as implicações concretas dos direitos reprodutivos e sexuais em seus trabalhos dentro dos países e globalmente” (GRUSKIN, 2000:2).

O artigo 16(e) da CEDAW afirma que cabe às mulheres o direito de decidir livre e responsabilmente sobre o número de filhos e sobre o intervalo entre os nascimentos e lhes assegura, ainda, acesso à informação, à educação e aos meios que permitam a elas exercer esses direitos. A relação deste artigo com a maternidade é óbvia, não sendo necessário realmente proceder à sua reinterpretação: trata-se do direito das mulheres ao controle de seus corpos para que se tornem mães somente se, quando e na frequência que desejarem. O artigo 13 do PIDESC, por sua vez, garante o direito de todos à educação, o que no caso das mães permite, por exemplo, que tenham informações tanto sobre como evitar uma gravidez indesejada, quanto sobre a importância da realização de um pré-natal adequado. O artigo 12, também do PIDESC, reconhece o direito de todas as pessoas - o que inclui, evidentemente, as mulheres que são mães - de gozar do melhor estado de saúde física e mental possível. O direito à saúde previsto no PIDESC é corroborado pelo artigo 12 da CEDAW, que afiança o acesso das mulheres a serviços médicos, inclusive aos que tratam de planejamento familiar. Neste sentido, no caso das mães a garantia do direito à saúde assegura-lhes o pré-natal, o parto e o pós-parto, que devem ser realizados de acordo com a medicina baseada em evidências, evitando, assim, a morbimortalidade materna. Deve-se também facilitar o acesso das mulheres aos métodos contraceptivos e aos exames disponíveis e necessários para sua saúde durante a gravidez, quer contem ou não com recursos financeiros. Há, ainda, o artigo 26 do PIDCP, mencionado previamente, que reconhece o princípio da não discriminação, garantindo a todas as pessoas (pelo menos formalmente) proteção igual e eficaz em sua ocorrência que, no caso em tela, confere às mulheres o direito de serem mães independentemente de seu *status* socioeconômico, étnico-racial, parcerias sexuais etc.

Mas, para COOK (1995), assegurar a autodeterminação reprodutiva das mulheres significa reconhecer, além dos direitos acima mencionados, também aqueles relativos: à liberdade e à segurança; a casar e a fundar uma família; à vida em família e à vida privada; e, ainda, ao acesso aos benefícios do progresso científico - todos estes relacionados, de uma forma ou de outra, ao campo da reprodução e previstos em outros documentos internacionais. Abaixo, alguns exemplos que elucidam como estes direitos são importantes para as mulheres que são mães:

O direito à liberdade e à segurança da pessoa está previsto no artigo 9º. do PIDCP. O direito à liberdade, por exemplo, de ir e vir, garantido especificamente no artigo 12 do

mesmo Pacto, deve ser garantido às mães pelo oferecimento de creche e educação infantil para seus filhos, situação que as libera para trabalhar sabendo que a prole estará supostamente bem cuidada. O direito à segurança pessoal engloba o direito à integridade corporal, assegurando o direito das mulheres que são mães de não sofrerem intervenções desnecessárias em seu corpo durante o parto, como a episiotomia¹¹. O direito a casar e a fundar uma família, constante do artigo 23 do PIDCP, deve, também, ser garantido para as mulheres que se tornarem mães no âmbito de uma relação conjugal estável – hetero ou homossexual, consoante o mencionado direito à não discriminação. O direito à privacidade, garantido pelo artigo 17 do PIDCP, relaciona-se à forma como a mãe conduz sua vida privada, seja como ela se relaciona sexualmente ou o tipo de parceria que escolhe, seja na maneira como educa seus filhos. Por fim, o direito ao progresso científico, previsto no artigo 15(b) do PIDESC, assegura que, além de usar medicamentos ditos ‘de ponta’ para os cuidados com sua saúde e de seus filhos, as mulheres que são mães possam descobrir ou confirmar quem é o pai de seus filhos por meio do exame de DNA. Nesse sentido, “[a] liberdade reprodutiva das mulheres sob o Direito Internacional dos Direitos Humanos é um direito composto por todos esses direitos separadamente” (COOK, 1995:259).

Ainda assim, passados mais de 15 anos desde as Conferências de Cairo e Pequim, é possível examinar “as fronteiras e limites conceituais que moldaram o entendimento acerca dessas definições” (GRUSKIN, 2000:3) - no caso, dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais, tratado mais adiante neste mesmo capítulo. Um dos limites da definição dos direitos reprodutivos é a ausência de menção ao trabalho da parentalidade, do cuidado com os filhos, tarefa majoritariamente exercida pelas mulheres. Essa ausência reflete claramente o *status* deste trabalho, que, como frisado, é invisível e não reconhecido. A definição de direitos reprodutivos, ao não incluir o trabalho do cuidado em si, não se refere também, por consequência, à sua divisão sexual, isto é, à esfera de responsabilidades compartilhadas entre os pais. Em realidade, a definição dos direitos reprodutivos, tal como constante dos documentos de Cairo e Pequim, como bem aponta ÁVILA (2003:S467), reforça o modelo dito

¹¹ Sobre o uso rotineiro, desnecessário e abusivo da episiotomia no Brasil, vide DINIZ e CHACHAM (2004).

hegemônico de reprodução e distancia os homens dos cuidados paternais, liberando-os de suas responsabilidades.

É preciso, contudo, levar em conta o fato de que se trabalha, nos fóruns internacionais, em busca de um consenso, e para que ele seja alcançado é necessário ceder e estabelecer prioridades. Neste sentido, esse foi o consenso possível à época e, como o direito não é estático, mas, sim, construído ao longo do tempo, de acordo com as demandas sociais, é possível recuperar agendas que ficaram perdidas em algum momento da história ou simplesmente ampliá-las, para englobar novas perspectivas. Como aponta GRUSKIN (2000:4), em vista dos limites dos direitos reprodutivos torna-se necessária uma melhor definição de seus objetivos e conteúdo.

PETCHESKY (2006:s./p.) afirma que nos momentos fundadores do movimento internacional por direitos reprodutivos seu escopo incluía claramente o apoio social à parentalidade e à justiça na divisão do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres. Os dois extremos eram afirmados – o apoio a ter e o apoio a não ter filhos –, sendo ambos considerados centrais para o que, então, se chamava ‘liberdade reprodutiva’. No mesmo sentido, mas mais recentemente, ÁVILA (2003:S467) afirma ser preciso alterar o modelo hegemônico de reprodução e “buscar uma sociabilidade na qual o sentido da paternidade e o da maternidade sejam completamente transformados, levando a uma divisão sexual igualitária do trabalho no âmbito doméstico e em particular nas tarefas de cuidar das crianças na vida cotidiana”. O documento relativo à fundação do CARASA - *Committee for Abortion Rights and Against Sterilization Abuse* (Comitê pelo Direito ao Aborto e contra o Abuso da Esterilização) nos Estados Unidos, citado por PETECHESKY (2006:s./p.) vai além e afirma que, afora os serviços adequados e seguros de aborto e o fim das esterilizações involuntárias, a liberdade reprodutiva significa:

a disponibilidade para todas as pessoas de creches e escolas de boa qualidade, moradia decente, apoio social e salários adequados para o sustento de filhos, e assistência à saúde de boa qualidade à gravidez, parto e pós-parto. Significa também liberdade de escolha sexual, o que implica o fim de normas culturais que definem uma mulher em termos de ter filhos e viver com um homem; uma afirmação dos direitos das pessoas de ter filhos fora das famílias convencionais; e a transformação dos arranjos sobre os cuidados com as crianças, de forma que estes sejam compartilhados entre mulheres e homens.

Destarte, ao se reconhecer, aqui, os limites da definição atual, demonstra-se a necessidade de ampliação da agenda dos direitos reprodutivos, para que englobe um

leque mais amplo de direitos humanos. Pretende-se, assim, que além da educação sexual, acesso à informação e aos métodos contraceptivos, pré-natal, parto e pós-parto, licença-maternidade, creche e educação infantil, seja feita referência ao trabalho do cuidado e à socialização das crianças, de modo a promover uma melhor e mais equilibrada divisão sexual do trabalho doméstico, com a correspondente inclusão masculina na esfera da reprodução. Essas ampliação e transformação dos direitos reprodutivos devem ser apreendidas no contexto de uma luta por igualdade e por não discriminação da mulher, visando ao pleno exercício de sua cidadania. Pode ser entendida como constituindo o núcleo duro do suporte social ideal aos direitos relativos à reprodução, que inclui o exercício da maternidade.

De todo modo, mesmo no âmbito dos direitos contemplados e assegurados pela definição atual de direitos reprodutivos, não houve, como aponta PETCHESKY (2005:24), sua completa tradução em realidade: a despeito de ter “alcançado considerável êxito no plano das visões teóricas e da retórica das Nações Unidas, as ativistas feministas de todas as regiões do mundo enfrentam, agora, o problema de transformar os direitos (...) reprodutivos em realidades concretas na vida cotidiana das mulheres”. Essa afirmação, como se verá a seguir, é ainda mais contundente quando se tem em vista a vida de jovens mulheres e adolescentes, notadamente a daquelas que foram mães em situação de extrema vulnerabilidade, como as acolhidas pela instituição Virada da Vida.

5.2.2. A gravidez e o exercício da maternidade na juventude

Tendo em vista a idade das jovens à época das entrevistas, ainda que algumas tenham se tornado mães antes dos 18 anos de idade¹², não seria possível tratar, aqui, o exercício de suas maternidades como estritamente ‘gravidez e maternidade adolescentes’. O critério etário não foi empregado em razão de se ter adotado a perspectiva de que o tema está inserido em um “quadro analítico mais amplo, da

¹² Note-se que no Brasil dados da PNDS (Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde) de 2006, comparados aos da PNDS 1996, indicam ter havido “uma redução significativa de pouco mais de meio ano na idade média de início da vida sexual, de 18,6 para 17,9 anos”, sendo possível verificar um crescimento na idade quanto maior a escolaridade (GARCIA e KOYAMA, 2009:109). Neste sentido – ainda que tenha havido um aumento significativo (de 18% na PNDS 1996 para 62,9% na PNDS 2006) no uso de preservativos na primeira relação sexual (GARCIA e KOYAMA, 2009:111) –, há um aumento no período de exposição a eventos reprodutivos, como aborto e gravidez, e às doenças sexualmente transmissíveis (GARCIA e KOYAMA, 2009:107).

aprendizagem e experimentação da sexualidade” (HEILBORN, 2006:41), que acaba culminando no exercício da maternidade. Desse modo, neste trabalho a juventude é entendida como um processo que pode incluir o início da vida sexual concomitantemente ao da reprodução. A ideia de juventude como ‘processo’ facilita, também, a inclusão dos contextos social, cultural, econômico etc. de vida das jovens investigadas na análise do material coletado.

Como aponta BRANDÃO (2006:63), houve profundas mudanças no entendimento acerca das idades e dos gêneros, o que acabou por redefinir as expectativas sociais depositadas na juventude de um modo geral. Os jovens de hoje, especialmente do sexo feminino, têm supostamente mais oportunidades do que os de antigamente – escolarização prolongada, maiores possibilidades de profissionalização, exercício da sexualidade não subordinado à reprodução mediante o uso de contraceptivo –, aspectos que contribuíram para sua maior autonomia.

Em razão destas oportunidades, espera-se que eles cumpram trajetórias ideais e sigam etapas predeterminadas, como a conclusão dos estudos e a inserção no mercado de trabalho, antes de iniciarem suas vidas reprodutivas. Por essa razão, diante de um evento de gravidez, este é considerado “inoportuno e fruto de imprudência” (PERES e HEILBORN, 2006:1411-1412). A gravidez na adolescência, seguida do exercício da maternidade por jovens mulheres, parece ser percebida socialmente como “um desperdício de oportunidades, uma subordinação – precoce – a um papel do qual, durante tantos anos, as mulheres tentaram se desvencilhar” (HEILBORN *et al.*, 2002:18).

Mas “a passagem para a vida adulta apresenta especificidades segundo as diferentes condições materiais de existência e os diferenciais de gênero e de raça/cor que condicionam as trajetórias juvenis” (HEILBORN, 2006:41). As vivências dos jovens variam e são consubstanciadas por condições sociais distintas (DIAS e AQUINO, 2006:1448). Desse modo, “as desigualdades de gênero articulam-se às de classe social, configurando os cenários em que se inscrevem as experiências de maternidade e paternidade juvenis” (AQUINO *et al.*, 2006:344)¹³. São, portanto, muitos os ângulos

¹³ Embora parte da produção acadêmica leve esta heterogeneidade de experiências em conta, “a gravidez na adolescência tem sido quase sempre tomada como fenômeno universal que atinge a juventude há algumas décadas” (BRANDÃO, 2006:82), direcionando a um tratamento indiferenciado do tema, que homogeneiza as trajetórias sociais juvenis (BRANDÃO, 2006:85).

pelos quais se pode pensar e analisar o fenômeno da gravidez na adolescência e/ou juventude.

O discurso da saúde classifica a gravidez na adolescência, e em alguma medida também na juventude, como “um evento de risco para a saúde da jovem mãe e de seu filho” (BRANDÃO, 2006:63). Outra linha, bastante comum, é a que trata a gravidez nesta época da vida como um ‘problema social’ basicamente “decorrente da pobreza, da precariedade, da ausência de instrução, da falta de informação em matéria contraceptiva e do pouco acesso aos serviços de saúde” (HEILBORN, 2006:31). Neste caso, ela é apontada como “propulsor[a] ou agravante de uma situação de marginalidade econômica e vulnerabilidade social” (BRANDÃO, 2006:64)¹⁴. Pelos relatos integrais das vidas de muitas das jovens entrevistadas neste trabalho, parece, de fato, ter sido isso o que ocorreu.

Em grande parte da literatura acadêmica e técnica, o perfil da jovem que engravida pode ser descrito como sendo “baixa auto-estima, escolarização precária, pouca assertividade nos vínculos afetivo-sexuais, instabilidade familiar, dificuldade de inserção familiar e/ou social” (BRANDÃO, 2006:64). Novamente, esse é um perfil semelhante ao descrito no material institucional da Virada da Vida acerca de seu público-alvo. De acordo com BRANDÃO (2006:66), o entendimento da gravidez na adolescência como um problema social é fruto de “certa tradição de estudos nas ciências sociais [que] aborda as questões inerentes à juventude (...) predominantemente por suas dimensões desviantes”¹⁵.

Uma das razões que explica a relevância e preocupação com a gravidez na adolescência e durante a juventude é o fato de que o Brasil vive um momento de transição no que concerne à fecundidade, que “teve início em meados da década de 1960. As taxas [de fecundidade] sofreram redução de 24.1% entre 1970 e 1980, de

¹⁴ Contudo, é preciso mencionar um estudo que, visando analisar a relação entre gravidez na adolescência e inserção no mercado de trabalho, encontrou duas possíveis consequências da gravidez nesta época da vida: diminuição da escolaridade, em razão das dificuldades de se manter na escola grávida e/ou com filhos pequenos, ou uma antecipação da entrada da jovem no mercado de trabalho, dadas as necessidades financeiras pela condição de mãe com dependentes. Neste sentido, a gravidez na adolescência, ao mesmo tempo em que pode se transformar em uma ‘armadilha de pobreza’, pode também, como demonstrado neste estudo, ter um efeito positivo sobre o salários das mulheres com até três anos de escolaridade, dado seu incremento em termos de experiência profissional (CHERMONT *et al.*, 2004).

¹⁵ A autora ainda ressalta que “a maternidade ou paternidade adolescentes tornam-se socialmente mais condenáveis porque na atualidade, em sua maioria, os jovens quando engravidam são solteiros e, em muitos casos, assim permanecem após o nascimento do bebê”, indicando o quanto as “fronteiras morais do problema repercutem fortemente em sua avaliação pública” (BRANDÃO, 2006:66).

38.6% na década seguinte e a partir daí, 11.1% entre 1991 e 2000” (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006:11). Os resultados da PNDS 2006 e da PNAD 2008 demonstram a continuidade da diminuição da taxa de fecundidade total para níveis abaixo aos de reposição: 1,8 filho por mulher¹⁶ (IPEA, 1009:2; WONG e PERPÉTUO, 2009:83), queda esta que ocorreu em todos os grupos de idade, inclusive nas mulheres de 15 a 19 anos (IPEA, 2009:11). A taxa de fecundidade entre adolescentes, de acordo com dados da PNAD 2008, declinou em todas as regiões do país (IPEA, 2009:12), tendo sido as taxas mais elevadas observadas entre as jovens que fazem parte do quintil de renda mais baixo da sociedade (IPEA, 2009:13).

A queda da fecundidade neste grupo etário é um fato novo. Durante a década de 1990, enquanto a fecundidade total apresentava uma curva descendente, houve um aumento da taxa de fecundidade adolescente (HEILBORN, 2006:29): entre 1991 e 2000, a fertilidade entre adolescentes de 15 a 19 anos cresceu aproximadamente 25%, “distribuídos desigualmente entre diferentes regiões do país e estratos sociais, com concentração na região norte, nas áreas rurais e população não branca” (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005 *apud* BRANDÃO, 2006:63). BERQUÓ e CAVENAGHI (2006:15) sugeriram, poucos anos atrás, que a continuidade de queda da fecundidade total seria justificada principalmente em razão da diminuição “nos segmentos menos favorecidos da população, responsáveis pelos maiores diferenciais e mais expressivas quedas no número médio de filhos por mulher”, o que poderia incluir, como de fato ocorreu, as adolescentes e jovens.

De todo modo, ainda que tenha caído a taxa de fecundidade entre as jovens na última década, acompanhando a queda da TFT brasileira, em 1999, no Brasil, 23% das mães eram menores de 20 anos de idade (REDE FEMINISTA DE SAUDE, 2004:13). Isso significa que, à época, as adolescentes representavam quase um quarto do total das mulheres que eram mães no país, explicando, assim, o tom alarmista e a proliferação de estudos sobre o tema a partir do final de década de 1990 e início dos anos 2000.

Mas o que leva uma menina ou uma jovem mulher a engravidar e levar a gravidez a termo? São inúmeras as razões apontadas na literatura especializada: “acaso,

¹⁶ De acordo com o IPEA (2009:7-8), a fecundidade caiu em todas as regiões do país, em todos os grupos sociais, embora de forma diferenciada em termos de (i) região (ainda que todas tenham atingido o nível de reposição, a maior Taxa de Fecundidade Total (TFT) em 2008 foi encontrada na região Norte, e a mais baixa, na região Sul); (ii) renda familiar (sendo a TFT mais elevada nas camadas de renda mais baixa); e (iii) anos de estudo (a maior escolaridade está associada a uma taxa de fecundidade mais baixa, ainda que tenha havido queda em todos os grupos de anos de estudos).

ingenuidade, submissão, violência, dificuldade de obter algum método contraceptivo, dificuldade de negociar o uso de preservativos, forte desejo pela maternidade, com expectativa de mudança de *status* social e de obtenção de autonomia, desejo de estabelecer uma união estável, ou tantos outros fatores de natureza objetiva e subjetiva” (REDE FEMINISTA DE SAUDE, 2004:17). Uma das jovens entrevistadas afirma explicitamente que o que a fez levar sua gravidez adiante foi o desejo de ter a família que não teve, o que pode ser entendido como um aspecto positivo do exercício da maternidade:

“Eu não esperava ter um filho agora, mas aceitei de boa, eu pensei assim... É uma criança que está nascendo de mim, que vai me dar força, que vai ser minha família que eu não tive, essa criança vai dar pra mim!” (Betty).

A seguir, detalham-se alguns aspectos presentes na literatura sobre esse tema, procurando-se, sempre que possível, ilustrá-los por meio de trechos das falas das jovens entrevistadas na Virada da Vida.

5.2.3. Ambivalência em relação à gravidez e uso de métodos contraceptivos por adolescentes

Se existem adolescentes e jovens que decidem conscientemente sobre o início de suas vidas reprodutivas, há outras tantas cujo evento gravidez não é planejado. No caso das jovens entrevistadas, percebe-se certa ambivalência: de um lado descrevem ter tido pouco controle sobre seus corpos, o que culminou com uma gravidez não planejada; de outro, contudo, para algumas a gravidez mesmo não tendo sido planejada acabou sendo desejada, conforme se pode notar nas falas transcritas a seguir:

“Não, não foi planejada. (...) Mas foi bem-vinda” (Alice).

Perguntada se alguma das quatro gestações foi planejada: *“Só a última.” (Sheila).*

“Foi e não foi [planejada a gravidez]. É porque eu tava morando com o pai da Isabela já e eu sempre quis ter uma filha mulher, uma filha mulher. Aí eu tomava remédio [supõe-se, a pílula]. Aí teve um dia que eu esqueci, assim, sabe? Esqueci, assim, totalmente. Aí eu tive relação com ele. Aí (...) comecei a ficar enjoada, minha barriga ia crescendo, crescendo, e meu ex-marido falava: ‘você está grávida’” (Angela).

“Só a primeira [foi planejada]. (...) O João foi planejadíssimo! Nossa, ele tinha tudo. Tudo, assim: na medida do possível, ele tinha de tudo. O resto das minhas gravidez, nenhuma foi planejada, foi tudo assim, ó” (Adrienne).

“Usava camisinha, tudo que tinha que usar, eu usava. (...) A gravidez... foi porque a camisinha estourou” (Joana).

De acordo com estudo do Programa de Saúde do Adolescente do Estado de São Paulo, 28% dos casos de gravidez ocorrem nos três primeiros meses após o início da atividade sexual, o que, em parte, se deve ao fato de que “a intimidade e a maturidade de jovens no começo do relacionamento não são suficientes para uma discussão que permita a ambos uma tomada de decisão segura, relacionada à prevenção” (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2003 *apud* REDE FEMINISTA DE SAUDE, 2004:9). É o caso de uma das jovens entrevistadas, que engravidou em sua primeira relação sexual consensual:

“[É], muito engraçado, porque eu estava com 15 anos. Eu nunca tinha ficado com ninguém. Daí, fui para a FEBEM. Aí a gente se correspondia por carta, eu e esse menino. (...) Tinha um tio que levava as cartas. Aí teve uma festa na ala dos meninos. Aí fomos nós, meninas, lá. Aí eu falei pra minha colega: ‘Fica de olho, que eu vou lá no banheiro com ele’ (risos)” **(Rosalinda)**. Foi nesse local que ela deu seu primeiro beijo e teve sua primeira relação sexual, ocasião em que engravidou de sua primeira filha.

Isto não quer dizer que os jovens não tenham conhecimento acerca dos métodos contraceptivos. Pesquisa com 3.900 adolescentes grávidas realizada entre 2002 e 2003 pelo Programa de Saúde do Adolescente, da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, revelou que o mero conhecimento dos métodos anticoncepcionais não garante seu uso (REDE FEMINISTA DE SAUDE, 2004:17). Diante deste fato e de o uso da contracepção aumentar após o nascimento do primeiro filho, AQUINO *et al.* (2006:335) entendem ser necessário relativizar “a idéia dominante de que a gravidez na adolescência decorreria principalmente da falta de conhecimentos sobre as consequências do ato sexual, ou de informação e acesso a métodos contraceptivos”.

Entre os que fazem uso desses recursos, de acordo com o Dossiê Adolescentes Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva da REDE FEMINISTA DE SAUDE (2004:10), “[a] camisinha é o método mais citado (...) com o percentual de uso variando de 48% a 70%, seguido da pílula anticoncepcional e, depois, de tabelinha e injeção anticoncepcional”. O uso majoritário da camisinha pelos jovens, ainda que se leve em conta a relativização do argumento proposta por AQUINO *et al.*, pode ser atribuído ao fato, anteriormente mencionado, de que os serviços de planejamento familiar são, especialmente no que concerne à distribuição de métodos contraceptivos, bastante precários (PIROTTA e SCHOR, 1999:48; VILLELA e BARBOSA, 1996:453). Entre as jovens pesquisadas, o relato sobre o uso de métodos contraceptivos foi bastante

variado: enquanto duas mencionaram nunca terem usado nenhum, uma afirmou que só usou camisinha:

“Assim, mas graças a Deus eu morei na rua desde os 12 anos, fui ter ela [a filha] com 20 anos. Usei bem a cabeça... Mas nunca usei camisinha” (Alice).

Pesquisadora: *“E você usou algum método contraceptivo?”*

R: *“Como assim?”*

Pesquisadora: *“Métodos como a pílula (...), durante a sua vida?”*

R: *“Só camisinha” (Nancy).*

Outra jovem, que disse em outro momento ser preciso se prevenir de possíveis doenças, relata: *“Eu não cheguei a usar [método contraceptivo]. Uma vez eu cheguei a ficar com suspeita de gravidez” (Betty).*

5.2.4. Grau de escolaridade, gravidez e educação sexual

Outro aspecto a ser destacado é a relação entre o grau de escolaridade e a ocorrência de gravidez. Parece ser ponto pacífico na literatura que “[a] educação e a renda das mulheres continuam negativamente correlacionadas aos níveis de fecundidade” (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006:12). Uma das hipóteses levantadas por HEILBORN (2006:38) é de que “a ausência de qualquer perspectiva escolar ou profissional, ligada a uma escolaridade bastante irregular, não faz com que os sujeitos considerem uma eventual gravidez como perturbação maior e, portanto, não os leva a tentar evitá-la”.

A pesquisa ‘Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil’ (GRAVAD) corrobora esta relação ao constatar, nas três localidades que foram estudadas – Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador – , “um nítido gradiente de associação inversa entre ocorrência de gravidez na adolescência e grau de escolaridade” tanto da jovem, como de sua mãe (AQUINO *et al.*, 2006:317). Para essas autoras, a “escolarização amplia os horizontes profissionais e pessoais, ressituaando os projetos de maternidade e paternidade e adiando o momento de início das carreiras reprodutivas” (AQUINO *et al.*, 2006:321-322) – algo que basicamente ocorre nas camadas sociais mais privilegiadas.

No caso da totalidade das jovens da Virada da Vida, e não somente das que participaram das entrevistas em profundidade, constatou-se que dez estavam cursando o ensino fundamental, quatro, o supletivo correspondente e somente três cursavam o primeiro ano do ensino médio; isto é, nenhuma das jovens residentes havia terminado

o segundo grau. O descompasso idade/série parece constituir um dos motivos que mais dificulta o retorno à escola:

“Porque eu era muito bagunceira, queria mais é curtir, queria mais zoar (...). [E]u não queria saber de estudar. (...) Pra mim [, hoje,] é difícil; depois de vinte e oito anos, voltar a estudar é complicado. (...) Mas eu estou estudando, já vou pra quinta série no ano que vem” (Rosalinda).

Provavelmente vivendo as consequências da falta de escolarização, uma das jovens, perguntada sobre o que faria na vida se pudesse começar tudo de novo, afirmou:

“Eu terminava de estudar” (Betty).

Além da falta de educação formal, até pouco tempo atrás os jovens não tinham educação sexual nem na escola, nem nos serviços de saúde, e mais raramente ainda em suas casas. Segundo BOZON (2004:66), a educação sexual é “uma invenção contemporânea” que pretende “completar ou, em casos extremos, contradizer algumas informações e atitudes ‘espontâneas’ em matéria de sexualidade”. Seu objetivo é fornecer uma “formação equilibrada da personalidade e um aprendizado das relações, de acordo com o princípio de igualdade e responsabilidade nas relações entre os sexos, incluindo uma informação que recomenda o uso da contracepção e os meios de prevenção da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis” (BOZON, 2004:68). Neste sentido, a educação sexual poderia ser considerada um instrumento importante para “fazer com que a contracepção e a proteção nas relações sexuais se integrassem de maneira regular na vida dos jovens” (HEILBORN, 2006:32), evitando, possivelmente, a ocorrência de uma gravidez não planejada ou indesejada.

Note-se que o Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ambas vinculadas à Presidência da República, vem ministrando desde 2006, em parceria com organizações da sociedade civil, como o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), cursos a distância que visam à formação de profissionais da rede pública de ensino que atuam no ensino fundamental nas temáticas de gênero, sexualidade e igualdade étnico-racial, conhecidos como ‘Curso de Gênero e Diversidade na Escola’. A proposta, de acordo com o *website* do CLAM, é “fornecer elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir

preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola”¹⁷. Essa iniciativa é certamente bem-vinda, uma vez que auxilia na educação sexual de jovens desde a mais tenra idade, promovendo, assim, uma cultura de igualdade, um dos pilares da democracia.

5.2.5. Entre a prática do aborto para terminar a gravidez indesejada e as razões para levar a termo uma gravidez não planejada

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a recorrência ao aborto como forma de terminar uma gravidez indesejada, questão que está frequentemente ausente da discussão sobre o tema gravidez na adolescência. Nas palavras de AQUINO *et al.* (2006:353), “é preciso reconhecer que falar em reprodução na juventude é também falar em aborto”. Há, em realidade, “um deslizamento semântico entre gravidez e parentalidade, o que subestima a magnitude da ‘gravidez na adolescência’ uma vez que desconsidera os casos de aborto espontâneo ou provocado” (HEILBORN, 2006:33). Em razão de sua ilegalidade no Brasil¹⁸, a mensuração da prática do aborto é bastante difícil, tendo em vista que muitas mulheres compreensivelmente não assumem tê-lo praticado. Uma das jovens, contudo, relatou ter feito um aborto e tentado um segundo:

“[Q]uando eu fui morar com ele, eu tinha 12 anos. Aí eu engravidei dele... Primeira vez, minha primeira gravidez. Aí não deu certo: ele me traiu e eu, com a cabeça cheia - eu usava droga ainda -, tirei a criança, de cinco meses de gravidez! Aí fui parar no hospital, tudo. Eu estava muito fraca, perdi muito sangue, usava muita droga”. Perguntada sobre o método utilizado, respondeu: “Eu tomei, eu misturei chá de lírio com pinga, com um monte de coisa”. E acabou no hospital: “Fui [ao hospital], mas foi assim: eu fui e fugi do hospital, com medo. Eu sangrando, sabe, com hemorragia... Fugi, mas deixei eles fazerem raspagem em mim (...). Quando eles me colocaram no soro, saíram, eu fugi pela janela, que era no primeiro andar. (...) Eu pulei da janela e fugi. Nunca mais voltei nesse hospital (risos).

Sobre a segunda gravidez, de seu primeiro filho, a mesma jovem relatou: *“Ah, quando eu estava grávida dele, eu batia a barriga na parede, eu bebia*

¹⁷

Disponível

em:

<<http://www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1009&sid=49>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

¹⁸ Ainda que a Constituição Federal do Brasil não tenha garantido o direito à vida desde a concepção, o aborto foi criminalizado pelo Código Penal de 1940, na seção de crimes contra a vida. De acordo com seu artigo 124, o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento deve ser punido com pena de detenção de um a três anos; consoante o artigo 125, o aborto provocado por terceiro sem o consentimento da grávida tem punição de três a dez anos. Há que se mencionar que há duas circunstâncias em que o aborto não é considerado crime, previstas no artigo 128: quando for realizado para salvar a vida da mulher (inciso I) e quando a gravidez for resultante de violência sexual (inciso II).

remédio, (...) eu estava tomando remédio anti-inflamatório, tomei seis de uma vez só e nada...” (Nancy).

Ao especular as razões pelas quais as jovens levam suas gestações adiante, muitos apontam que se tornar mãe é adquirir novo *status* social, o que, segundo BRANDÃO (2006:76), “está fortemente influenciado por estereótipos tradicionais femininos”. Isso é especialmente verdadeiro entre as jovens de camadas mais baixas, que vivem em contextos marcados por desigualdades, tanto de gênero, como de classe social. A maternidade talvez seja, para elas, o único projeto possível de reconhecimento social, uma vez que os projetos no campo da educação e da inserção profissional dificilmente virão a se concretizar (AQUINO *et al.*, 2006:352-353).

Ademais, a maternidade pode funcionar “como uma estratégia racional de adaptação de um comportamento de risco ‘adolescente’ para papéis ‘adultos’ mais estáveis” (ALAN GUTTMACHER INSTITUTE, 1999:22-23 *apud* BRANDÃO, 2006:84). Um estudo aponta para o fato de que “a vivência da maternidade é percebida pela adolescente como um aumento da responsabilidade e como fator de amadurecimento” (GONTIJO e MEDEIROS, 2008:470). São muitos os relatos das jovens entrevistadas que demonstram o quanto a chegada e a vivência da maternidade mudou suas vidas, tornando-as mais responsáveis:

“Ah, mudou tudo, né? Assim... pra mim, mudou tudo, porque antigamente... (...) antigamente eu saía, ia pras festas, agora não. Eu tenho uma responsabilidade, né?, que é a minha filha. Mudou completamente a minha vida, mudou tudo” (Angela).

“Acho que a única que me mudou, me fez crescer mesmo, foi a minha [primeira] filha, foi a Maria. (...) Quando eu engravidei dela, eu aprendi a ter mais responsabilidade, (...) a cuidar dela”.

Perguntada sobre como era ser mãe, a jovem respondeu: *“No começo, depois de ter vivido quatro anos longe deles, foi difícil. (...) [E]u fiquei quatro anos sem responsabilidade, sem ter que lavar roupa, sem ter que dar banho em criança. E, depois de quatro anos, eu assumi toda essa responsabilidade” (Rosalinda).*

“Mudou muita coisa [ser mãe]. Mudou minha atitude, meu jeito de pensar, meu jeito de agir, meu jeito de falar. É uma responsabilidade grande, porque você tem que cuidar, porque é seu: não é uma boneca que você brinca, enjoe, joga fora, larga em qualquer canto” (Betty).

Por fim, vale dizer que as jovens mães que viveram, em algum momento, em situação de vulnerabilidade, como é o caso de muitas das jovens da Virada da Vida, com frequência fazem o que PETCHESKY (2005:37) chama de ‘transferência de direitos

entre gerações’, ou seja, decidem que seus filhos deverão gozar de maior liberdade do que elas mesmas tiveram:

“Ah, eu espero que eles façam faculdade e que eles não tenham a mesma vida que eu tenho, que eu tive. Eu não quero a mesma vida que eu tinha pros meus filhos. Eu quero dar coisa melhor” (Rosalinda).

“[E]u não quero passar para minha filha o que eu passei. (...) Eu quero que a minha filha seja uma pessoa boa, que tenha de tudo” (Betty).

5.2.6. O programa da Virada da Vida

A seguir, descreve-se o programa específico desenvolvido pela Virada da Vida, relativo à maternidade *per se*. Ainda que a instituição não atue – ao menos, não explicitamente - na garantia dos direitos reprodutivos tal como formulados em Cairo e Pequim, cuja ênfase está na saúde e na educação, certamente desenvolve um trabalho que busca remediar as consequências de sua violação. Ademais, em razão do suporte social oferecido ao exercício da maternidade, age diretamente na garantia dos direitos reprodutivos tal como idealmente formulados, ou seja, oferece às mães moradia decente e a possibilidade de trabalharem com a perspectiva de gerar renda e ter autonomia financeira/material, levando-as a se tornarem pessoas independentes. Trata-se de um abrigo não convencional, que não se encaixa em nenhum dos modelos existentes¹⁹, uma vez que, como mencionado, conforme formulada a política pública de abrigos no Brasil, há aqueles destinados aos adultos e outros, separados, para crianças.

5.2.6.1. Manutenção do vínculo entre mãe e filhos

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 227, ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta

¹⁹ De acordo com CARREIRÃO (2004:311-315), são cinco as modalidades existentes de abrigo: (i) casa-lar ou abrigo domiciliar, que se assemelha a uma residência privada, sendo coordenada por casal social, pais sociais, mãe social ou educadores; (ii) república, uma casa comum, sem placas, geralmente direcionada a adolescentes maiores de 18 anos de idade sem condições de retorno à família de origem e a quem não foi propiciado, até o momento, família substituta; (iii) casa de passagem, acolhida, transitória ou albergue, voltada principalmente às crianças e adolescentes que vivem nas ruas; (iv) abrigo institucional, o mais comum, que acolhe um grande número de crianças e adolescentes; e, por fim, (v) a família acolhedora, que é basicamente um indivíduo ou família constituída que se propõe a receber em sua casa temporariamente criança e/ou adolescente.

prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, dispositivo este regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), adotado pelo Senado Federal em 1990, que instaura, no país, a doutrina da proteção integral às crianças e adolescentes.

Entre as políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente – que, consoante o disposto no artigo 86 do ECA devem ser realizadas por meio “de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” -, estão previstas, no artigo 87, inciso VI, aquelas destinadas “a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes”, realizadas por meio de entidades “que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional” (artigo 92, do ECA), os chamados abrigos. Entre os princípios que devem reger sua atuação encontram-se a “preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar” (inciso I).

Entre as razões para haver um imperativo de reinserção familiar está o fato de que, conforme levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 86,7% das crianças e adolescentes abrigados têm família, 58,2% mantêm vínculos familiares, sendo que para 52% deles a justificativa para a situação de acolhimento é a pobreza (MIRANDA, 2004:12). Contudo, no âmbito deste mesmo levantamento, ANDRADE DA SILVA (2004:203-205) relata que os dirigentes de abrigos, quando entrevistados, apontaram como dois dos principais desafios do trabalho de proteção integral às crianças e adolescentes a manutenção dos vínculos familiares e a reinserção familiar, especialmente em razão da ausência ou insuficiência de outras políticas e serviços públicos e, ainda, da dificuldade em romper com a dinâmica do ‘desemprego – vício - violação de direitos – abandono’. Foi efetivamente isso o que ocorreu com uma das jovens entrevistadas, que só reencontrou seus pais na adolescência:

“Aí eu fui pro abrigo e meu irmão estava lá. Daí meu irmão ficou um tempo lá com a gente e, depois, ele foi embora pra outro abrigo ou para a casa da minha mãe, não sei... E, nisso, eu e a minha irmã vivemos a vida inteira em abrigo e sem notícia, sem contato com a família. E, nisso, eu fui crescendo

em abrigo, em vários abrigos... Já passei no de Vinhedo, de Valinhos, de Holambra, de Campinas (...) [N]ão tive contato familiar... Eu fui conhecer minha mãe e meu pai, a minha família, quando eu estava com quinze para dezesseis anos, quando eu estava grávida” (Betty).

Neste caso, claramente não foi cumprido o parágrafo 1º. do artigo 101 do ECA, que estabelece que os acolhimentos institucional e/ou familiar devem ser “medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

O acolhimento institucional das jovens mães, juntamente com seus filhos, pela Virada da Vida, torna-a um abrigo diferenciado justamente por manter os vínculos familiares entre mãe e filhos e entre irmãos, respeitando, automaticamente, o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar previsto no artigo 4º. do ECA. Uma das jovens relata como foi difícil a busca por um abrigo que acolhesse ambas, a filha e ela:

“[F]ui no Conselho e contei toda a minha história para eles. Aí, eles me acharam uma vaga no abrigo onde só tinha adolescente, não tinha mãe e filhos. Então eu não podia ficar lá, que é em Pirituba. Eu não podia ficar lá, porque era só de jovens. E aí que eu vim para cá, para a Virada da Vida” (Angela).

Outra jovem relata o quanto foi penoso se separar de seus filhos, diante da dificuldade de encontrar um abrigo que acolhesse a todos:

“Aí elas foram [para um abrigo só de crianças]. A Maria foi a que mais sofreu, porque ela tinha dois aninhos e só dormia comigo. E a Rosa e a Francisca dormiam no berço. A Maria só dormia segurando na minha orelha, ela que mais sofreu no abrigo, chorava dia e noite, por causa de mim. Eu sofri bastante. Porque eu ia lá e tinha que deixar elas chorando. (...) Aí teve vez que eu não consegui dinheiro para ir ver elas. Aí, eu saía lá do albergue onde morava e ia até o abrigo a pé, até mesmo de barriga, pra visitar elas” (Rosalinda).

A criação e a manutenção do vínculo entre mãe e filhos é uma das partes mais importantes do trabalho realizado pela instituição. Na Virada da Vida, a maternidade é vista como potencialidade (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:29), um fator de proteção social (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007a:30) que exerce, portanto, um papel central na construção dos projetos presente e futuro de cada jovem (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:36) e em sua inserção social.

Essa visão adotada pela instituição é oposta ao discurso prevalente que vê a maternidade como um fator que contribui para a vulnerabilidade das mulheres,

especialmente se jovens. Como mencionado anteriormente, ser mãe está muitas vezes associado a ter que se submeter aos ditames sociais da ‘maternidade como instituição’, tornar-se refém do patriarcado (RICH, 1986), ou, ainda, ser estigmatizada por seu mau comportamento ou irresponsabilidade, caso encontre-se em situação de vulnerabilidade social. Entender a maternidade como potencialidade é ver nela a possibilidade de mudança, de transformação, de criação de um novo projeto de vida pessoal. É, de fato, entender que a maternidade é capaz de fazer com que a mulher saia do lugar de vítima ou coitada e se empodere no sentido de, com apoio e suporte sociais, passar a ter os recursos materiais e pessoais suficientes para ter, e promover para seus filhos, uma vida digna.

Para a Virada da Vida, o vínculo com a criança torna-se “estratégia valiosa para a nova percepção de si mesma, do seu lugar no mundo e perspectivas de vida”, sendo fundamental para o desenvolvimento da mãe e da criança (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:36)²⁰. Como explicita o documento analisado, este vínculo não é imediato, nem segue um padrão. Não é, tampouco, homogêneo, nem contínuo. Trata-se, antes, de uma relação em constante transformação (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:36). O “ponto de partida é acolher juntos a jovem e seus filhos. Podemos dizer que, no dia-a-dia da casa, há um modelo familiar. As mães, juntamente com os educadores, dedicam-se a cuidar dos filhos e da rotina doméstica. A relação mãe-filho marca a rotina e as regras da residência. É no dia-a-dia que mãe e filho se vinculam. Cabe à jovem alimentar, brincar, dar banho, cuidar da roupa, colocar para dormir, levar para a creche – sempre com o incentivo e apoio da equipe” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:37).

Mas, a construção do vínculo depende da disponibilidade interna de cada jovem. A “história das jovens [como foi possível perceber] é, muito frequentemente, marcada por abandono familiar precoce, abuso e negligência e uma rede social degradada” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:37). Muitas delas tiveram que se defender de relações interpessoais ao longo de suas vidas. No início, o contato com a criança tende a ser superficial, preponderando a sensação de que, sem ela, a vida seria melhor: “o filho ainda significa a perda ou a falta de algo, como os sonhos da

²⁰ Em estudo sobre o significado da maternidade para jovens em situação de rua, GONTIJO e MEDEIROS (2008) referem-se à importância do vínculo entre mãe e filhos e à satisfação que tal vínculo proporciona às mães, uma vez que o grupo de adolescentes estudadas tinha rompido grande parte de seus vínculos sociais.

adolescência, o ritmo de vida que se tinha antes da criança nascer etc.” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:37). De fato, muitas das jovens entrevistadas relataram que com a maternidade deixaram de sair, de beber, de encontrar as amigas, entre outras atividades que comumente realizavam.

Assim, para a instituição, a relação entre mãe e filho(a) é de extrema incerteza e fragilidade. Por isso, a importância de se compreender as dificuldades das jovens em se aproximarem de seus filhos e filhas não como falta de desejo de vínculos, mas como impossibilidade interna. Como foi percebido ao longo dos anos de trabalho da Virada da Vida, aos poucos, na medida em que vão se sentindo mais acolhidas e quebrando a resistência ao apoio, as jovens passam a vivenciar o vínculo de forma concreta, dando espaço ao afeto e ao cuidado. As crianças, então – espera-se –, passam a estar incluídas e a ser parte importante do projeto de vida de suas mães (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:37-38).

Aparentemente, na maioria dos casos das jovens entrevistadas, este vínculo está efetivamente sendo formado e é vivido de forma concreta, real. Tamanha é a importância das crianças nas vidas das jovens atualmente que, muitas vezes, suas falas parecem emblemáticas do que RICH (1986) descreve como sendo a ‘maternidade como instituição’. Viver, por meses ou anos, em um ambiente como o da Virada da Vida - abrigo especialmente destinado ao acolhimento conjunto de mães e filhos – certamente favorece o sentimento de que esses últimos são mais importantes do que elas mesmas. Não foram poucos os relatos neste sentido:

“Tadinha, ela é a minha razão de viver. Se eu não tivesse ela na minha vida, não tinha sentido nenhum” (Alice).

“Se eu pego um dinheiro e quero comprar alguma coisa pra mim, eu já não compro, compro pra eles. Se as minhas amigas me chamam pra sair, eu já não posso ir (...). Mudou tudo, não tem nem como explicar, a minha vida mudou completamente” (Sheila).

“O importante é eles pra mim, agora. Não sou eu: eu não quero, assim, eu não ligo pra mim, eu não cuido de mim, entendeu? Eu quero, assim, eles em primeiro lugar! Tudo o que eu faço é [para] eles, entendeu? (...) Quer dizer, eu não ligo mais pra minha felicidade, entendeu? Agora é a felicidade dos meus filhos. Eu penso coisas, assim, se eu não sou feliz, meus filhos vão ser. Eu acho que tenho a capacidade de deixar eles felizes” (Nancy).

Essa vivência da maternidade, em moldes semelhantes aos descritos por RICH (1986), pode estar ligada ao entendimento da própria diretora-executiva da instituição acerca da relação mãe-filho:

“[É] muito difícil você parir e não ter essa relação de afeto com essa criança... É muito difícil. Então, acho que essa é uma coisa muito comum, que é comum em qualquer maternidade, (...) em qualquer lugar. Então, esse é um pontuador no qual eu acho que a gente acreditou, que a gente se colocou na trilha dessa coisa, que é o afeto, que ele existe... (...) Existe uma coisa meio mágica, meio mística, é uma coisa louca... É legal ser pai, também. Mas eu acho que a mãe tem essa coisa meio química, eu não sei nem dizer o que é, mas essa coisa do afeto, ele transpassa qualquer entendimento; então, acho que essa é uma questão que é comum” (Wendy).

Como se nota, a descrição aproxima-se do ‘mito do amor materno’, que tanto contribui para a vivência da maternidade de acordo com rígidas expectativas sociais acerca do papel a ser desempenhado pelas mães. É esse ideal de maternidade que acabou por estigmatizar as mulheres jovens deste estudo que viveram tal experiência, ao menos por um período de suas vidas, de modo distinto.

5.2.6.2. A rotina e a ‘circulação de crianças’ na instituição

Cabe destacar, também, tal como encontrado em pesquisa realizada por GONTIJO e MEDEIROS (2008:470), que as dificuldades das jovens - em particular daquelas com vivência de rua, sem horários, nem regras ou rotina - de se adaptarem ao cotidiano de um abrigo para mães e filhos:

Alice, que viveu desde os 12 anos na rua, relata: “A primeira vez que eu vim para cá (...), quebrava tudo. Tudo, tudo, tudo. Não deixava nada, por aqui tem umas regras, tem que ficar um mês sem falar no telefone, sem nada. Eu não tinha regra. Pra mim, não existia regra. Se não deixavam, eu queria quebrar tudo (...), sabe, assim?”

Foi possível notar, ainda, que no abrigo, assim como ocorre nas camadas populares da sociedade, há uma ‘circulação de crianças’ - conceito desenvolvido por FONSECA (2009:535) que se refere à “prática particular dos grupos populares que deriva, por um lado, da importância da família extensa, [e] por outro, da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças” –, como se nota a partir das falas das jovens:

“Eu estou com o Pedro e o filho da Sheila, que é o... Ai, esqueci o nome no momento... é o Antônio. E ele é um pequeno, 11 meses, tenho que dar a maior atenção, ele é meio chorão, sabe? Ele é enjoado. Tem esse de 11 meses e o outro de cinco anos, que é terrível! Se deixar, ele quebra tudo dentro do quarto, sabe? [Eu cuido deles] porque a mãe deles está pelo mundo. (...) Sabe, assim, preferiu o mundo, preferiu a droga e largou” (Alice).

Tendo tido quatro filhos, mas sem estar com nenhum, outra jovem diz: *“Você vê, eu estou num lugar que era pra eu estar chorando, o que tem de criança aqui, né? Mas eu não me sinto mais como quando eu cheguei eu me sentia, sabe? De ver um monte de criança “ô mãe, mãe e mãe” e não ter... Mas eu tenho um substituto (risos). Eu tenho substituto de alguns que aparecem, sabe?” (Adrienne).*

5.2.6.3. **“Consegui uma vida livre para viver presa”: o abrigo como uma instituição totalitária**

É preciso, ainda, levar em conta que os abrigos são, em alguma medida, instituições totalitárias e controladoras – o que justifica o ditame do parágrafo 1º. do artigo 101 do ECA, que diz que o acolhimento não implica privação de liberdade. Ainda que a Virada da Vida não seja uma instituição fechada, com grades ou seguranças, a sensação das jovens - muito provavelmente em razão da dependência da instituição, por falta de local para onde ir e, também, porque a guarda de seu(s) filho(s) é da diretora-executiva - é de que elas não têm liberdade. Os relatos, emblemáticos, falam por si sós:

“Consegui uma vida livre pra viver presa!” (Rosalinda).

“Que nem, eu queria estar na minha casa, poder sair... mas eu não posso, por quê? Porque eu tenho que pedir autorização. Eu queria ter a minha liberdade. Mas eu não posso, porque eu estou embaixo da guarda do Conselho, estou na guarda da Wendy. Então eu não posso fazer o que eu quero” (Betty).

Então, quando eu entrei aqui, eu fiquei em abstinência, querendo ir embora... Mas não de [falta de] droga, era de ir embora, de ficar solta, sabe, assim?” (Alice).

Note-se que a falta de liberdade também foi objeto de queixa de mulheres vivendo em um alojamento social para grávidas que, em razão de suas regras e rotinas, o compararam a um presídio (REIS *et al.*, 2008:496). Esbarra neste ponto, também, a falta de privacidade das jovens que vivem em abrigos:

“[Q]uero fazer uma vida nova, quero conhecer outras pessoas, eu quero ter a minha liberdade, a minha privacidade” (Betty).

“Eu não converso muito com o pessoal. Não converso (...), independente de qualquer coisa. (...) Uma coisinha que você falar pra eles [os educadores], eles falam na sala. Aqui é assim. Então, não tem como você confiar” (Alice).

5.2.6.4. Onde estão os homens?

Por fim, mas certamente não menos importante, cabe a pergunta: onde estão os homens para dividir com as mães a responsabilidade do cuidado das crianças? O homem que aparece nas falas das jovens nunca é o companheiro, aquele que acolhe, que divide as tarefas domésticas. Ao contrário: é o que abusa, o que humilha, aquele que agride. Relembra-se, aqui, que a situação de vulnerabilidade em que as jovens se encontravam antes do acolhimento institucional também se devia ao fato de não contarem com um parceiro, ou se ele existia, era alguém violento. São várias as falas das jovens sobre o peso e as dificuldades que enfrentam por cuidarem sozinhas das crianças:

“E é fogo, porque você tem que ser o homem e a mulher de casa, você tem que dar carinho, você tem que dar o que a criança precisa, você tem que (...) tentar, pelo menos, preencher tudo”.

A mesma jovem afirma: *“Na escola, quando tinha reunião de pais e mestres, eu ia na reunião, eu era o pai, eu era a mãe. Tipo assim: no dia que tinha reunião de pais, que era negócio com pai, meu filho fazia e entregava pra mim ‘pro meu pai, mamãe’ (risos)” (Adrienne).*

Perguntada sobre como é cuidar dos filhos: *“Difícil. (...) Porque tem que ser mãe e pai, dar uma atenção, com qualquer passo mal dado você pode prejudicar o seu filho” (Sheila).*

“Eu sinto falta, tem hora que eu sinto falta dele, que eu vejo minhas filhas crescerem sem nenhum..., sem a presença do pai. E é duro para você isso. Que amor de mãe, tudo bem, mas sempre precisa do amor de pai” (Rosalinda).

Os relatos sobre parceiros violentos também foram muito frequentes; alguns deles, inclusive, tinham ordem judicial para ficar longe da mãe de seus filhos:

Perguntada se o pai via as crianças, a jovem disse: *“Não, ele foi proibido pelo juiz, depois da agressão” (Rosalinda).*

Após ter tido um primeiro namorado agressivo, uma jovem fala acerca do pai da sua filha: *“Quando eu engravidei do pai da minha filha, eu fui morar junto com ele, mas isso não deu certo, porque ele começou a me judiar, a me bater na frente da minha filha, da mãe dele, do irmão dele. Tudo, para ele, eu estava fazendo ‘sem-vergonhice’ com o irmão dele. Tudo, para ele, era motivo de qualquer coisinha querer bater, querer brigar”. (...) [E]le já me fez sofrer muito, me fez passar muito nervoso, do nada ele começava a bater em mim. Aí a família dele ia lá ver a minha filha e ele começava a bater na minha cara, a me humilhar, falava que ‘lugar de cachorro comer era lá fora, não era para eu comer dentro de casa’... Uma vez, eu estava comendo no banquinho e coloquei o prato porque estava muito quente; e ele queria chutar, porque eu estava comendo lá, que da próxima vez ele ia me bater. E nisso eu comecei a sofrer na mão dele. Daí, preferi largar e vir para o Ser Mulher, que é para mulheres vítimas da violência” (Betty).*

“Ele registrou a menina, mas nós não temos contato mais, porque ele não pode saber que eu estou aqui. Eu estou aqui por causa dele, porque ele me batia e tal. Aí ele não tem contato comigo mais” (Angela).

Contudo, chama a atenção, entre os relatos, o fato de duas jovens terem mencionado que foram agredidas fisicamente durante a gravidez:

“E ele batia mesmo, era aquele tipo de pessoa maldosa, muito maldosa. Não prestava, sabe? Ele me espancava, jogava paralelepípedo em mim, eu grávida dela, quase me matou, na frente da minha irmã e sobrinha, sabe? Foi uma cena horrível, horrível mesmo. Daí, teve uma vez que eu peguei e não quis mais, sabe, assim? Não quis mais e sumi da vida dele (...). Depois de três meses, levei [a filha] para ele ver. Aí ele me bateu, me deu uma facada, levei uma facada dele porque eu registrei sozinha, porque a filha é dele e ele é preto, tá?”

Perguntada se não pretendia ver o pai da filha, respondeu: *“Não vai valer a pena, não vai me ajudar em nada. Não por medo, porque eu sempre falo pra ela ‘você tem pai’, e ela fala que não tem, e eu falo ‘você tem’. (...) Um dia, quem sabe, se ele não morrer antes, né? (Alice).*

“Aí começou a rotina da vida; aí ele [pai do segundo filho] começou a [me] espancar, a abusar de mim. (...) A minha sorte foi que (...) a polícia estava vindo (...). Aí ele começou a dar risada: ‘É brincadeira amor, estava brincando com você’. Aí eu: ‘Brincadeira o caramba, eu estou grávida de você de quatro meses de gravidez e você faz isso comigo?’. (...) Aí ele me deu uma facada na perna, que até hoje eu tenho a marca (...). Uma marca, eu estava grávida dele, eu ia fazer quatro meses e ele me dava pancadas na barriga, falando que o filho não era dele” (Nancy).

É curioso notar, ademais, que uma das jovens, perguntada sobre o que seria diferente em sua vida se ela fosse o pai, e não a mãe da criança, relatou, eventualmente por falta de um modelo melhor, que também se afastaria ou não a registraria, enquanto outra afirma que ‘seria chato’ não ter contato, como se a ausência paterna fosse a única possibilidade:

Primeiramente, a jovem afirma: *“Meu pai está pelo mundo, usando drogas”. E, depois, diz: “Se eu fosse o pai dela? Ah, não sei explicar (...). Eu acho assim, que eu não ia ver ela, que eu não ia assumir, entendeu?” (Joana).*

“Acho que seria muito chato [ser o pai]. Ficar longe do filho, sem ter contato, sem ver crescer, sem ver andar, para ver os passinhos, cuidar, levar pra passear” (Betty).

Genericamente falando – há, evidentemente, exceções –, as gestações das jovens da Virada da Vida, assim como as das meninas entrevistadas por GONTIJO e MEDEIROS (2008:470), foram fruto de “relacionamentos pouco duradouros e de vínculos frágeis com o parceiro, fatos que refletiram na perda do contato com estes durante a gravidez e a não assunção em relação à paternidade”. Resultaram, também,

de situações de abuso sexual, físico e psicológico. Para alguns, isso pode ser visto como um limite para o trabalho institucional desenvolvido; para quem está lá, na linha de frente, essa é a realidade dos fatos, algo a ser cotidianamente enfrentado.

5.3. DIREITO A HABITAÇÃO

O direito à moradia, comumente referido na legislação como direito à habitação, está previsto no artigo 6º. da CF, dentre o conjunto de direitos sociais. Ainda que na adoção do texto constitucional não existisse essa previsão - já que sua inclusão ocorreu por força da Emenda Constitucional n. 26, de 2000 -, é possível dizer, de acordo com o entendimento de SAULE JÚNIOR (1997:68), que o Poder Constituinte, ao adotar o instituto do usucapião urbano, reconheceu o direito à habitação “como elemento constitutivo para a aquisição do domínio de áreas urbanas utilizadas por pessoas e famílias para exatamente fins de moradia”.

Como visto no capítulo anterior, em se tratando de um direito fundamental, o direito à moradia deve ter aplicação imediata, conforme disposto no parágrafo 1º., do artigo 5º., da CF, não dependendo, pois, de regulamentação para que seja efetivado. Em 2001, contudo, foi aprovado o Estatuto da Cidade por meio da Lei n. 10.257, de 10 de julho daquele ano, que, de acordo com MORAES e DAYRELL (2008:18), “estabeleceu vários instrumentos de participação popular e obrigações estatais para a efetivação do direito à moradia adequada e à cidade digna”. Com sua adoção, passou-se a ter “uma nova concepção dos processos de uso, desenvolvimento e ocupação da terra urbana, orientando a atuação dos agentes públicos e privados na reconstrução das cidades sob a ótica da justiça, democracia e sustentabilidade” (MORAES e DAYRELL, 2008:18). Ressalte-se que do ponto de vista das políticas públicas o artigo 23, inciso IX, da CF estabelece ser de competência comum - da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

No âmbito internacional, o direito à moradia está previsto no artigo 25.1 da DUDH, segundo o qual “[t]oda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive (...) habitação (...)”. Esta previsão foi reiterada pelo artigo 11 do PIDESC, que reconhece o “direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação,

vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida”, devendo todos os seus Estados-partes tomar as medidas apropriadas para assegurar sua consecução. Em vista destas disposições, é possível afirmar que para o Direito Internacional dos Direitos Humanos a habitação é um direito derivado do direito a um padrão de vida adequado.

Não bastasse sua previsão em instrumentos gerais de proteção aos direitos humanos, o direito à moradia também está garantido a grupos específicos, no âmbito do sistema especial de proteção. O artigo 5.e(iii) da Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial estabelece que “os Estados-partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica”, citando especificamente, entre os direitos econômicos, sociais e culturais, o direito à habitação; já o artigo 14.2(h) da CEDAW, ainda que se refira especificamente às mulheres que vivem na zona rural, garante o direito de “gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações”; e, por fim, o artigo 27.3 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê “o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social”, fazendo menção expressa à habitação.

Tendo em vista a historicidade dos direitos humanos, que faz com que estes estejam em constante construção e atualização, o Comitê vinculado ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotou, em 12 de dezembro de 1991, o Comentário Geral n. 4, sobre o direito à moradia adequada, entendido como sendo a interpretação legal e oficial acerca do conteúdo jurídico deste direito na esfera internacional. Em seu parágrafo 7º., o Comitê esclarece que o “direito à moradia deve ser compreendido como o direito a viver em um local seguro, com paz e dignidade”, justificando esse entendimento por duas razões. A primeira refere-se à não discriminação na garantia do direito à habitação: “a dignidade inerente à pessoa humana a partir da qual os direitos do Pacto derivam requer que o termo ‘habitação’ seja interpretado levando-se em conta uma vasta gama de considerações, particularmente que o direito à habitação deve ser assegurado a todas as pessoas independentemente de sua renda ou acesso aos recursos econômicos”. A segunda

justificativa é que “a referência do artigo 11.1 [do Pacto] deve ser lida não somente como habitação, mas, sim, habitação adequada”²¹.

5.3.1. A efetivação do direito à habitação no Brasil

Apesar de todas essas previsões legais a respeito do direito à habitação adequada e das lutas dos movimentos sociais urbanos, a Relatoria Nacional de Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana²² afirma que “o Estado [brasileiro] não consegue cumprir sua obrigação de proteção aos direitos fundamentais das parcelas mais desprotegidas e marginalizadas da população, em especial o direito à moradia” (MORAES e DAYRELL, 2008:26). Essa afirmação pode ser verificada em dados e estatísticas coletados por órgãos oficiais como o IBGE e também por pesquisas acadêmicas. A PNAD de 2007 estima haver 54 milhões de pessoas vivendo em condições inadequadas de moradia (MORAES e DAYRELL, 2008:10), e a pesquisa Déficit Habitacional do Brasil, elaborada em 2004 pela Fundação João Pinheiro, também baseada em dados do IBGE, aponta um déficit habitacional de 7,2 milhões de domicílios (MORAES e DAYRELL, 2008:26). A Relatoria aponta, entre as principais violações do direito à moradia adequada, a “falta de condições de habitabilidade e segurança jurídica da posse em favelas, cortiços e ocupações urbanas” e a existência de “conjuntos habitacionais populares precários” (MORAES e DAYRELL, 2008:29).

Ainda que o direito à moradia venha sendo violado pelo Estado brasileiro, estudo de MORAIS *et al.* (2006:237) verificou, ao monitorar sua efetivação em cidades brasileiras, terem ocorrido avanços significativos em sua implementação entre 1992-2004. De acordo com seus achados, “a proporção da população residente em domicílios urbanos, com condições de moradia adequadas, aumentou mais de 12 pontos percentuais [neste período]: de 48% para 60,4%”. Essa melhora, contudo,

²¹ Note-se que o Comitê vinculado ao PIDESC identificou no parágrafo 8º. deste Comentário Geral os sete componentes básicos da dita ‘moradia adequada’. São eles: (i) segurança legal quanto ao direito de propriedade; (ii) disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestrutura; (iii) acessibilidade financeira; (iv) habitabilidade; (v) acessibilidade para grupos em desvantagem; (vi) localização; e (vii) adequação cultural.

²² Assim como existe no âmbito da ONU relatores para direitos e temas específicos, no Brasil foram criadas as ‘Relatorias Nacionais em DhESCA’, ou seja, em direitos econômicos, sociais e culturais. Os relatores nacionais investigam e monitoram a situação dos direitos humanos no país e apresentam recomendações para o enfrentamento das violações por meio de políticas públicas e pela criação de novas leis que visem tornar mais favoráveis as condições de vida da população brasileira (MORAES e DAYRELL, 2008:6). Mais informações sobre a plataforma DhESCA estão disponíveis em: <<http://www.dhescbrasil.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

como em quase todos os indicadores sociais no Brasil, não vale para todos os brasileiros, ou seja, é bastante desigual entre os diferentes grupos socioeconômicos: “[a] população negra (pretos e pardos), os pobres (renda domiciliar per capita até 1/2 salário mínimo), as crianças (pessoas com até 12 anos de idade), os moradores de assentamentos informais apresentam piores condições de moradia do que a média da população brasileira” (MORAIS *et al.*, 2006:238). É no mínimo curioso, entretanto, que não tenham sido “observadas diferenças significativas entre as condições de moradia de homens e mulheres” (MORAIS *et al.*, 2006:238).

5.3.2. Direito à habitação e gênero

Segundo SANTORO (2008:6), sendo as mulheres mais afetadas pelas desigualdades sociais, elas “também são mais afetadas pelas desigualdades sócio-territoriais”. Por isso, afirma que “devem ser consideradas as dimensões de gênero do processo de desenvolvimento urbano e na formulação dos programas de regularização da posse para corrigir desigualdades históricas e sociais, e assim promover o empoderamento das mulheres e dar maior estabilidade às crianças” (SANTORO, 2008:8).

Neste processo, é preciso levar em conta os resultados de um estudo coordenado por Pedro Abramo, em 2003, sobre o mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. A pesquisa atestou que “as mulheres vendem menos suas casas que os homens. Uma hipótese sobre essa conclusão é que elas não enxergam a moradia como uma mercadoria, estão centradas na segurança de sua vida doméstica, da família. Vê[em] na moradia valor de uso, mais do que de troca” (SANTORO, 2008:10), justificando políticas habitacionais que colocam o título de propriedade da casa no nome das mulheres, empoderando-as e lhes conferindo autonomia.

Esse empoderamento e autonomia tornam-se ainda mais relevantes quando se considera a violência doméstica que acomete muitas mulheres. Aquelas que são vítimas de violência “enfrentam a dura escolha entre viver na rua ou ser espancada por um parceiro. Em muitos casos, as vítimas de violência doméstica têm dificuldades para encontrar uma alternativa habitacional, em razão de uma abominável falta de abrigos de violência doméstica, programas transitórios de moradia e de habitação pública ou com taxa de mercado que sejam acessíveis às mulheres pobres” (COHRE,

2008:34)²³. Muitas das jovens da Virada da Vida foram, como já dito, vítimas de violência doméstica cometidas por seus genitores e/ou parceiros; outras foram rejeitadas pelas próprias famílias diante da constatação de que estavam grávidas. Quaisquer que tenham sido as razões, muitas delas viveram nas ruas:

“Aí ele [o pai da jovem] me botou pra fora de casa. Isso, eu tinha 13 anos. Aí eu fui morar na rua. Aí fiquei vivendo na rua” (Alice).

“E aí que eu engravidei dele, foi um tempo em que fui parar numa boate²⁴, fui morar numa boate, porque minha família não me aceitava na casa grávida”. A jovem relata que foi da boate para a rua. (Joana).

A vivência de rua certamente acentuou a situação de vulnerabilidade em que se encontravam, especialmente se grávidas ou com filhos pequenos.

5.3.3. Jovens grávidas ou mães e a vivência de rua

Com base em um artigo de revisão de literatura em que foram analisados 19 artigos científicos publicados no Brasil e nos Estados Unidos da América sobre o tema (SCAPPATICCI e BLAY, 2010), apresentam-se, a seguir, alguns dos achados da rarefeita literatura existente sobre jovens grávidas e mães que vivem nas ruas. Sempre que possível, novamente, esses resultados serão ilustrados com as falas das jovens mães entrevistadas neste estudo.

A primeira constatação a ser feita é que, “embora as famílias de adolescentes com filhos seja uma das sub-populações em situação de rua que mais cresce, relativamente poucos estudos têm focalizado a gravidez ou a paternidade entre adolescentes sem-teto” (SCAPPATICCI e BLAY, 2010:4), o que indica a lacuna e a importância de estudos relacionados ao tema.

Ainda assim, a partir do que está disponível, é possível afirmar que, de um modo geral, quando se trata de adolescentes grávidas vivendo nas ruas, elas “não somente correm maior risco de uma grande variedade de problemas, como têm muito menos apoio social do que seus pares que vivem em casas” (PENNBRIDGE *et al.*, 1991. *apud* SCAPPATICCI e BLAY, 2010:11). As adolescentes em situação de rua “estavam mais envolvidas com prostituição ou sexo para sobrevivência, apresentaram

²³ Para uma análise mais detalhada da relação entre violência doméstica e direito à moradia, vide COHRE (2010).

²⁴ Ainda que a expressão ‘morar na boate’ esteja comumente relacionada à prostituição, a jovem, ao ser perguntada, foi enfática em afirmar não ter se prostituído.

pior perfil de saúde mental e mais problemas médicos, relataram porcentagem muito maior de experiências de abuso e tinham tido sua primeira experiência sexual mais cedo do que seus pares que não viviam em situação de rua” (SCAPPATICCI e BLAY, 2010:12). Entre as entrevistadas para o presente estudo, uma única jovem afirmou ter se prostituído, paralelamente ao consumo e tráfico de drogas, em situação de rua:

“[F]ui embora de casa, fui morar embaixo da ponte e lá comecei a me envolver no tráfico, coisa pesada, vendi droga, comecei a me prostituir e fui pra FEBEM (...)” (Sheila).

Os dados coletados pelas autoras indicam que o grupo de adolescentes grávidas ou mães adolescentes que vivem nas ruas tem alta exposição a situações de violência (SCAPPATICCI e BLAY, 2010:15), física ou sexual – em alguns casos, com ambas vivenciadas pelas jovens, conforme relato a seguir:

Ao falar sobre o início de sua vida sexual, diz: “[f]oi estupro, eu tinha 16 anos, lá na Sé”. Depois, afirma: “[A] gente foi preso porque ele estava me batendo no meio da rua, a polícia parou porque ele estava me batendo, não porque a gente estava com a droga” (Alice).

Ao mesmo tempo, sabendo dos riscos que corria, a jovem mostra-se grata por nunca ter acontecido nada à sua filha:

“Aí fui embora, voltei a usar drogas com a minha filha. (...) [M]orei na rua com ela, durante dois anos e meio, e a Virada da Vida é a primeira casa, primeira casa mesmo. [Ela] Sempre morou na rua comigo, graças a Deus nunca ninguém fez mal, sabe, assim?” (Alice).

No que tange à vida reprodutiva, os achados demonstram que jovens vivendo nas ruas são “mais susceptíveis a engravidar, seguidas por jovens que vivem em abrigos e por jovens que vivem com suas famílias” (GREENE e RINGWALT, 1998 *apud* SCAPPATICCI e BLAY, 2010:12-13). Além disso, “[e]star em situação de rua e a duração dessa situação, juntamente com episódios anteriores de gravidez, apareceram nesses estudos como fatores de risco para outra gravidez” (SCAPPATICCI e BLAY, 2010:12). A fala de uma das jovens da Virada da Vida constitui um excelente exemplo do quanto o consumo de drogas, durante a vivência nas ruas, retira da mulher o controle sobre seu corpo, aumentando, de fato, as chances de uma gravidez indesejada:

“Aí, depois, eu engravidei da minha segunda filha (...) [E]u nem me lembro mais quem é o pai, eu ficava com tanto menino na noia. Aí eu tive minha

filha.(...) [Quando se está] drogada e bêbada, você não sabe nem com quem você está ficando” (Rosalinda).

Não há dúvidas de que ser uma jovem mãe usuária de drogas vivendo nas ruas, especialmente se acompanhada de seus filhos, traz consequências duradouras para a vida tanto da mulher, como das crianças. Uma das jovens entrevistadas relata que, após ter deixado as ruas e as drogas, sua filha ainda tem lembranças daqueles tempos:

“Eu estou fazendo o possível para melhorar, sabe? É por mim, mas nem tanto, mais para a minha filha, que ela merece. Acho que ela já viu muita coisa, ela já viu eu usando droga. Hoje em dia, eu falo pra ela: ‘vamos pra rua?’ e [ela responde]: ‘não quero ir mais pra rua, não’. Ela sabe o que é morar na rua. Ela pergunta pra mim: ‘mãe, você parou de fumar pedra?’, sabe, assim?” (Alice).

Neste sentido, SCAPPATICCI e BLAY (2010:13) afirmam que “muitas das jovens que chefiavam essas famílias sem-teto agora têm dificuldade em estabelecerem-se como adultas autônomas e empregadas; elas continuarão dependentes das instituições a longo prazo para enfrentar sua maternidade, sem sistemas de apoio adequados”. Tudo isso reafirma, mais uma vez, o quanto é imperativo oferecer às mulheres um suporte social para a maternidade que proporcione a efetivação de seu direito à moradia adequada.

5.3.4. O programa da Virada da Vida

A Virada da Vida tem um programa que é ao mesmo tempo voltado para a geração de renda e para a garantia do direito à habitação. Desde 2004, a instituição vem formando “jovens mulheres para trabalhar na construção civil e, ao mesmo tempo, as capacita para serem multiplicadoras da tecnologia – que passou a ser chamada de ‘Construa sua Vida’” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:29). Nas palavras de uma das jovens:

“Ali, além de ser a minha casa, eu estou fazendo um serviço que eu adoro, sabe, assim? Tô trabalhando de sol a sol, e vale a pena, vale muito a pena. Você sabe que é você que está construindo a sua casa, com a sua própria mão.” (Alice).

Resumidamente, as jovens aprendem técnicas da construção civil – desde a fabricação de tijolos até a pintura de paredes – para construir suas próprias casas. Posteriormente, passam a prestar serviços - produzindo e vendendo tijolos ou, então, construindo

casas – e a capacitar outras mulheres para o trabalho. O público-alvo a ser beneficiado inclui “a população de baixa renda que sonha com a casa própria, bem como prefeituras, com políticas sociais de habitação popular” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:29). O diferencial do projeto está “na construção e prestação de serviços por jovens mulheres, incomum ao setor da construção civil” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:29). Uma das jovens relata:

“Cada fase que eu faço ali, eu guardo, porque é uma coisa muito boa, sabe? Além de eu estar fazendo a minha casa, estou fazendo a casa de outras pessoas, que vão ser felizes, sabe?” (Alice).

De acordo com a própria instituição, o que motivou a realização deste projeto foi o fato de as jovens estarem excluídas do direito à moradia, como informa uma das jovens:

“Eu (...) queria uma casinha, para não ter que morar na rua, eu não quero passar para minha filha o que eu passei. (...) Eu quero ter uma vida normal, como as outras pessoas... Eu quero ter a minha casa, quero ter o quarto da minha filha, tudo em ordem, quero ter a minha vida organizada” (Betty).

Quando saíam da residência da Virada da Vida, as jovens mães passavam a viver de aluguel, no qual investiam grande parte de sua renda:

“[U]ma colega falou pra mim: ‘Se você quiser vir pra cá, eu alugo a minha casa a cinquenta reais pra você’. É uma ajuda, é muito barato, cinquenta reais” (Nancy), dizendo implicitamente que o custo do aluguel é, normalmente, caro e não acessível para ela.

Assim, além de proporcionar uma alternativa para as jovens terem sua casa própria, o programa ainda as promove a “agentes de transformação da realidade comunitária, gerando ao mesmo tempo trabalho e renda” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:29). A conquista de um espaço para morar com seus filhos com tranquilidade e estabilidade é parte do processo de conquista de autonomia e inserção social. Trata-se de uma “condição concreta para viver em família e se inserir na comunidade” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:30). Duas das jovens entrevistadas demonstraram que, para elas, a importância da conquista da casa própria é justamente ter a tranquilidade de que os filhos estarão, no caso de sua ausência por morte ou qualquer outra razão, amparados:

“Eu estou construindo a minha casa e, logo, eu vou dar tudo que eles precisam. (...) [E]les vão ter o teto deles e eu vou poder, se Deus quiser, assim, quando Deus me levar, eu posso morrer sossegada. Eu vou saber que

não deixei eles desamparados. Eu vou saber que eu vou morrer, mas não vou deixar eles desamparados. Deixei os quatro dentro da própria casa deles” (Rosalinda).

“Eu tô dando uma casa pra ela [a filha], porque tá no nome dela. Se eu der a louca e for embora, é dela. Porque ela vai crescer, ela vai ser dona do nariz dela, vai ficar pra ela. Então é um orgulho. Pra mim, está sendo um orgulho, sabe? Saber que eu sou capaz de chegar aonde eu cheguei” (Alice).

Ademais, tal como reiteradamente afirmado no material institucional da Virada da Vida, as jovens acreditarem nelas mesmas e em seus potenciais é o ponto de partida para a transformação de seus projetos de vida. Os relatos acima indicam o ganho na autoestima e na autoimagem das jovens quando se tem a perspectiva da casa própria: enquanto uma diz que, uma vez com sua casa, acredita que vai ‘dar tudo’ a seus filhos, a outra menciona explicitamente o orgulho de ter a casa própria e de ‘chegar aonde chegou’.

São seis as etapas para a construção das casas: fabricação dos tijolos, instalação da fundação da casa, levantamento das paredes, instalação hidráulica e elétrica, cobertura e acabamento, horta e jardinagem (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:30). De acordo com a instituição, houve uma “aderência muito positiva [das jovens] ao projeto” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:30). Segundo o material institucional, por meio do processo de construção de casas jovens que não sabiam ler e escrever foram, aos poucos, com a ajuda das colegas, se alfabetizando e procedendo às leituras necessárias do material profissionalizante. Isso acabou despertando, em muitas delas, o interesse pelos estudos, fazendo com que voltassem para a escola. O projeto ainda “suscita a vontade de oferecer o benefício da casa própria a outras jovens na mesma situação, desenvolvendo [, assim,] o espírito solidário do grupo” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:34). É preciso ainda mencionar que, consoante análise da própria instituição, diante de uma perspectiva concreta de moradia e vida, as jovens passaram interagir melhor com seus filhos (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:34).

Por outro lado, o projeto tem, também, fragilidades reconhecidas pela própria instituição (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:34): uma delas é a vontade e a necessidade de ver resultados concretos rapidamente, pois o contrário pode gerar momentos de frustração nas jovens; “a dificuldade em cumprir horário e as faltas ao trabalho são dificuldades que a jovem mãe enfrenta pela tripla jornada: aprendiz, mãe e dona de casa. O fato de não contarem com familiares para auxiliar nas tarefas

estimula o desenvolvimento de estratégias e a renegociação de horários, para que assumam o processo com responsabilidade”; algumas etapas da construção da casa, como a colocação do telhado, ainda não são realizadas pelas jovens mulheres, sendo esse um serviço terceirizado; e, por fim, “o longo processo de aprendizado pode desmotivar o grupo e são necessários reforços periódicos, para manter o planejamento e o nível de qualidade desejados”. Apesar dessas dificuldades – que, vale ressaltar, não apareceram nas entrevistas feitas com as jovens no âmbito deste trabalho -, a realização do direito à moradia por meio da casa própria parece estar no cerne do trabalho de suporte social à maternidade – especialmente por tratar-se de um projeto de caráter emancipatório e não assistencialista. Muitas das jovens, ainda residentes no abrigo da Virada da Vida, relataram ser a casa própria o principal objetivo de suas vidas. De fato, o que parece estar por detrás disso é que esse projeto, ao ser realizado, viabiliza a permanência da mãe junto com os filhos:

“[A]gora que eu estou na reta final, estou conseguindo o objetivo, sabe? Ter a minha casa” (Alice).

“Acho que pra mim, agora na minha vida, mesmo, foi conseguir viver com os quatro [filhos] e ter esse objetivo de vida que eu tenho: construir a minha própria casa” (Rosalinda).

Questionadas sobre seus projetos de vida, as jovens respondem:

“Ah... ter a minha casa, ter ela [a filha] sempre do meu lado, entendeu?” (Joana).

“Ter a minha casa e ter condições boas de ficar com a minha filha, de cuidar da minha filha” (Betty).

A partir da literatura e dos relatos destacados acima, foi possível perceber o impacto que a efetivação do direito à habitação tem na vida de jovens mães. A casa é o local onde ocorre a totalidade, ou grande parte, do trabalho do cuidado de uma criança pequena – onde se dá o banho, prepara-se a comida, lava-se a roupa, coloca-se para dormir etc. Assim, pode-se dizer que é a infraestrutura mínima necessária para o bom e adequado exercício da maternidade. Neste sentido, a ‘casa própria’ representa, de um lado, uma conquista que incrementa a autoestima e é motivo de orgulho; de outro, traz a tranquilidade de saber que os filhos terão essa herança e estarão, no futuro, minimamente amparados. Conclui-se, então, que a efetivação do direito à habitação, ainda que não suficiente, é essencial para o rompimento do ciclo de miséria –

vulnerabilidade – violência a que as jovens estavam submetidas antes de serem acolhidas pela instituição Virada da Vida.

5.4. DIREITO AO TRABALHO E A RENDA

Tratar do exercício da maternidade e de sua relação com o direito ao trabalho e à renda é algo complexo. Do ponto de vista histórico, como visto, o fato de a reprodução ocorrer no corpo da mulher fez com que muitas delas ficassem restritas ao espaço do doméstico e do privado, situação que parece ter permitido fossem construídas discriminações no campo do trabalho. Ainda que se leve em conta que mulheres de baixa renda sempre trabalharam, a grande maioria das que escolheram, e ainda hoje escolhem ter uma ocupação fora do lar, enfrenta, de um modo geral, restrições no campo profissional em razão de suas atribuições domésticas. O impacto do exercício da maternidade nas carreiras profissionais das mulheres vem ficando cada vez mais evidente. Muitas, incluindo as pobres, precisam deixar de trabalhar ao menos por um período de tempo em razão do parto e do pós-parto, que inclui a amamentação. Outras, não tendo com quem deixar os filhos pequenos por causa da ausência de creches, de suporte familiar ou de uma rede de solidariedade feminina, simplesmente abandonam o trabalho, algumas vezes provisoriamente, outras de modo definitivo. Há, ainda, as que tentam reduzir a carga de trabalho remunerado para dar conta de suas atribuições familiares e, por fim, as que, após interromperem suas carreiras, enfrentam dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho.

Além destas constatações, as mulheres, apenas por serem mulheres e por terem entrado no mercado de trabalho mais tardiamente do que os homens, foram objeto de políticas ditas protecionistas, mas que de fato acabaram tendo como consequência sua discriminação indireta²⁵. O equilíbrio entre a proteção necessária no mercado de trabalho devido às especificidades das mulheres (como a gravidez e amamentação e a responsabilidade pelo cuidado das crianças) e o incentivo à sua participação e não discriminação é, ainda, um desafio para as políticas públicas e para os Estados.

²⁵ É o caso, por exemplo, da Recomendação n. 123 da OIT, de 22 de junho de 1965, sobre Mulheres com Responsabilidades Familiares. Nas palavras de BRUSCHINI (2008:35), que recomenda a adoção pelos Estados membros da OIT de medida protetivas: “[I]nsuficientes, ou até contraproducentes, por reforçar o conceito de que mulheres podem ter um menor comprometimento profissional e um maior comprometimento familiar”.

No campo das discriminações no trabalho, cabe destacar que, como se verá, apesar de proibida do ponto de vista legal, há ainda hoje discrepância salarial entre homens e mulheres que têm a mesma formação e exercem funções semelhantes. Entre outras, essa discriminação incentiva, ainda que indiretamente, a manutenção dos papéis sociais historicamente atribuídos a homens e mulheres. Ademais, ainda que os homens contribuam cada vez mais para a realização das atribuições domésticas, este avanço ainda se mostra insuficiente, novamente impondo limitações ou dificuldades para as mulheres que querem e precisam trabalhar fora. Por fim, é preciso também universalizar a educação infantil, de zero a seis anos, de modo que as mães passem a ter liberdade e especialmente tranquilidade para deixar o ambiente doméstico e gerar renda por meio do trabalho assalariado. Todos estes elementos constituem desafios relacionados, de um lado, aos estereótipos que recaem historicamente sobre as mulheres em geral e as mães em particular; e, de outro, à falta de legislação ou de políticas públicas adequadas e, portanto, de infraestrutura necessária para a entrada e a permanência bem-sucedida das mulheres no campo profissional, notadamente daquelas que são mães.

Como ocorre em outras esferas da vida social, o impacto desta desigualdade é sentido com maior intensidade por mães em situação de vulnerabilidade social, na qual se encontravam as jovens mães antes de serem acolhidas pela Virada da Vida. A baixa escolaridade destas jovens certamente impacta sua inserção no mercado de trabalho - que, quando existente, é mais frágil -; sem amparo familiar e de parceiros, essas mulheres dependem mais dos aparatos de cuidado e daqueles de natureza educacional para os filhos pequenos, e aqueles nem sempre estão disponíveis.

Tendo este breve panorama em vista, serão apresentados neste trabalho três aspectos da relação mulher-trabalho: (i) a legislação do trabalho protetiva às mulheres adotada nos âmbitos nacional e internacional, que visa eliminar a discriminação da mulher no mercado de trabalho e remediar o impacto do exercício da maternidade em sua participação, promovendo, assim, a conciliação entre o trabalho remunerado e as atribuições familiares; (ii) a divisão sexual do trabalho, que pode ser medida pela desigualdade - cada vez menor, é verdade, mas ainda grande - no tempo gasto por homens e mulheres em atividades domésticas, indicando ser necessária uma maior participação dos homens na esfera privada para uma divisão igualitária e justa da carga de trabalho doméstico, não remunerado; e, por fim, ainda que de forma menos

aprofundada, (iii) as políticas de creche e educação infantil, que viabilizam a saída das mulheres do espaço privado para o público, na medida em que se passa para o Estado a responsabilidade parcial pelo cuidado e educação das crianças. Apresenta-se, ao final, o trabalho realizado pela Virada da Vida no sentido de oferecer às jovens mães alternativas de geração de renda que somente são viáveis pela oferta de creche na instituição. Espera-se que as falas das mulheres destacadas das entrevistas realizadas no âmbito deste estudo ajudem a melhor compreender o sentido do esforço que a instituição empreende para promover a inserção profissional de jovens mães.

5.4.1. O direito ao trabalho nas normativas nacional e internacional

O trabalho é uma “produção social destinada à satisfação das necessidades humanas” (DA COSTA e ARANTES, 2009:9). Neste sentido, a efetivação do direito ao trabalho é, com muita frequência, embora não exclusivamente, um meio para a garantia de outros direitos humanos. O direito ao trabalho é protegido tanto no âmbito nacional, como no internacional, como se verá a seguir.

5.4.1.1. Normativa nacional: a CF e a Consolidação das Leis do Trabalho

No caso brasileiro, o direito ao trabalho está genericamente assegurado na Constituição Federal de 1988 entre os direitos sociais previstos no artigo 6º. Mas a CF também trata o direito ao trabalho como uma liberdade fundamental das pessoas ao prever, em seu artigo 5º, inciso XIII, ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelece. Nos artigos 7º. a 11 do texto constitucional, estão previstos os direitos dos trabalhadores, entre eles o salário mínimo, o 13º. salário, o repouso semanal remunerado, as férias, a liberdade de associação sindical, o direito à greve, a proteção da relação de emprego contra demissão sem justa causa, a jornada de trabalho máxima de oito horas diárias, o seguro-desemprego, o fundo de garantia por tempo de serviço etc. Merecem destaque os direitos trabalhistas presentes na CF brasileira mais relevantes para as mulheres, previstos no artigo 7º.: o inciso XVIII prevê a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias, ou seja, quatro

meses²⁶; o inciso XIX, por sua vez, prevê a licença-paternidade, nos termos fixados em lei (no caso, meros cinco dias, de acordo com o art. 10, parágrafo 1º. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)); a proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, nos termos da lei (alguns deles abaixo descritos), está estabelecida no inciso XX; e, ainda, o inciso XXX proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. De acordo com artigo 10 (b) do ADCT da CF, é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, o que significa que a mulher grávida tem o que comumente chamamos de estabilidade no emprego²⁷.

Com o objetivo de consolidar todas as leis relativas ao direito ao trabalho no Brasil, foi adotada, em 1º. de maio de 1943, por meio do Decreto-Lei n. 5.542, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, como dispõe seu artigo 1º., regula as relações individuais e coletivas de trabalho. Em seu título III, dispõe sobre as normas especiais de tutela do trabalho, constando de seu capítulo III a proteção do trabalho da mulher. Sua seção I trata da duração, das condições de trabalho e da discriminação contra a mulher; a seção II, do trabalho noturno; a seção III, dos períodos de descanso; a seção IV aborda os métodos e locais de trabalho; e a seção V, da proteção à maternidade, seguida pela seção VI, que determina as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento de qualquer um dos direitos previstos naquele capítulo. Em se tratando de uma consolidação de leis, faz-se a opção de, em vez de explicitar o conteúdo da CLT, trazer ao leitor o que cada uma delas – as leis – dispõe: a Lei n. 8.861, de 25 de março de 1994, garante o direito ao salário maternidade, no valor de um salário mínimo, a todas as trabalhadoras; a Lei n. 9.029, de 13 de abril de 1995, proíbe práticas discriminatórias por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade para efeitos de admissão ou permanência na relação jurídica de trabalho, em especial a exigência de teste de gravidez e/ou comprovação de esterilização; a Lei n. 9.799, de 26 de maio de 1999, insere na CLT regras sobre o

²⁶ Note-se que em 9 de setembro de 2008 foi aprovada a Lei n. 11.770 (efetivamente aplicada a partir de 1º. de janeiro de 2010), que cria o Programa ‘Empresa Cidadã’, por meio do qual empresas que a ele aderirem prorrogam, mediante incentivo fiscal, a licença-maternidade de suas empregadas em 60 dias, que passa então a ser de seis meses. Vale dizer que, de acordo com o artigo 1º., parágrafo 2º. da lei, esse benefício também deve ser garantido para a empregada que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

²⁷ Mesmo não sendo objeto de estudo neste trabalho, vale ressaltar que a CF ainda garante a todos os cidadãos e cidadãs a seguridade social (artigos 194 e 195), visando assegurar os direitos à previdência (artigos 201 e 202) e à assistência social (artigo 203), além do direito à saúde.

acesso da mulher ao mercado de trabalho: proíbe anúncios de emprego com referência a sexo, idade, cor ou situação familiar; a recusa a emprego ou promoção ou, ainda, a dispensa de empregados em razão de seu sexo; impede que se considere o sexo como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidade de ascensão profissional; coíbe a exigência de atestado ou exame para comprovação de esterilidade ou gravidez quando da admissão ou permanência no emprego; veta o impedimento de acesso ou a adoção de critérios subjetivos para inscrição ou aprovação em concursos ou em empresas privadas em razão do sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; proíbe, ainda, a realização de revistas íntimas nas empregadas por parte do empregador ou seu preposto; por fim, mas não menos importante, a Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002, estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário maternidade, estipulando que, no caso de adoção ou guarda judicial de criança de até um ano de idade, o período de licença será de quatro meses; de criança com idade entre um e quatro anos, será de 60 dias; e daquelas com idade entre quatro e oito anos, de 30 dias.

5.4.1.2. Normativa internacional

Na esfera internacional, o direito ao trabalho é protegido tanto no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como pelas Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho, a OIT. Após breve panorama do direito ao trabalho, são descritos os principais dispositivos da normativa internacional aplicáveis às mulheres em geral e às que são mães, mais especificamente.

5.4.1.2.1. O direito ao trabalho no Direito Internacional dos Direitos Humanos

O artigo 23 da DUDH, item 1, estabelece que “[t]oda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Seu item 2 estabelece que todos, “sem qualquer distinção, têm direito a igual remuneração por igual trabalho”; e, por fim, o item 3 prevê que “[t]oda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana”, devendo ser assegurados, se necessário, outros meios de proteção social. Ainda, no artigo 24 da DUDH está previsto o “direito ao repouso e ao lazer, inclusive

a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”.

O PIDESC, por sua vez, dispõe acerca do direito ao trabalho em seus artigos 7º., 8º. e 9º. Entre suas previsões, vale mencionar a garantia expressa, prevista no artigo 7c(i), de que as mulheres devem ter “condições de trabalho não inferiores às dos homens e receber a mesma remuneração que eles, por trabalho igual”. Em 6 de fevereiro de 2006, seu o Comitê adotou o Comentário Geral n. 18, que interpreta e atualiza o conteúdo do direito ao trabalho. Em seu parágrafo 1º., dispõe que “(...) o direito ao trabalho é essencial para a realização de outros direitos humanos e constitui uma parte inseparável e inerente da dignidade humana. Toda pessoa tem o direito a trabalhar para poder viver com dignidade”. Em seu parágrafo 13, sobre mulheres e trabalho, reforça “a necessidade de um sistema global de proteção para combater a discriminação de gênero e garantir a igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres quanto aos seus direitos laborais, assegurando igual salário por trabalho de igual valor”. Reafirma, ainda, que “a gravidez não deve constituir um obstáculo para o emprego, nem uma justificativa para sua perda”.

É necessário destacar que a CEDAW, instrumento de proteção específico aos direitos humanos das mulheres, protege seu direito ao trabalho no artigo 11 - principal previsão do direito da mulher ao trabalho no sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Em seu item 1 estabelece que os Estados-partes “adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos”, prevendo, particularmente, entre eles, as mesmas oportunidades de emprego e critérios de seleção; o direito à escolha livre da profissão e do emprego; o direito à promoção e à estabilidade no emprego; o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais; o direito a igual remuneração e igualdade de tratamento em trabalho de igual valor; o direito à seguridade social; e o direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução.

Visando impedir a discriminação contra a mulher por razões relacionadas ao casamento ou ao exercício da maternidade, a CEDAW obriga os Estados-partes, em seu artigo 11.2, a tomar todas as medidas adequadas para: proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou de licença-maternidade; implantar a licença-maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do

emprego; estimular a prestação de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações que têm para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante o fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinada ao cuidado das crianças (subentende-se, creches e educação infantil)²⁸; e, por fim, dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais a ela ou ao feto.

5.4.1.2.2. A proteção do direito ao trabalho pela OIT

Como dito, a proteção do direito ao trabalho (e, por consequência, à renda) consta também de documentos da OIT, que foi fundada em 1919 no âmbito da Liga das Nações Unidas, órgão que precedeu a criação da ONU. Trata-se da agência especializada desta organização para a promoção da justiça social e dos direitos humanos e trabalhistas internacionalmente reconhecidos. Foram três as motivações para a criação da OIT: a de caráter humanitário, no sentido de uma preocupação com a condição dos trabalhadores; a política, uma vez que era preciso melhorar as condições dos trabalhadores, que, em razão da industrialização, haviam aumentado em número; e, ainda, uma motivação de ordem econômica, isto é, de criar obrigações para todos os empregadores de modo que nenhum deles se prejudicasse face a seus concorrentes pelas reformas trabalhistas (BRUSCHINI, 2008:12). Para a OIT, “o trabalho é o instrumento por excelência para que as pessoas possam superar a situação de pobreza e alcançar condições de vida dignas” (MARQUES e SANCHES, 2010:51). Em vista desse entendimento, vem, desde sua fundação, desempenhando o papel de formuladora de padrões internacionais de trabalho, isto é, de ‘pisos mínimos’ de direitos trabalhistas, estabelecidos em convenções e recomendações a serem adotadas pelos Estados. Vale dizer que, contrariamente às convenções do Direito Internacional dos Direitos Humanos, as convenções da OIT não admitem reserva.

Em 1926, a OIT criou em sua estrutura uma área responsável exclusivamente pelas

²⁸ É importante notar que o uso do verbo ‘estimular’, pela CEDAW, relativiza a obrigação ou não torna obrigatória, dependendo da interpretação, a oferta de serviços de suporte social necessários para o cuidado com as crianças, como creche e educação infantil, que permitam especialmente às mulheres a conciliação do trabalho fora de casa com as responsabilidades familiares.

questões relativas às mulheres²⁹. São quatro as áreas de atuação da OIT relevantes para este trabalho, as quais serão abordadas a seguir: isonomia salarial, proteção à maternidade, conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares e, ainda, a regulamentação do trabalho em tempo parcial.

- **Isonomia salarial**

No que tange à igualdade de remuneração, a OIT adotou, em 29 de junho de 1951, a Convenção n. 100, que trata da igualdade de remuneração entre mão de obra masculina e feminina em trabalho de igual valor. Resumidamente, seu texto estabelece que os Estados-partes devem encorajar e assegurar a aplicação do “princípio da igual remuneração para homens e mulheres que realizem trabalho de igual valor, ressaltando que a diferença de remuneração que resulte de efetiva diferença de trabalho não deverá ser considerada discriminação” (BRUSCHINI, 2008:21). Posteriormente, em 25 de junho de 1958, foi adotada a Convenção n. 111, sobre Discriminação no Emprego e na Ocupação, que amplia o princípio de não discriminação disposto na convenção anterior. Seu artigo 1.1(a) define como discriminação no trabalho “[t]oda a distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”, havendo a ressalva, no artigo 1.2, de que “[a]s distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para determinado emprego não são consideradas como discriminação”.

- **Proteção à maternidade**

Como afirma BRUSCHINI (2008:23), “[a] preocupação com a proteção à maternidade para as mães que trabalham vem desde a fundação da OIT. A Convenção n. 3, adotada em 19 de novembro de 1919, de proteção à maternidade, está entre as primeiras adotadas pela organização, em sua conferência inaugural em Washington”. Suas principais definições referem-se ao período de licença-maternidade, aos benefícios de seguridade social e à amamentação. Essa Convenção foi revista pela Convenção n. 103, adotada pela OIT em 28 de junho de 1952, ratificada pelo Brasil em 1965, e teve, mais recentemente, seu conteúdo ampliado pela adoção da

²⁹ De acordo com BRUSCHINI (2008:16), naquele momento a questão feminina foi abordada a partir da perspectiva de que “o trabalho feminino deve ser protegido em suas especificidades, tal como maternidade e gravidez, e não por meio de medidas que excluam as mulheres do mercado de trabalho”.

Convenção n. 183, de 15 de junho de 2000, que será, aqui, objeto de análise mais aprofundada. De acordo com seu artigo 2º., ela se aplica a “todas as mulheres empregadas, inclusive àquelas em formas atípicas de trabalho dependente”. Seu artigo 3º. obriga os Estados a adotar medidas para garantir a saúde das mulheres trabalhadoras que estejam grávidas ou amamentando. No artigo 4º. fica determinado que o período de licença-maternidade não deve ser inferior a 14 semanas, seis delas após o parto. Em caso de doença ou de complicações na gravidez deve ser assegurada à gestante trabalhadora licença-maternidade adicional. Os artigos 6º. e 7º. da Convenção tratam de benefícios monetários que devem ser oferecidos às trabalhadoras durante o período de licença, e determinam que os critérios para seu recebimento devem ser satisfeitos pela grande maioria das mulheres. O artigo 8º., por sua vez, assegura a estabilidade no emprego para a mulher grávida e por período posterior ao seu retorno, a ser determinado pelos Estados membros. O artigo 9º. ainda dispõe que os Estados devem adotar todas as medidas apropriadas para garantir que o exercício da maternidade não constitua uma fonte de discriminação no acesso ao emprego, proibindo, assim, o exame de gravidez para admissão, com exceção aos trabalhos possivelmente prejudiciais à saúde da mãe e/ou da criança. Por fim, o artigo 10 determina que a mulher trabalhadora deve ter um ou mais intervalos ou uma redução em suas horas de trabalho para que possa amamentar seu filho, devendo este tempo ser considerado como horas de trabalho e, portanto, devidamente remunerado.

- **Conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares**

As responsabilidades familiares dos trabalhadores, embora apareçam em vários documentos da OIT desde sua fundação, só se tornam uma preocupação específica da organização a partir da década de 1960, supostamente em razão da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. A Recomendação n. 123, de 22 de junho de 1965, é o primeiro documento elaborado sobre o assunto e, como não se trata de uma convenção, não está sujeita à ratificação por Estados membros da OIT. Isso indica, possivelmente, a pouca relevância atribuída, na época, ao tema (BRUSCHINI, 2008:29). Mesmo sem ter caráter vinculante, é interessante notar que, em 1965, a OIT já afirmava que os Estados “deveriam implementar políticas apropriadas para possibilitar às trabalhadoras o exercício do direito ao trabalho, sem ser objeto de discriminação, além de encorajar, facilitar ou empreender o desenvolvimento de serviços para permitir a conciliação de trabalho e família” (BRUSCHINI, 2008:29-

30).

Em 23 de junho de 1981, a OIT adotou dois novos documentos sobre responsabilidades familiares: a Convenção n. 156 e a Recomendação 165³⁰. A ideia que perpassa todo o texto da Convenção n. 156, de acordo com BRUSCHINI (2008:31-32), é a de que se deve “garantir a trabalhadores e trabalhadoras o direito ao trabalho, sem que as responsabilidades familiares sejam um empecilho ou fonte de discriminação entre homens e mulheres, ou mesmo entre aqueles que têm responsabilidades familiares e outros trabalhadores/as”. A Recomendação 165, por sua vez, propõe, como diz o nome, uma série de recomendações aos Estados membros para facilitar a conciliação do trabalho com a família. Entre elas, consoante BRUSCHINI (2008:32-33), estão: a redução progressiva das horas extras; a consideração das responsabilidades familiares no arranjo dos turnos de trabalho ou de trabalhos noturnos; a adoção de licença-parental a ser usufruída tanto pelo homem (pai), como pela mulher (mãe); a adoção de outras licenças, como quando se tem em casa uma pessoa dependente doente; e, por fim, a consideração das responsabilidades familiares em caso de transferência do empregado.

- **Jornada de trabalho em tempo parcial**

Por fim, há que se mencionar também, ainda que brevemente, a regulamentação da OIT ao trabalho em tempo parcial, cuja principal Convenção é a de n. 175, adotada em 24 de junho de 1994, mas ainda não ratificada pelo Brasil. Entre as motivações para sua adoção, como se pode notar em seu preâmbulo, estão a discriminação no emprego e a necessidade de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares. De acordo com seu artigo 1º.(a), é considerado trabalhador em tempo parcial aquele empregado cujas horas de trabalho são menores comparativamente aos empregados em jornada de tempo integral. Em seu artigo 4º., estabelece que os trabalhadores em tempo parcial devem ter a mesma proteção daqueles em tempo integral, não devendo, de acordo com o artigo 5º., receber menos do que os outros – o cálculo deve ser feito proporcionalmente com base em horas trabalhadas. Ressalte-se que o item (b) do parágrafo 2º., do artigo 9º., prevê que a jornada em tempo parcial é uma política de conciliação entre família e trabalho. Por fim, o artigo 10 estabelece que medidas devem ser tomadas para assegurar que os trabalhadores em tempo parcial possam

³⁰ Destaque-se que ambos os documentos têm como público-alvo homens e mulheres trabalhadores com responsabilidades familiares.

passar a trabalhar em tempo integral e vice-versa.

5.4.2. A divisão sexual do trabalho

A seguir, será discutida a problemática relativa à divisão sexual do trabalho, responsável em parte, como dito, pelas dificuldades das mulheres de se inserir e permanecer no mercado de trabalho. Como mencionado anteriormente, historicamente, enquanto os homens trabalhavam no espaço público mediante remuneração, as mulheres, na maioria das vezes, cuidavam dos filhos, do marido e da casa, ficando muito frequentemente restritas ao papel de mães – esposas – donas de casa. Atualmente, embora as mulheres estejam cada vez mais presentes no mercado de trabalho, não contam suficientemente com a ajuda dos homens na realização do trabalho do cuidado, não remunerado.

O termo ‘trabalho do cuidado’, conceitualmente desenvolvido no campo da economia feminista, indica tratar-se de “atividades custosas em termos de tempo e energia, que se realizam como obrigações (contratuais ou sociais)” (UNIFEM, 2000 *apud* ENRIQUEZ, 2005:2), estando frequentemente associado “às tarefas domésticas não remuneradas realizadas no interior da casa” (ENRIQUEZ, 2005:6). Em sua complexidade, o trabalho do cuidado apresenta, como indica ENRIQUEZ (2005:6-7), múltiplas dimensões, devendo ser destacadas duas delas: (i) trata-se de atividades que dependem de relações interpessoais que se estabelecem entre o provedor do bem ou serviço de cuidado e o seu recipiente (como mães e filhos pequenos, respectivamente); e (ii) há uma crença generalizada que sustenta que as mulheres estão naturalmente mais aptas para levar adiante este trabalho, particularmente em relação a crianças, sugerindo que elas têm uma vantagem comparativa em relação aos homens na provisão do cuidado a outras pessoas, o que é evidentemente “uma construção social, baseada em práticas patriarcais hegemônicas”.

Nas pesquisas de demografia brasileiras, o trabalho do cuidado realizado no espaço privado - e sem remuneração - inclui-se na categoria ‘afazeres domésticos’³¹ (que abrange atividades tais como criar filhos, cozinhar, passar roupa, lavar louça, cuidar

³¹ Essa nomenclatura, de acordo com BRUSCHINI (2006:335), parece ser injusta com as mulheres: idealmente, o trabalho doméstico deveria ser entendido como ‘trabalho não remunerado’, e não como ‘inatividade econômica’, forma como vem sendo já há muito tratado por algumas feministas, especialmente as economistas.

da casa, orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas, entre outras). Seu principal indicador é o tempo gasto, em horas, com essas atividades por homens e mulheres em determinada semana.

Entre as mulheres, são as casadas e, principalmente, as mães³² as que dedicam maior número de horas semanais aos afazeres domésticos. Esta constatação torna-se mais relevante

ao se considerar o fato de que são justamente essas as mulheres (...) que estão adentrando com mais vigor no mercado de trabalho (...). Ou seja, são aquelas que mais trabalham atualmente na atividade produtiva as que mais consomem seu tempo no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais (BRUSCHINI, 2006:351).

Contudo, como dito, não sendo considerado como trabalho aquele realizado na esfera doméstica, ele permaneceu, por muito tempo, ignorado nos estudos e pesquisas da área. As estudiosas da divisão sexual do trabalho foram, no entanto, capazes de demonstrar ao longo do tempo o estreito vínculo existente entre o trabalho remunerado e o não remunerado, de modo a articular a esfera da produção econômica à da reprodução social, possibilitando a verificação do impacto das obrigações domésticas na vida das mulheres, algo que claramente limita seu desenvolvimento profissional (BRUSCHINI, 2006:338). Em razão disso, foram incluídas, na PNAD 2006, duas perguntas sobre o tema: uma questionava se o morador havia realizado afazeres domésticos na semana de referência e outra buscava verificar quantas horas normalmente ele dedicava a esses afazeres. Os resultados indicam que

os afazeres domésticos continuam sendo responsabilidade das mulheres adultas, na condição de cônjuge ou não, ainda que inseridas no mercado de trabalho. Em 2006, o percentual de mulheres de 18 anos ou mais de idade que exercia afazeres domésticos era de 92%. Entre os homens, pouco mais da metade, 52,4%, realizava estas tarefas. Fato é que, quando não eram elas que executavam diretamente estes afazeres, estavam, pelo menos, à frente na administração e organização das atividades domésticas (IBGE, 2008:49).

Em termos de horas, entre a população com 18 anos ou mais de idade, verificou-se uma média de dedicação de 21,2 horas por semana aos afazeres domésticos. Desagregados por sexo, “verificou-se que, enquanto os homens destinavam, em média, 10,4 horas por semana a estas atividades, as mulheres permaneciam executando-as por cerca de 26,8 horas por semana” (IBGE, 2008:55), isto é, mais que

³² Entre as mulheres que são mães, fazendo-se o recorte por idade dos filhos, percebe-se que a maior dedicação aos afazeres domésticos é daquelas que têm filhos pequenos (BRUSCHINI, 2006:351).

o dobro. Os achados também indicam que este é um padrão que tem início na infância. No Brasil, 24,7% das crianças na faixa de cinco a nove anos exerciam, em 2006, afazeres domésticos: entre os meninos, 18,8% o faziam e entre as meninas, 30,9%. A situação acentua-se na faixa de 10 a 13 anos de idade, uma vez que 60% dessas crianças realizavam, também, trabalhos domésticos: 76,1% das meninas e 44,2% dos meninos. Por fim, 68,8% dos jovens de 14 ou 15 anos de idade exerciam afazeres domésticos: 51,1% dos homens contra 86,4% mulheres (IBGE, 2008:50).

Vale dizer que de acordo com pesquisa da Divisão de Assuntos de Gênero da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), criada pela ONU em 1948, a discrepância entre horas dedicadas ao trabalho não remunerado (aqui chamado de afazeres domésticos) pelas mulheres e pelos homens é uma constante na realidade latino-americana. São duas as constatações da Comissão: “por um lado, em todos os casos o tempo total de trabalho [a somatória do tempo de trabalho remunerado com o não remunerado] é maior para as mulheres que para os homens. Por outro, em todos os casos também, são as mulheres que dedicam a maior parte de seu tempo ao trabalho não remunerado” (CEPAL, 2010:2).

5.4.3. Creche e educação infantil de zero a seis anos de idade

Por fim, mas não menos importante, abordar-se-á a relevância da infraestrutura de creche e educação infantil para as mulheres trabalhadoras.

No final do século XIX, de acordo com FREITAS e SHELTON (2005:200), em razão do abandono de crianças na Roda dos Expostos, passou-se a se incentivar o que hoje é entendido como creche. O ano de 1899 é um marco: foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e, na mesma cidade, a primeira creche para os filhos de trabalhadores. Naquela época, as creches eram destinadas às crianças das classes trabalhadoras – confirmando, mais uma vez, que as mulheres das camadas desfavorecidas sempre trabalharam –, e os então chamados ‘jardins da infância’ eram destinados aos filhos das famílias privilegiadas. As primeiras, voltadas para as crianças pobres, tinham como objetivo central o cuidado, enquanto os últimos, destinados às crianças ricas, visavam à educação (FREITAS e SHELTON, 2005:200).

Saltando para a segunda metade do século XX, afirma CAMPOS (2006:88) que “[o] final da década de 70 e a década de 80 foram marcados por diversas mobilizações da

sociedade civil que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas”, com o acesso à creche. No âmbito dos movimentos sociais, de acordo com a autora, a demanda por creches era entendida como um direito também da mãe - que era trabalhadora - ou, ainda, para atendimento de crianças de famílias consideradas em situação de risco. A CF de 1988 acolheu grande parte dessas reivindicações e prevê, em seu artigo 208, que “[o] dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade” (inciso IV)³³. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado por meio da Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, estipula, em seu artigo 53, que as crianças e os adolescentes “têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, assegurando, no inciso IV, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. No mesmo sentido, o artigo 4º. da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reitera o dever do Estado com a educação escolar pública, a ser efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (inciso IV). É esta lei que, em seu artigo 29, estabelece que a educação infantil – ou seja, creches ou equivalentes para crianças até três anos e pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade - é a primeira etapa da educação básica, composta também pelo ensino fundamental obrigatório de nove anos e pelo ensino médio de três. Sua finalidade, de acordo com o texto legal, é o “desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psíquico, intelectual e social”.

Apesar de todas as previsões legais, de acordo com dados do IBGE (2008:40) obtidos na PNAD realizada em 2006, naquele ano, “cerca de 14 milhões de crianças de 0 a 17 anos de idade, em todo o Brasil, estavam fora da escola ou creche (...) [sendo] que, deste total, 82,4% tinham de 0 a 6 anos de idade, 4,6% de 7 a 14 anos e 13,0% de 15 a 17 anos”. Ainda, “a proporção de crianças de 0 a 3 anos que freqüentava creche foi estimada em 15,5%. Este valor cresceu em relação a 2004, quando foi estimado em 13,4%. (...) Para as crianças em idade de cursar o pré-escolar, de 4 a 6 anos, pôde-se observar os maiores incrementos na taxa de escolarização: 5,5 pontos percentuais de

³³ Note-se que com a Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006, incluiu no artigo 7º. o inciso XXV, que prevê a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas, também conhecido popularmente como ‘bolsa-creche’.

2004 para 2006.” (IBGE, 2008:40). Ressalte-se que a pesquisa evidenciou que “a frequência à escola ou creche crescia com o aumento do rendimento mensal domiciliar *per capita*” em todas as faixas de idade consideradas (IBGE, 2008:41). Vale destacar que 17,6% das justificativas para a não frequência das crianças foi “a inexistência de escola ou creche perto de casa, falta de vaga, a escola ou creche perto de casa não oferecia outras séries ou não oferecia curso mais elevado” (IBGE, 2008:47).

Segundo pesquisas na área econômica relatadas por FREITAS e SHELTON (2005:197), “os programas destinados às crianças pequenas devem ser entendidos pela sociedade em geral, e particularmente pelos governantes, como um bom investimento (e não como despesa) por causa de seus amplos e duradouros benefícios”. Não ficam claros quais os benefícios a que as autoras se referem. Contudo, há inúmeros estudos e pesquisas que demonstram que as mulheres com filhos pequenos frequentando creches registram níveis de renda familiar mais altos (LAVINAS, 2010).

Por essa razão, afirma-se que as mulheres, especialmente as mais pobres, “carecem não apenas de renda monetária, mas de meios *in natura*/serviços para ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero e expandir suas posições no mercado de trabalho, superando iniquidades de toda sorte” (LAVINAS e NICOLL, 2006:41). Entre estes serviços está, evidentemente, a provisão de creches e/ou escolas em tempo integral para crianças. Aliás, os mesmos autores sugerem que a presença de crianças não inviabiliza o desempenho das mulheres mais pobres no mercado de trabalho. Contudo, confirmam que “tal rendimento é bem maior quando dispõem de creches e pré-escola para seus filhos pequenos aumentando ainda mais quando possuem uma máquina de lavar” (LAVINAS e NICOLL, 2006:61). A conclusão é que a disponibilidade de creches, somada à redução da carga horária de afazeres domésticos viabilizada pela máquina de lavar, amplia as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que promove sua autonomia e incremento salarial (LAVINAS e NICOLL, 2006:61).

A partir do acima exposto, conclui-se que o investimento na educação infantil e em creches, ao permitir que mães com filhos pequenos tenham tranquilidade e liberdade para trabalhar fora de casa, incrementa sua renda. Nas palavras de LAVINAS (2010), são, pois, necessários “[i]nvestimentos sociais em infra-estrutura que liberem a força

de trabalho feminina”, tendo como consequência a redução da miséria³⁴.

Porém, não é somente o direito à educação infantil que não é efetivado em nosso país. A seguir, relatam-se outras violações ao direito ao trabalho e à renda que ainda ocorrem no Brasil.

5.4.4. Violações ao direito ao trabalho e à renda de mulheres no Brasil

De acordo com a Relatoria Nacional sobre o Direito ao Trabalho, as violações ao direito ao trabalho no Brasil são muitas e afetam a todos os trabalhadores. No que diz respeito especificamente à mulher, as principais violações ocorrem em dois âmbitos. O primeiro deles refere-se à isonomia salarial e à igualdade no acesso, promoção e manutenção no emprego, sendo suas principais violações a diferença salarial entre homens e mulheres em trabalho de igual valor; a falta de objetividade nos critérios para contratação, ocupação de cargos de chefia e de promoção; a desigualdade de acesso a oportunidades de aperfeiçoamento profissional; a ausência de serviços essenciais; e a inexistência de cláusulas antidiscriminatórias nos acordos ou convenções coletivas de trabalho. O segundo campo é aquele de proteção específica à mulher. Neste caso, a Relatora e sua assessora indicam como principais violações a ausência de creches, instituições de educação infantil gratuita e outros serviços essenciais, a exigência de testes de gravidez e HIV/AIDS e a demissão por motivo de gravidez ou após licença-maternidade (DA COSTA e ARANTES, 2009:32-33).

Quando se olha para a realidade brasileira do mundo do trabalho atual, verifica-se que, de acordo com dados da PNAD 2006, entre 1992 a 2006 houve um crescimento de 44% na participação de cidadãos brasileiros no mercado de trabalho. Segundo MARQUES e SANCHES (2010:55), este crescimento ocorreu tanto em razão do crescimento da população, quanto do aumento da participação de diferentes grupos sociais. É o caso das mulheres, cuja participação na população economicamente ativa (PEA) cresceu 59,1%, enquanto a de homens, somente 33,7%. Em termos de porcentagem da PEA, em 1992, as mulheres representavam 39,8% e, em 2006, passaram a representar 44,1%, o que em números absolutos significa 41 milhões de

³⁴ A possibilidade de redução da miséria do país por meio da garantia do direito ao trabalho de um modo geral e para as mulheres especificamente também é tratada por MARQUES e SANCHES (2010:51-52), que afirmam que “[a] precarização do mercado de trabalho e o alto grau de informalidade contribuem para que as famílias mais pobres, por não desfrutarem das garantias asseguradas pelas leis trabalhistas, não encontrem formas de superar a pobreza”.

mulheres a mais no mercado de trabalho. Contudo, apesar desse crescimento, os homens ainda representam a maioria: 55,9% da PEA.

A desigualdade entre homens e mulheres no campo profissional também pode ser percebida pelos dados de desemprego e de informalidade do trabalho. Novamente, consoante relata MARQUES e SANCHES (2010:60-61), “desde o ano para o qual existem informações, as taxas de desemprego têm sido sempre mais elevadas para as mulheres do que para os homens”. Na PNAD 2006, a taxa de desemprego das mulheres foi de 11% e a dos homens, 6,3%, o que “demonstra o peso relevante da dimensão de gênero sobre as oportunidades de acesso e de manutenção dos postos de trabalho”. Além disso, de acordo com dados da mesma fonte, o percentual de informalidade³⁵ dos trabalhadores naquele ano, ainda que com tendência de queda³⁶, era de 51,7% - taxa bastante alta e que pode ser considerada característica do mercado de trabalho brasileiro (MARQUES e SANCHES, 2010:63-64). O problema desta constatação é que, de um lado, as “ocupações formais mostram rendimentos próximos ao dobro dos rendimentos dos postos de trabalho informais, (...) ocupados, em sua maioria, por mulheres e negros (de ambos os sexos)” (MARQUES e SANCHES, 2010:67); de outro, enfraquece-se, em muito, a proteção jurídico-legal dos trabalhadores informais, a quem a previsão de direitos relativos ao trabalho, presentes na CF e em leis esparsas, assim como na normativa internacional, é de mais difícil efetivação.

Por fim, vale mencionar que o Brasil caiu nove posições em um relatório global sobre diferenças de gênero feito pelo Fórum Econômico Mundial, organização não governamental sediada na Suíça. Este relatório, que vem sendo publicado desde 2006, visa “capturar a magnitude e o escopo das disparidades de gênero e medir seus progressos”, baseando-se em quatro categorias fundamentais: participação e oportunidade econômica, nível educacional, empoderamento político e saúde e sobrevivência (HAUSSMAN, 2009:3). Consoante explicação dos autores do relatório, a queda de nove posições do Brasil entre 2008 e 2009 (ano do último relatório publicado) deve-se, em grande parte, pelo “aumento na disparidade salarial entre

³⁵ São considerados trabalhadores informais aqueles assalariados sem carteira de trabalho assinada (nos setores privado e público), os trabalhadores autônomos não contribuintes da previdência social, os trabalhadores familiares sem remuneração, os ocupados para autoconsumo e empregados em serviços domésticos sem carteira de trabalho assinada (MARQUES e SANCHES, 2010:63).

³⁶ A informalidade “entre as mulheres caiu 5,7%, enquanto, para o conjunto dos homens, recuou apenas 1%” (MARQUES e SANCHES, 2010:63-64).

mulheres e homens – tanto no que diz respeito a salários desiguais por trabalho similar (da posição 100^a. para a 114^a.) quanto pela estimativa de ganho anual (da 54^a. posição para a 69^a.)” (HAUSMANN, 2009:21).

5.4.5. Breve menção à presença dos jovens no mercado de trabalho e às famílias chefiadas por mulheres

Por fim, em vista de esse estudo ter como público-alvo jovens mães sem suporte de parceiros e/ou pai das crianças, é preciso tratar, mesmo que brevemente, da presença dos jovens no mercado de trabalho e da chefia feminina de famílias.

MARQUES e SANCHES (2010:71) relatam, com base nos dados da PNAD 2006, que a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho foi de 67%. Mas essa inserção ocorre de forma desigual – tanto no acesso, quanto nos níveis de remuneração - em razão, especialmente, de diferenças na escolaridade e na qualificação das pessoas (MARQUES e SANCHES, 2010:70;73). Não é por outra razão que as “dificuldades de inserção são maiores para jovens oriundos de famílias de renda mais baixa, que encontram maior dificuldade na busca de uma ocupação e têm, em muitos casos, menor escolaridade” (MARQUES e SANCHES, 2010:71). A fala de uma das jovens entrevistadas ilustra bem essa dificuldade:

“A assistente social do Fórum (...) só me pressionava e, se eu não arrumasse um emprego, ela ia tirar meus filhos. Meus filhos (...) iam para adoção. E eu vivia pressionada por isso. Toda vez que ela me chamava, ela falava isso (...): que eu precisava arrumar emprego e eu não tinha nada. Então, pra quem não tinha estudado, é mais difícil” (Rosalinda).

No que diz respeito às famílias chefiadas por mulheres, “no período de 2001 a 2009, os dados da PNAD evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil”, cujo percentual subiu de aproximadamente 27% para 35% no período (IPEA, 2010:4). Essas famílias são, como se pode esperar, bastante heterogêneas: “mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos” (IPEA, 2010:5). Entre estes arranjos, devemos destacar que, consoante dados da última PNAD, 17,3% do

total das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres que são mães e vivem com seus filhos sem a presença de cônjuge (IPEA, 2010:7;21), faixa na qual se encontram as jovens mães entrevistadas neste estudo.

Como se pode ver, assim como na efetivação do direito à moradia, apesar da melhora em vários aspectos, ainda há grandes desigualdades na implementação do direito ao trabalho que afetam especialmente grupos socialmente mais fragilizados, como as mulheres e os jovens. Como afirma LAVINAS (2010), o crescimento econômico brasileiro, juntamente com os programas de transferência de renda, ainda não foram suficientes para “fazer da miséria traço de nosso passado”. De acordo com ela:

[o] que mais pode contribuir para fazer recuar a pobreza extrema é permitir às mulheres trabalhar. Mais e melhor. Ter uma ocupação que lhes permita usufruir de jornadas de tempo integral, com maiores salários, quem sabe até com carteira assinada, é o que vai elevar consideravelmente a renda familiar e afastar da miséria alguns milhões de famílias. Para elevar a taxa de atividade das mulheres pobres, elas precisam dispor de creches para suas crianças. Quem tem dinheiro pode pagar por esse serviço. Quem não tem, é pego na trama do imobilismo da miséria.

A partir desta conclusão, apresentar-se-á o trabalho da Virada da Vida, que busca viabilizar a geração de renda para jovens mães, chefes de família, sem cônjuge e vivendo com filhos.

5.4.6. O programa da Virada da Vida

O programa de geração de renda da instituição Virada da Vida busca

favorecer a inclusão social das jovens; estabelecer condições para autonomia econômica e sustentabilidade para si e seus filhos; fortalecer sua auto-estima; desenvolver posturas adequadas para sua inserção no mundo do trabalho; aprender técnicas de produção e comercialização de bens que revertam em renda; construir conhecimentos que as auxiliem no desenvolvimento de cidadania; desenvolver a percepção dos fatores de risco e de proteção a que está exposta e da responsabilidade que tem sobre a qualidade de vida própria, do outro e do ambiente; e, ainda, desenvolver ações solidárias que lhe permitam doar, e não só receber (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:13).

A relevância deste programa voltado para a geração de renda pode ser notada a partir do relato das jovens sobre como se sustentavam antes do acolhimento. Em vista das possibilidades limitadas, devido à situação de vulnerabilidade e dependência química,

elas batalhavam por renda na ilegalidade (como, por exemplo, por meio do tráfico de drogas ou roubo), vendendo seus corpos, fazendo bicos, catando lixo ou, ainda, dependendo da solidariedade das pessoas, pedindo esmolas na rua:

“Voltei pra droga de novo, aí comecei tudo de novo! Aí comecei pior. Porque você não faz as coisas menos, você faz um pouco mais. Comecei tudo pior, comecei a traficar drogas” (Adrienne).

“[C]omecei a me envolver no tráfico, coisa pesada, vendi droga, comecei a me prostituir”.

Perguntada sobre como se sustentava antes da Virada da Vida, disse diretamente: *“Prostituição e drogas”.*

Em outro momento, perguntada acerca do que faz agora que não fazia antes, respondeu: *“Trabalhar honestamente” (Sheila).*

“Ou você vai roubar, ou você vai traficar. E assim as pessoas [desempregadas] vivem. (...) Ou comem o lixo...” (Rosalinda).

“[A]ntes, eu tinha tudo fácil. Ia ali, pegava essa bolsa. Era bem mais fácil. Vendia seu celular, sabe, assim? Só nunca me prostituí na vida, nunca. Sempre usei droga e bastante, nunca gostei de pouco (...). Mas sempre tomando dos outros, sabe? (...) Já roubei demais, já roubei, já fiz de tudo na vida” (Alice).

“Ah, eu fui embora da minha casa faz quatro anos, pedir esmola... em Mogi, com a minha mãe. (...) Como que eu me sustentava? Eu fazia bico. (...) Eu ficava na fossa, catando” (Nancy).

A importância deste trabalho da Virada da Vida pode, também, ser notada pelo rompimento com a situação de vulnerabilidade e a garantia de condições minimamente dignas de vida, proporcionadas pelo acesso ao trabalho e à renda:

“Agora que eu não passo mais fome, os meus filhos não passam mais necessidade. Eu posso [me] vestir, comprar todas as coisas que eu nunca dei [para eles] durante quatro anos” (Rosalinda).

Contudo, também é verdade que, em determinados momentos de suas vidas, algumas das jovens trabalharam honestamente - uma delas, inclusive, com carteira de trabalho assinada -, o que relativiza a perspectiva de que sempre foram vítimas ou de que não fossem capazes de mudar o rumo de suas vidas:

“[F]iquei dois anos aqui, em Però, morando, trabalhando registrada. Já trabalhei registrada” (Alice).

“Antes de vir para cá, antes de conhecer o pai dela, eu trabalhava de costureira, né? Arrematadeira. Aí, depois que eu casei com ele, ele que sustentava, assim, com o tráfico, tudo” (Angela).

Desse modo, embora existam exceções - como a jovem que foi registrada e as que traficavam -, presume-se que a maioria delas nunca teve salário ou dinheiro suficiente nas mãos para poder planejar o seu gasto.

“[A] Roberta [psicóloga da Virada da Vida] está me ajudando, porque eu sou o tipo da mina que (...) eu quero gastar, eu quero comprar, eu quero... Acho que isso é uma doença, só pode. (...) [E]u fico nervosa e quero comprar as coisas, eu quero gastar. E, quando você vai ver, gasta com besteira, com coisa que não precisa” (Rosalinda).

Essa perspectiva talvez explique por que, na Virada da Vida, a formação das jovens para o trabalho seja um “espaço de aprendizagem” que inclui, também, educação financeira, visando “garantir bom uso e aplicação da renda gerada” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:41). A instituição, desta forma, acredita estar estimulando seu público a trilhar um caminho próprio no mundo do trabalho e a descobrir as possibilidades de sustentar a si mesmo e ao filho. Por isso, o vínculo com o trabalho é visto como “ingrediente fundamental na construção do projeto de vida” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:43). Um dos relatos demonstra a felicidade de uma das jovens por poder pagar pela festa de aniversário de sua filha com o dinheiro de seu salário:

“Que nem, a festa da minha filha, que eu vou fazer agora dia 5 de dezembro, foi com o dinheiro daqui, do meu suor, lógico!” (Alice).

Para a Virada da Vida, afora a jovem “gerar a renda necessária para a viabilização de planos (...), isso promove, também, a percepção de seus talentos e a satisfação do aprendizado, o fortalecimento da confiança e auto-estima” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007b:43). Esse impacto do trabalho na vida das meninas pode ser percebido nas respostas dadas ao serem questionadas sobre a sensação diante da possibilidade trabalhar:

“Pra mim, é uma luta que eu estou vencendo, que eu vou conseguir, sabe?” (Adrienne).

“Orgulho. (...) Eu estou orgulhosa de mim, porque eu nunca pensei que fosse capaz de trabalhar honestamente” (Sheila).

“É muito bom. Eu já trabalhei, já tive um salário (...) [M]as eu não tinha a minha filha. E então agora é bem melhor saber que eu vou receber meu dinheiro e vou comprar as coisas para ela, sabe? (...) Só de saber que agora eu vou poder sair, comprar as coisas no shopping, ir ao McDonalds, é muito bom, muito bom. Melhor felicidade do mundo!” (Alice).

“[M]uita felicidade! Pra mim vai ser que eu venci na vida, entendeu? Não sou mais aquela pessoa de antigamente, que dependia dos outros. Agora eu dependo de mim mesma” (Angela).

Nota-se, a partir desta última fala, como a possibilidade de trabalhar e de ter sua própria renda constrói também, nas jovens, uma sensação de autossuficiência, de autonomia, representada pelo rompimento da dependência de outras figuras. Essa ruptura é ainda mais importante para aquelas que viveram suas vidas em abrigos, como é o caso da que relata abaixo:

“Não adianta (dizer) ‘eu vou vencer na vida!’, sem ter motivo para falar isso... ‘Eu venci na vida, mas sem trabalho, sem moradia, sem poder dar uma caixinha de leite para os filhos!’ Então eu quero uma vida nova, eu quero reverter tudo que eu passei, mostrar que eu venci na vida, que eu não precisei só ficar dependendo das pessoas” (Betty).

Some-se a esta ruptura da dependência o fato de que o acesso ao trabalho e à renda gera profundas mudanças de atitude. No trecho transcrito a seguir, a jovem relata que rompeu drasticamente com padrões antigos de comportamento, de modo que mal se reconhece:

“Em dois meses que eu fiquei em São Paulo [depois de fugir da Virada da Vida], eu cheguei a passar necessidade, coisa que eu nunca passei na minha vida. (...) [E]u não sabia mais pedir, não sabia mais roubar, não conseguia ficar mais no meio dos maloqueiros... Eu não consigo mais. Tenho vergonha, você acredita? (risos)” (Alice).

A rede de geração de trabalho e renda da Virada da Vida é composta por três projetos realizados em paralelo³⁷: a “Empreiteira-Escola” descrita na seção sobre o direito à habitação; o “Criando Arte”; e a “Panificadora Lua Crescente”, que serão, a seguir, apresentados. Todos eles têm o mesmo objetivo final: “contribuir para a profissionalização, geração de renda e inserção social das jovens parceiras residentes” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:13). À jovem, logo após o primeiro mês de acolhimento na instituição, são apresentadas as três opções para que escolha a de sua preferência; contudo, é-lhe permitido também buscar “um emprego na comunidade, como em um supermercado” [da região], por exemplo (DOCUMENTO

³⁷ Para a instituição, “[o] ideal seria que as jovens frequentassem espaços de educação para o trabalho no bairro ou região, da mesma maneira que frequentam escolas e postos de saúde. Essa opção facilitaria a inserção das jovens no mundo do trabalho da comunidade local, além de abrir possibilidade de estágio nas organizações existentes na cidade”. Não tendo sido encontrada essa alternativa, a instituição decidiu ela mesma criar programas internos de geração de renda que trabalham, como será visto adiante, em parceria com a comunidade local (ASSOCIAÇÃO LUA NOVA, 2007c:13).

INSTITUCIONAL, 2007c:14). Para que possam trabalhar, a instituição conta com uma creche para as mães deixarem seus filhos pequenos³⁸.

A oficina Criando Arte é um espaço de produção de bonecas que, de alguma forma, inspiram a histórias das mães e das jovens (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:13). Nele, as “jovens tornam-se aprendizes e participam da criação de cada produto, aprendendo os passos necessários para sua confecção completa, com a supervisão de profissionais. Além das jovens aprendizes e costureiras, o projeto conta com uma coordenadora da oficina, uma artista plástica, uma pedagoga e educadores da equipe. Além da área de criação e produção, a oficina conta com estoque, escritório, mini-loja e cozinha” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:13).

Resumidamente, as jovens aprendem a criar e produzir bonecas. Há, portanto, uma ênfase na criatividade e na produção. As jovens participam de um grupo semanal de criatividade e, após o desenvolvimento de protótipos, cada uma tem uma ideia de boneca aprovada, que se transforma em um produto vendável no ‘setor de protótipos e modelos’. O processo de produção é composto pelo corte dos tecidos, que é o começo do processo; o bordado dos olhos, boca e nariz; a costura e montagem do corpo das bonecas e suas roupinhas; o enchimento com matérias-primas diferentes; e, por fim, o acabamento, momento em que a boneca ganha personalidade, como cabelo, maquiagem, enfeites e acessórios. Há, ao longo do processo, um controle de qualidade realizado por todas as jovens em cada uma das fases do processo de produção, paralelamente a um controle oficial (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:16;17 e 20).

Entre as linhas de bonecas produzidas estão: (i) a linha família, composta por “pai, mãe, filho, filha, gêmeos, bebê, avô, avó e mais uma figura masculina, que pode ser tio ou primo”; (ii) a linha pedagógica, que são “bonecas e bonecos representando a família, o juiz, o médico, bem como crianças sem rosto, facilitando o trabalho preventivo e terapêutico, no caso de abuso sexual”, realizado na própria instituição; (iii) a linha folclórica, que inclui “saci, iara, curupira, baianinha, carnavalesca, caipira”, visando “fortalecer vínculos com a nossa cultura, história e saber popular”, de modo a “valorizar a riqueza e diversidade das regiões de nosso país”; (iv) a linha

³⁸ É importante dizer que ainda que o roteiro de entrevistas em profundidade tivesse perguntas acerca do trabalho e geração de renda, as jovens não foram questionadas sobre o fato de terem, na própria instituição, uma creche.

fantasia, com duendes, anjos, bailarina, palhaço, entre outros, que busca “desenvolver [nas jovens] as capacidade de se divertir de maneira saudável”, de modo a “fortalecer a criatividade, a imaginação e a capacidade de resolver problemas de maneira lúdica”; existe, também, (v) a linha das tribos - com bonecas *fashion*, skatista, surfista - que “valoriza os diferentes grupos com seu visual, códigos, símbolos, signos que definem uma cultura própria para se diferenciar, e simultaneamente, construir um mundo diverso e rico”; por fim, duas linhas com relação ao tema deste estudo: (vi) a linha maternidade, em que “foram criadas bonecas que podem ser usadas para representar a situação de parto normal, parto cesariano e, ainda, o aleitamento materno. Há, também, bonecos que representam a equipe médica”. Acredita-se que estes bonecos “podem ser usados de maneira informativa, pedagógica e preventiva, nas escolas e comunidades”. E (vii) a linha das diferenças, com “bonecas e bonecos negros, brancos, indígenas, orientais, ruivos, albinos, com óculos, com aparelhos, gordos, magros”, cujo objetivo é “promover a diversidade, a aceitação e o respeito pelas diferenças” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:18-19).

Para a instituição, tão importante quanto saber produzir, é conseguir fazer o produto chegar ao público, ou seja, saber de fato como o vender. Assim, além das bonecas para lojas de brinquedos educativos, há espaços para venda direta ao consumidor, que “representa[m] novas possibilidades de trabalho para as jovens residentes que são responsáveis pela [sua] administração” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:20-21).

Paralelamente a este trabalho com as bonecas, em 2005 jovens interessadas na área de alimentação participaram de um curso de horta caseira e produtos medicinais, no qual voluntárias as ensinaram a fazer biscoitos artesanais. Com o apoio de uma associação que incentiva empreendimentos de jovens, surgiu a possibilidade concreta, com o financiamento necessário, de criar uma panificadora (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:37). A ideia de fazer biscoitos está ligada ao “nutrir a si mesmas e aos seus filhos” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:37). Inicialmente, “o grupo imaginava fazer doces, biscoitos e pães”, sendo os mais citados aqueles que “mães e filhos comiam, juntos, no lanche da tarde. Com o tempo, percebendo a necessidade de desenvolver um produto com prazo de validade maior do que uma semana, as jovens optaram por fazer biscoitos, que também são aceitos por crianças, mas poderiam ser mais fáceis de embalar, armazenar e vender”

(DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:38). Assim, para começar este novo projeto, “as jovens tiveram aula de culinária, nas quais aprenderem três receitas de biscoito. Preparadas as primeiras formas, os biscoitos foram oferecidos, como degustação, em cafés e restaurantes. Tendo as receitas aprovadas, o grupo começou a verificar como vender: para quem, em que quantidade, qual a embalagem etc.” Com isso decidido, passaram a “fornecer os produtos, mediante pedido, a restaurantes e cafés da região” e “prepara[m] saquinhos (...) [de biscoitos] para serem vendidos em faculdades, empresas, feiras”, entre outros lugares. Hoje, há cinco opções de sabores de biscoito: limão, canela, coco, chocolate ou amendoim, e a produção diária é de quatro quilos (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:38). Qualquer que seja o trabalho escolhido – empreiteira, criando arte ou panificadora –, a jovem recebe R\$ 100,00 (cem reais) como remuneração. Para algumas, esse valor, apesar de baixo, é bom:

“Ganho pouco? Ganho, mas estou comendo, bebendo e dormindo direto. Tem outros abrigos, é o que falo pras meninas, tem outros abrigos em que você come, bebe e dorme, mas você trabalha e não ganha nada. Em São Paulo, não tem um abrigo, nunca vi na minha vida, em que você trabalha e ganha. Você trabalha que nem um condenado e não ganha nada” (Alice).

“[N]unca pensei [que] fosse capaz de trabalhar honestamente e sobreviver com quatrocentos, quinhentos reais, porque pra quem pegava mil, dois mil reais por final de semana, quatrocentos reais é muito pouco. Então eu achava que não ia conseguir sobreviver, mas o pouco, com Deus, é muito” (Sheila).

Para outras participantes, a quantia mostra-se insuficiente, fazendo com que busquem alternativas:

“[A]gora, eu não quero mais emprego aqui. (...) Porque aqui a gente só recebe cem reais, é uma bolsa, entendeu? Então eu trabalhando fora eu vou ganhar mais, vou receber mais, colocar o dinheiro no banco, alugar uma casa, entendeu? Deixar tudo (...) arrumadinho, pra eu ir embora. Dinheiro bom, pra poder começar lá de novo, né? Porque com cem reais não dá pra, assim, fazer tudo o que a gente quer, entendeu? Porque tem ele, ele pede as coisas, tem esse aqui que vai começar a pedir as coisas pra mim, entendeu?” (Nancy).

Conclui-se, pois, que o trabalho da Virada da Vida de geração de renda é – especialmente para jovens que viveram em situação de vulnerabilidade e são, na grande maioria, pouco escolarizadas e, portanto, têm limitado acesso ao emprego –, de um lado, tranquilizador no sentido de ter (ou ter a expectativa de ter) as necessidades básicas e as de seus filhos garantidas; de outro, empoderador,

apresentando, assim, um bom potencial para que projetos de vida, com novos objetivos, sejam criados:

“[A]lém de eu estar fazendo a minha casa, eu estou ganhando. Depois que eu tiver na minha casa (...), eu vou estar ganhando um salário, sabe, assim? É muito bom: já tenho o meu emprego garantido e a minha casa” (Alice).

“Aí, eu contei pra Denise [psicóloga do Fórum] como era aqui, que trabalhava com um objetivo de vida” (Rosalinda).

“Agora estou aqui na Virada da Vida, não parada, tendo condições de trabalhar, de ter uma vida adiante, para seguir” (Betty).

“A minha primeira meta: um emprego; não precisa ser emprego bom, mas um emprego que eu veja que dá pra me manter, arrumar um lugar pra eu ficar e ir atrás dos meus filhos. Aí eu vou atrás, né? (risos). Eu vou!” (Adrienne).

“Eu pretendo arrumar um emprego bom, ser registrada e me manter” (Angela).

Tendo sido descrito o programa da Virada da Vida para promover o direito ao trabalho e à renda das jovens mães, passa-se à análise dos direitos sexuais.

5.5. DIREITOS SEXUAIS

Previamente à discussão dos direitos sexuais das jovens mulheres acolhidas na Virada da Vida, cabe uma ressalva quanto ao tratamento diferenciado dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Como se sabe, tanto a sexualidade, como a reprodução, nas palavras de ÁVILA (2003:S466), são “dimensões da cidadania e, conseqüentemente, da vida democrática”, mas foram tratadas, por muito tempo, principalmente em razão da vinculação entre sexo e reprodução existente, de maneira conjunta, como se uma estivesse necessariamente ligada à outra. Falava-se, e é possível que ainda hoje se fale, na ‘vida sexual e reprodutiva’ das pessoas, subentendendo-se sua vinculação.

Ainda que obviamente relacionadas, adota-se, neste trabalho, a perspectiva de que tais dimensões devem ser tratadas como campos separados³⁹: o da sexualidade e o da reprodução; a vida sexual das mulheres e sua vida reprodutiva, os direitos sexuais das mulheres e seus direitos reprodutivos. São duas as razões que justificam esse entendimento: uma, mais geral, vincula-se ao fato de que muitas das formas de se relacionar sexualmente não têm conseqüências reprodutivas, de modo que unir a

³⁹ Até porque atualmente, além de ser possível fazer sexo sem reproduzir, é possível reproduzir sem fazer sexo, com a utilização de técnicas de assistência reprodutiva.

sexualidade e a reprodução em um só grupo exclui - ou invisibiliza - pessoas de diferentes orientações sexuais ou que exercitam sexualidades entendidas como sendo fora da norma⁴⁰; a segunda, mais específica, diz respeito às mulheres, e tem a ver com o controle exercido pela cultura patriarcal sobre a sexualidade da mulher que, por muito tempo, só autorizava socialmente que ela se relacionasse sexualmente com finalidades reprodutivas; deste modo, esta última justificativa centra-se no reconhecimento de que as mulheres são seres sexuais, e não somente reprodutivos. Do ponto de vista do Direito, ao se reconhecer que a vida sexual pode ser - e muito frequentemente o é - separada da vida reprodutiva, amplia-se a abrangência de sua proteção. Para as mulheres, o ganho reside justamente no reconhecimento e na legitimidade do exercício da sexualidade antes, durante e depois do período reprodutivo (CHACHAM e MAIA, 2009:83).

Vale dizer que a defesa da manutenção dos campos da sexualidade e da reprodução juntos é possível. De um lado, ao incorporar os direitos sexuais aos direitos reprodutivos, mais comumente positivados nos ordenamentos jurídicos nacionais, está-se fazendo uma aliança estratégica para a sua promoção e proteção. De outro, está a visão ainda bastante polêmica de que os direitos reprodutivos são englobados pelos direitos sexuais: supostamente, todas as pessoas transam, mas nem todas se reproduzem. Neste sentido, foi proposta a ideia de que a reprodução é parte integral (mas não necessária) da vida sexual e, por essa razão, uma das dimensões possíveis de se obter prazer – corrente defendida de forma pragmática pelo movimento pelo parto orgásmico.

A seguir, será apresentada a formulação teórica dos direitos sexuais para então ser descrita e analisada, a partir das entrevistas realizadas no âmbito deste estudo, a vivência da sexualidade pelas jovens mães acolhidas na Virada da Vida.

5.5.1. Formulação atual dos direitos sexuais

Os direitos sexuais começam a ser reivindicados no final da década de 1980, com a epidemia do HIV/AIDS, principalmente dentro do movimento gay e lésbico, a quem se juntou parte do movimento feminista, em especial aquelas que tratavam a

⁴⁰ Sem a proteção dos direitos humanos estas sexualidades acabam sendo reguladas pela moral, pela religião, ou ainda, pelo Direito penal.

sexualidade como um domínio crucial para compreensão e transformação da desigualdade de gênero (CORREA e ÁVILA, 2003:21). Não tendo sido possível incluir esses aspectos no Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de Cairo, em 1994, a discussão sobre tais direitos foi retomada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher e, apesar da polêmica a seu respeito, conseguiu-se minimamente acordar, conforme parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, que

Os direitos humanos das mulheres incluem seus direitos a ter controle e decidir, livre e responsavelmente, sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas conseqüências.

Como pode ser observado, essa não é, ainda, uma definição acurada dos direitos sexuais. A formulação e reconhecimento dos direitos sexuais encontra-se muito aquém da dos direitos reprodutivos. Entre as razões que justificam este descompasso, como defendido por MATTAR (2008b), estão as seguintes: do ponto de vista histórico, houve uma estreita relação entre as questões populacionais e os direitos reprodutivos, o que acabou por trazer, previamente, sua discussão para a arena pública internacional; do ponto de vista da moral, especialmente religioso, há inúmeros esforços no sentido de ocultar a diversidade sexual, apresentando-a como amoral; e, por fim, na perspectiva do Direito, os impeditivos para o reconhecimento jurídico dos direitos sexuais são basicamente a formulação ‘masculina’ e heteronormativa do Direito Internacional dos Direitos Humanos e a não aplicação do Direito à esfera privada. Tendo em vista a temática discutida neste trabalho, é interessante notar que a maternidade, a paternidade ou a parentalidade está, de um modo geral, praticamente ausente do discurso dos direitos sexuais.

Em 1995, em Pequim, a agenda dos direitos sexuais avançou e o exercício da sexualidade das mulheres passou a ser entendido e reconhecido como um direito humano. Contudo, o consenso possível naquela época, como se pode notar pela definição acima transcrita, limitou-se a enumerar os direitos que, supostamente,

compõem os direitos sexuais⁴¹. Assim, não incorporou ao discurso do Direito Internacional dos Direitos Humanos o prazer como um fim em si mesmo, tampouco promoveu a diversidade sexual. As razões para esta não incorporação, de acordo com CORREA (1999:43), devem ser “buscadas no ‘pano de fundo’ de teorias que fundem gênero e sexualidade”, uma vez que essa fusão conceitual “torna muito problemáticas nossas operações teóricas e políticas em relação aos direitos sexuais”.

Ainda que incipiente, nota-se que o desenvolvimento do conceito e conteúdo jurídico dos direitos sexuais só foi possível de forma negativa, ou seja, por meio da enunciação do direito de não ser objeto de abuso ou exploração sexual – isto é, a partir de um discurso de vitimização. A questão, então, a ser posta, de acordo com PETCHESKY (1999:16;24-25) é: “Por que é tão mais fácil declarar a liberdade sexual de forma negativa e não em um sentido positivo e emancipatório? Por que é mais fácil chegar a um consenso sobre o direito de não ser objeto de abuso, exploração, estupro, tráfico ou mutilação, mas não sobre o direito de usufruir plenamente de seu próprio corpo?”. Para a autora, é preciso desenvolver os direitos sexuais, ampliando-os em um conceito positivo que vá além do combate às discriminações e aos abusos praticados contra as minorias sexuais – especialmente em razão de as sexualidades exercidas por gays, lésbicas e mulheres heterossexuais assertivas na busca do prazer serem, ainda hoje, consideradas fora da norma ou do padrão - isto é, desviantes. Essas últimas notadamente não refletem o estereótipo social vinculado ao seu gênero. Desse modo, PETCHESKY (1999) defende que os direitos sexuais devem englobar, além da proteção contra a discriminação e violência, os ‘*entitlements* afirmativos’, uma vez que é muito difícil ter prazer em um contexto de abuso sistemático. Este entendimento dos direitos sexuais mostra-se, portanto, capaz de promover a saúde sexual, definida pela OMS como sendo “a integração somática, emocional, intelectual bem como os aspectos sociais do bem-estar sexual, de forma que estes sejam positivamente enriquecedores e realcem a personalidade, a comunicação e o amor”⁴² – indicando a especial importância, para sua real efetivação, do direito ao prazer. Por essa razão, e diante da definição acordada em Pequim, PARKER (1997:35) afirma que falhamos “em construir uma noção de direitos sexuais

⁴¹ Como o próprio termo ‘direitos sexuais’ indica, necessita-se de mais de um direito para atender a sexualidade (MILLER, 2001:97).

⁴² Definição traduzida livremente de <www.who.int/reproductive-health/gender/sexual-health.html>. Acesso em: 10 jan. 2011.

mais afirmativa e emancipatória em relação à saúde sexual” que relacione direitos sexuais à saúde sexual e vá “além das definições médicas ou técnicas para se formar como uma questão social fundamental para qualquer noção completa de saúde humana, bem-estar e dignidade”.

Tendo em vista não haver (ainda) uma conceituação ideal dos direitos sexuais, MATTAR (2008a) propôs reunir duas formulações existentes que, com pequenas variações, usam designações distintas para defender ideias e direitos semelhantes no campo da sexualidade. A primeira, elaborada por MILLER (2001:122-123), indica elementos ou princípios comuns que podem ser entendidos como próprios dos direitos sexuais. São eles: os direitos à integridade e à autonomia da pessoa; os direitos à igualdade e à não discriminação (ou seja, o respeito à diversidade); os direitos à integridade corporal e à saúde; e os direitos de participação⁴³, que devem dar conta de incluir as pessoas marginalizadas - considerada pela autora “o aspecto mais radical das demandas pelos direitos sexuais, aquele que desafia os estereótipos com maior coerência” (MILLER, 2002:139).

A outra formulação adotada por PETCHESKY (1999) propõe uma visão alternativa e positiva dos direitos sexuais envolvendo dois componentes integrais e interligados: um grupo de princípios éticos (substância ou finalidade básica dos direitos sexuais) e uma ampla gama de condições ditas ‘capacitantes’, sem as quais o resultado não pode ser obtido na prática. Os princípios éticos por ela mencionados são a diversidade ou pluralidade sexual, que “implica a aceitação do princípio de que os diferentes tipos de expressão sexual (não apenas heterossexual ou conjugal) sejam não só tolerados, mas também encarados como um aspecto positivo em uma sociedade justa, humana e culturalmente pluralística” (PETCHESKY, 1999:28); a diversidade habitacional, que se refere às diversas formas de família, isto é, o reconhecimento de que as “pessoas coabitam, educam crianças e mantêm relações nas sociedades e culturas de todo o mundo, deixando implícito que o tipo de família patriarcal, conjugal e heterossexual não é exclusivo, nem inerentemente superior; e sugerindo que todos os tipos de família ou de grupos que moram juntos, independentemente de sua estrutura, merecem receber proteção, compreensão e apoio por parte do Estado” (PETCHESKY, 1999:28-29); o direito à saúde, com um enfoque que combina “o

⁴³ MILLER (2001:120) propõe que a participação como princípio deva significar que “as pessoas deveriam desempenhar papéis na criação das estruturas, leis e normas que os afetam”, definição esta encontrada em outros documentos relativos aos direitos humanos.

direito que todos possuem de usufruir o mais alto padrão de saúde mental e física” com o conceito de que a saúde sexual também envolve uma vida sexual satisfatória e segura, de modo a ver o prazer como um bem positivo (PETCHESKY, 1999:29); e, por fim, a autonomia que, para a autora, “implica o direito de as pessoas, como indivíduos, tomarem as suas próprias decisões em assuntos que afetam seus corpos e sua saúde” (PETCHESKY, 1999:29). As condições capacitantes, por sua vez, tendo em vista a inter-relação, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, correspondem a todos os outros direitos necessários para uma vida digna. Assim, para MATTAR (2008a), a combinação das duas formulações permite indicar que os direitos sexuais, enquanto direitos humanos fundamentados na dignidade da pessoa humana, envolvem outros direitos, a saber:

1. direito à autonomia da pessoa, que implica todas as pessoas tomarem suas próprias decisões em assuntos que afetam seus corpos e sua saúde;
2. direito de participação das pessoas na criação das estruturas, leis e normas que os afetam;
3. direito à igualdade e à não discriminação, que podem ser traduzidos pelo princípio da diversidade sexual ou pluralidade sexual, que implica a aceitação dos diferentes tipos de expressão sexual (não apenas heterossexual ou conjugal) e da diversidade habitacional, isto é, o respeito às diversas formas de família que existem; e, ainda, o
4. direito à integridade corporal e o direito à saúde, englobando todos os seus aspectos - mental, físico, reprodutivo e sexual⁴⁴.

Afora estes direitos, a combinação das duas concepções indica a necessidade de se fazer valer as referidas ‘condições capacitantes’, ou seja, como dito, o respeito aos princípios da inter-relação, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos.

5.5.2. Críticas à formulação atual dos direitos sexuais

Não obstante a luta empreendida em busca do reconhecimento dos direitos sexuais no

⁴⁴ Apesar desta descrição mais precisa dos direitos humanos que compõem os direitos sexuais, MILLER e VANCE (2004:8) chamam a atenção para a existência de uma lacuna interpretativa acerca da relação entre cada um deles e a sexualidade, que pode ser suprida por acadêmicos, militantes e ainda pelos órgãos convencionais da ONU voltados à proteção dos direitos humanos.

plano internacional, sua definição vem sendo, mais recentemente, objeto de duras críticas – inclusive por estudiosos que ajudaram a refinar seu conceito. Destacam-se, aqui, as duas principais: a primeira está relacionada ao difícil equilíbrio entre, de um lado, a regulação e a proteção estatal para que a sexualidade seja exercida plenamente, sem discriminação, coerção ou violência e, de outro, a liberdade e a autonomia do sujeito para exercitar sua sexualidade da forma como quiser e como obtiver prazer. Este equilíbrio - entre a regulação e a desregulação estatal, ou seja, entre proteção e liberdade – é, para CORREA e ÁVILA (2003:60-61), um tema ‘inconcluso’, uma vez que, ao romper as barreiras da esfera privada, na qual com frequência ocorrem os abusos em relação à sexualidade, pode-se abrir espaço para uma exagerada intervenção estatal, implicando restrição e coerção às liberdades dos indivíduos. Em outras palavras: ao se buscar a proteção do Direito, corre-se o risco de se fazer um convite ao abuso da discricionariedade estatal.

A segunda crítica, cada vez mais contundente, refere-se às limitações do Direito – particularmente em razão de suas características normatizadora e normalizadora - para lidar com um aspecto humano de tão difícil definição, como é a sexualidade. Alega-se que o Direito, ao regulamentar a sexualidade, está inevitavelmente excluindo pessoas ou grupos de pessoas de sua proteção e, portanto, discriminando-os. Diante disso, MILLER (2001:93) se pergunta: “o trabalho em prol dos direitos sexuais será capaz de proteger as identidades fluidas e um amplo leque de comportamentos, sem forçar as pessoas a reivindicarem uma identidade fixa, ‘naturalizada’ e constituída somente por uma constelação particular de orientação, comportamentos e papéis sociais?”.

Apesar de o entendimento do ‘senso comum’ ser no sentido de que a sexualidade e a relação com o corpo contam com uma natureza supostamente estática e imutável, atualmente se sabe que o exercício da sexualidade varia ao longo do tempo e do espaço (MILLER e VANCE, 2004:6), sendo, portanto, socialmente construído. De acordo com PAIVA (2000:39), há uma “imensa variabilidade dos hábitos e significados sexuais atribuídos a práticas, orifícios, órgãos e interação de corpos, objetos, todos eles possibilidades da experiência humana”; paralelamente, os sistemas jurídicos internacional e nacional “continuam operando como sistemas de classificação, hierarquização e, na maioria dos casos, criminalização de identidades e práticas sexuais” (CORREA, 2008:324).

O resultado é, pois, uma tensão entre “a epistemologia contemporânea da sexualidade

– que enfatiza a fluidez, instabilidade das práticas e identidades sexuais – e os fundamentos da teoria e prática da lei e do direito, que se ancoram em premissas firmes de bom e mau, certo e errado” (CORREA, 2008:327). Essa discussão acerca da “multiplicidade de sujeitos que, hoje, demandam prerrogativas no campo da sexualidade”, afirma CORREA (2008:331), é bastante recente, e “tem sido construída a partir de parâmetros que nem sempre coincidem com a perspectiva feminista”. Sua hipótese é a de que “essa ‘dissonância’ deriva fundamentalmente da diferença (não pequena) entre a posição ocupada, de um lado, pelas mulheres e, de outro, pelas sexualidades dissidentes, no arcabouço jurídico do contrato social moderno” CORREA (2008:331). Isto porque, como diz a autora, “posicionadas desigualmente em razão de ‘sua sexualidade’ as mulheres ocupavam (e ocupam) uma função nuclear no contrato social: a ‘reprodução’⁴⁵. Dessa forma, enquanto as mulheres estão incluídas desigualmente, os ‘sujeitos sexuais’ mantêm-se excluídos e pensados como objetos dos códigos penais (CORREA, 2008:332)⁴⁶.

Nesse sentido, é possível afirmar que há grande expectativa em torno do que pode vir a ser o conteúdo dos direitos sexuais: MILLER e VANCE (2004:8) entendem que “[o] alcance e a promessa da sexualidade e direitos deve incluir indivíduos sem nomes, nem identidades, inclusive os mais privilegiados e convencionais, paralelamente aos mais desprezados”. As autoras defendem o uso do conceito de hierarquia sexual (RUBIN, 1999) como “importante dispositivo analítico para identificar como a cultura avalia os comportamentos, relações e expressões sexuais”. Ao deixar explícitas as regras de avaliação de sexualidades ‘legítimas’ e ‘ilegítimas’, torna-se possível uma avaliação na perspectiva do exercício de direitos humanos (MILLER e VANCE, 2004:7).

⁴⁵ Ressalte-se que esta reprodução é aquela de acordo com os padrões sociais vigentes, a que se encontra no topo da pirâmide de ‘hierarquias reprodutivas’, e não qualquer reprodução.

⁴⁶ Em muitas sociedades, a heterossexualidade considerada como a forma ‘natural’ de se relacionar sexualmente foi garantida por meio da repressão sexual às outras formas de exercício da sexualidade (ÁVILA, 2003:S466), não aceitas socialmente. Essa repressão levou, por exemplo, à criminalização das relações homossexuais, o que claramente impactou o exercício de direitos humanos deste grupo. Ainda que hoje em dia muitas dessas leis nacionais tenham sido revogadas, há muitos países que mantêm a criminalização, em especial na África e no Oriente Médio.

5.5.3. O programa da Virada da Vida e o exercício da sexualidade pelas jovens mães lá acolhidas

Apesar de toda a discussão teórica e das críticas acima mencionadas – que, evidentemente, baseiam-se nas vidas reais dos seres humanos –, adotar-se-á, no âmbito deste trabalho, a concepção dos direitos sexuais tal como defendida por MATTAR (2008a), a partir de MILLER (2001) e PETCHESKY (1999), para olhar a realidade das jovens acolhidas na Virada da Vida. Na análise a seguir, será dada ênfase a dois direitos: à integridade corporal, tendo em vista que muitas das jovens sofreram violência sexual, e à igualdade e não discriminação, uma vez que outras tantas tiveram, ao longo de suas vidas, experiências homossexuais.

5.5.3.1. A violência sexual como violação aos direitos sexuais das jovens

A violência sexual, de acordo com o inciso III do artigo 7º. da Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, é qualquer conduta que “constranja [a mulher] a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos”. São muitas as consequências da violência sexual, destacando-se uma possível gravidez indesejada, a contaminação por DSTs e HIV/AIDS, além de danos físicos e psicológicos; neste sentido é que a violência pode ser considerada um problema de saúde pública.

Ainda que brevemente, vale mencionar os dispositivos constitucionais e as leis adotadas pelo Estado brasileiro em relação à violência contra a mulher. O artigo 226 da CF prevê, em seu parágrafo 8º., que o Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. O artigo 227 da CF, por sua vez, estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado colocar a criança, o adolescente e o jovem, com absoluta prioridade, a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, que devem ser, de acordo com o parágrafo 4º., punidos severamente. O ECA, paralelamente, dispõe em seu artigo 5º. que nenhuma

criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, cabendo punição, na forma da lei, para qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Em seu artigo 17, o texto da lei explica que o direito ao respeito, devido às crianças e aos adolescentes, consiste na inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral.

Além disso, foram adotadas leis visando à prevenção da violência e, na sua ocorrência, à assistência às vítimas, tanto nos serviços de saúde, como na área da segurança pública e da justiça (VENTURA, 2010:139). Vale destacar, nesse sentido, a Lei Federal n. 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, em todo território nacional, de casos de violência contra a mulher quando esta for atendida em serviços de saúde públicos ou privados; a mencionada Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; e, ainda, as Leis Federais n. 11.106, de 28 de março de 2005, e n. 12.015, de 07 de agosto de 2009, que alteram a Parte Especial do Código Penal brasileiro, inclusive a relativa aos crimes contra a liberdade sexual. Por fim, é preciso mencionar a adoção de duas normas técnicas pelo Ministério da Saúde, ambas relevantes para a temática da violência sexual: a primeira trata da ‘prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes’, adotada em 1999 e revisada em 2005; a segunda refere-se à ‘atenção humanizada ao abortamento’, igualmente adotada em 2005.

No âmbito internacional, a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos, que ocorreu em 1993, em Viena, reconheceu em seu parágrafo 18, pela primeira vez em um documento internacional, que o Estado deve eliminar a “violência baseada no gênero e todas as formas de abuso e exploração sexual”. No mesmo ano, foi adotada pela Assembleia Geral da ONU uma Declaração para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, que, apesar de não ser juridicamente vinculante, representa um marco no Direito Internacional dos Direitos Humanos relativos às mulheres. Ademais, a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim de 1995 dedica todo o capítulo ‘D’ ao tema e afirma que a violência contra a mulher é uma grave violação aos seus direitos humanos que impede seu avanço na sociedade, sendo uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que levaram à dominação e à discriminação das mulheres. Por fim, este mesmo documento, em seu capítulo ‘L’,

discorre sobre os direitos das meninas e faz menção, no parágrafo 269, aos efeitos devastadores da violência sexual sobre sua saúde. Ainda no âmbito da ONU, há a previsão, no artigo 19 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, de que os Estados devem adotar “todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual”.

Novamente, há uma enorme distância entre o texto das leis, tanto nacionais quanto internacionais, e a realidade das vidas de jovens mulheres. De fato, “[s]ão milhares os casos de violência e abuso sexual de jovens brasileiros por ano, mas sua mensuração é difícil devido à multiplicidade e falta de integração das fontes de informação, bem como seu sub-registro” (MORAES *et al.*, 2006:1493). Ainda assim, dados da estimativa oficial acerca de casos de violência sexual indicam um total de 2.944 notificações entre 2006 e 2007, sendo 88% das vítimas mulheres e meninas; destas, 38% referem-se a meninas entre dez e 14 anos (VENTURA, 2010:136). As consequências para as vítimas são muitas, por exemplo, “transtornos emocionais menores, como a ansiedade e os sintomas depressivos, agressividade, dificuldades relacionadas à sexualidade, e nos relacionamentos interpessoais, desordens de personalidade, somatização, agravos conseqüentes ao abuso de substâncias, gravidez precoce e indesejada [e] aumento do risco de DST/AIDS, devido a comportamentos de risco” (MORAES *et al.*, 2006:1494).

Contrapõe-se à existência de literatura acerca das consequências da violência sexual a carência de dados sobre a violência sexual no Brasil e a necessidade de serem realizadas investigações, tanto quantitativas, como qualitativas, que colaborem para a compreensão desse problema (MORAES *et al.*, 2006:1494). Na pesquisa GRAVAD, os jovens - homens e mulheres – que haviam sido expostos ao constrangimento de relações sexuais, que inclui estupro, mas também outras formas mais sutis de violência sexual, eram provenientes de estratos sociais menos favorecidos (HEILBORN e CABRAL, 2006:389). A elevada exposição à violência sexual de jovens que viviam nas ruas foi constatada em estudo sobre adolescentes sem-teto, realizado em uma grande cidade brasileira, apontando que esse é um “ambiente sexual arriscado” (RAFFAELLI *et al.*, 1993 *apud* SCAPPATICCI e BLAY, 2010:12). Justifica-se, assim, o parágrafo 36 do Comentário Geral n. 4, adotado pelo Comitê dos

Direitos da Criança em 6 de junho de 2003, relativo à saúde dos adolescentes, que solicita aos Estados que deem atenção especial à saúde dos adolescentes em situação de rua, uma vez que são particularmente vulneráveis à violência, ao abuso e à exploração sexuais.

No universo estudado, em que as jovens são todas de baixa renda e muitas tiveram vivência de rua, constatou-se que metade delas (quatro em oito) sofreu violência sexual, demonstrando a dificuldade de se garantir o direito à integridade corporal de meninas em situação de vulnerabilidade social. A idade em que ocorreu o episódio de violência varia: 7, 9 e 16 anos. Uma das jovens não informou a idade precisa, pois foi abusada por um longo período de tempo por um tio; ainda assim, é possível supor que isso tenha ocorrido entre seus 12 e 15 anos de idade. A seguir, os relatos na ordem descrita:

“[Q]uando eu nasci, foi muito bom. Completou sete anos, minha vida foi uma desgraça”.

Pesquisadora: “O que é que aconteceu?”

R: “Ah, um estupro”.

Pesquisadora: “É? Quem te estuprou?”

R: “Minha mãe, meu padrasto e um maconheiro” **(Joana)**.

*“Eu fugi de casa e fiquei na casa de uma moça, que era um puteiro. Fiquei lá, mas eu não me prostituí, eu ficava lá. Aí tinha um moço que era louco pra ficar comigo, mas como eu era muito criança ela não deixava. Aí, um dia, eu saí para comprar um negócio no mercado e ele me ofereceu bala e eu fui. (...) Ah, pra mim foi horrível, né? Com 9 anos, ser violentada é a pior coisa que tem” **(Rosalinda)**.*

Perguntada sobre a primeira relação sexual, a jovem diz: “Foi estupro, eu tinha 16 anos, lá na [Praça da] Sé. Eu fui limpar um carro pro homem, ele saiu, apontou uma arma e mandou eu entrar no carro dele (...). Ele me levou pro mato, até hoje eu sonho com esse mato, mas eu não lembro onde é. Sei que foi longe, em São Paulo. E, aí, ele abusou de mim, depois me largou lá, sabe, assim? Eu tinha 16 anos, peguei trauma” **(Alice)**.

*“[M]eu tio abusou de mim. Tipo chantagem, que não é, assim, estupro, mas chantagem, entendeu? Ficou (...) um tempão, abusando de mim. Até que um dia eu engravidei do Manoel, meu filho”. Em momento posterior da entrevista ela diz: “Aí ele falou que se eu engravidasse dele, ele ia matar eu, minha mãe, tudo. Daí, (...) eu, com medo dele, fugi” **(Nancy)**.*

Esse trabalho confirma, assim, os resultados de um estudo conduzido por POLIT *et al.* (1989 *apud* SCAPPATICCI e BLAY, 2010:12) que, ao comparar adolescentes que viviam em suas próprias casas com outras que viviam em lares adotivos, concluiu que “um grande número de adolescentes que viviam em acolhimento familiar ou institucional tinham sido abusadas” sexualmente. A situação de abuso sexual de

crianças ou jovens é, evidentemente, uma violação ao direito à integridade corporal e, assim, aos seus direitos sexuais. Desse modo, faz sentido, ainda que claramente insuficiente, como se verá a seguir, que a normativa internacional tenha uma abordagem relativa à esfera da sexualidade que busque proteger o exercício da sexualidade de toda e qualquer forma de coerção, discriminação e violência.

A Virada da Vida, para trabalhar de maneira ‘não invasiva’ a questão do abuso e violência sexual sofrida por muitas jovens, desenvolveu, como parte de suas atividades, o ‘Criando Arte’, projeto denominado ‘Pedagogia da Mudança’. Essa pedagogia consiste “na elaboração conjunta de produtos que derivam das histórias que, aos poucos, vão sendo contadas pelas jovens residentes” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:24) em um ‘Grupo de Sexualidade’ que se reúne todas as semanas com orientação de um psicólogo e de um artista plástico. Segundo a instituição, “[a]lém de informativas, essas são atividades terapêuticas, nas quais as jovens têm a liberdade de abordar, em grupo, temas bastante íntimos e delicados”, como, por exemplo, “o funcionamento e as diferenças do órgão sexual feminino e masculino, relações sexuais, prazer, gestação, maternidade, paternidade, feminilidade, relações com pessoas do mesmo sexo, configuração de família homossexual”. Ao longo dos encontros do grupo, “começaram a aparecer temas relacionados à violência, como assédio, discriminação, agressão, prostituição, drogas, aborto e abuso sexual” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:24). A necessidade de trabalhar tais questões veio, de acordo com a instituição, “de sérios conflitos relacionados ao tema, vivenciados por elas no decorrer da vida”. Ao se utilizar técnicas terapêuticas, fazendo a jovem reviver o trauma, espera-se que ela possa lidar de forma mais adequada com as situações vividas (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:24). Para a instituição, a problemática tratada é, com frequência, complexa: trata-se, na maioria das vezes, do abuso sexual intrafamiliar e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo a instituição, “[a]inda que de forma não determinante, crianças, adolescentes e jovens expostos e submetidos à violência física, psicológica, sexual e social são os que mais rapidamente ingressam na rede de prostituição e do uso de drogas” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:24-25), como é o caso das jovens por ela atendidas. Como fruto deste trabalho, surgiu uma linha ‘terapêutica’ de bonecas, descrita anteriormente, cuja meta é facilitar o trabalho preventivo e terapêutico em casos de abuso sexual. Trata-se, consoante nomenclatura dada pela

própria instituição, de um “kit de prevenção para as questões de abuso e exploração sexual” (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2007c:25).

5.5.3.2. O direito à igualdade e não discriminação no exercício da sexualidade na Virada da Vida

Outro aspecto importante, no que tange aos direitos sexuais das jovens mães acolhidas na Virada da Vida, é o respeito ao seu direito à igualdade e à não discriminação ao exercício da sexualidade. De acordo com ÁVILA (2003:S467), a repressão sexual e o controle sobre o corpo e a sexualidade “são elementos centrais da dominação patriarcal e da sua reprodução”. Essa repressão manifesta-se de diferentes formas e está bastante introjetada na cultura sexual brasileira, que também discrimina gays e lésbicas em razão de suas práticas sexuais. Assim, a manifestação da homossexualidade em pesquisas, bem como a disposição de entrevistados para falarem sobre tais experiências, é frequentemente afetada (HEILBORN e CABRAL, 2006:362). Esse quadro torna-se mais acentuado quando se tem em vista que a maioria das jovens deste estudo está no início de suas vidas sexuais, em período que se pode chamar de experimentação, no qual há pouca definição identitária com essa ou aquela prática - o que, ressalte-se, pode sequer vir a ocorrer. Neste sentido, será aqui utilizada a terminologia jovens ‘homo-bissexuais’, adotada pela pesquisa GRAVAD, que analisou a “homossexualidade em construção” (HEILBORN e CABRAL, 2006:363). Mesmo porque, sendo mães (biológicas), não é possível que as jovens tenham tido uma trajetória exclusivamente homossexual. É curioso notar que somente duas jovens afirmaram explicitamente ter tido relações com mulheres. Uma, inclusive, estava, à época da entrevista, relacionando-se sexualmente com outra mulher:

“Ah, eu já me envolvi com mulher (risos). Antes de vir para cá, eu me envolvi com mulher na cadeia, fiquei com mulher... Fui para São Paulo, me casei de novo (...). Fiquei com ele. (...) Agora, eu vim pra cá, fez cinco meses que eu estou aqui. Faz dois meses e meio que eu me envolvi com mulher de novo” (Alice).

A outra entrevistada relatou ter tido uma experiência homossexual, mas na presença ou com a participação de um homem:

Pesquisadora: *“Você transa somente com homens, somente com mulheres ou com os dois?”*

R: *“Hoje em dia, só com homem”.*

Pesquisadora: *“Mas já transou com mulher também?”*

R: *“Com os dois juntos”.* **(Sheila)**

Uma terceira jovem, por sua vez, contou o seguinte na entrevista:

“Aí eu fui (...) e conheci essa mulher. Aí a gente começou a conversar, conversar, conversar. Aí ela me chamou pra morar com ela. E eu, que estava de saco cheio da minha família, peguei e fui morar com ela. Aí fiquei quatro anos na casa dela. Ela me tratava superbem, me dava carinho, me tirou das drogas. Cuidava de mim como cuidava dos filhos dela. Ela me dava conselho, entendeu? E eu grávida do Manoel. Aí ela acompanhou minha gravidez inteirinha. Foi, quis assistir ao meu parto, mas não deixaram, porque não era minha mãe. Aí não deixaram ela acompanhar meu parto, mas, mesmo assim, depois de tudo, morei com ela, tudo. Aí eu conheci o pai do André” **(Nancy)**.

De acordo com a entrevista da jovem, parecia tratar-se apenas de uma mulher mais velha que cuidou dela como ‘cuidava de seus filhos’. Contudo, na última visita da pesquisadora à instituição, pouco mais de uma semana depois da realização da entrevista, essa mesma jovem havia ido embora com seus dois filhos. Perguntada sobre sua ausência, uma das psicólogas da equipe disse que ela havia ido ao encontro de uma mulher mais velha que, mesmo fora do perfil, havia sido abrigada na Virada da Vida por estar sendo agredida pelo marido. Nancy estava, conforme informado, relacionando-se “sexual e afetivamente” com essa mulher. As duas teriam assumido que estavam juntas “por amor, que estavam se gostando”. Quando a mulher foi embora, teve início, de acordo com a psicóloga, “a regressão total da Nancy”. Em anotações do diário de campo, essa regressão era traduzida por “estar muita relaxada com o quarto, com as coisas, com os filhos, muito sem paciência, como se ela estivesse focada somente na pessoa amada”. A jovem, a partir da saída da mulher amada da instituição, teria passado a agredir muito seus filhos, verbal (com gritos) e fisicamente. Note-se que, para a psicóloga, essa agressão era “uma forma de afrontar a equipe, de causar uma dor à equipe, machucando os filhos, relaxando no cuidado com eles”. Além disso, relatou que a notícia do relacionamento homossexual foi recebida como uma grande novidade, contradizendo-se, a seguir, ao relatar que havia algumas suspeitas quanto a essa questão, em razão de a jovem ter morado com a “tal tia” com a qual não tinha vínculo familiar e, também, por seus “trejeitos masculinos”. Aos olhos da profissional, antes do envolvimento com essa segunda mulher, a jovem vinha “melhorando”, algo traduzido como tendo mais cuidados com a aparência, deixando o cabelo crescer, usando brinco, arrumando-se mais, maquiando-se.

Perguntada se em algum momento Nancy teria falado explicitamente sobre este tipo de relação, a psicóloga afirmou categoricamente que “ela sempre disse que era heterossexual e que não tinha nenhum interesse numa relação homossexual”.

Duas outras moças também contam sobre o ambiente institucional da Virada da Vida no que tange ao tratamento dado à questão da sexualidade. Uma delas, ao falar do início de sua vida sexual, relatou:

“Eu perdi a minha virgindade com 12 anos. Foi com o primeiro marido (...), eu tinha 15 anos e me amiguei. Foi meu primeiro marido. Aí, depois, foi o pai da Isabela. Mas assim, tudo o que eu fiz, coisa sexual assim, eu nunca experimentei nada” (Angela).

Neste mesmo dia, quando a pesquisadora conversou com a psicóloga sobre a saída da outra jovem, ela relatou que Angela, que “sempre se comportou bem, aderiu às regras, e era uma boa mãe”, agora estava saindo com uma ex-residente do abrigo, que, em suas palavras, “era homossexual, com uma aparência totalmente masculinizada, que olhando até parece um menino” e que, em relacionamentos anteriores, era muito violenta, “com um perfil emocional muito complicado, muito destrutivo”. A profissional então afirmou que a equipe temia muito por Angela, que “sempre teve um comportamento exemplar aqui dentro” e que a teriam alertado, “não somente sobre a questão do homossexualismo [sic], mas também quanto aos riscos que ela corria se envolvendo com essa menina”. Por fim, outra jovem, em sua entrevista, ao ser perguntada se havia experimentado outros tipos de relações sexuais, afirmou:

“Não, só foi com homens” (Betty).

A psicóloga, contudo, afirmou novamente, para a surpresa da pesquisadora, que ela saía com outra jovem.

A diretora-executiva, em conversa informal com a pesquisadora, disse que “a equipe tem dificuldade em lidar com a sexualidade das jovens”. Por essa razão, foi possível inferir a existência, na Virada da Vida, de um ambiente discriminatório, para não dizer castrador, da sexualidade homo-bissexual, verificado principalmente pela fala da psicóloga, que leva a crer que o amor homossexual seja visto e vivenciado como proibido, devendo ser mantido em sigilo. Quando revelado, é percebido como responsável pelos maus-tratos dos filhos, sendo, assim, um balizador do tipo de mãe que as jovens são.

Nas palavras de ÁVILA (2003:S467-S468), “[s]er heterossexual ou homossexual é uma questão da vida privada, que de um lado não pode ser uma questão secreta, no sentido de ser interditada de aparecer socialmente, mas por outro, não deve se tornar necessariamente uma identificação pública de alguém”. Pelos relatos, torna-se claro que as jovens residentes da Virada da Vida que tiveram (ou têm) vivências homossexuais procuram escondê-las, o que pode ser atribuído tanto à reprovação social geral, quanto à reprovação interna, percebida na fala da equipe gestora. De fato, a psicóloga divulga essa informação tornando-a pública e em condição que denota ser a homossexualidade algo depreciativo, especialmente em se tratando de mulheres que são mães.

A partir do que foi acima descrito, é possível afirmar que jovens mães, com trajetórias homo-bissexuais, têm, em razão do estigma associado à sexualidade ‘desviante’, seu direito à igualdade e à não discriminação desrespeitado pela instituição que justamente pretende ajudá-las a se tornarem cidadãs e sujeitos de direitos.

5.6. DIREITOS MATERNNOS

Este trabalho analisou, na perspectiva de gênero e direitos humanos, o programa oferecido pela instituição Virada da Vida. Esse programa oferece suporte social para o exercício da maternidade a jovens mães que, antes do acolhimento, se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade, entendida aqui como resultado de violações a direitos humanos, que acarretam um menor nível de saúde e bem-estar. Ao longo dos capítulos, discutiram-se a ideologia – isto é, o porquê, a origem - e os mecanismos por meio dos quais o exercício da maternidade, especialmente aquele experimentado sem suporte social, acentua a desigualdade de gênero. Igualmente, foram descritas a natureza e a extensão da discriminação sofrida por essas mulheres-mães no exercício da maternidade, na tentativa de verificar em que medida o programa desenvolvido mostra-se capaz de, na ótica adotada, subsidiar a proposta de uma nova categoria de ‘direitos maternos’. Entretanto, previamente à discussão destes direitos, é interessante apresentar, mesmo que brevemente, o entendimento até o presente momento do que seria o exercício da maternidade em um contexto de direitos humanos.

5.6.1. Maternidade voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa

Atualmente, entende-se por exercício da maternidade em um contexto de direitos humanos a maternidade vivida e experimentada de forma voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa. Resumidamente, a maternidade voluntária é aquela que resulta de uma escolha consciente da mulher (e/ou do casal) que, no exercício de sua autonomia, seguindo seu desejo, opta por ter um filho. A maternidade, para ser segura, exige, de acordo com relatório publicado pela OMS, respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente aqueles que vinculam saúde e proteção à reprodução⁴⁷ (MATERNIDADE SEGURA E PLANEJADA, 2002:503). É, ademais, considerada maternidade socialmente amparada aquela que “não é mera responsabilidade individual da mulher, mas do casal, da família e da sociedade, que recebe aquele novo cidadão ou cidadã na plenitude dos seus direitos. É a maternidade vista e entendida como trabalho social” (DINIZ, 2000:s./p.). Ressalte-se, aqui, a importância do suporte oferecido pelo pai da criança ou parceiro(a) da mãe na criação e cuidado com os filhos. Por fim, a maternidade prazerosa é aquela vivida de forma satisfatória, física e emocionalmente, desde o pré-parto, até o parto e o puerpério, e que deve ser pensada em analogia à sexualidade (KITZINGER, 1985).

O exercício da maternidade num contexto como este ainda não é possível para muitas mulheres. Como foi visto neste trabalho, é frequente que elas engravidem sem desejar, ou planejar; experimentem violações a seus direitos humanos, como por exemplo à sua liberdade de ir e vir pela ausência de creches ou seu direito à renda, discriminadas que são no acesso e na permanência em empregos; exerçam o trabalho reprodutivo, do cuidado, com pouco ou nenhum auxílio dos pais das crianças e/ou companheiros; e, por fim, não desfrutem de uma vivência prazerosa da maternidade por várias razões, entre elas o fato de terem estado sujeitas à violência institucional por parte dos serviços de saúde. O fato de as experiências das mulheres não estarem de acordo com o que se deseja - ou se espera - do exercício da maternidade não impede que se conceba outras propostas, mais abrangentes, de uma nova categoria de direitos humanos, cujos titulares são mulheres-mães.

⁴⁷ Entre eles, destacam-se os seguintes: (i) direito à vida; (ii) direito à liberdade e segurança pessoal; (iii) direito à saúde; (iv) direito à proteção na maternidade; e (v) direito à não discriminação da mulher (MATERNIDADE SEGURA e PLANEJADA, 2002:503).

5.6.2. Teoria Bidimensional de Justiça

O reconhecimento desta nova categoria de direitos ditos maternos é, de fato, uma questão de justiça, que atende, de um lado, à necessidade de redistribuição social de recursos e bens e, de outro, ao imperativo de reconhecimento das diferenças, para que se alcance a igualdade. FRASER (2008:168), filósofa americana ligada à escola de pensamento da Teoria Crítica, defende a ideia de que “[a] justiça requer tanto redistribuição quanto reconhecimento”. Propõe, nesse raciocínio, uma teoria bidimensional de justiça em que “os aspectos emancipatórios dos dois paradigmas devem ser integrados em uma única e abrangente estrutura”, acomodando, assim, tanto “demandas defensáveis pela igualdade social, quanto demandas defensáveis pelo reconhecimento da diferença”.

Para essa autora, a política de redistribuição “engloba não só orientações centradas em classes sociais (...), mas, também, aquelas formas de feminismo e anti-racismo que vislumbram as reformas sócio-econômicas como remédio para as injustiças de gênero e étnico-raciais”, sendo, portanto, mais amplas do que o entendimento tradicional de ‘classe’. Já a política de reconhecimento “engloba não somente movimentos visando a revalorizar identidades injustamente depreciadas, por exemplo o feminismo cultural, o nacionalismo cultural negro e a política de identidade homossexual, mas também tendências desconstrutivas, como a *queer politics*, a política racial crítica e o feminismo desconstrutivista, que rejeitam o ‘essencialismo’ da política da identidade tradicional” (FRASER, 2008:169).

São três os aspectos-chave pelos quais essas políticas podem ser contrastadas (FRASER, 2008:170-171). Primeiro, elas adotam diferentes concepções de injustiça: enquanto a política de redistribuição foca as injustiças ditas sócio-econômicas, a política de reconhecimento dá ênfase às injustiças entendidas como culturais. Segundo, elas sugerem distintos remédios para combater a injustiça: a política de redistribuição propõe uma reestruturação político-econômica, que envolve, entre outras medidas, a redistribuição de renda e a reorganização da divisão do trabalho, enquanto a política de reconhecimento acredita ser necessária a transformação cultural ou simbólica, por exemplo por meio da reavaliação de identidades desrespeitadas e da valorização da diversidade cultural. Finalmente, no que tange às coletividades, a política de redistribuição entende que os sujeitos coletivos da injustiça são as classes sociais, definidos economicamente por uma relação

característica como o mercado ou com os meios de produção⁴⁸, enquanto a política de reconhecimento define as vítimas da injustiça pelas relações de reconhecimento, distinguidos pela menor estima, honra ou prestígio que desfrutam em face de outros grupos na sociedade⁴⁹.

Ainda que existam grupos que necessitam somente, ou principalmente, de políticas de redistribuição e outros que carecem somente, ou primordialmente, de políticas de reconhecimento, a autora sugere a existência de coletividades ‘bivalentes’, que necessitam de ambas. Tratam-se daqueles grupos que “sofrem tanto com a má distribuição quanto com o não-reconhecimento, de tal forma que nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas são ambas primárias e co-originárias” (FRASER, 2008:174). É o caso, por exemplo, do gênero, coletividade bivalente por constituir “uma categoria híbrida pautada simultaneamente na política econômica e na cultura. Da perspectiva da justiça distributiva, o gênero estrutura a divisão fundamental entre o trabalho ‘produtivo’ remunerado e o trabalho ‘reprodutivo’ e doméstico não remunerado” (FRASER, 2008:174). Na perspectiva do reconhecimento, entretanto, o “gênero codifica padrões difundidos de valor cultural, que são centrais para a ordem do status como um todo” (FRASER, 2008:174). Neste caso, “uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo: um padrão de valor cultural institucionalizado que privilegia traços associados à masculinidade, enquanto deprecia tudo o que codifica como ‘feminino’” (FRASER, 2008:174). O resultado é interpretar mulheres e meninas como seres subordinados, que não podem participar como iguais na vida social.

É importante ressaltar que o núcleo normativo do entendimento bidimensional de justiça de Nancy Fraser é a noção de ‘participação paritária’, pela qual se postula que “a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros adultos da sociedade interagir uns com os outros como pares” (FRASER, 2008:181). Para isso ser possível, é preciso satisfazer duas condições sociais: a primeira, objetiva, é que “a distribuição de recursos materiais tem de ser tal forma que garanta independência e

⁴⁸ Para FRASER (2008:170), ainda que o caso clássico seja a classe trabalhadora explorada no sentido marxista, coletividades análogas ao conceito de classe também podem ser consideradas sujeitos coletivos da injustiça. Entre estas, com a ampliação da noção de economia para englobar trabalhadores não assalariados, estão as mulheres, “sobrecarregadas com a parte pesada do trabalho doméstico não assalariado e, conseqüentemente, em desvantagem no mercado de trabalho”.

⁴⁹ Entre eles vale mencionar os “gays e lésbicas, cuja sexualidade é interpretada como desviante e desvalorizada pela cultura dominante” e “as mulheres, que são trivializadas, sexualmente reificadas, e desrespeitadas em uma miríade de maneiras” (FRASER, 2008:171).

‘voz’ aos participantes”, proibindo, assim, “arranjos que institucionalizem privação, exploração e grosseiras disparidades de riqueza, renda, trabalho e tempo de lazer” (FRASER, 2008:181); a segunda condição, intersubjetiva, requer “que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e assegurem igual oportunidade para a conquista da estima social”, coibindo, assim, “padrões culturais que depreciam, sistematicamente, algumas categorias de pessoas e as qualidades a elas associadas, seja por sobrecarregá-las com excessiva ‘diferença’ dos outros, seja por falhar em reconhecer sua peculiaridade” (FRASER, 2008:181).

A noção de ‘participação paritária’ no âmbito da teoria bidimensional de justiça abrange o reconhecimento de que todos os seres humanos têm o mesmo valor e a mesma dignidade, os quais devem ser resguardados por meio do respeito aos direitos humanos, à igualdade, à diferença e à não-discriminação. Em outras palavras: ‘a participação paritária’ assegura que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (SOUZA SANTOS, 2003 *apud* PIOVESAN, 2008:50).

Esse entendimento traduz o que se busca por meio do reconhecimento desta nova categoria de direitos, ditos maternos: de um lado, alcançar a igualdade social das mulheres que são mães por meio da efetivação do direito ao trabalho e à renda, considerando que realizam, de modo desproporcional em relação aos homens, o trabalho reprodutivo, isto é, o do cuidado com os filhos; de outro lado, reconhecer que o exercício da maternidade sem suporte social resulta em desigualdade, tornando as mulheres mais sujeitas à violações de direitos e, portanto, vulneráveis, colocando em risco sua saúde e bem estar e fazendo necessário garantir outros direitos, como os reprodutivos, os sexuais e o direito à habitação.

5.6.3. Fundamento dos ‘direitos maternos’: a falta de suporte social para o exercício da maternidade

De acordo com BUNCH (2006:58), os direitos humanos “não são estáticos, nem propriedade de um grupo; ao contrário, seu sentido se expande na medida em que as

pessoas repensam suas necessidades e, também, suas expectativas em relação a eles”. Por fundamentais que sejam, os direitos são “históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 1992:5). O reconhecimento de novos direitos ou categorias de direitos, depende, entretanto, como explica BOBBIO (1992:16), de fundamentos que permitam seu reconhecimento mais amplo. No caso dos ‘direitos maternos’, a partir da análise do programa Virada da Vida, voltado para jovens mães em situação de acentuada vulnerabilidade, o fundamento é evidente: a necessidade de suporte social para estas mulheres-mães que, na ausência de um companheiro (pai ou não de seu filho) e de uma família que as acolha, exercem a maternidade de forma solitária, sem dignidade nem direitos.

Esse fundamento encontra respaldo tanto na normativa nacional como internacional. Como visto, a dignidade humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, previsto na CF e, portanto, um valor que informa todo o ordenamento jurídico. Paralelamente, o artigo 226 da CF, ao tratar da família, define-a como sendo a “entidade familiar formada por quaisquer dos pais e seus descendentes” (parágrafo 4º)⁵⁰ e que, sendo a base da sociedade, tem especial proteção do Estado. O parágrafo 5º do mesmo artigo estabelece a igualdade no âmbito da família ao prever que “[o]s direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. De modo semelhante, na esfera internacional, o artigo 5(b) da CEDAW determina que os Estados-parte devem adotar medidas apropriadas para “garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres (...)”.

Em vista destes dispositivos, é possível afirmar que o Brasil reconhece tanto no nível nacional como no internacional que mulheres sozinhas com seus filhos, sem a presença de um pai, constituem uma família e merecem proteção estatal. Reconhece, também, a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da família, não devendo o

⁵⁰ No mesmo sentido, o Comentário Geral n. 28 do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que trata da igualdade entre os sexos no gozo dos direitos civis e políticos, determina, em seu parágrafo 27, que para colocar em prática o reconhecimento da família previsto no artigo 23 do PIDCP, os Estados devem “aceitar a existência de várias formas de família, incluindo os casais não casados formalmente e seus filhos, assim como os homens e mulheres solteiros e com filhos”.

cuidado com os filhos ser de responsabilidade exclusiva das mulheres e, sim, de toda a sociedade, o que inclui o Estado e os homens.

Porém, como aponta PETCHESKY (1984:5), “a biologia é tanto uma capacidade como um limite”. Como visto, foi em razão de a reprodução ocorrer no corpo das mulheres que se definiu ser sua função social primordial, para não dizer exclusiva, a de criar e educar as crianças. Esse lugar, restrito à esfera doméstica, fez com que as mulheres fossem discriminadas por séculos e tivessem limitado o exercício de seus direitos humanos. É por essa razão que BUNCH (2006:620) afirma que o corpo das mulheres é o território físico de uma luta política, na qual o que está em disputa são seus direitos humanos. Como há muito defendem as feministas, o corpo feminino, onde se gera a vida, é o território da dominação masculina sobre as mulheres e, portanto, a fonte de sua subordinação. Mas é, também, em razão deste mesmo corpo, tão distinto do dos homens, que as mulheres devem ser protegidas em suas especificidades e contar com direitos exclusivos.

Defende-se, neste trabalho, que o exercício da maternidade seja compreendido como parte de uma estrutura de subordinação universal das mulheres, que não pode ser considerada matéria puramente privada. Ao regulamentar e proteger o exercício da maternidade, o reconhecimento dos ‘direitos maternos’ estaria rompendo com a distinção entre público e privado, que manteve, por muito tempo, a esfera doméstica sem a regulação do Direito e, dessa maneira, mais sujeita a violações de direitos. CHARLESWORTH (1994:76) sugere que sejam identificados e desenvolvidos direitos relacionados aos danos mais frequentemente experimentados pelas mulheres vulneráveis, capazes de desafiar a distinção entre público e privado e trazer o discurso de direitos para a esfera doméstica. Isso foi, exatamente, o que se pretendeu fazer ao longo deste trabalho, com a análise do exercício da maternidade por mulheres que, em grande parte de suas vidas, estiveram na base da pirâmide das ‘hierarquias reprodutivas’.

É preciso reconhecer, contudo, que não foi só a aplicação do Direito primordialmente à esfera pública que fez com que esta subordinação se mantivesse em vigor. Contribuiu também para isso a pequena presença das mulheres - em geral e das mães em particular - nas esferas de elaboração das normas de direitos humanos, circunstância que fez com que suas vozes, olhares e perspectivas sobre o mundo, bem como suas experiências e vivências, permanecessem alheias ao discurso dos direitos

humanos. Foi a falta da ‘participação paritária’ das mães que fez com que o exercício da maternidade, aspecto, como dito, crucial da subordinação das mulheres, ficasse sem proteção.

5.6.4. ‘Direitos maternos’: o núcleo de direitos humanos das mulheres-mães

Diante da atual fase de desenvolvimento da teoria e prática dos direitos humanos, representada pela proliferação de direitos (BOBBIO, 1992:72), e visando proteger as mulheres que são mães e promover a igualdade de gênero e a dignidade da pessoa humana, este trabalho defende a criação de uma nova categoria de direitos humanos chamada de ‘direitos maternos’. De acordo com o programa desenvolvido pela instituição Virada da Vida, descrito e analisado neste trabalho, o núcleo de direitos humanos das mães é composto pelos direitos reprodutivos, pelo direito à habitação, pelo direito ao trabalho e à renda e pelo direitos sexuais. Todos estes são direitos, como já visto, reconhecidos e assegurados na normativa internacional e nacional, o que faz com que seja possível trabalhar por sua efetivação por meio da estrutura tripartite de responsabilidade estatal: respeitar, proteger e implementar os direitos humanos.

Segundo FAUR (2005:57-58), a ampliação no reconhecimento de direitos ocorre por três principais razões: primeiramente, para reconhecer mais direitos às pessoas; depois, para especificar os direitos que se aplicam a populações particulares, em função de uma discriminação existente; e, por fim, para fazer cumprir direitos que já tenham sido reconhecidos. Não surpreendentemente, a sugestão de reconhecimento dos ‘direitos maternos’ justifica-se por todos esses motivos: em sendo uma nova categoria, reconhece mais direitos às mulheres; constituem direitos específicos das mães e pretendem solucionar as discriminações que elas sofrem em razão do exercício da maternidade; finalmente, são direitos reconhecidos em documentos internacionais de proteção aos direitos humanos, sendo plausível esperar que eles sejam efetivados a partir de sua reinterpretação e aplicação para as mães.

Ao garantir às jovens mulheres-mães deste estudo o exercício deste núcleo de direitos humanos, o programa Virada da Vida lhes oferece o suporte social necessário para o exercício da maternidade em um contexto de direitos humanos. Neste sentido, promove a dignidade humana das mães – principal fundamento dos direitos humanos

- e a igualdade de gênero, pela não discriminação das mulheres que são mães. Ao viabilizar o exercício de direitos humanos, esse programa mostrou-se capaz, pelo que se pode apreender das entrevistas realizadas, de diminuir a vulnerabilidade individual das jovens e romper o ciclo vicioso de miséria, vulnerabilidade e violência a que estavam submetidas antes de seu acolhimento naquela instituição, que muito provavelmente implicou uma melhora em seu bem-estar e em sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Desta forma, alargou-se a esfera de cidadania destas jovens mulheres que são mães. A replicação desse programa em uma política pública governamental contribuiria, em muito, para a consolidação da democracia em nosso país. Como afirma CHAUI (1998 *apud* ÁVILA, 2003:S467), ter direitos é, também, ter poder. O reconhecimento e possível efetivação dos ‘direitos maternos’ certamente empoderará as mães, conferindo-lhes melhores condições para o exercício da maternidade, suprimindo seus *déficits* de cidadania.

5.6.5. ‘Direitos parentais’: um possível desdobramento a partir do reconhecimento dos ‘direitos maternos’

Como apontado no Capítulo 1, o reconhecimento de ‘direitos maternos’, ainda que necessário e relevante por propor direitos exclusivos para as mulheres-mães relacionados aos cuidados e criação das crianças e por oferecer suporte social para o exercício da maternidade, pode dar margem à perpetuação da atual divisão sexual do trabalho, reforçando o papel exclusivo das mulheres como ‘cuidadoras’ por natureza. Por essa razão, de forma muito incipiente, sugere-se aqui a possibilidade da categoria ‘direitos maternos’ tornar-se, no futuro, ‘direitos parentais’. Genericamente falando, na tradição liberal norte-americana, os ‘direitos parentais’ estão ligados à ideia de liberdade para se criar os filhos como bem se entende. Isto significa, por exemplo, o direito à escolha do tipo de educação formal que a prole terá (se numa escola pública, privada ou em casa), do tipo de educação religiosa que lhe será oferecido e do tipo de tratamento disciplinar que receberá. Pode-se dizer, então, que os ‘direitos parentais’, nessa tradição, relacionam-se de um modo geral aos valores, à religião e à disciplina que pais optam por passar e oferecer a seus filhos. Já na tradição européia, de Estados de bem-estar social, os ‘direitos parentais’ estão relacionados ao campo profissional do trabalho, ou seja, à disponibilidade de creches e escolas de educação infantil e à conciliação entre o emprego e as responsabilidades familiares. Trata-se, assim, da

promoção e garantia de direitos sociais, que oferecem a homens e mulheres o suporte social para o exercício da parentalidade.

THURLER (2009) distingue a maternidade e a paternidade - liame biológico, jurídico, genético, adotivo entre a mãe ou o pai e a criança ao nascer – da parentalidade, ou função parental. A autora entende que essa última é a demanda de dedicação de tempo, cuidado, atenção e recursos afetivos e econômicos por parte dos adultos para criar e socializar as crianças, de modo a efetivamente delas cuidar. Trata-se, assim, de um “processo social, de um vínculo a ser continuamente construído e reconstruído, afirmado e confirmado” cotidianamente (THURLER, 2009:300).

A parentalidade, estando relacionada ao trabalho do cuidado, independe do sexo, da orientação sexual ou da identidade de gênero. Todos – mulheres e homens, gays e lésbicas, travestis, transgêneros ou intersexos – podem assumir o papel de ‘cuidadores’, atualmente desempenhado majoritariamente por mulheres. Neste sentido, é possível afirmar ser necessário desformatar do ponto de vista de gênero a dimensão social do exercício da maternidade, ou seja, o trabalho do cuidado. As políticas públicas relativas à família adotadas pela Suécia constituem um bom exemplo de como essa desformatação de gênero pode ser promovida, ainda que seu enfoque esteja, de um modo geral e de acordo com a literatura visitada, restrito a homens e mulheres.

5.6.5.1. Desformatando o trabalho do cuidado do ponto de vista de gênero: o caso da Suécia

Como se sabe, os países escandinavos estão entre os que têm a maior igualdade de gênero no mundo. De acordo com HAUSMANN (2009:10;20), entre 134 países analisados no ranking de igualdade de gênero de 2009 - calculado de acordo com a combinação de quatro fatores: oportunidade e participação econômica; nível de escolaridade; saúde e sobrevivência; e, empoderamento político - a Suécia ocupa o quarto lugar, sendo que ocupou o primeiro em 2006 e 2007 e o terceiro em 2008⁵¹. Essa colocação não foi conseguida sem esforços. De acordo com OLÁH e BERNHARDT (2008:1106), as políticas públicas suecas “refletem um alto

⁵¹ A razão para a Suécia ter passado da primeira para a quarta colocação é, de acordo com HAUSSMAN (2009:20), porque enquanto não houve nem melhora nem piora na igualdade de gênero no país, outros países (como Finlândia, Noruega e Islândia) melhoraram seus indicadores.

comprometimento com a igualdade de gênero baseada no ideal de mulheres e homens dividindo tanto o trabalho remunerado como as responsabilidades familiares”. Por essa razão, “as taxas de emprego de mulheres na Suécia estão entre as mais altas da Europa, com aproximadamente um terço das mães de crianças em idade pré-escolar trabalhando meio período” (OLÁH e BERNHARDT, 2008: 1107).

Entre as políticas públicas adotadas pelo país buscando promover a igualdade de gênero, estão aquelas voltadas para a família desde meados da década de 1970⁵². De um lado, estas políticas aumentam o envolvimento dos pais (homens) na criação e na educação das crianças; de outro, a provisão de creches e educação infantil subsidiada e de boa qualidade autoriza as mulheres e os homens a combinarem o emprego com a parentalidade (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1107). Nesse sentido, pode-se dizer que “[o] principal objetivo das políticas familiares suecas têm sido apoiar a conciliação para mulheres e homens da participação na força de trabalho com as responsabilidades da vida familiar” (DUVANDER e ANDERSSON, 2006:122).

Um dos componentes mais importantes da política pública sueca relativa à família é o sistema de licença-parental paga e flexível. Consoante DUVANDER e ANDERSSON (2006:124), “[a] Suécia foi o primeiro país do mundo a adotar um sistema de licença parental neutro em termos de gênero”, que “reconhece os pais [homens] como cuidadores iguais às mulheres” (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1133). Instituída em 1974, a licença-parental sofreu alterações ao longo do tempo. No início, os pais dividiam seus 15 meses da forma como lhes conviesse. Em 1995, um mês de licença tornou-se exclusivo para cada um deles (popularmente chamado de ‘mês do papai’), cuja intenção foi aumentar o usufruto da licença-parental pelos pais (homens). Desde 2002, a licença-parental é de 16 meses no total, dos quais dois são reservados (exclusivamente) para a mulher e dois para o homem, devendo o restante ser dividido de acordo com a vontade e conveniência de ambos. Atualmente, o benefício corresponde a 80% do salário. Desde que houve uma reserva da licença destinada aos homens, em meados dos anos 1990, a proporção de homens que efetivamente se licencia do trabalho aumentou, mas a média de tempo da licença diminuiu, ao menos em parte em função da diminuição no valor do benefício, que antes era de 90% do

⁵² De fato, “na Suécia, as políticas públicas relativas à família e aquelas de igualdade de gênero não são separadas, mas são construídas conjuntamente de modo que uma apóie a outra mutuamente” (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1132).

salário auferido (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1134; DUVANDER e ANDERSSON, 2006:124).

De acordo com DUVANDER e ANDERSSON (2006:125), “[a] parcela de pais que usufruiu todos os dias concedidos de benefício pela licença-parental aumentou de meio por cento em 1974, quando a licença foi introduzida, para 12% após 25 anos”. Quando o ‘mês do papai’ foi criado, aproximadamente metade dos que passaram a tirar a licença são pais (homens), ainda que, em média, usufruam menos dias - um quinto de todos os dias de licença que têm direito ao longo do ano (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1134; DUVANDER e ANDERSSON, 2006:125).

Afora a licença-parental, os pais [homens] têm direito, ainda, “a uma licença adicional de dez dias logo após o parto (os chamados ‘dias do papai’), compensada no mesmo nível da licença-parental” (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1133). Para facilitar mais a conciliação do trabalho com a parentalidade, “os pais [tanto homens como mulheres] tem a opção de trabalhar meio período até a criança ter oito anos de idade, com redução equivalente em seus salários. Adicionalmente, tendo filhos menores de 12 anos de idade, tanto o pai quanto a mãe têm direito a 60 dias por ano de ‘licença-parental temporária’, para os cuidados com a casa e da prole” (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1133). Cumpre ressaltar que “[a] licença-parental é um benefício pago pela Seguridade Social Nacional por meio de impostos e não pelo empregador. O direito à segurança no emprego e à pensão está vinculado à licença, que será contabilizada em dias (ou mesmo em horas) até o oitavo aniversário da criança” (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1133).

Como pode ser visto, o sistema de licença-parental sueco desformata, do ponto de vista de gênero, a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres realizam o trabalho do cuidado, no âmbito doméstico, e os homens fazem o trabalho produtivo e remunerado, ocupando o lugar do ‘provedor’. Este sistema de licença-parental promove a reconciliação entre trabalho e família para as mulheres, uma vez que o benefício pago, sendo 80% do valor do salário antes auferido, as incentiva a se estabelecerem no mercado de trabalho antes de considerarem ter filhos. Ademais, permite-lhes manter o vínculo empregatício enquanto cuidam de seus filhos recém-nascidos e pequenos, voltando a trabalhar após a licença. Paralelamente, esse sistema encoraja fortemente os pais (homens) a tirarem a licença-parental, principalmente em razão dos meses a eles reservados com exclusividade, viabilizando um maior

envolvimento paterno com a criação e educação dos filhos.

Ressalte-se que a conciliação entre trabalho e parentalidade, buscando a igualdade de gênero, “é também promovida na Suécia por meio de uma extensa oferta de serviços de cuidado de alta qualidade para crianças pequenas” (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1134). Creches e educação infantil públicas estão disponíveis para todas as crianças em idade pré-escolar. Elas são oferecidas principalmente pelas municipalidades e financiadas com subsídios governamentais e, em menor medida, pelos pais (homens e mulheres), mediante pagamento de taxas. Nesse último caso, o pagamento está relacionado à renda familiar e ao número de horas que a criança fica sob os cuidados do governo, ainda que exista um teto limite. Desde 2002, são asseguradas três horas diárias na creche e/ou escola infantil para crianças inclusive de pais desempregados ou que estão em licença-parental (OLÁH e BERNHARDT, 2008:1134).

Por fim, mas não menos importante, cabe fazer uma última menção, ainda que breve, à tentativa sueca de desformatar, do ponto de vista de gênero, a responsabilidade pelo cuidado das crianças. Consoante OLÁH (2001:119-120), a Suécia tem há muito uma legislação liberal de divórcio e altas taxas de dissolução familiar, mesmo entre famílias com crianças. Ao se separarem, os pais casados têm, automaticamente, a guarda compartilhada de seus filhos. Os pais que coabitam, mas não são casados, também podem contar com essa guarda compartilhada se assim solicitarem; do contrário, a mãe terá a guarda sozinha. Há a possibilidade de os pais também dividirem a custódia física da criança, que passa, com cada um, períodos semelhantes de tempo. No entanto, ainda hoje, a esmagadora maioria das crianças vive com as mães. De todo modo, a guarda compartilhada apresenta-se como mais uma estratégia para promover um maior envolvimento dos pais (homens) na criação e educação de seus filhos, ainda que não vivam com eles.

Tendo em vista a igualdade de gênero na Suécia, pode-se dizer que, de um modo geral, as políticas relativas à conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares para homens e mulheres, que desformatam o trabalho do cuidado do ponto de vista de gênero, foram bem sucedidas. Essa desformatação mostra-se como uma forma eficaz de promover a igualdade entre homens e mulheres, que passa pelo maior envolvimento dos homens na criação e educação das crianças e na possibilidade de as mulheres entrarem e permanecerem no mercado de trabalho remunerado.

Há mais de 20 anos feministas alertam para a necessidade de se trazer os homens para a esfera doméstica. Em 1984, algumas já afirmavam que a mudança na estrutura de dominação/subordinação de, respectivamente, homens e mulheres não ocorreria com medidas destinadas somente às mulheres: “a divisão de funções entre os sexos deve ser alterada de maneira que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de serem pais ativos e estarem, ao mesmo tempo, plenamente empregados. Isso faz com que a emancipação das mulheres não seja uma ‘questão feminina’ mas parte da luta por igualdade que afeta a todos” (SCOTT, 1974:190 apud PETCHESKY, 1984:17). O exemplo sueco é, neste sentido, emblemático desta mudança. A participação masculina no cuidado com as crianças é capaz de alterar a relação que a sociedade como um todo mantém com a infância. Os homens, ao aprenderem a cuidar das crianças, ao exercerem uma paternidade mais responsável, deixam de ocupar o lugar das crianças, o de serem cuidados, e passam a ser, assim como as mulheres, cuidadores (RICH, 1986:216). Somente por meio da superação das dessimetrias nas atribuições parentais é que as mulheres serão cidadãs ativas em posição de igualdade com os homens (THURLER, 2009:46).

É possível, todavia, ir além: o reconhecimento de ‘direitos parentais’, que desformatam do ponto de vista de gênero o trabalho do cuidado, ao serem implementados por meio de políticas públicas semelhantes às suecas, ainda que atinja as mulheres desproporcionalmente - por ser, ao menos até os dias de hoje, somente em seus corpos que ocorre a reprodução e a amamentação - tende a beneficiar a sociedade como um todo, ao promover e, de certa forma proteger e sancionar, modelos de família não dominantes, mas cada vez mais comuns, como, por exemplo, as formadas por casais homossexuais, de dois homens ou duas mulheres, ou, ainda, por transgêneros, transexuais e intersexos. A viabilidade e pertinência de se propor uma categoria de ‘direitos parentais’ é um tema inconcluso, aberto ao debate. Sua menção tem como intuito somente provocar a imaginação dos leitores e levantar questões que não somente podem, como devem, ser mais bem desenvolvidas em futuras pesquisas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, este estudo tratou, na interface entre saúde e direitos humanos, da necessidade de oferecer suporte social para o exercício da maternidade, o qual implica o cuidado voltado à criação e socialização das crianças pequenas. Nele, a partir de um referencial teórico de gênero e direitos humanos e de uma pesquisa na abordagem qualitativa, descreveu-se e analisou-se o programa desenvolvido pela instituição Virada da Vida, que acolhe jovens mães e seus filhos em situação de acentuada vulnerabilidade social, com a missão de melhorar sua auto-estima e resgatar sua cidadania.

Antes do acolhimento, essas mães situavam-se na base da pirâmide de ‘hierarquias reprodutivas’, o que significa dizer que tinham muitos de seus direitos humanos violados. Eram, assim, jovens vulneráveis do ponto de vista individual, por não serem consideradas ‘sujeitos de direitos’. Estavam também vulneráveis do ponto de vista social, por constituírem um grupo excluído tanto por serem mulheres, jovens e mães, quanto por seu baixo nível de escolaridade, pelas experiências de violência dentro e fora do âmbito familiar, pela vivência nas ruas e uso abusivo de drogas, o que indica um *déficit* de cidadania. Por fim, eram vulneráveis do ponto de vista programático, por não contarem com nenhuma política pública social especificamente destinada a elas. Sendo um dos objetivos do estudo, como dito, verificar se o programa oferecido pela Virada da Vida reduzia a vulnerabilidade das jovens mães acolhidas, a dimensão programática teve especial relevância na análise empreendida.

O programa, de fato, demonstrou-se capaz de melhorar, de um modo geral, a saúde e o bem-estar dessas jovens. Ao efetivar seus direitos reprodutivos, bem como o direito à habitação, o direito ao trabalho e à renda e, ainda, seus direitos sexuais, as jovens tiveram condições de recuperar sua dignidade, seu valor e auto-estima, condições necessárias e fundamentais para o exercício da cidadania. Esse conjunto de direitos – todos reconhecidos e assegurados na normativa internacional e nacional, o que faz com que se possa trabalhar por sua efetivação por meio da estrutura tripartite de responsabilidade estatal, qual seja, respeitar, proteger e implementar os direitos humanos – mostra-se capaz de oferecer o suporte social necessário ao exercício da maternidade, compondo assim o que aqui se denominou ‘direitos maternos’.

Essa nova categoria, ao contemplar tanto a redistribuição de bens e recursos, quanto o reconhecimento da vulnerabilidade das jovens mães estudadas, vai ao encontro do que postula a teoria bidimensional de justiça. Assim, de um lado, por meio do reconhecimento dos ‘direitos maternos’ é possível promover a igualdade social dessas mulheres-mães - únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo, isto é, o relativo aos cuidados dos filhos - via efetivação do direito ao trabalho e à renda. De outro, os ‘direitos maternos’ reconhecem que o exercício da maternidade sem suporte social resulta em desigualdade de gênero e vulnerabilidade, colocando em risco a saúde e o bem estar das jovens mães. Nesse sentido, faz-se necessário assegurar-lhes outros direitos, como os reprodutivos, os sexuais e o direito à habitação. Os ‘direitos maternos’ promovem, portanto, a dignidade das mães – principal fundamento dos direitos humanos - e a igualdade de gênero, além de tornar possível o rompimento do ciclo vicioso de miséria, vulnerabilidade e violência a que este grupo estava submetido antes de seu acolhimento na instituição Virada da Vida.

É possível, contudo, argumentar que os ‘direitos maternos’, tal como aqui propostos, podem vir a reforçar a divisão sexual do trabalho, por corroborar com a ideia de que cabe exclusivamente às mulheres o papel de ‘cuidadoras’. Por essa razão, ainda que de forma muito incipiente, levanta-se a possibilidade dessa categoria converter-se, no futuro, em ‘direitos parentais’. Dessa forma, estar-se-ia, como sugerem as políticas suecas voltadas à conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares de homens e mulheres, desformatando do ponto de vista de gênero o trabalho do cuidado que, de fato, pode ser realizado por todos – homens e mulheres, gays e lésbicas, transgêneros, transexuais e intersexos. A proposta de uma nova categoria de ‘direitos parentais’ é um tema inconcluso, a merecer mais estudos e pesquisas.

Espera-se que os resultados deste estudo conduzam os leitores, acadêmicos ou militantes da área, a um movimento de (re)perguntar e (re)encontrar dúvidas que mobilizem energias e esforços para novas investigações voltadas para o melhor desenvolvimento e conceituação dos ‘direitos maternos’ e/ou ‘direitos parentais’, de modo a oferecer às mulheres, como as acolhidas na Virada da Vida, o necessário e devido suporte social à maternidade que promova a igualdade de gênero.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMNB, 2007. **Dossiê sobre a Situação das Mulheres Negras Brasileiras.**

Preparado pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras para apresentação em audiência perante a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. 2007.

ANDRADE DA SILVA, E. R. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a percepção das instituições de abrigo. *In*: ANDRADE DA SILVA, E. R. (coord.). **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: IPEA/CONANDA, p. 195-206, 2004. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481:o-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria-os-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-no-brasil&catid=162:presidencia&Itemid=2. Acesso em: 3 out. 2010.

AN-NAIM, A. A. State Responsibility Under International Human Rights Law to Change Religious and Customary Laws. *In*: COOK, R. J. (ed.) **Human Rights of Women.** National and International Perspective. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1994, p. 167-188.

AQUINO, E. M. L. *et al.* Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. *In*: HEILBORN, M. L *et al* (orgs). **O Aprendizado da Sexualidade.** Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006, p. 309-360.

ARILHA, M. *et al.* Introdução. *In*: _____ (orgs.) **Homens e masculinidades.** Outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34. 1998, p. 15-28.

ÁVILA, M. B. Modernidade e Cidadania Reprodutiva. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, ano 1, v. 2, p. 382-393, 1993.

_____. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública,** v. 19, Sup. 2, p. S465-S469, 2003.

AYRES, J. R. C. M. *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (orgs.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.117-139.

_____. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro de vulnerabilidade e direitos humanos [mimeo]. *In: Apostila do curso de especialização em prevenção ao HIV/AIDS no quadro de vulnerabilidade e dos direitos humanos*. São Paulo: NEPAIDS, 2010.

BARROSO, C. Esterilização Feminina: Liberdade e Opressão. **Rev. Saúde Públ.**, São Paulo, v. 18, p. 170-180, 1984.

BARTLETT, K. T. Feminist Legal Methods. **Harvard Law Review**, v. 103, n. 4, p. 829-888, Fevereiro 1990.

BERQUÓ, E. Os Corpos Silenciados. **Novos Estud. - CEBRAP**, São Paulo, v. 3, p. 46-49, 1982.

BERQUÓ, E. e CAVENAGHI, S. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, Sup. 2, p. S441-S453, 2003.

_____. Fecundidade em Declínio. Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estud. - CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 15, 2006.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 11^a edição. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1992.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BRANDÃO, E. R. Gravidez na Adolescência: um Balanço Bibliográfico. *In: HEILBORN, M. L et al (orgs). O Aprendizado da Sexualidade*. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006, p.61-95.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.542, de 1º. de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 ago. 1943.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei n. 8.861, de 25 de março de 1994. Dá nova redação aos arts. 387 e 392

da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e os arts. 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença - maternidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mar. 1994.

BRASIL. Lei n. 9.029, de 13 de abril de 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 abr. 1995.

BRASIL. Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o parágrafo 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jan. 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 9.799, de 26 de maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º. da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 fev. 2000.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002. Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452 de 1º. de maio de 1943 e a Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 2002.

BRASIL. Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2003.

BRASIL. Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226,

227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mar. 2005.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 2008.

BRASIL. Lei n. 12.015, de 07 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei n. 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Rev. Bras. Est. Pop.**, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

_____. **Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras**. São Paulo: FCC/DPE, 2008.

BUNCH, C. Transforming Human Rights from a Feminist Perspective. *In*: PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women's Rights, Human Rights**. International Feminist Perspectives. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1995, p. 11-17.

_____. Women's Rights as Human Rights: Toward a Re-Vision of Human Rights. *In*: LOCKWOOD, B. B. (ed.). **Women's Rights**. A Human Rights Quarterly Reader. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006, p. 57-69.

BUTEGWA, F. International Human Rights Law and Practice: Implication for Women. *In*: SCHULER, M. A. (ed.) **From Basic Needs to Basic Rights**. Washington D.C.: Women, Law and Development International, 1995, p. 27-39.

CARREIRÃO, U. L. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. . *In*: ANDRADE DA SILVA, E. R. (coord.). **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 303-324, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481:o-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria-os-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-no-brasil&catid=162:presidencia&Itemid=2. Acesso em: 3 out. 2010.

CEPAL. **Tiempo total de trabajo (remunerado y no remunerado)**. Recopilación experiencias encuestas uso del tiempo en los países. Santiago do Chile: CEPAL, 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/oig/noticias/paginas/3/38403/P38403.xml&xsl=/oig/tpl/p18f.xml&base=/oig/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CHACHAM, A. S. e MAIA, M. B. Corpo e Sexualidade da Mulher Brasileira. *In*: VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1a. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 75-86.

CHAMALLAS, M. **Introduction to Feminist Legal Theory**. 2a. edição. Nova Iorque: Aspen Publishers. 2003.

CHARLESWORTH, H. What are "Women's International Human Rights"? *In*: COOK, R. J. (ed.) **Human Rights of Women**. National and International Perspectives. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1994, p. 58-84.

_____. Human Rights as Men's Rights. *In*: PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women's Rights, Human Rights**. International Feminist Perspectives. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1995, p. 103-113.

_____. The Challenges of Human Rights Law for Religious

Traditions. In: JANIS, M. W. e EVANS, C. (eds.) **Religion and International Law**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2004, p. 401-416.

_____ e CHINKIN, C. **The boundaries of international law. A feminist analysis**. Manchester: Manchester University Press. 2000.

CHERMONT, I *et al.* **O efeito da gravidez nos rendimentos futuros**. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), realizado em Caxambu – MG, Brasil, entre 18 e 20 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004_324.PDF>. Acesso em 23 dez. 2010.

COHRE. **Women and Housing Rights**. Sources 5. 2^a. ed. Genebra: 2008. Disponível em: <<http://www.cohre.org/news/documents/sources-5-women-and-housing-rights>>. Acesso em: 5 set. 2010.

COHRE. **Un Lugar en el Mundo**. El derecho a una vivienda adecuada como elemento esencial de una vida libre de violencia doméstica. Los casos de Argentina, Brasil y Colombia. Genebra, 2010. Disponível em: <<http://www.cohre.org/news/documents/un-lugar-en-el-mundo-el-derecho-a-una-vivienda-adecuada-como-elemento-esencial-de-una>>. Acesso em: 5 set. 2010.

COOK, R. J. International Human Rights and Women's Reproductive Health. **Studies in Family Planning**, v. 24, n. 2, p. 73-86, 1993.

_____ **Women's Health and Human Rights**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1994^a.

_____ Women's International Human Rights Law: The Way Forward. In: _____ (ed.) **Human Rights of Women**. National and International Perspectives. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994b, p. 3-36.

_____ International Human Rights and Women's Reproductive Health. In: PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women's Rights, Human Rights**. International Feminist Perspectives. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1995, p. 256-275.

_____ e DICKENS, B.M. From reproductive choice to reproductive justice. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**. v. 106, 2009, p. 106-109.

CORREA, S. Saúde Reprodutiva, Gênero e Sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, K. e COSTA, S. H. (orgs.) **Questões da Saúde**

Reprodutiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999, p. 39-50.

_____ Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. In: SARMENTO, D., IKAWA, D. e PIOVESAN, F. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2008, p. 323-342.

_____ e ÁVILA, M. B. Direitos Sexuais e Reprodutivos – Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ, E. (org.) **Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 17-78.

COSTA, J. F. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 5a. edição, 2004.

CRR - CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS, **Abortion World Wide: Twelve Years of Reform**. Briefing Paper. Nova Iorque, 2007. Disponível em: www.reproductiverights.org/sites/default/.../pub_bp_abortionlaws10.pdf. Acesso em: 18 jul. 2010.

CSETE, J. *Gender and illicit drug use: Policy and program issues*. Concept Paper não publicado. Preparado para o 4th. International Policy Dialogue of Health Canada and partners. Arquivado na Canadian HIV/AIDS Legal Network, Toronto. 2007.

DA COSTA, C. e ARANTES, R. **Direito Humano ao Trabalho**. Coleção Cartilhas Direitos Humanos, v. 5. Curitiba: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

DEVREUX, A. Não reconhecimento paterno, um fato social total. In: THURLER, A. L. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2009, p. 23-30.

DIAS, A. B. e AQUINO, E. M. L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1447-1458, 2006.

DINIZ, S. G. **Maternidade Voluntária, Prazerosa e Socialmente Amparada**. Breve História de uma Luta. São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.mulheres.org.br/documentos/maternidade_voluntaria.pdf. Acesso em: 09 dez. 2007.

_____ *et al.* “Nunca como Nossas Mães!” Brasil – escolhas reprodutivas e a emergência da cidadania entre trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas e donas de casa. In: PETCHESKY, R. P. e JUDD, K. (orgs.) **Negociando Direitos**

Reprodutivos. Perspectivas das Mulheres em Diferentes Países e Culturas. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2005, p. 53-92.

_____ e CHACHAM, A. S. “The cut above” and “the Cut Below”: The Abuse of Caesareans and Episiotomy in São Paulo, Brazil. **Reproductive Health Matters.** v. 12, n. 23, 2004, p. 100-110.

DOCUMENTO INSTITUCIONAL. ASSOCIAÇÃO LUA NOVA. **Lua Nova: a trajetória da Associação Lua Nova.** Um projeto de parceria com jovens mãe e seus filhos em situação de vulnerabilidade social. Experiências da Lua Nova, v. 01. Brasília - DF: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007a.

_____ **Novos Vínculos:** a construção de vínculos como fundamento de um novo projeto de vida para jovens mães com seus filhos. Experiências da Lua Nova, v. 02. Brasília - DF: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007b.

_____ **Mãos Criativas:** geração de trabalho e renda para a conquista de autonomia de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social. Experiências da Lua Nova, v. 03. Brasília - DF: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007c.

_____ **Redes Comunitárias:** a comunidade como parceira para o desenvolvimento local e a inclusão social das jovens e seus filhos. Experiências da Lua Nova, v. 04. Brasília - DF: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007d.

DUVANDER, A. e ANDERSSON, G. Gender Equality and Fertility in Sweden. **Marriage & Family Review.** v. 39, n. 1, 2006, p. 121-142.

ENGLE, K. After the Collapse of the Public/Private Distinction: Strategizing Women's Rights. *In*: STEINER, H. J. e ALSTON, P., **International Human Rights in Context:** law, politics, morals. Text and Materials. 2^a. Edição. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2000, p. 218-220.

ENRIQUEZ, C.R. **Economía del cuidado y política económica:** una aproximación a sus interrelaciones. CEPAL – Comisión Econômica para América Latina y el Caribe. Mar del Plata, 2005. Disponível em: < www.eclac.org/mujer/reuniones/mesa38/C_Rodriguez.pdf>. Acesso em 14. jan. 2011.

- EVATT, E. Finding a voice for Women's Rights: the Early Days of CEDAW. **George Washington International Law Review**. v. 34, p. 515-553, 2002.
- FAUR, E. ¿Escrito en el Cuerpo? Género y Derechos Humanos en la Adolescencia. *In*: CHECA, S. (comp.). **Género, Sexualidad y Derechos Reproductivos en la Adolescencia**. Buenos Aires: Paidós. 2005, p. 37-71.
- FINEMAN, M. A. Preface. *In*: FINEMAN, M.A. e KARPIN, I. **Mothers in Law**. Feminist Theory and the Legal Regulation of Motherhood. Nova Iorque: Columbia University Press. 1995a: p. ix-xii.
- _____. Images of Mother in Poverty Discourse. *In*: FINEMAN, M.A. e KARPIN, I. **Mothers in Law**. Feminist Theory and the Legal Regulation of Motherhood. Nova Iorque: Columbia University Press. 1995b: p. 205-223.
- _____. Law of the Father. *In*: HANIGSBERG, J.E. e RUDDICK, S. **Mother Troubles**. Rethinking contemporary maternal dilemmas. Bostos: Beacon Press, 1999, p. 139-156.
- FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: DEL PRIORE, M. (org.) **Histórias das Mulheres no Brasil**. 9ª. Ed., 2ª. Reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2009, p. 510-553.
- FRANÇA JUNIOR, I. e AYRES, J. R. C. M. Saúde Pública e Direitos Humanos. *In*: ZÓBOLI, E. e FORTES, P. (orgs.). **Bioética e Saúde Pública**. São Paulo: Edições Loyola/Centro Universitário São Camilo, 2003, p. 63-69.
- FRASER, N. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada de Justiça. *In*: SARMENTO, D., IKAWA, D. e PIOVESAN, F. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2008, p. 167-190.
- FREITAS, L. B. de L. e SHELTON, T. L. Atenção à primeira infância nos EUA e no Brasil. **Pisc.: Teor. e Pesq.** v. 21, n. 2, p. 197-205, maio/ago. 2005.
- FRIEDMAN, E. Women's Human Rights: The Emergence of a Movement. *In*: PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women's Rights, Human Rights**. International Feminist Perspectives. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1995, p.18-35.
- GARCIA, S. e KOYAMA, M. Longevidade sexual e práticas sexuais desprotegidas: desafios para a promoção para a promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. *In*: **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher**

- 2006:** Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança. Série G. Estatística e Informação em Saúde. Ministério da Saúde. 2009, p. 105-133.
- GESTEIRA, S.M.A *et al.* O luto no processo de aborto provocado. **ACTA Paul. Enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 462-267, 2006.
- GIFFIN, K. M. Nosso Corpo Nos Pertence: a Dialética do Biológico e do Social. **Cad. Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p. 190-200, 1991.
- GODINHO, T. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. *In:* VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p.147-159.
- GOLLUB, E. L.. A Neglected Population: Drug-Using Women ad Women's Methods of HIV/STI Prevention. **AIDS Education and Prevention**, v. 20, n. 2, p. 107-120, 2008.
- GONTIJO, D.T. e MEDEIROS, M. “Tava morta e revivi”: significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 469-472, 2008.
- GRUSKIN, S. The conceptual and practical implications of reproductive and sexual rights: how far have we come? Editorial. **Health and Human Rights**. v. 4, n. 2, p. 1-6, 2000.
- HAUSMANN, R. *et al.* **The Global Gender Gap Report**. Genebra, Suíça: World Economic Forum. 2009.
- HEILBORN, M. L. *et al.* Aproximações Socioantropológicas sobre a Gravidez na Adolescência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 8, n. 17, junho de 2002, p. 13-45.
- _____ Experiência da Sexualidade, Reprodução e Trajetórias Biográficas Juvenis. *In:* HEILBORN, M. L *et al* (orgs). **O Aprendizado da Sexualidade**. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006, p. 29-59.
- _____ e CABRAL, C. S. As trajetórias homo-bissexuais. *In:* HEILBORN, M. L *et al* (orgs). **O Aprendizado da Sexualidade**. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006, p.

361-397.

HOQ, L. The Women's Convention and its Optional Protocol: Empowering Women to Claim their Internationally Protected Rights. **Columbia Human Rights Law Review**. v. 32, p. 677-726, 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006**. Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil. Rio de Janeiro, 2008: 322 páginas. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazeres/default.shtm>>. Acesso em 1.nov.2010.

IPAS. **Ensuring women's access to safe abortion**: a key strategy for achieving the Millenium Development Goal. Chapel Hill, 2009. Disponível em:
<http://www.ipas.org/Publications/Ensuring_womens_access_to_safe_abortion_A_key_strategy_for_achieving_the_Millennium_Development_Goals.aspx?ht=millenium%20development%20goals%20millenium%20development%20goals>. Acesso em: 14 jul. 2010.

IPEA. **Comunicado da Presidência n. 9**. PNAD 2007: Primeiras Análises. Pobreza e Mudança Social. v. 1. Brasília: 22 de setembro de 2008. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=396>. Acesso em: 1 jul. 2009.

_____. **Comunicado da Presidência n. 31**. PNAD 2008: Primeiras Análises: demografia, trabalho, previdência. Brasília: 1 de outubro de 2009. Disponível em:
www.ipea.gov.br/.../comunicado_presidencia/09_10_01_ComunicaPresi_31_PNAD2008_trabalho.pdf. Acesso em: 26 nov. 2010.

_____. **Comunicado do IPEA n. 65**. PNAD 2009 – Primeiras análises: investigando a chefia feminina de família. Brasília: 11 de novembro de 2010. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6053>. Acesso em: 14 jan. 2011.

KAUFMAN, N.H. e LINDQUIST, S.A. Critiquing Gender-Neutral Treaty Language: The Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination against Women. *In*: PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women's Rights, Human Rights**. International Feminist Perspectives. Nova Iorque: Routledge, 1995, p. 114-125.

KITZINGER, S. The Sexuality of Birth. *In*: KITZINGER, S. (ed.). **Women's experience of sex**. Londres: Penguin, 1985, p. 209-218.

LAVINAS, L. Acabar com a miséria é exequível, com um empurrão das mulheres. **Folha de S. Paulo**. 14 nov. 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1411201010.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

_____ e NICOLL, M. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Parceiras Estratégicas**. Edição Especial, n. 22, junho 2006, p. 39-75. Disponível em: <www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3073.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2011.

LYRA DA FONSECA, J. L. C. Paternidade adolescente: da investigação a intervenção. *In*: ARILHA, M. *et al* (orgs.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998: 185-214.

LOPES, F. e QUINTILIANO, R., 2007. Racismo institucional e o direito humano à saúde. *In*: **Democracia Viva**, Edição Especial, n. 34, jan/mar 2007. p. 8-16.

MACRAE, R. e AALTO, E. Gendered power dynamics and HIV risk in drug-using sexual relationships. **AIDS Care**. v. 12, n. 4, p. 505-515, 2000.

MANN, J. *et al*. Health and Human Rights. **Health and Human Rights Journal**. v. 1, n. 1, p. 6-23, 1995.

_____ e GRUSKIN, S. Women's Health and Human Rights: Genesis of the Health and Human Rights Movement. Editorial. **Health and Human Rights Journal**. v. 1, n. 4, p. 309-312, 1995.

MATERNIDADE SEGURA E PLANEJADA. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** v. 24, n. 8, p. 203, set. 2002.

MATTAR, L. D. Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade. **Cad. Pesqui.**, v.38, n.133, p.61-95, Abr. 2008(a).

_____ Reconhecimento Jurídico dos Direitos Sexuais – uma Análise comparativa com os Direitos Reprodutivos. **Sur, Rev. int. direitos human.** São Paulo, ano 5, n. 8, p. 61-83, 2008(b).

_____ e DINIZ, S.G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.** No prelo. 2011.

MARQUES, L. A. e SANCHES, S. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes. *In*: OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010, p. 51-79.

MAYER, A. E. Cultural Particularism as a Bar to Women's Rights: Reflections on the Middle Eastern Experience. *In*: PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women's Rights. Human Rights**. International Feminist Perspectives. Nova Iorque: Routledge, 1995, p. 176-188.

MENEZES, G. e AQUINO, E.M.L. Pesquisa sobre aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *In*: BALTAR DA ROCHA, M.I. e BARBOSA, R. M. (orgs.) **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2009, p.119-154.

MILLER, A. Sexual no reproductivo: Explorando la conjunción y disyunción de los derechos sexuales y reproductivos”. *In*: GRUSKIN, S. (ed.) **Derechos Sexuales y Reproductivos**. Aportes y diálogos contemporáneos. Lima: Centro de La Mujer Peruana Flora Tristán. 2001, p. 85-133.

_____ As Demandas por Direitos Sexuais. *In*: CLADEM. **Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos, Direitos Humanos**. Lima: CLADEM. 2002, p. 121-140.

_____ e VANCE, C. S. Sexuality, Health and Human Rights. **Health and Human Rights**, v. 7, n. 2, p. 5-15, 2004.

MINAYO, M. C. de S. O Desafio da Pesquisa Social. *In*: _____ (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 25a. ed. revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINELLA, L.S. Aspectos positivos e negativos da esterilização tubária do ponto de vista de mulheres esterilizadas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, Supl. 1, p. 69-79, 1998.

MIRANDA, N. Prefácio. *In*: ANDRADE DA SILVA, E. R. (coord.). **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no**

Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 11-14, 2004. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481:o-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria-os-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-no-brasil&catid=162:presidencia&Itemid=2. Acesso em: 3 out. 2010.

MORAES, C. L. *et al.* Magnitude e caracterização de situações de coerção sexual vivenciadas por jovens de três grandes capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. **Cad. Saúde Pública**. v. 22, n. 7, p. 1493-1504, jul. 2006.

MORAES, L. e DAYRELL, M. **Direito Humano à Moradia e Terra Urbana**. Coleção Cartilhas de Direitos Humanos, v. 1. Curitiba: Plataforma DhESCA Brasil, 2008.

MORAIS, M. P. *et al.* Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004). **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. v. 12, p. 230-241, fev. 2006.

NADER, L. O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 7-25, 2007.

NAKANO, A. M. S. As vivências da amamentação para um grupo de mulheres: nos limites de ser ‘o corpo para o filho’ e de ser o ‘corpo para si’. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, p. S355-S363, 2003.

NEUWIRTH, J. Inequality Before the Law: Holding States Accountable for Sex Discriminatory Laws Under the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women and Through the Beijing Platform for Action. **Harvard Human Rights Journal**, Boston, v. 18, p. 19-54, 2005.

O’HARE, U. A. Ending the Ghettoisation: The Right of Individual Petition to the Women’s Convention. **Web Journal of Current Legal Issues**. v. 5, 1997. Disponível em: <<http://webjcli.ncl.ac.uk/1997/issue5/o'hare5.html>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

OIT. **Convenção n. 3**, de 19 de novembro de 1919. Dispõe acerca da proteção à maternidade. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Convenção n. 100**, de 29 de junho de 1951. Dispõe acerca da Igualdade de Remuneração. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Convenção n. 103**, de 28 de junho de 1952. Revisa a Convenção da OIT n. 3

que dispõe acerca da proteção à maternidade. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Convenção n. 111**, de 25 de junho de 1958. Dispõe acerca da Discriminação no Emprego e Profissão. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Convenção n. 156**, de 23 de junho de 1981. Dispõe acerca da Conciliação entre Trabalho e Responsabilidades Familiares. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Convenção n. 175**, de 24 de junho de 1994. Dispõe acerca do Trabalho em Tempo Parcial. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Convenção n. 183**, de 15 de junho de 2000. Dispõe acerca da Proteção à Maternidade. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Recomendação n. 123**, de 22 de junho de 1965. Dispõe acerca do Trabalho das Mulheres com Responsabilidades Familiares. Disponível em inglês em:

<<http://www.ilo.org/ilolex/english/recdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OIT. **Recomendação n. 165**, de 23 de junho de 1981. Dispõe acerca dos Trabalhadores com Responsabilidades Familiares. Disponível em inglês em: <

<http://www.ilo.org/ilolex/english/recdisp1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

OLÁH, L. Sz. Policy changes and family stability: the Swedish case. **International Journal of Law, Policy and the Family**. v. 15, p. 118-134, 2001.

_____ e BERNHARDT, E. M. Sweden: combining childbearing and gender equality. **Demographic Research**. v. 19, Article 28, p. 1105-1144, jul. 2008.

OLIVEIRA, J.F. *et al.* The Interference of the Care Context with the Visibility of the Drug Consumption by Women. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 247-52, março-abril/2007.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Adotada e aberta a assinatura pela Conferência de São Francisco em 26 de junho de 1945. Aprovada no Brasil pelo Decreto-lei n. 7.935, de 4 de setembro de 1945 e promulgada pelo Decreto n. 19.841 de 22 de outubro de 1945. Disponível em: <<http://www.onu->

brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco, 1945. Adotada e aberta a assinatura pela Conferência de São Francisco em 26 de junho de 1945.

Aprovada no Brasil pelo Decreto-lei n. 7.935, de 4 de setembro de 1945 e promulgada pelo Decreto n. 19.841 de 22 de outubro de 1945. Disponível em:

<www.trf4.jus.br/...cortes_internacionais/cij-estat._corte_intern._just.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1948.

Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. Nova Iorque, 1966a.

Adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 6 de dezembro de 1966. Aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 226 de 12 de dezembro de 1991 e promulgado pelo Decreto n. 592 de 6 de julho de 1992.

Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_592_1992.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova

Iorque, 1966b. Adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembléia Geral das

Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966. Aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 226 de 12 de dezembro de 1991 e promulgado pelo Decreto n. 592 de 6 de julho de 1992. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm>. Acesso em 12 jan. 2011.

ONU. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**. Viena, 1969. Adotada em 22 de maio de 1969. Vigente desde 27 de janeiro de 1980. United Nations, Treaty Series, v. 1155, p. 331. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>.

Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação**

contra a Mulher. Nova Iorque, 1979. Adotada pela Resolução 34/180 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979. Ratificada pelo Brasil em 1º.

de fevereiro de 1984. Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Humanos. 13^a. Sessão, 1981. **Comentário Geral n. 4**, adotado em 30 de julho de 1981, sobre o artigo 3º. do PIDCP. Documento ONU HRI/GEN/1/Rev.1. Disponível em inglês em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/hrcom4.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Humanos. 37^a. Sessão, 1989. **Comentário Geral n. 18**, adotado em 10 de novembro de 1989, sobre não discriminação. Documento ONU HRI/GEN/1/Rev.1. Disponível em inglês em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/hrcom18.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças**. Nova Iorque, 1990. Adotada em 20 de Novembro de 1989. Adotada pela Resolução L.44(XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas. Aprovada pelo Brasil pelo Decreto Legislativo n. 28 de 14 de setembro de 1990 e promulgada pelo Decreto n. 99.710 de 22 de novembro de 1990. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. 8^a. Sessão, 1989. **Recomendação Geral n. 12**, sobre violência contra as mulheres. Documento ONU A/44/38. Disponível em inglês em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/generl12.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. 6^a. Sessão, 1991. **Comentário Geral n. 4**, adotado em 13 de dezembro de 1991.

Documento ONU E/1992/23. Dispõe sobre o direito à habitação adequada. Disponível em inglês em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/epcomm4.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. 11^a. Sessão, 1992. **Recomendação Geral n. 19**, sobre violência contra as mulheres. Documento ONU A/47/38. Disponível em inglês em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/generl19.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Declaração e o Programa de Ação da II Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos**. Viena, 1993. Adotada em 12 de julho de 1993. Documento

ONU A/CONF.157/23. Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Declaração para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher**. Nova Iorque, 1993. Adotada em 20 de dezembro de 1993. Documento ONU A/RES/48/104. Disponível em inglês em:

<<http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento**. Cairo, 1994. Documento ONU A/CONF.171/13.

Disponível em: <<http://www.un.org/popin/icpd/conference/offeng/poa.html>>. Acesso em: 24 set. 2010.

ONU. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Mulheres**. Pequim, 1995. Documento ONU A/CONF.177/20. Disponível em:

<<http://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/off/a--20.en>>. Acesso em: 24 set. 2010.

ONU. Comitê de Direitos Humanos. 68^a. Sessão, 2000. **Comentário Geral n. 28**, adotado em 29 de março de 2000, sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres. Documento ONU CCPR/C/21/Rev.1/Add.10. Disponível em inglês em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/hrcom28.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. 22^a. Sessão, 2000. **Comentário Geral n. 14**, adotado em 11 de agosto de 2000. Dispõe sobre o direito ao mais alto nível de saúde. Documento ONU E/C.12/2000/4.

Disponível em inglês em: Disponível em inglês em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/escgencom14.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. 34^a. Sessão, 2005. **Comentário Geral n. 16**, adotado em 11 de agosto de 2005, sobre a igualdade de mulheres e homens no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais. Documento ONU E/C.12/2005/3. Disponível em inglês em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/escgencom16.html>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. 35^a. Sessão, 2006. **Comentário Geral n. 18**, adotado em 6 de fevereiro de 2006, sobre o direito ao trabalho. Documento ONU E/C.12/GC/18. Disponível em inglês em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/escgencom18.html>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Assembleia Geral. 60^a. Sessão, 2006. **Resolução 60/251**, de 3 de abril de 2006, sobre o Conselho de Direitos Humanos. Documento ONU A/RES/60/251. Disponível em inglês em: <www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/a.res.60.251_en.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. 40^a. Sessão, 2009. **Comentário Geral n. 20**, adotado em 25 de maio de 2009, o princípio da não-discriminação no gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais. Documento ONU E/C.12/GC/20. Disponível em inglês em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/escgencom20.html>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ONU. Assembleia Geral. 64^a. Sessão, 2010. **Resolução A/64/L.56**, de 21 de julho de 2010, que cria a ONU-Mulher. Documento ONU A/RES/64/289. Disponível em inglês em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/289>. Acesso em: 12 jan. 2011.

PAIVA, V. **Fazendo Arte com a Camisinha**. Sexualidades Jovens em Tempos de Aids. São Paulo: Ed. Summus, 2000.

PARKER, R. G. Sexual Rights: Concepts and Action. **Health and Human Rights**. v. 2, n. 3, p. 31-37, 1997.

PERES, S.O. e HEILBORN, M.L. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1411-1420, 2006.

PETCHESKY, R. P. **Abortion and Woman's Choice**. The State, Sexuality, and Reproductive Freedom. Nova Iorque/Londres: Longman, 1984, 412.

Direitos Sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, R. M. e PARKER, R. (orgs.) **Sexualidades pelo**

Avesso: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34. 1999, p. 15-38.

_____. Introdução. *In:* PETCHESKY, R.P. e JUDD, K. (orgs.) **Negociando Direitos Reprodutivos**. Perspectivas das Mulheres em Diferentes Países e Culturas. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2005, p. 19-52.

_____. On the Unstable Marriage of Reproductive and Sexual Rights. The Case for a Trial Separation. **Conscience Magazine**, Spring 2006. Disponível em: <http://www.catholicsforchoice.org/conscience/archives/c2006spring_unstablemarriage.asp>. Acesso em: 22 jun. 2010.

PHILPOTT, D. Sovereignty. *In:* ZATA, E.N. (ed). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Palo Alto, Spring 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/sovereignty/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

PIOVESAN, F. Os Direitos Humanos da Mulher na Ordem Internacional. *In:* _____. **Temas de Direitos Humanos**, 2ª ed., São Paulo: Max Limonad, 2003, p. 205-219.

_____. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7ª. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Perspectivas Global e Regional. *In:* SARMENTO, D., IKAWA, D. e PIOVESAN, F. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2008, p. 47-76.

PIROTTA, K.C.M. e SCHOR, N. Carências e Desejos: estudo sobre a opção pela esterilização entre mulheres residentes na Região Sul do Município de São Paulo, em 1992. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 33-57, 1999.

PITANGUY, J. O Movimento Nacional e Internacional de Saúde e Direitos Reprodutivos. *In:* GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah H. (orgs.) **Questões da Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999, p. 19-38.

RAGO, L. M. **Do Cabaré ao Lar:** a Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 3ª. edição, 1997.

_____. Ser Mulher no Século XXI ou Carta de Alforria. *In:* VENTURI, G.;

- RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1a. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 31-42.
- REDE FEMINISTA DE SAUDE. **Adolescentes Saúde Sexual Saúde Reprodutiva: dossiê**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em:
<<http://www.redesaude.org.br/dossies/html/dossieadolescentes.html>>. Acesso em: 4 fev. 2007.
- REIS, S. E. H *et al.* O cotidiano de mulheres grávidas moradoras no alojamento de uma maternidade social. **Texto Contexto Enferm.** v. 17, n. 3, p. 492-501, 2008.
- RICH, A. **Of woman born**. Motherhood as Experience and Institution. Nova Iorque/Londres: W.W.Norton & Company, 1986.
- RIDDLE, J. Making CEDAW Universal: A Critique of CEDAW's Reservation Regime Under Article 28 and the Effectiveness of the Reporting Process. **George Washington International Law Review**. v. 34, p. 605-638, 2002.
- ROHDEN, F. A Construção da Diferença Sexual na Medicina. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, Sup. 2, p. S201-S212, 2003.
- RUBIN, G. S. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. *In*: PARKER, R.G. e AGGLETON, P. (eds.) **Culture, Society and Sexuality**. A Reader. Londres: UCL Press, 1999, p. 143-178.
- SANTORO, P. F. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, MG, Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. São Paulo, 2008. Disponível em:
<www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1841.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.
- SANTOS CRIVES, M.N. e DIMENSTEIN, M. Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um Programa Público. **Saúde Soc.** v. 12, n. 2, p. 26-37, Jul-Dez/2003.
- SAULE JÚNIOR, N. O direito à moradia como responsabilidade do Estado brasileiro. **Cad. Pesq.**, n. 7, p. 65- 80, maio 1997.
- SCAPPATICCI, A.L.S.S. e BLAY, S.L. Mães adolescentes em situação de rua: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Psiquiatr. RS**, v. 32, n. 1, p. 3-15, 2010.

SCHENKER, M. e MINAYO, M.C.S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.

SCHULER, M. A. From Basic Needs to Basic Rights (Introduction). *In:* _____ (ed.) **From Basic Needs to Basic Rights**. Washington D.C.: Women, Law and Development International, 1995, p. 01-24.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira e LOURO, Guacira Lopes. **Educação e Realidade**. Número Especial: Mulher e Educação. Porto Alegre, v. 16, n. 2., p. 5-22, Julho-Dez/1990.

SEDGH, G. *et al.* Induced Abortion: estimated rates and trends worldwide. **The Lancet**, v. 370, p. 1338-1345, 2007.

SIEGEL, R. B. Abortion as a sex equality right: its basis in feminist theory. *In:* FINEMAN, M.A. e KARPIN, I. **Mothers in Law**. Feminist Theory and the Legal Regulation of Motherhood. Nova Iorque: Columbia University Press. 1995: p. 43-72.

SLAUGHTER, M.M. The legal construction of “mother”. *In:* FINEMAN, M.A. e KARPIN, I. **Mothers in Law**. Feminist Theory and the Legal Regulation of Motherhood. Nova Iorque: Columbia University Press. 1995: p.73-100.

SOARES, V. O Feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. *In:* VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p.161-182.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. *In:* VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p.107-119.

SOUZA MARTINS, J. T. **Maternidade impedida: a mulher marginalizada em face do atendimento institucional**. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

STEINER, H. J. e ALSTON, P. **International Human Rights in Context: law, politics, morals**. Text and Materials. 2ª. Edição. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2000.

SULLIVAN, D. The Public/Private Distinction in International Human Rights Law. *In:* PETERS, J. e WOLPER, A. (eds.) **Women’s Rights, Human Rights**.

International Feminist Perspectives. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1995, p. 126-134.

SZAPIRO, A. M. e FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do Feminino Pós Anos Sessenta: O Caso da Maternidade como Produção Independente. **Psicol. Refl. Crít.**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.

THURLER, A. L. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2009.

UNBEHAUM, S. G. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. *In: ARILHA, M. et al (orgs.) Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed.34. 1998, p. 163-184.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VENTURA, M. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA, 2009, 149 páginas. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/pt/publicacoes/item/135-direitos-reprodutivos-no-brasil.html>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

_____ e CHAVES JUNIOR, E.O. **Direitos da População Jovem**. Um marco para o Desenvolvimento. Brasília: UNFPA, 2003.

VENTURI, G. e RECAMÁN, M. Introdução. As mulheres brasileiras no início do século XXI. *In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1ª. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 15-30.

VILLELA, W. e BARBOSA, R. Opções contraceptivas e vivências da sexualidade: comparação entre mulheres esterilizadas e não esterilizadas em região metropolitana do Sudeste do Brasil. **Rev. Saúde Públ.**, São Paulo, v. 30, n. 5, p. 453-459, 1996.

_____ e ARILHA, M. Sexualidade, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos. *In: BERQUÓ, E. (org.) Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 95- 150.

WONG, L. L. R. e PERPÉTUO, I. H. O. Uma visão transversal e longitudinal de quatro décadas de queda de fecundidade no Brasil. *In: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006: Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança*. Série G. Estatística e Informação em Saúde. Ministério da Saúde. 2009, p. 72-86.

Anexo 1 – Questionário Pré-Seleção das Participantes

1) Nome: _____

2) Idade: _____

3) Número de filhos: _____

Nome	Sexo	Idade	Onde está?	Tipo de parto	Pai

4) Você se considera:

- ☐ Preta
 ☐ Parda
 ☐ Branca
☐ Índigena
 ☐ Amarela
 ☐ Outro _____

5) E quanto à sexualidade, você se considera:

- ☐ Bissexual
 ☐ Homossexual
☐ Heterossexual
 ☐ Outro _____

6) Você pratica alguma religião? Se sim, qual?

- ☐ Não
 ☐ Sim, qual? _____

7) Qual o seu grau de escolaridade? _____

8) Há quanto tempo está na Lua Nova? Quem encaminhou?

9) Está inserida em algum programa de geração de renda?☐ Não☐ Sim, qual? _____**10) Já...**☐ Usou drogas? Qual? _____ ☐ Esteve presa?☐ Se prostituiu? ☐ Sofreu violência física? ☐ Sofreu violência sexual?

Anexo 2 – Roteiro de Entrevista em Profundidade

Dados sócio-demográficos:

1. Nome
2. Idade
3. Raça
4. Estado civil
5. Número de filhos
6. Escolaridade

Etapa 1

Me conte um pouco sobre a sua história de vida...

Etapa 2

Entrevistadora: Me conte um pouco do início da vida sexual...

Pontos a serem abordados:

- Acesso à informação e aconselhamento (via saúde e escola, para além da família);
- Acesso à contracepção e prevenção das DSTs /AIDS;
- Quantos parceiros?
- Que tipo de relações sexuais experimentou?
- Sofreu algum tipo de discriminação ou violência?

Etapa 3:

Entrevistadora: Me conte sobre como foi a sua gravidez

➤ Intencionalidade e Parceria

- A gravidez foi planejada? Foi desejada? Foi aceita?
- Você tinha preocupações sobre como sustentaria o bebê e a você mesma?
- A gravidez foi fruto de abuso ou violência?
- Qual a parceria afetivo-sexual que existe com o pai?
- E o pai da criança, assumiu a paternidade? Se sim, qual a sua participação na vida da criança?

➤ Gravidez em si

- Quando e como soube que estava grávida?
- Alguém acompanhou a gravidez?
- Houve atendimento pelos serviços de saúde: fez pré-natal adequado?
- Em que momento chegou na residência da Lua Nova? Que razões a levaram para lá? Que tipo de problemas experimentava, ou ainda experimenta, quando chegou?
- Como ficou a vida sexual depois do abrigamento?

➤ Parto e pós-parto

- Que tipo de parto? Qual o local em ocorreu o parto?
- Teve acompanhante durante o parto?
- O que mais gostou e o que menos gostou durante a assistência ao parto?
- Ficou feliz com o nascimento da criança?
- Como foi, ou é, cuidar de um(a) bebê/criança?
- O bebê mamou no peito? Por quanto tempo?

Etapa 4

Entrevistadora: Me conte sobre como é para você ser mãe e qual o seu projeto de vida...

➤ Maternidade

- Como é ser mãe? O que mudou na sua vida?
- O que faz hoje que não fazia antes? O que fazia antes que não faz hoje?
- Que tipo de problemas enfrenta (restrições de direitos) cotidianamente?
- O trabalho da maternidade é compartilhado?
- Como é que você e a criança se sustentam?

➤ Projeto de vida

- Qual o seu projeto de vida?
- Como seu(s) filho(s) está(ão) inserido(s) nele?
- Você acredita que é possível compatibilizar seu projeto de vida com a maternidade?
- Como você vai conseguir colocar seu projeto de vida em prática?
- Como você planeja sustentar a seus filhos e você mesma no futuro? Há algum receio quanto ao sustento?
- Como você se vê em 5 anos? E em 10 anos?
- E os seus filhos, como você quer que eles estejam em 5 anos? E em 10 anos?

Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Identificação do Responsável pela execução da pesquisa:

Título: “O Exercício dos Direitos Reprodutivos e dos Direitos Sexuais por Jovens Mães em Situação de Risco Social”
Pesquisador Responsável: Laura Davis Mattar
Orientadora: Profa. Dra. Carmem Simone Grilo Diniz

1. Dados de Identificação do sujeito da pesquisa

Nome:

Documento de Identidade Nº :..... Sexo: () M () F

Data de Nascimento:...../...../.....

Endereço:.....

Cidade:.....CEP:.....

Telefone:.....

2. Responsável Legal caso o sujeito da pesquisa seja menor de idade

Nome:.....

Natureza (grau de parentesco, tutor, curador, etc.):

Documento de Identidade Nº :..... Sexo: () M () F

Data de Nascimento:...../...../.....

Endereço:.....

Cidade:.....CEP:.....

Telefone:.....

3. Informações ao participante ou responsável:

- a) Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa chamada “O Exercício dos Direitos Reprodutivos e dos Direitos Sexuais por Jovens Mães em Situação de Risco Social”, que tem como objetivo verificar como o exercício dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos impacta a vivência da cidadania plena por jovens mães vivendo em abrigos, como é a Associação Lua Nova.
- b) Antes de aceitar participar da pesquisa, você precisa saber que:
 - b.1) a pesquisa será feita por meio de entrevistas;
 - b.2) as entrevistas serão feitas na Associação Lua Nova;
 - b.3) as entrevistas terão duração de uma hora e serão gravadas, para poderem ser transcritas e, depois, analisadas.
- c) É importante você saber que pode, a qualquer momento, se recusar a responder a alguma pergunta que lhe cause algum constrangimento, ou seja, que você não se sinta à vontade para responder.
- d) Você também pode, a qualquer momento, dizer que não quer participar da pesquisa, mesmo que já estejamos no meio das entrevistas. Isso não trará nenhum prejuízo ou problema para você.
- e) A sua participação na pesquisa deve ser voluntária, ou seja, você participa porque quer. É importante você saber que não receberá nada em troca. Mas, serão tomados os cuidados necessários para que a sua participação garanta em todos os momentos os seus direitos e respeite o seu bem-estar, tanto físico quanto psicológico.
- f) Caso você deseje participar da pesquisa, saiba que você não corre nenhum tipo de risco.
- g) A partir da realização desta pesquisa, espera-se ser possível influenciar políticas públicas relacionadas ao exercício dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais voltadas para jovens que vivem uma situação semelhante à sua, ou seja, que vivem em abrigos.

- h) Tudo que for dito por você durante as entrevistas será considerado segredo – isto quer dizer, que se as informações forem usadas pela pesquisadora, seu nome não aparecerá e ninguém saberá que foi você que disse isso ou aquilo.
- i) Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em encontros ou, também, publicados em revistas – sempre lembrando que seu nome jamais aparecerá.

Sinta-se à vontade, agora ou depois da entrevista, para perguntar caso tenha qualquer dúvida. Caso as dúvidas surjam depois da realização da entrevista, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável (a Laura) pelo telefone (11) 8114-4222 ou pelo e-mail lauramattar@usp.br.

Sua participação é super importante para a realização desta pesquisa e desde já agradeço muito a sua contribuição.

Confirmo ter sido informada e ter entendido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

Local e data: _____

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Nome do responsável legal (se participante menor de idade): _____

Assinatura do responsável legal: _____

São Paulo, data.

Laura Davis Mattar

Pesquisadora Responsável

FSP-USP

Informações sobre o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública, caso seja necessário contatá-lo:

Av. Dr. Arnaldo, 715 – térreo – Cerqueira César – CEP: 01246-904 – São Paulo

Assessoria Acadêmica - Comitê de Ética

Fone: 3061-7779/7742

E-mail: coep@fsp.usp.br